

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**MÍDIA E MUDANÇA CLIMÁTICA: A COBERTURA DE VEJA E
*CARTACAPITAL***

Joana Araújo Maria

Orientadora: Doris Aleida Villamizar Sayago

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF

Maio de 2012

Maria, Joana Araújo

Título: *Mídia e Mudança Climática*: a cobertura de *Veja* e *Cartacapital* / Joana Araújo Maria.

Brasília, 2012.

160 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília.

1. Discurso 2. Mídia 3. Mudança Climática 4. Desenvolvimento Sustentável I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Joana Araújo Maria

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**MÍDIA E MUDANÇA CLIMÁTICA: A COBERTURA DE VEJA E
CARTACAPITAL**

Joana Araújo Maria

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Doris Aleida Villamizar Sayago, Doutora (CDS/UNB)
(Orientadora)

José Luiz de Andrade Franco, Doutor (CDS/UNB)
(Examinador Interno)

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho, Doutora (LIP/UNB)
(Examinador Externo)

Gabriela Litre, Doutora (CDS/UNB)
(Membro Suplente)

Brasília, DF, maio de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que fizeram parte da minha vida nesse período de estudos e que me ajudaram direta ou indiretamente na confecção deste trabalho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos concedida. Aos professores e professoras do CDS que me ajudaram a entrar em contato com novos campos de interesse, em uma abordagem interdisciplinar, objeto de busca ao longo de toda minha trajetória acadêmica. Em especial à Doris Sayago, cuja presença como orientadora e professora foi essencial para alcançar esse resultado final. Ao Prof. Marcel pela atenciosa contribuição ao longo do mestrado, em especial na qualificação. Aos integrantes da banca: Gabriela Litre, Viviane Ramalho e José Luiz. À Gabi pela disponibilidade sempre amorosa, bem-humorada e ao mesmo tempo consistente e de grande relevância acadêmica. À Viviane Ramalho, cuja orientação sempre atenciosa em relação à análise do discurso me permitiu explorar um campo até então desconhecido para mim. À minha turma no mestrado, aos colegas do CDS e da Rede Clima, com os quais compartilhei não apenas ricas discussões acadêmicas, mas também momentos especiais de descontração e de amizade. Ao Diego, companheiro sempre presente, que me trouxe muitas alegrias e tornou esse período mais leve e colorido. À Natalia, com quem compartilho cada passo em uma longa trajetória, agradeço pela amizade, companhia, conselhos, marmitas, acolhidas, risadas e apoio. Aos queridos Helena, Bruno, Lígia e Cris, pelos cuidados, conversas e também pelo lares temporários cedidos com muito carinho e que foram essenciais nessa reta final. À Conceição, pelos cuidados e dedicação conferidos ao longo de toda uma vida. À minha (grande) família composta de pessoas muito especiais e a quem sou grata pelo apoio e presença constante. Em especial a meus pais, Arthur e Gilda, que me ensinaram a “ser gente”, com muito respeito e amor, sobretudo a partir de exemplos e valores que levarei sempre comigo. Grata aos meus irmãos Sérgio, Zeneto, Patrícia e João com os quais tenho a sorte de compartilhar a vida, seus desafios e conquistas. Aos meus sobrinhos Maria Luiza, Rafael, Catarina e André, que enchem minha vida de alegrias. À Tia Stella, sempre presente e atenciosa, pelo amor e apoio incontestes. Aos meus amigos e amigas, família escolhida, todos muito importantes e que ajudaram a tornar a vida mais leve, mostrando a cada pequeno momento o valor de estarmos cercados de pessoas queridas.

RESUMO

O presente trabalho parte do entendimento de que o conceito de desenvolvimento sustentável é normativo, pouco delimitado e apropriado por diferentes perspectivas. Sendo sua conceituação plástica, o sentido que lhe é conferido reflete campos de significação em disputa na sociedade. As notícias sobre a questão ambiental, em específico sobre a mudança climática, podem evidenciar os interesses e o lugar de fala dos diferentes atores nessa disputa. Este trabalho toma como referência a concepção de discurso como prática social, em que se operam interesses e concepções de mundo influenciando a realidade. Daí a importância de perceber a construção discursiva, pois práticas mais sustentáveis derivam primeiramente desta disputa conceitual. Para entender o amadurecimento da questão climática frente à mídia e à opinião pública, foi selecionada a cobertura das revistas semanais *Veja* e *CartaCapital* sobre a 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC), sediada em Copenhague, em dezembro de 2009. Uma das questões norteadoras da pesquisa é em que medida a cobertura da mídia sobre a COP-15 relaciona o problema da mudança climática com o modelo de desenvolvimento vigente. Avaliou-se a incidência e o enquadramento dado ao tema mudança climática e também o discurso ambiental subjacente em matérias sobre a COP-15. Para tal, foram adotados os métodos de análise de conteúdo e análise do discurso crítica (ADC) em amostra composta pelas edições publicadas entre junho de 2009 e junho de 2010. As matérias selecionadas foram classificadas segundo características gerais e de conteúdo, sendo considerados aspectos como o enquadramento temático; a avaliação e expectativas sobre a COP-15; presença de argumentos céticos sobre a mudança climática; o enfoque em mitigação e/ou adaptação; tipos de impactos e soluções aventadas; vozes e interlocutores da reportagem; e discurso ambiental subjacente. A dissertação está dividida em três etapas: a primeira traz elementos sobre o tema mudança climática, com apresentação de conceitos básicos e da conjuntura geopolítica na qual se situa o encontro COP-15; a segunda visa esclarecer a prática particular da cobertura da mídia sobre a questão ambiental e sobre a mudança climática; na terceira etapa, situa-se a análise de conteúdo e de discurso feita a partir de reportagens específicas da amostra. Concluiu-se que a revista *CartaCapital* apresentou uma cobertura mais aprofundada sobre o tema mudança climática, situando a discussão no debate amplo sobre desenvolvimento sustentável. Já a revista *Veja* promoveu uma cobertura mais superficial, com características da fragmentação de notícias, sem cadeias explicativas e com predomínio de notas pontuais sobre o evento COP-15. Em relação ao discurso ambiental nas reportagens analisadas, a revista *Veja* se aproximou do discurso sobrevivencialista e a *CartaCapital* da modernização ecológica. Em ambas as revistas o problema climático é tratado sob um viés antropocêntrico, em termos de prejuízo às funções ambientais relevantes à humanidade. Apesar das diferenças na cobertura, ambas as revistas partilham o ponto de vista no qual a questão ambiental é uma inadequação passível de correção dentro do atual modelo de desenvolvimento. Portanto, nenhuma das revistas relaciona a questão climática com uma necessidade de mudança radical ou problematiza em termos estruturais o modelo de desenvolvimento vigente.

Palavras-chave: discurso, mídia, mudança climática, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

The concept of sustainable development is normative, not well delimited and can be apprehended by different perspectives. Since it is a flexible concept, the meaning given to sustainable development reflects competing fields within society. The news about the environment, specifically about climate change, can bring to light the interests and the conceptions of different actors in this dispute. This work considers discourse as a social practice, in which interests and world-views influence reality. Hence the importance of understanding discursive construction, since more sustainable practices derive primarily from this conceptual dispute. In order to understand the development of the climate issue within the media and public opinion, we have selected the coverage of the weekly magazines *Veja* and *CartaCapital* about the 15th Conference of Parties (COP-15) of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), headquartered in Copenhagen, in December 2009. One of the guiding questions of this research is to understand how the media's coverage of COP-15 related the problem of climate change to the current development model. We evaluated the incidence and framing given to climate change and also the implicit environmental discourse in the news about COP-15. To do so, we have adopted the methods of content analysis and critical discourse analysis (CDA), for the sample comprised by the issues published between June 2009 and June 2010. The selected stories have been classified according to its general characteristic and content. It has been considered aspects about thematic framing; the evaluation and expectation about the COP-15; the incidence of sceptical arguments about climate change; the focus on mitigation and/or adaptation; the types of impact and the recommended solutions; the voices and interlocutors in the stories; and the implicit environmental discourse. This thesis is divided in three stages: first, it brings the elements about the theme climate change, presenting the basic concepts and the geopolitical scene where the meeting COP-15 is located. Second, we intend to elucidate the specific practice of media coverage about environmental issues and about climate change. Third, we present the content and discourse analysis made from specific stories from the sample. We have concluded that the magazine *CartaCapital* has presented a deeper coverage about the subject climate change, setting the discussion in the wider debate about sustainable development. On the other hand, the magazine *Veja* had a more superficial coverage, with news fragmentation, without explanatory chains and with major occurrences of occasional notes reporting the event COP-15. Regarding the environmental discourse in the stories, the magazine *Veja* was closer to the survivalism discourse and *CartaCapital* to ecological modernization. In both magazines the climate problem is approached anthropogenically, in terms of damage to human's relevant environmental functions. Despite the differences in coverage, both magazines share the point of view in which the environmental issue is seen as an inadequacy that can be solved within the current development model. Therefore, none of the magazines relate the climate issue with the need for radical change or problematizes it in terms of structural features of the current development model.

Key-words: discourse, media, climate change, sustainable development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil do leitor de <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i> :	72
Tabela 2 - Assuntos de interesse dos leitores de <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i>	73
Tabela 3 - Recorrência do tema MC como elemento principal	75
Tabela 4 - Casos que discutiram a existência da MC e/ou papel antropogênico.....	80
Tabela 5 - Casos classificados como mitigação e/ou adaptação.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eventos marcantes no debate sobre a mudança climática.....	19
Quadro 2 - Funções da linguagem e elementos da prática social e discursiva	85
Quadro 3 - Representação dos atores sociais em <i>Veja</i> (“Fome de ar, água e comida”)	101
Quadro 4 - Representação dos atores sociais em <i>CartaCapital</i> (“É melhor prevenir”).....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Mudanças nos GEE a partir de testemunhos de gelo e dados modernos	30
Gráfico 2- Tipo da peça jornalística por revista	76
Gráfico 3- Enquadramento temático da amostra em <i>Veja</i> e <i>CartaCapital</i>	76
Gráfico 4- Ocorrências de menções ao tema MC em relação ao período da COP-15	78
Gráfico 5- Casos classificados como mitigação e/ou adaptação	81
Gráfico 6- Emissões de CO ₂ eq. <i>per capita</i> por população e região	92

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADC – Análise do Discurso Crítica
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
APEC – Associação para a Cooperação Econômica dos Países da Ásia–Pacífico
AR4 – 4º Relatório do IPCC (sigla em inglês)
AWG-KP – Grupo de Trabalho Ad Hoc Protocolo de Kyoto (sigla em inglês)
AWG-LCA – Grupo de Trabalho Ad Hoc de Cooperação de Longo Prazo (sigla em inglês)
CA – Capacidade Adaptativa
CMMD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
COP – Conferência das Partes
CQNUMC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática
DS – Desenvolvimento Sustentável
FAR – 1º Relatório do IPCC (sigla em inglês)
GEE – Gases de Efeito Estufa
GT– Grupo de Trabalho
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (sigla em inglês)
LSF – Linguística Sistemico-Funcional
MC – Mudança Climática
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
OMM – Organização Meteorológica Mundial
PNMC – Política Nacional de Mudança do Clima
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SAR – 2º Relatório do IPCC (sigla em inglês)
TAR – 3º Relatório do IPCC (sigla em inglês)
UNFPA - Fundo de Populações das Nações Unidas (sigla em inglês)
WCP – Programa Climático Global (sigla em inglês)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MUDANÇA CLIMÁTICA	17
1.1 EMERGÊNCIA DO TEMA	17
1.2 CONTEXTO GLOBAL: A CQNUMC E AS COPS	20
1.2.1 CQNUMC (1992) – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática	20
1.2.2 COPS: Conferências das Partes.....	21
1.2.2.1 COP-15 – O que Copenhague teve de especial?.....	23
1.2.3 IPCC (1988) - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.....	25
1.2.3.1 O 4º Relatório.....	26
1.3 DEFININDO MUDANÇA CLIMÁTICA	28
1.3.1 A Ciência do Clima.....	29
1.4 CONTROVÉRSIA CIENTÍFICA?	31
1.5 CONCEITOS-CHAVE: MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA	34
1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MUDANÇA CLIMÁTICA	36
2. QUESTÃO AMBIENTAL E A MÍDIA	39
2.1 INFLUÊNCIA DA MÍDIA	41
2.2 NOTÍCIA COMO PROCESSO E SEUS MÚLTIPLOS FATORES	44
2.3 MÍDIA E MEIO AMBIENTE	47
2.3.1 O que torna um evento (ambiental) noticiável?.....	49
2.3.1.1 Downs e os fatores intrínsecos.....	50
2.3.1.2 Visibilidade como construção social: o modelo das arenas públicas.....	52
2.4 MUDANÇA CLIMÁTICA: A ASCENSÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL	55
2.5 MUDANÇA CLIMÁTICA EM PAUTA: REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA	58
2.5.1 Variação na cobertura.....	59
2.5.2 Dramatização.....	61
2.5.3 Risco, percepção e mudança climática.....	64
3. METODOLOGIA	67
3.1 A ESCOLHA DO OBJETO	67
3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA:	67
3.2.1 Primeira triagem.....	67
3.2.2 Segunda triagem.....	68
3.3 ANÁLISE	68
4. O DISCURSO DE VEJA E CARTACAPITAL	71
4.1 POR QUE AS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL?	71
4.2 CARACTERÍSTICAS DA COBERTURA	74
4.2.1 Caracterização da amostra.....	74
4.2.2 Sobre o conteúdo.....	76
4.2.2.1 COP-15.....	77
4.2.2.2 Mudança climática.....	79
4.3 A ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS FUNDAMENTOS	83
4.4 VEJA E A COP-15: A EDIÇÃO 2143	88
4.4.1 “FOME DE AR, ÁGUA E COMIDA”.....	88
4.4.1.1 Composição Genérica.....	89
4.4.1.2 A reportagem: “Fome de Ar, Água e Comida” em seis atos.....	90
4.4.1.3 COP-15.....	94
4.4.1.4 Mudança climática.....	95
4.4.1.4.1 Mitigação e Adaptação: Solução X Impactos.....	96
4.4.1.4.2 Considerações sobre as causas e existência da mudança climática.....	99
4.4.1.5 Representação dos atores sociais.....	100
4.4.1.6 Discurso Ambiental.....	103
4.4.2 “UMA NOVA REVOLUÇÃO VERDE” E “RIQUEZA AMEAÇADA”.....	105
4.4.2.1 “Uma Nova Revolução Verde”.....	105
4.4.2.2 Riqueza Ameaçada.....	107

4.5	CARTACAPITAL E A COP-15: A EDIÇÃO 576	108
4.5.1	É MELHOR PREVENIR	109
4.5.1.1	Composição Genérica	110
4.5.1.2	COP-15	110
4.5.1.3	Representação dos atores sociais	111
4.5.1.4	Mudança climática	113
4.5.1.4.1	Mitigação e Adaptação: Solução X Impactos	114
4.5.1.5	Discurso Ambiental	115
4.5.2	OS RICOS TÊM GRANA, OS POBRES, PRESSA	118
4.5.3	COPENHAGUE E O DESENVOLVIMENTO	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS		120
REFERÊNCIAS		125
APÊNDICE I – ANÁLISE DE CONTEÚDO (FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO)		133
ANEXO I – EDIÇÃO 2143 DE VEJA		135
ANEXO II – EDIÇÃO 576 DE CARTACAPITAL		153

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da cobertura da mídia sobre o tema mudança climática e suas possíveis correlações com o debate em torno do desenvolvimento sustentável. O tema ganhou considerável destaque nas últimas décadas e se encontra no centro das preocupações tanto no cenário geopolítico quanto nos debates sobre questões ambientais.

As alterações climáticas impõem novos desafios às sociedades modernas, evidenciando de forma contundente a unidade sistêmica do planeta e a necessidade de se agir globalmente nas questões ambientais. A solução para esse problema não pode acontecer unilateralmente já que impactos são compartilhados por todos os países. As alterações no sistema climático também reforçam o dilema dos bens comuns e dos “caronas” (*free-riders*) em escala global (FIGUERES; IVANOVA, 2005).

Além de um desafio na esfera do bem estar ou de prejuízos materiais, a mudança climática apresenta também um dilema ético tendo em vista que as responsabilidades pelo fenômeno se apresentam em relação inversa à distribuição de impactos negativos. Os países mais vulneráveis são justamente os países mais pobres, sem recursos financeiros ou capacidade institucional para lidar com efeitos climáticos adversos. Portanto, os desafios se relacionam a temáticas de justiça ambiental, desenvolvimento e equidade entre países, também presentes no discurso sobre desenvolvimento sustentável.

A mudança climática dialoga com os três eixos em torno da ideia de desenvolvimento sustentável: o socialmente justo, o ecologicamente sustentável e o economicamente viável (BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A., 2006; VEIGA, 2008). Seus efeitos abrangem o debate sobre justiça social, uma vez que trazem danos prioritariamente àqueles menos responsáveis e ao mesmo tempo com menor capacidade adaptativa (IPCC *et al.*, 2007). No referente à sustentabilidade ecológica, a mudança climática traz desequilíbrios ecossistêmicos imprevisíveis além de inestimáveis perdas de biodiversidade (IPCC *et al.*, 2007). Ademais, abalam o próprio sistema econômico, uma vez que prejudicam os setores produtivos e exigem maciços investimentos tanto em mitigação quanto na adaptação aos problemas decorrentes do fenômeno (IPCC *et al.*, 2007; STERN, 2006).

A emergência da ideia de desenvolvimento sustentável acontece em um contexto de se pensar alternativas frente à falência do modelo existente. A Era de Ouro do capitalismo (1948-1973) gerou uma pressão excessiva sobre o uso de matérias-primas na produção de bens de consumo de massa. A partir da década de 1970, acontece um despertar do embriagante sonho dos Anos Dourados e a degradação ambiental salta aos olhos da sociedade. A euforia e otimismo deste período vêm seguidos de uma ressaca moral frente à ampliação da pobreza, das desigualdades e injustiças sociais e da degradação ambiental (HOBSBAWM, 1995, p. 257).

Os impactos provenientes das atividades humanas ressaltam a fragilidade dos ambientes naturais. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas do século XX, há o

reconhecimento da dependência do ser humano em relação à natureza e a percepção de que é necessário estabelecer limites e pré-condições naturais e sociais para atividades econômicas. Este discurso é caracterizado pela preocupação de conciliar as esferas ambientais, sociais e econômicas na busca por desenvolvimento, ressaltando a necessidade de reduzir impactos negativos de atividades humanas (industriais) em ambientes locais e globais (LENZI, 2006, p. 49).

A definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável está no Relatório Brundtland, produzido no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD). Nele, o desenvolvimento sustentável é caracterizado pela conciliação entre interesses sociais, ambientais e econômicos e também pela solidariedade intergeracional, de modo que o modelo de desenvolvimento atual não aconteça às custas das gerações futuras. É um discurso essencialmente conciliador, que reconhece a unidade sistêmica do planeta e visa a harmonia entre diferentes esferas na busca por desenvolvimento (WCED, 1997).

O estudo proposto parte do entendimento de que o termo desenvolvimento sustentável é amplo, pouco delimitado o que torna possível sua apropriação por diferentes perspectivas, segundo interesses particulares. Sendo sua conceituação plástica, o sentido que lhe é conferido reflete campos de significação em disputa na sociedade.

A sustentabilidade é bastante controversa, assim como outros conceitos que norteiam a vida política moderna, como democracia, justiça, liberdade, poder. Alguns autores argumentam que é justamente essa disputa em torno da sua definição que marca a atual importância do discurso da sustentabilidade (MACHADO, 2005; NOBRE; AMAZONAS, 2002). A mesma contestação conceitual que se mostra como fraqueza para análises acadêmicas, representa força em sua dimensão política (LENZI, 2006, p. 91).

O conceito do desenvolvimento sustentável é normativo, ou seja, indica comportamentos desejáveis que variam de acordo com o momento histórico e conjuntura social. O estabelecimento do que seja desejável ou correto acontece em um embate de interesses na sociedade e está sempre sujeito a mudanças. Essa disputa entre pontos de vista, por sua vez, se situa em práticas discursivas, que reforçam valores e visões de mundo particulares.

O discurso é uma forma compartilhada de apreender o mundo, de construir significados e partilhar pontos de vista (CARVALHO; PEREIRA, E., 2008, p. 129; DRYZEK, 1997, p.8). O discurso como unidade de significância compartilhada revela o posicionamento de seus representantes, seu valores e visão de mundo. Ainda, o discurso pode ser entendido como prática social, com efeitos na realidade. Além de representarem pontos de vista, os discursos podem contribuir para a perpetuação de visões de mundo, reforçam a realidade representada (FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAULT, 2009; RAMALHO; RESENDE, 2011).

É importante apreciar a influência do discurso midiático e sua representação da questão ambiental. Considerando o atual apelo do tema e a importância dos meios de comunicação nas sociedades modernas, buscou-se entender o papel da mídia no processo de noticiar, representar e conferir mais atenção ao fenômeno. Um estudo sobre a construção discursiva da mudança climática permite situar esta questão em um movimento maior, de discussão sobre a relação dos seres humanos com a natureza e os modelos de desenvolvimento desejáveis. Logo, o que é noticiado sobre mudança climática e o amadurecimento do tema na opinião pública podem evidenciar entendimentos particulares sobre a própria questão ambiental e sobre o desenvolvimento sustentável.

Avaliou-se a forma como parte da imprensa brasileira representa o fenômeno e quais associações são feitas entre mudança climática e as críticas ao modelo de desenvolvimento proferidas pelo discurso do desenvolvimento sustentável. Para tal, foram analisadas as coberturas das revistas *Veja* e *CartaCapital* acerca do tema mudança climática a partir da análise da cobertura da 15ª Conferência das Partes (COP-15), com o recorte temporal entre junho de 2009 e junho de 2010.

Uma questão central deste trabalho é a forma como a cobertura midiática relaciona ou não o problema da mudança climática com o modelo de desenvolvimento subjacente. Portanto, algumas das questões norteadoras foram: Quais enquadramentos são dados pela mídia ao tema mudança climática? A cobertura em torno da COP-15 transcendeu para análises mais críticas acerca do modelo de desenvolvimento em voga? Ao analisar a questão da mudança climática, qual a noção de sustentabilidade trazida pelos veículos de comunicação? A proposta é verificar se a questão climática é tratada pela mídia como um reflexo da necessidade de mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento vigente.

Para tal, foram feitas análises de discurso e conteúdo das revistas *Veja* e *CartaCapital*. A análise do conteúdo abrange o período de um ano entre junho de 2009 a junho de 2010. As matérias que fizeram qualquer menção ao tema mudança climática foram devidamente classificadas segundo enquadramentos e características formais e temáticas. Além disso, foi também desenvolvida uma análise de discurso crítica de reportagens específicas, nas quais o tema mudança climática, COP-15 e discurso ambiental foram analisados mais a fundo.

A dissertação está dividida em quatro capítulos que trazem considerações metodológicas e promovem uma análise da conjuntura, da prática jornalística e do discurso específico de *Veja* e *CartaCapital* sobre o problema.

O capítulo 1 apresenta a discussão sobre o tema mudança climática, de forma mais ampla. Nele serão apresentados conceitos básicos e algumas das discussões polêmicas em torno do tema, como a questão da justiça climática. Aqui foi desenvolvida a institucionalização do tema, sua emergência e elementos que lhe conferem importância e destaque nas últimas décadas. Ademais, foram apresentados os principais espaços de

debate na arena internacional, com algumas considerações sobre diferenças de interesse e a relação entre mudança climática e o discurso do desenvolvimento sustentável.

No capítulo 2 serão analisados a prática jornalística, conceitos-chave e a forma como a mídia se relaciona com a questão ambiental. Foram desenvolvidos alguns aspectos teóricos sobre o processo comunicativo, a forma de se construir notícias e como o tema ambiental e, especificamente, a mudança climática ganha espaço nessa importante arena de debate nas sociedades modernas. Ainda, foram apresentadas algumas pesquisas que tratam do tema mudança climática e mídia, demonstrando variações na cobertura jornalística entre países e formas particulares de representar esse fenômeno.

O capítulo 3 traz considerações metodológicas, com apresentação mais detalhada sobre a escolha pela análise de conteúdo e análise de discurso crítica. Descreve o processo de composição da amostra, critérios de seleção e elementos contemplados na análise.

O capítulo 4 traz a análise de conteúdo e de discurso das revistas escolhidas. Nele foram feitas as análises do material selecionado nas revistas. Foram classificados a recorrência e o tipo de representação da questão climática em *Veja* e *CartaCapital*, com considerações sobre enquadramentos e temas predominantes em cada uma das revistas. Neste mesmo capítulo há também a análise do discurso, orientada pela Análise do Discurso Crítica (ADC), empreendida a partir de reportagens específicas nas edições de 16 de dezembro de *Veja* e *CartaCapital*, onde a COP-15 foi destaque em ambas as revistas. Este capítulo reserva espaço para a discussão sobre mudança climática e sua representação segundo discursos ambientais específicos, predominando o sobrevivencialismo, em *Veja* e o discurso da modernização ecológica em *CartaCapital*.

Por fim, nas considerações finais, há uma breve discussão sobre o discurso ambiental das revistas e os diferentes conceitos sobre desenvolvimento sustentável. Para tal, são problematizadas as noções de desenvolvimento e sustentabilidade como conceitos normativos. Ressalta-se as condições políticas e históricas no processo de significação desses termos, que se situam em um campo em disputa e em constante modificação. Discute-se, ainda, as implicações do conceito de desenvolvimento sustentável ser flexível, destacando o lado positivo e dinâmico de um conceito em constante transformação.

1. MUDANÇA CLIMÁTICA

1.1 EMERGÊNCIA DO TEMA

O tema mudança climática despontou principalmente nas últimas duas décadas do século XX e hoje ocupa um lugar central não apenas na discussão sobre questões ambientais, mas também sobre governança internacional, produção de energia, desigualdades sociais, segurança alimentar, dentre outros temas. Apesar do debate mais amplo ser relativamente recente, há uma longa trajetória sobre o estudo do sistema climático, do papel dos gases de efeito estufa (GEE) e hipóteses sobre o aquecimento global.

Essa história remete ao começo do século XIX, com Jean Baptiste Joseph Fourier (1768-1830), em 1827, argumentando sobre a relação entre a atmosfera e a manutenção da temperatura terrestre. Pesquisas se estendem ao longo de todo o século XIX e em 1895 Svante Arrhenius (1859-1927) apresenta para a Academia de Ciências da Suécia seus cálculos sobre o efeito estufa, relacionando as emissões de CO₂ e a temperatura global. Tal discussão conduz à percepção de que as emissões provenientes das atividades industriais poderiam estar interferindo no clima (WEART, 2003; HULME, 2008; DISPENSA; BRULLE, 2003; ABRANCHES, 2010).

Essa interferência, contudo, não era vista de forma negativa e a perspectiva de aumento nas temperaturas era associada, por exemplo, a maior disponibilidade de áreas agricultáveis. Investigações sobre GEE e a influência antropogênica sobre o efeito estufa era visto sob lentes otimistas, com potenciais benefícios derivados de um eventual aquecimento (ABRANCHES, 2010; HULME, 2008). Ademais, impactos em larga escala no sistema climático global por parte das ações humanas ainda era uma ideia de difícil concepção no período (WEART, 2003, p. 8).

O debate entre perspectivas otimistas e pessimistas sobre a influência humana no sistema climático ocorre ao longo dos anos e em meados do século XX já se pode ter notícia de alertas mais preocupados. Em 1963, na conferência científica do *Conservation Foundation of New York*, há o alerta sobre os potenciais perigos do aumento de concentrações de GEE na atmosfera (HULME, 2008). Nas décadas de 1970 e 1980 os cientistas trilham em direção a um consenso sobre a interferência humana no sistema climático, quando emerge com maior destaque o debate em torno da mudança climática (WEART, 2003; DISPENSA; BRULLE, 2003). Ross (1991) apresenta o debate sobre o clima a partir do contraponto entre as teorias sobre resfriamento do planeta *versus* as teorias sobre aquecimento. Aos poucos esta última se estabelece como dominante na discussão sobre os perigos da mudança no sistema climático global. Para este autor, a tese sobre o aquecimento global já pode ser entendida como dominante no meio científico no início da década de 1980.

Para Hulme (2008) apenas na segunda metade da década de 1980 houve uma opinião científica dominante sobre os perigos do aquecimento global. A institucionalização deste medo sobre os efeitos antropogênicos no clima está expressa na criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC) em 1992, cujo objetivo final é: “[alcançar] a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (CQNUMC, Art. 2).

No despertar para a questão, eventos climáticos extremos ajudaram a chamar a atenção do público em geral, dos governos e da imprensa para os possíveis impactos negativos do fenômeno. Dispensa & Brulle (2003) destacam três eventos na década de 1970: a seca de cinco anos no Sahel Africano; as falhas das monções na Índia e a seca na Europa. Ross (1991) também ressalta a importância de eventos climáticos extremos no debate. A década de 1980 teria sido atípica, apresentando os seis anos mais quentes do século, o El Niño de 1982-83 e os diversos eventos climáticos extremos em 1988 que tiveram impactos em várias regiões do globo (ROSS, 1991; UNGAR, 1992, 1995). O ano de 1988 é um ano particularmente marcante para a visibilidade do tema aquecimento global, quando há uma confluência de fatores ambientais, políticos e científicos que alertam para o problema (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007). Ungar (1992) enfatiza a importância de se levar em conta os eventos extremos nas análises sobre o tema, argumentando que a dramaticidade da seca em 1988 nos EUA e seus impactos no cotidiano da população aumentaram drasticamente o espaço destinado ao aquecimento global na arena pública.

Boykoff (2007), por sua vez, levanta uma série de outros elementos. Na década de 1980, com destaque para 1988, houve graves secas nos EUA, ondas de calor e incêndio do *Yellowstone National Park*; o cientista da NASA James Hansen alerta o congresso americano para os perigos do aquecimento global; o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a OMM (Organização Meteorológica Mundial) criam o IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que passará a ser a referência científica na busca de solução para o problema.

A partir da década de 1990, há um crescente apelo do tema em vários setores da sociedade e o debate sobre a mudança climática ganha uma estrutura institucional que contribui para o aumento de sua evidência tanto em nível nacional quanto internacional. A criação da Convenção-Quadro é um marco nessa institucionalização e no âmbito desta Convenção é criado um dos instrumentos que tornará o tema mais e mais presente: o Protocolo de Kyoto. O Quadro 1, abaixo, aponta alguns momentos importantes nesse processo de visibilidade e institucionalização da questão climática.

1979	É estabelecido o Programa Climático Global (WCP, <i>World Climate Programme</i>) durante o 8º Congresso do OMM - Organização Meteorológica Mundial
1985	Encontro, na Áustria, do WCP para discutir o papel do CO ₂ e outros GEE nas variações climáticas. Quando foi discutido o potencial aumento de 1.5 a 4.5 C na temperatura terrestre, em razão de um aumento em duas vezes na concentração de CO ₂ na atmosfera
1988	OMM organiza a Conferência Internacional <i>Our Changing Atmosphere</i> , em Toronto Criação do IPCC (pelo PNUMA e OMM) Na América do Norte, ondas de calor e secas alarmantes Grave incêndio no <i>Yellowstone National Park</i> , EUA
1990	1º Relatório do IPCC
1992	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro Criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC)
1995	1º Conferência das Partes (COP-1), no âmbito da CQNUMC – em Berlim 2º Relatório do IPCC
1997	3º Conferência das Partes (COP-3), no âmbito da CQNUMC – em Kyoto (criação do Protocolo de Kyoto)
2001	3º Relatório do IPCC
2005	Furacão Katrina, nos EUA Entra em Vigor o Protocolo de Kyoto
2006	Lançamento do Relatório Stern Estréia do Documentário “Uma Verdade Inconveniente” (AlGore)
2007	4º Relatório IPCC IPCC e Albert Arnold (Al) Gore ganham o Prêmio Nobel por suas contribuições no avanço do conhecimento e divulgação sobre a mudança climática e a influência humana no fenômeno
2009	15º Conferência das Partes (COP-15), no âmbito da CQNUMC – em Copenhague

Quadro 1 - Eventos marcantes no debate sobre a mudança climática
Fonte: Elaboração própria

1.2 CONTEXTO GLOBAL: A CQNUMC E AS COPS

Ao tratar de mudança climática, é imperativo que se leve em conta o contexto internacional. O principal palco de debate neste contexto é a Conferência das Partes (COP) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC). Serão tratados esses temas de forma um pouco mais detalhada nas seções que seguem.

1.2.1 CQNUMC (1992) – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática

A CQNUMC é redigida em 1992 na sede da Nações Unidas em Nova York. Foi aberta para assinaturas em junho do mesmo ano na emblemática ECO92 (Cúpula da Terra) sediada no Rio de Janeiro. Na ocasião, a Convenção foi assinada por 154 países (e a Comunidade Europeia), entrou em vigor em 21 de março de 1994 e hoje conta com 195 Partes.¹

A crescente percepção dos potenciais perigos da mudança climática ao longo dos anos 1980 conduz ao estabelecimento, em 1990, do Comitê Intergovernamental de Negociação para uma Convenção-Quadro sobre Mudança no Clima. A CQNUMC visa atender a demanda de um tratado internacional necessário para lidar com um problema essencialmente global.

O objetivo da Convenção está expresso no seu Artigo 2º e trata justamente da busca por modificar os padrões de emissão de gases de efeito estufa e reduzir uma perigosa interferência humana no sistema climático global. Essa busca por redução de emissões parte do reconhecimento de que a interferência humana no sistema climático resulta em um aumento das temperaturas que pode ser nocivo a ecossistemas e humanidade.

O reconhecimento de tal interferência humana se evidencia no próprio conceito de “Mudança do Clima”, expresso no Artigo 1º da Convenção. A CQNUMC trata apenas da variabilidade climática direta ou indiretamente associada às atividades humanas, diferentemente do IPCC, que define mudança climática a partir do fenômeno climático, independente de seus fatores causais serem antrópicos e/ou naturais.

As Partes reconhecem a diferença de responsabilidade entre países, tendo em vista que a maior parte das emissões de GEE, tanto históricas quanto atuais *per capita*, é de responsabilidade dos países desenvolvidos. Portanto, a CQNUMC adota o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, expresso no primeiro item do Artigo 3º:

¹ Para informações atualizadas sobre o status de ratificação da Convenção, ver http://unfccc.int/essential_background/convention/status_of_ratification/items/2631.php (Acesso em 13/03/12)

As Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades. Em decorrência, as Partes Países Desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos (CQNUMC, Art. 3).

Os signatários reconhecem que, a despeito de ser um problema de interesse e responsabilidade de todos, os países desenvolvidos devem arcar com o maior ônus nessa redução de emissões. Para tal, os países são divididos em grupos que respondem diferentemente aos objetivos da Convenção.

O grupo Anexo I é composto em sua maioria de países desenvolvidos, que se comprometem a liderar os esforços globais. Os demais países em desenvolvimento compõem o grupo *não-Anexo I*. Dentre outros, os principais compromissos do grupo Anexo I são: estabelecer metas de redução de emissões; fornecer auxílio financeiro às Partes mais vulneráveis; e promover transferências de tecnologia para que os países em desenvolvimento (*não-Anexo I*) também possam impulsionar medidas adaptativas e de mitigação.

À Conferência das Partes (COP), órgão supremo da CQNUMC, cabe adotar as medidas necessárias para implementação dos objetivos nos termos da Convenção. As COPs acontecem regularmente e são o principal palco no debate internacional sobre o tema mudança climática. Até o momento houve 17 Conferências das Partes,² sendo que cada encontro é antecedido por debates preliminares ao longo do ano. Alguns encontros são mais significativos e representam marcos históricos no processo de debate e acordos acerca da mudança climática. A própria COP-15, objeto de estudo do presente trabalho, se destaca dentre as Conferências por uma série de motivos que serão discutidos mais adiante.

1.2.2 COPs: Conferências das Partes

A primeira COP acontece em Berlim (Alemanha) em 1995, como resposta à necessidade de se pensar alternativas e estabelecer metas de redução nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) (CAVALHEIRO, 2001). Das Conferências em questão, algumas ganharam maior destaque em face de suas resoluções, de discussões mais polêmicas, de novas descobertas científicas e do contexto em que estão inseridas.

A COP-3 (em Kyoto, Japão, 1997) é um marco por se tratar do momento no qual se decide adotar um protocolo com metas de redução de emissões e previsão para sua aplicação. De acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, as metas obrigatórias de redução de emissões são direcionadas apenas às Partes Países

² Apesar da contagem apontar para o número de 17 encontros, cabe ressaltar a exceção da COP-6 em que houve dois encontros que podem ser contabilizados como um. Em 2000, o encontro em Haia (Holanda), COP-6, foi suspenso devido a divergências entre países, com destaque para a falta de acordo entre EUA e países Europeus sobre as sanções aplicáveis frente ao descumprimento das metas de redução de emissões. As discussões foram retomadas em Bonn (Alemanha), em julho de 2001, no que ficou conhecida como a COP-6 bis.

Desenvolvidos, que compõe o grupo Anexo I. O Protocolo de Kyoto prevê para seu primeiro período de compromisso (2008 a 2012) uma redução dos países Anexo I em 5% de suas emissões de GEE, referenciados nas taxas de emissão de 1990 (KYOTO, 1998). Esse protocolo é marco na iniciativa de tentar reverter uma tendência histórica de emissões de GEE descompromissadas com suas eventuais consequências.

A COP-7 (em Marrakesh, Marrocos, 2001) se destaca por suceder a polêmica no posicionamento dos EUA em relação ao não compromisso de redução de emissões alegando que seria prejudicial a sua economia. Essa polêmica resultou, inclusive, na suspensão da Conferência anterior (COP-6, em Haia), na qual ficou evidente a falta de consenso entre as Partes. A Conferência de Marrakesh, portanto, representa um retorno da discussão, trazendo em sua pauta questões sobre créditos de carbono e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A COP-11 (em Montreal, Canadá, 2005) sucede o tenso período dos momentos finais para ratificação e validação do Protocolo. Foi a primeira Conferência das Partes após ratificação da Rússia ao Protocolo de Kyoto (18/11/04) o que garantiu que o Protocolo entrasse em vigor a partir de 16/02/2005. Já a COP-12 (em Nairóbi, Quênia, 2006), largamente influenciada pela publicação do Relatório Stern (2006) traz a novidade da ênfase em uma nova abordagem: a problemática das mudanças no clima e suas repercussões econômicas.

A COP-13 (em Bali, Indonésia, 2007) é marcada pela publicação do 4º Relatório do IPCC (2007) que atesta o papel antropogênico na geração de mudanças do clima e alerta para um cenário de graves problemas sociais e ambientais advindos da incapacidade de adaptação a esse fenômeno. Além disso, em Bali, se iniciam as discussões sobre o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto (pós-2012). A Conferência apresenta uma evolução para expectativas de metas mais ambiciosas que preveem aumento nos 5% de redução do primeiro período, bem como ampliação do número de países, para além do Anexo I, a se comprometerem com a redução de emissões. Em Bali houve a divisão em dois grupos de trabalho afim de otimizar as discussões. Um grupo responsável por discutir o segundo período de compromisso de Kyoto, centrado nas metas de redução dos países desenvolvidos (Grupo de Trabalho Ad Hoc Protocolo de Kyoto – AWG-KP). O outro com intuito de determinar objetivos mais de longo prazo para as ações de combate às mudanças do clima principalmente para os países em desenvolvimento (Grupo de Trabalho Ad Hoc de Cooperação de Longo Prazo – AWG-LCA) (IPEA, 2010, p. 457).

Na COP-15 (em Copenhague, Dinamarca, 2009) estava previsto o desfecho e acordos a respeito do segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto. Houve uma grande expectativa em torno deste encontro o que colaborou para o alto índice de frustração acerca dos seus resultados. Num ambiente conturbado de negociações, o principal resultado foi o Acordo de Copenhague, um documento com compromissos de natureza política e não

legalmente vinculante (*legally binding*). Na avaliação de Serra (2010), os principais avanços do Acordo são: o compromisso por parte dos países em desenvolvimento (que apesar de altamente emissores todavia não apresentavam compromissos de redução) e o surgimento do “financiamento *fast start*” destinado às necessidades de adaptação e mitigação mais imediatas dos países em desenvolvimento, com investimentos na ordem de 30 bilhões para os anos de 2010 a 2012.

A COP-16 (Cancun, México, 2010) foi um encontro menos conturbado do que o anterior e teve a função estratégica de retomar as negociações, o diálogo e a confiança perdida no obscuro processo de Copenhague. A presidente do encontro no México, Patricia Espinosa, adotou uma postura de transparência e muita abertura, o que proporcionou um ambiente de confiança possibilitando a retomada do diálogo entre países. Alguns dos principais avanços e decisões elaborados em Cancun são: incorporar e detalhar princípios, objetivos e metas de mitigação presentes no Acordo de Copenhague; e criar as condições necessárias para avanços no encontro seguinte, em Durban (MOTTA, 2011).

O mais recente encontro foi a COP-17 (Durban, África do Sul, 2011) sediada na África do Sul. Constata-se um avanço político no que tange às negociações anteriores, ao Protocolo de Kyoto, aos acordos de Cancun e ao Plano de Ação de Bali. Em Durban, renovou-se o Protocolo de Kyoto, contudo, agora sem a Rússia, Japão e Canadá. Houve avanços na operacionalização dos pontos acordados em Cancun, sobre o Fundo Verde para o clima, Centro de Tecnologia e Fundo para Adaptação. Apesar do avanço político, o encontro obteve um tímido alcance quanto às metas de redução. As metas acertadas em Cancun se enquadram dentro de um cenário de aquecimento de 3,5° a 4°C, contudo, tal elevação de temperatura média pode acarretar danos sociais e ecossistêmicos irreversíveis. Reconhecendo que esse cenário não é desejável, os países acordaram uma revisão das metas em 2015 afim de se adequar ao cenário recomendado pelo IPCC, no qual o aquecimento médio não deveria passar de 2°C. Por fim, o grande avanço se dá na conciliação das Partes em um acordo único. A Plataforma de Durban instituiu a busca de um regime comum, legalmente vinculante, para todos os participantes, a ser adotado até 2015.

1.2.2.1 COP-15 – O que Copenhague teve de especial?

A COP-15 foi um encontro que gerou uma enorme mobilização e muitas expectativas. Alguns elementos que a distinguem são: a marcante presença dos principais líderes mundiais, da sociedade civil e da imprensa e as altas expectativas para fechamento de acordos, previstos desde o encontro de Bali (ABRANCHES, 2010; GIDDENS, 2010; IPEA, 2010; SERRA, 2010).

Em Copenhague, estava prevista a negociação do segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, tendo em vista a expiração do primeiro período em 2012. Como já

fora mencionado, tal Protocolo é um importante marco no âmbito da Conferência e até o momento é o único acordo que prevê metas vinculantes aos países industrializados e mais emissores (KYOTO, 1998).³ Sua existência é controversa e sua continuidade dependia muito do que fosse decidido em Copenhague. A partir do posicionamento dos países nessa Conferência seria possível verificar o nível de comprometimento dos governos com o problema das mudanças climáticas (IPEA, 2010).

Os encontros prévios, bem como as declarações oficiais por parte dos governos apontavam para a mudança de posicionamento na direção de ações mais efetivas. A mudança de governo em países centrais nesse processo (Japão e Estados Unidos) prometia um quadro mais favorável ao comprometimento com a causa das reduções de GEE, como ficou claro nas declarações da 64.^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, sediada em Nova York, 23 e 24 de setembro de 2009 (JAPÃO, 2009; NA ONU, 2009; GENERAL, 2009; JAPAN, 2009).

Além das altas expectativas em relação aos resultados das negociações, a COP-15 teve outra característica notável: o comparecimento massivo da sociedade de vários setores e grupos sociais, como ONGs, imprensa, sociedade civil e representantes de governos. Este comparecimento em massa gerou sérios problemas de superlotação e o credenciamento de um número muito superior à capacidade do próprio espaço físico do evento (ABRANCHES, 2010).

Somada à conturbação “logística”, houve uma séria conturbação política no desenrolar da Conferência, que remetia a uma proposta de acordo elaborada de forma não participativa (“a portas fechadas”). Durante o encontro da Associação para a Cooperação Econômica dos Países da Ásia-Pacífico (APEC), em Cingapura, foi elaborada uma proposta por parte de alguns países no mês anterior ao início das negociações em Copenhague. Essa proposta de acordo gerou uma forte crítica daqueles que não fizeram parte do encontro em Cingapura, afinal, o procedimento nada democrático gerou uma sensação de que os resultados já estavam traçados antes mesmo do debate em Copenhague.⁴ O jornalista Sérgio Abranches intitulou essa quebra de confiança já no início da COP-15 de “Efeito Cingapura”, que na avaliação do autor, prejudicou o andamento das negociações ao longo de toda a Conferência (ABRANCHES, 2010). Esta quebra de confiança ocorrida em Copenhague também é avaliada por outros autores como um desafio a ser superado nos encontros seguintes, especialmente em Cancun (SERRA, 2010).

³ Um grande problema do Protocolo de Kyoto é que os EUA não o ratificaram. O fato de um país altamente emissor não se comprometer com metas compulsórias de mitigação torna o Protocolo vulnerável à críticas que exigem um acordo que contemple outros países altamente emissores como os EUA e países emergentes como China, Índia e Brasil.

⁴ A discussão em Cingapura foi conduzida pelo primeiro ministro da Dinamarca Lars Løkke Rasmussen, presidente e anfitrião na COP-15. A proposta apresentada pelo ministro tinha um papel preventivo, frente as expectativas de impasse e resultados nulos da COP-15. A argumentação central é a de que o encontro se preocupasse em decidir sob pontos consensuais, e não se deter aos pontos polêmicos. Uma decisão pragmática que conduziria a um acordo político e não legalmente vinculante, postergando decisões mais polêmicas para encontros posteriores (ABRANCHES, 2010, p. 104-112).

Outra peculiaridade da COP-15 refere-se ao processo de negociação. O encontro, apesar da falta de consenso, marca uma mudança de paradigma no envolvimento de alguns países. Como exemplo, temos EUA e China, que a despeito das altas emissões, se negavam a estipular metas de mitigação e que em Copenhague passam a ter uma postura mais aberta. É o que Sérgio Abranches (2010) chama de transição de uma polaridade negativa para uma positiva.⁵ Apesar de não ser legalmente vinculante, a proposta de corte de emissões no Acordo de Copenhague envolve países que anteriormente vetavam (EUA, China, Brasil, Índia) a possibilidade de cortes e passaram a conceber tais metas. Essa pode ser entendida como uma mudança paradigmática, uma conquista política. Como reforça Abranches (2010, p. 279), “em política, a operação mais difícil parece enganosamente simples e parca: parar de dizer não, de vetar, e passar a dizer sim, aderir à nova ideia.”

Tendo em vista esse cenário, entende-se o evento COP-15 como um divisor de águas que marca um novo momento na esfera das negociações internacionais. Ademais, o alto envolvimento de outras esferas da sociedade (como mídia, ONGs, sociedade civil), deu uma visibilidade maior ao evento. Dada as altas expectativas e as peculiaridades deste encontro, a cobertura midiática foi excepcional na COP-15 e seu estudo pode colaborar ao demonstrar tanto as representações do discurso midiático acerca do tema quanto o contexto político global e os interesses envolvidos na questão da mudança climática.

1.2.3 IPCC (1988) - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima

O IPCC foi criado em 1988 por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). O crescente debate sobre riscos e desafios impostos pela mudança climática tornou evidente a necessidade de ações por parte dos tomadores de decisões.

A criação do IPCC, portanto, responde a uma demanda crescente ao longo da década de 1980, a saber, a necessidade de informações científicas que orientassem a adoção de políticas para lidar com o problema. A ciência do clima necessita de uma via de comunicação com a sociedade e o IPCC é um dos canais para orientar a tomada de decisões pautadas em constatações científicas (CARVALHO, 2007).

O IPCC compila trabalhos científicos sobre o tema, mas não conduz pesquisas ou monitoramentos sobre o clima. É um organismo de natureza científica e intergovernamental, que se presta a formular relatórios com informações científicas relevantes para a formulação de políticas públicas. “Um dos mais importantes princípios do IPCC é ser relevante, mas não prescritivo em relação às políticas públicas em seus relatórios”⁶ (IPCC, 2010, p. 3). É composto por 194 países e milhares de cientistas, que desenvolvem um trabalho voluntário.

⁵ Disponível em <http://www.ecopolitica.com.br/2010/12/13/o-acordo-e-Cancún/> (acesso em 09.04.2012)

⁶ One of the most important principles of the IPCC is to be policy relevant, but not policy prescriptive in its reports (IPCC, 2010, p.3)

O IPCC é dividido em três grupos de trabalhos que têm focos distintos sobre o tema. O Grupo de Trabalho I (GT-I) está voltado para os temas ligados às ciências físicas e às características do fenômeno. O Grupo de Trabalho II (GT-II) lida com os efeitos do fenômeno, trata da produção científica voltada para os impactos, adaptação e vulnerabilidade. O Grupo de Trabalho III (GT-III) está voltado para as causas do fenômeno, i.e., trata das emissões de GEE e as medidas de mitigação.

Os relatórios publicados pelo IPCC são divididos por seus grupos de trabalho. Cada GT publica seu próprio relatório, que é composto do corpo principal e também de uma seção resumida voltada para os tomadores de decisão (*Summary for Policymakers*). Somado aos relatórios de cada grupo, é publicado um relatório síntese (*Synthesis Report*) com os principais pontos de todos os grupos reunidos num único texto.

O IPCC conta até o momento com quatro relatórios e está trabalhando na produção do quinto relatório, previsto para 2013 e 2014. O primeiro relatório (*FAR-First Assessment Report*) data de 1990; o segundo relatório foi publicado em 1995 (*SAR - Second Assessment Report*); o terceiro relatório em 2001 (*TAR - Third Assessment Report*) e o quarto relatório, em 2007 (*AR4 - Fourth Assessment Report*). Além dos relatórios de avaliação (*Assessment Reports*), também são disponibilizados materiais como relatórios especiais (temáticos), publicações técnicas, glossário e dados de apoio.⁷

1.2.3.1 O 4º Relatório

A produção dos relatórios do IPCC passa por um complexo processo de revisão pelos pares (*peer-review*). A preparação do 4º Relatório (AR-4) contou com o envolvimento de mais de 3.500 especialistas, provenientes de mais de 130 países. Os números aproximados são: 450 autores principais (*lead authors*), 800 autores secundários (*contributing authors*) e 2500 revisores (*expert reviewers*) (IPCC, 2010).

Esse relatório apresentou algumas importantes contribuições que ajudam a orientar os tomadores de decisão no âmbito da CQNUMC. O GT-I avançou na compreensão dos fatores naturais e humanos por detrás do fenômeno. O GT-II mapeou os locais e populações mais vulneráveis, contribuindo para a implementação de políticas públicas mais eficientes. O GT-III avançou no diálogo entre políticas de mitigação, de adaptação e a busca pelo desenvolvimento sustentável (IPCC, 2010).

Uma das contribuições essenciais do 4º Relatório para as negociações é a constatação de que o aquecimento do sistema climático é inequívoco (IPCC *et al.*, 2007, p. 30), com destaque para as causas antropogênicas.

⁷ Disponível em: <http://www.ipcc.ch> (Acesso em 04/02/2012)

A maior parte do aquecimento médio global nos últimos 50 anos é muito provavelmente (*very likely*) resultante do aumento dos GEE emitidos pela humanidade e é provável (*likely*) que haja um discernível aquecimento médio induzido pela humanidade em cada continente (exceto Antártica)⁸ (IPCC *et al.*, 2007, p. 72).

Do 3º Relatório para o 4º há um aumento da certeza quanto ao papel antropogênico.⁹ No último relatório, afirma-se (com um grau de certeza acima de 90%) que o incremento na média da temperatura global desde meados do século XX se deve às emissões antropogênicas de GEE. Também é irrefutável o crescimento gradual das emissões antrópicas de GEE desde os tempos pré-industriais, com maior destaque para o crescimento de 70% das emissões entre os anos de 1970 e 2004 (IPCC *et al.*, 2007, p. 36).

Os impactos sofridos por essa mudança de temperatura são estimados de forma mais detalhada no relatório do GT-II. Os impactos se estendem aos sistemas biológicos, geofísicos e humanos. O aumento da temperatura pode conduzir a problemas de extinção de espécies, alterações nos sistemas geofísicos como as correntes marinhas e atingir de forma contundente os sistemas sociais afetando a segurança alimentar, atividades industriais, a saúde e a disponibilidade hídrica.

As regiões mais vulneráveis são: o Ártico, em virtude das altas taxas de impactos projetados; a África, principalmente em razão da sua baixa capacidade adaptativa e pelas projeções de impactos climáticos; as pequenas ilhas, pela alta exposição de sua população às variações no nível do mar; os deltas dos grandes rios africanos e asiáticos, em virtude da alta densidade da população exposta a variações como enchentes, tempestades e elevação de nível do mar (IPCC *et al.*, 2007, p. 52; IPCC, 2007b).

Um importante elemento a ser levando em conta é a magnitude e frequência dos eventos climáticos extremos, que passam a ser tanto mais intensos quanto recorrentes. Com um grau de certeza que excede 90%, projeta-se aumento de eventos intensos de precipitação e ondas de calor, ambos com aumento também em sua frequência. Estima-se com grau de certeza acima de 66% de que haverá incremento de eventos extremos relacionados com o aumento do nível do mar, de intensos ciclones tropicais e de áreas afetadas pelo aumento da seca (IPCC *et al.*, 2007, p. 53).

Considerando que a resiliência dos sistemas dependem essencialmente de um período de adaptação, mudanças abruptas podem levar à irreversibilidade e colapso de vários ecossistemas. Nos termos do IPCC, “a mudança climática não mitigada, a longo prazo provavelmente excederá a capacidade dos sistemas naturais, manejados e humanos de se

⁸ Most of the global average warming over the past 50 years is very likely due to anthropogenic GHG increases and it is likely that there is a discernible human-induced warming averaged over each continent (except Antarctica). p.72. (IPCC, 2007)

⁹ O tratamento da incerteza no IPCC é expresso em três diferentes abordagens: grau de certeza, escala de confiança e probabilidade de ocorrência. Cada tipo de dado ou situação é classificado de acordo com o modelo mais adequado. A probabilidade de ocorrência é dividida da seguinte forma: virtualmente certo (*virtually certain*)>99%, extremamente provável (*extremely likely*)>95%, muito provável (*very likely*)>90%, provável (*likely*)>66%, mais provável do que não (*more likely than not*)>50%; tão provável quanto não (*about as likely as not*)33% a 66%; improvável (*unlikely*)<33%; muito improvável (*very unlikely*)< 10%; extremamente improvável (*extremely unlikely*)< 5%; excepcionalmente improvável (*exceptionally unlikely*)<1%.

adaptarem” (IPCC *et al.*, 2007, p.65).¹⁰ Estima-se que com o aumento da temperatura média global acima de 1.5° a 2.5°C, aproximadamente de 20% a 30% das espécies avaliadas até o momento terão uma probabilidade maior do que 66% de aumentarem o risco de extinção (IPCC *et al.*, 2007, p. 48).

Portanto, o 4º Relatório do IPCC sintetiza as evidências que corroboram o papel humano como agente relevante na mudança climática global e sugerem que desastres climáticos tendem a se tornar mais frequentes nas próximas décadas. Ainda segundo o relatório, este contexto será resultado tanto da intensificação do eventos extremos climáticos e aumento das temperaturas globais, como produto da dinâmica interna dos próprios sistemas humanos.

Após a apresentação de algumas das principais contribuições do 4º Relatório, serão apresentados de forma breve alguns conceitos-chave e elementos importantes para o entendimento do fenômeno.

1.3 DEFININDO MUDANÇA CLIMÁTICA

Ainda que o enfoque desse trabalho seja a dimensão político-social da mudança climática, convém tratar brevemente do fenômeno em si e de algumas de suas características. O conceito de mudança climática varia na literatura de acordo com a abordagem e escopos no qual é tratada. Basicamente as diferenças conceituais divergem quanto ao papel humano dentre as causas do fenômeno. Como já mencionado anteriormente, o IPCC e a CQNUMC adotam conceitos diferentes, já que na Convenção a mudança climática restringe sua acepção às mudanças influenciadas pela ação humana. Tal distinção não se deve a incongruências quanto à ciência do clima, mas sim para diferenciar a competência da CQNUMC de outras agendas já instauradas no âmbito da ONU e que lidam com variabilidade climática e desenvolvimento (SCHIPPER, 2006).

¹⁰ Unmitigated climate change would, in the long term, be *likely* to exceed the capacity of natural, managed and human systems to adapt (IPCC, 2007, p.65).

A definição de mudança climática

Para o IPCC

“Mudança climática no uso do IPCC refere-se à mudança no estado do clima que pode ser identificada (e.g. usando testes estatísticos) por mudança na média e/ou variabilidade de sua propriedade e que persista por um período extenso, tipicamente décadas ou mais. Refere-se a qualquer mudança no clima ao longo do tempo, seja em virtude de variabilidade natural ou seja como resultado da atividade humana.”

Para a CQNUMC

“Mudança do clima’ significa uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.”

Fonte: IPCC et al., 2007, p. 30, (tradução nossa); CQNUMC, Art.1

Apesar de tratarem diferentemente a relevância das atividades humanas na definição de mudança do clima, ambas trazem um ponto em comum: a mudança no clima é a influência na variabilidade climática, i.e., alterações nos parâmetros e propriedades no clima, tais como médias, frequência e magnitude dos eventos.

1.3.1 A Ciência do Clima

As temperaturas amenas à vida como a conhecemos na Terra se mantêm graças ao fenômeno natural conhecido como efeito estufa. Este fenômeno consiste na retenção pela atmosfera de parte do calor irradiado e refletido pela superfície terrestre. Essa retenção é feita por gases atmosféricos chamados gases de efeito estufa (GEE): vapor de água (H₂O), dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O).

As atividades humanas aumentaram sensivelmente a emissão dos últimos três desde a revolução industrial. O ritmo de emissão desses gases é maior do que o seu processo de remoção. Uma vez emitidos, cada gás tem um tempo de permanência na atmosfera e há um processo de acúmulo já que os gases emitidos hoje somam efeito com gases anteriormente incorporados à atmosfera e ainda dentro do seu tempo de permanência. As emissões totais globais de N₂O, por exemplo, são oriundas principalmente de fontes humanas associadas à agricultura. Já o metano e dióxido de carbono, apesar de serem principalmente emitidos por sistemas naturais, suas concentrações atmosféricas foram potencializadas pelas fontes humanas nos últimos 200 anos (IPCC et al., 2007, p. 36).

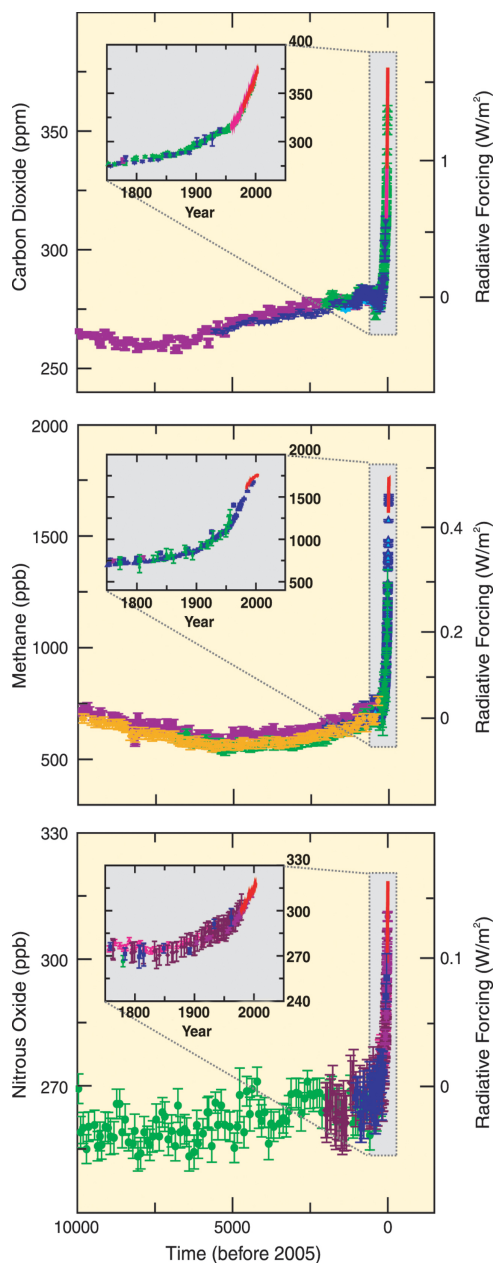


Gráfico 1- Mudanças nos GEE a partir de testemunhos de gelo e dados modernos

Fonte: IPCC *et al.*, 2007, p. 38

Concentrações atmosféricas de CO₂, CH₄ e N₂O nos últimos 10.000 anos (quadrantes grandes) e desde 1750 (quadrantes internos). As medições são feitas a partir de testemunhos de gelo (simbolizados em diferentes cores para diferentes estudos) e amostras atmosféricas (linhas vermelhas). As correspondentes forçantes radiativas relativas a 1750 são mostradas no lado direito do eixo do quadrante

O Gráfico 1 demonstra que o crescimento exponencial na concentração de CO₂, CH₄ e N₂O acontece principalmente a partir do século XIX (Gráfico 1). Esta data coincide com o advento da Revolução Industrial, cuja força motriz foi justamente a queima de combustíveis fósseis e intensificação da agricultura. É possível perceber uma tendência relativamente estável durante a maior parte dos 10 mil anos antes do momento zero (correspondente ao ano de 2005). Na parte final do gráfico há um acentuado crescimento da concentração dos gases (eixo vertical esquerdo) e também da forçante radiativa¹¹ (eixo vertical direito), o que aponta para um aumento das temperaturas médias globais.

A relação do aumento da concentração desses gases com as atividades humanas pode ser visualizada no quadrante ampliado (em cinza), que expressa a tendência de crescimento justamente a partir dos séculos XIX e XX, quando os seres humanos também passam a ter ritmos crescentes de industrialização, de consumo de combustíveis fósseis e de emissões de GEE.

Ademais, no ano de 2005, as concentrações de CO₂ e CH₄ excederam em muito o padrão dos 650.000 anos anteriores. A concentração de CO₂ aumentou de 280ppm para 379ppm¹² entre período pré-industrial e o ano de 2005. Considerando esses dados e outros presentes em seu último relatório, o IPCC atesta com elevado grau de certeza tanto da existência do fenômeno como também de suas causas antropogênicas. Contudo, esse assunto continua sendo controverso e a despeito da posição defendida no IPCC, ainda há aqueles que colocam em dúvida tais certezas.

¹¹ A forçante radiativa é uma medida de energia usada para analisar o balanço de energia do sistema climático. É expressa em Watts por metro quadrado (W/m²). O balanço entre as forçantes radiativas positivas e negativas resulta em uma forçante radiativa líquida, que se positiva, indica tendência de aquecimento e se negativa, tendência de resfriamento.

¹² As expressões ppm e ppb correspondem respectivamente à *partes por milhão* e *partes por bilhão* utilizada como unidade de referência para medir a concentração de gases na atmosfera.

1.4 CONTROVÉRSIA CIENTÍFICA?

Dada a relevância do tema, naturalmente a mudança climática leva a um intenso debate tanto nas esferas políticas quanto científicas. Apesar do crescente consenso sobre a existência do fenômeno no meio científico, a mudança climática também tem seu lado controverso, representado pelos críticos à mudança climática, também chamados céticos.¹³

O acirrado debate gira em torno de dois pontos centrais: a) se existe, de fato, uma tendência de aquecimento médio do planeta e; b) se esse aquecimento deriva apenas de causas naturais ou se também é influenciado por fatores antropogênicos. Alguns céticos argumentam pela tendência de resfriamento do planeta, já outros reconhecem o aquecimento como uma tendência, mas argumentam pela suas causas naturais e não reconhecem significativa influência antropogênica no sistema climático (MARUYAMA, 2008; ABRANCHES, 2010).

Principalmente o segundo ponto (b) é palco de uma acirrada disputa. Reconhecer o papel da ação humana neste fenômeno é reconhecer a necessidade de mudanças, corte de emissões e outras atitudes que mexem diretamente com o *status quo*, o que naturalmente gera resistência. A busca pelo corte das emissões humanas de GEE põe em xeque a manutenção de um sistema socioeconômico global altamente dependente de combustíveis fósseis.

Vale ressaltar que estes dois pontos levantados pelos “céticos” são questões relativamente superadas pela comunidade científica, vide as conclusões do último relatório do IPCC apresentados na seção anterior. Isso não quer dizer que não haja imprecisão, incerteza ou debate sobre o tema (DORAN; ZIMMERMAN, 2009; ABRANCHES, 2010). Mesmo reconhecendo eventuais incertezas ou imprecisões na ciência do clima, já se torna possível afirmar que sim, há evidências tanto sobre a existência do fenômeno quanto sobre o papel dos seres humanos.

Esse crescente consenso científico foi construído gradualmente, como exemplo, temos o fato de que apenas em seu último relatório o IPCC reconhece de forma mais contundente o papel antropogênico no fenômeno. Enquanto no 3º Relatório o grau de certeza sobre o fator antropogênico era maior do que 66% (*likely*), no 4º Relatório o grau de certeza passa a ser superior a 90% (*very likely*).

No meio científico há razoável consenso, mesmo que este consenso eventualmente se mostre errado, o ponto é que ele existe (ORESQUES, 2004). No meio político e de negociação internacional também é possível evocar relativa concordância sobre os desafios impostos pela mudança climática. A implementação da Convenção-Quadro, do Protocolo de Kyoto e a

¹³ Cabe esclarecer que o emprego do termo “cético” neste trabalho será feito para designar grupos críticos à existência do fenômeno e/ou de suas causas antropogênicas. Apesar do termo poder ser associado a um entendimento pejorativo, optou-se por sua utilização tendo em vista que é uma das formas recorrentes na literatura sobre o tema e também na representação da imprensa sobre tal grupo. Portanto, o emprego do termo “cético” não está imbuído de qualquer conotação depreciativa, atendendo apenas a critérios didáticos.

definição de metas de redução de emissões atestam tal reconhecimento. A assinatura do Acordo de Copenhague – inclusive por países que historicamente foram resistentes a enxergar o aquecimento global como um problema (e.g. EUA) – sinaliza que há um reconhecimento crescente sobre o lugar estratégico ocupado pela mudança climática na agenda internacional.

Ao avaliar o posicionamento dos cientistas, alguns autores defendem que mais do que a controvérsia, o discurso científico é marcado pelo consenso (ABRANCHES, 2010; DORAN; ZIMMERMAN, 2009; ORESKES, 2004). Oreskes (2004) analisou 928 trabalhos que tratavam de mudança climática e foram publicados em jornais científicos entre os anos de 1993 a 2003. A autora demonstra que nenhum trabalho negou explicitamente a influência antropogênica e 75% dos artigos se encontravam implícita ou explicitamente dentro da visão do IPCC, que reconhece a influência humana no sistema climático.

Doran e Zimmerman (2009) medem o posicionamento dentro da comunidade científica a partir de questionários. Em uma amostra de 3.146 cientistas naturais (*earth scientists*), 90% dos participantes responderam que as temperaturas médias globais estão aumentando e 82% atestaram que há influência humana no sistema climático global. Ademais, dentro desta amostra, os cientistas mais especializados em clima¹⁴ atingem um concordância ainda maior, com 96,2% ratificando a realidade do aumento de temperatura e com 97,4% reconhecendo o fator antropogênico como relevante. Os autores argumentam que apesar de notório, este consenso científico não é percebido pelo público norte-americano. Apenas 52% dos norte-americanos acreditam que há um consenso científico sobre o aumento de temperaturas e 47% acreditam haver consenso entre os cientistas sobre a influência humana no fenômeno (DORAN; ZIMMERMAN, 2009). Esta percepção de certo modo reflete o posicionamento histórico dos EUA que, apesar de signatário da CQNUMC, não aderiu ao Protocolo de Kyoto e encontra resistência política interna em empreender ações mais efetivas de mitigação. Essa resistência, por sua vez, é acompanhada por um discurso de permanência dos padrões de emissão que se justifica enfatizando a incerteza científica sobre o fenômeno (BROSSARD *et al.*, 2004; DISPENSA; BRULLE, 2003).

Alguns estudos chamam a atenção para o fato de que a ideia de controvérsia é propalada por outros atores, como a mídia, quando a literatura especializada não dá a mesma atenção ao tema (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; CARVALHO, 2007; DIRIKX, 2008). Anabela Carvalho, por exemplo, argumenta que na medida em que o consenso científico vai crescendo, a mídia (conduzida por orientações ideológicas) navega pelo caminho oposto e enfatiza a incerteza (CARVALHO, 2007, p. 232).

Esse descompasso entre o discurso da mídia e as publicações científicas é corroborado pelo trabalho de Dispensa e Brulle (2003). Em seu artigo, "*Media's social*

¹⁴ Nesta pesquisa, Doran e Zimmerman (2009) consideraram especialistas em mudança climática aqueles que: 1) listaram mudança climática como sua área de expertise e 2) tiveram como tema mudança climática mais do que 50% de seus últimos trabalhos submetidos a revisão dos pares (peer-reviewed) e publicados.

construction of environmental issues: focus on global warming - a comparative study”, os autores avaliam publicações científicas e jornais dos Estados Unidos, Nova Zelândia e Finlândia ao longo do ano 2000.¹⁵ Dispensa e Brulle (2003) chegam a resultados bastante destoantes no que tange à aceitação do aquecimento global como um fenômeno antropogênico, principalmente nos jornais norte-americanos. Enquanto as publicações científicas (*Nature* e *Science*) não trouxeram nenhum material que negasse a influência antropogênica sob o aquecimento global, nos jornais prevaleceu a dúvida. O *New York Times* e *Washington Post* têm respectivamente 16% e 14% dos artigos que negam tacitamente a influência humana no fenômeno e 41% e 44% dos artigos que discutem ambos pontos de vista (de afirmação e negação).

Os céticos ganham um espaço considerável nos veículos de imprensa e ao dar igual tempo e visibilidade a um grupo minoritário, a mídia aumenta a real importância deste discurso no âmbito da comunidade científica (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; DIRIKX, 2008). Essa é uma das possíveis explicações para a impressão de incerteza científica do público geral. “Políticos, economistas, jornalistas e outros podem ter a impressão de confusão, desacordo e discórdia entre cientistas do clima, mas essa impressão é incorreta” (ORESQUES, 2004, p. 1686).¹⁶

Boykoff e Boykoff (2004) apresentam um interessante estudo sobre a cobertura da incerteza científica sobre o aquecimento global em jornais dos EUA.¹⁷ A partir de uma análise de conteúdo dos jornais ao longo dos anos de 1988 a 2002, os autores identificaram ruídos na comunicação entre discurso científico e popular promovido pela imprensa. No início da discussão sobre a mudança climática, os jornais americanos tendiam a enfatizar o problema das causas antropogênicas. Esse cenário tende a mudar com a politização do aquecimento global a partir da década de 1990, quando grupos de céticos começam a aumentar sua visibilidade e com isso, a imprensa passa a reportar de forma sistematizada esse contraponto. Segundo os autores, a busca por uma cobertura equilibrada (prática e norma jornalística de se mostrar os vários lados de uma situação) gerou um viés informacional, uma imprecisão na cobertura da realidade, dando maior espaço à incerteza, do que de fato existente.

Essa controvérsia, por sua vez, é apropriada politicamente por grupos que não têm interesse em tomar atitudes frente ao problema: “uma ênfase na incerteza frequentemente abre caminho para os oficiais de governos e políticos dos EUA adotarem o mantra “Mais pesquisa!” quando se tratava de aquecimento global” (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M.,

¹⁵ As publicações científicas avaliadas foram *Nature* e *Science* e os jornais foram *New York Times*, *Washington Post*, *Helsingin Sanomat*, *New Zealand Herald*.

¹⁶ Politicians, economists, journalists and others may have the impression of confusion, disagreement, or discord among climate scientists, but that impression is incorrect (ORESQUES, 2004, p.1686).

¹⁷ Os quatro jornais analisados foram: *New York Times*, *Washington Post*, *Los Angeles Times* e *Wall Street Journal*.

2004, p. 133).¹⁸ A pesquisa dos autores levanta a discussão importante sobre o papel da imprensa na criação do espaço político e discursivo para ação frente à mudança climática. Ao propalar a incerteza, a imprensa americana forneceu subsídios para a postura reticente do governos dos EUA.

Tendo em vista a importância da mídia no processo comunicativo entre cientistas e população, julgou-se interessante explorar o tema *controvérsia científica* na realidade jornalística brasileira. Na análise feita buscou-se identificar em que medida as revistas *Veja* e *CartaCapital* noticiam e propalam a incerteza. Ademais, um estudo do perfil brasileiro na cobertura da polêmica pode ser interessante para futuras análises comparativas entre imprensas, já que a maior parte dos estudos encontrados tem como objeto a imprensa de países desenvolvidos (em geral na América do Norte e Europa),

1.5 CONCEITOS-CHAVE: MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO E JUSTIÇA CLIMÁTICA

O tema mudança climática pode ser dividido em duas abordagens principais: a *mitigação*, que trata das causas da mudança climática, sendo voltada para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e a *adaptação*, relacionada com os efeitos do fenômeno e alterações necessárias para lidar com as mudanças no sistema climático.

Historicamente houve uma predominância do tema mitigação em detrimento do tema adaptação. Em várias esferas (política, científica ou institucional), a maior parte das discussões sobre mudança climática se voltaram para o fator mitigação, orientando o debate para as causas do fenômeno e a necessidade de redução de emissões. Contudo, o tema adaptação vem ganhando espaço, especialmente ante a percepção de que os impactos da mudança climática não estão tão distantes da realidade presente.

Schipper (2006) levanta uma discussão interessante sobre o estatuto da adaptação no âmbito da CQNUMC. Segundo a autora, um dos elementos que pode explicar a falta de políticas voltadas para adaptação é a própria evolução do conceito. Gradualmente, adaptar-se passa de capacidade natural dos sistemas em se acomodarem para objeto de planejamento e políticas públicas. Deste modo, a adaptação passa a ser pensada em outro modelo conceitual, mais voltado para ações responsivas aos desafios da mudança climática. Outros elementos que podem ter contribuído para a dificuldade de emplacar a discussão no âmbito das negociações internacionais, são: 1) incertezas científicas (a dificuldade de se precisar o tipo de impactos esperados e a região podem ser um fator de dificuldade na implementação de políticas públicas adaptativas); 2) o foco dos estudos sobre adaptação estarem nos impactos e não na proposição de soluções ou medidas adaptativas; 3) a preocupação de que a adaptação poderia drenar recursos e atenção dos compromissos de mitigação por parte dos países Anexo I (SCHIPPER, 2006).

¹⁸ An emphasis on uncertainty often paves the way for US government officials and politicians to adopt the “More Research!” mantra when it came to global warming (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004, p.133).

No âmbito da mudança climática, a capacidade adaptativa (CA) é a habilidade ou potencial de um sistema de se ajustar aos impactos na variação do clima, moderando possíveis danos e/ou tirando vantagem das oportunidades (NOBRE, 2008; IPCC, 2001). Ela reflete a capacidade de reação preventiva quanto a reativa (IPCC *et al.*, 2007; BROOKS, 2003; BIRKMANN, 2006).

O processo adaptativo é dinâmico e influenciado por várias esferas de um sistema. A adaptação de um país ou comunidade depende de seu capital natural e humano e se relacionada com uma série de fatores, tais como renda, acesso a recursos, redes sociais, tecnologia, governança e instituições. Portanto, a adaptação à mudança climática é influenciada por estresses climáticos e também pelas condições sociais (não-climáticas) (SMIT; WANDEL, 2006; IPCC, 2001; IPCC *et al.*, 2007; IPCC, 2007c).

Essas características da adaptação a aproximam bastante do discurso sobre desenvolvimento. Pode-se afirmar, por exemplo, que a adaptação de uma comunidade/país para lidar com enchentes passa por uma distribuição equitativa de renda ou acesso a educação e saúde de qualidade. Portanto, políticas de adaptação à mudança climática podem facilmente se “confundir” com políticas de desenvolvimento. Essa sinergia é considerada pelo IPCC, que conta com capítulos específicos para discutir as relações entre mudança climática e desenvolvimento sustentável.¹⁹

Ademais, o tema adaptação também se relaciona com o debate sobre desenvolvimento pois está diretamente ligado à pobreza, às desigualdades sociais e às distintas vulnerabilidades entre países.²⁰ É fato que, apesar de global, a mudança climática não afetará os países de forma equitativa. Mais do que isso, os impactos serão distribuídos de maneira essencialmente injusta já que os que menos contribuíram para o problema serão os mais afetados. A mudança climática, portanto, ameaça aumentar ainda mais o abismo na desigualdade entre países pobres e ricos.

Essa desigualdade inspira uma discussão que se expressa no termo ‘justiça climática’. Tal termo remete ao conceito de justiça ambiental, que trata também da distribuição não equitativa de impactos. O movimento por justiça ambiental tem seu início nos EUA no final da década de 1970 e pode ser encarado, inicialmente, mais como um movimento social do que tipicamente ambiental (DRYZEK, 1997). A principal contestação nesse movimento é ao fato de que os impactos e riscos provenientes da sociedade industrial recaíam predominantemente sob grupos mais pobres ou de minoria étnica-racial. No contexto da mudança climática, o termo se refere ao fato de que os maiores emissores (portanto, os mais

¹⁹ Nesse ponto, dois capítulos se destacam nos relatórios de 2001 e 2007. No 3º Relatório, temos o Capítulo 18 do GT-II, intitulado Adaptação ao Clima no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Equidade (*Adaptation to Climate in the Context of Sustainable Development and Equity*); e no 4º Relatório, o Capítulo 20 do mesmo GT, Perspectivas sobre mudança climática e sustentabilidade (*Perspective on climate change and sustainability*).

²⁰ A vulnerabilidade às mudanças climáticas é o grau de susceptibilidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, incluindo a variabilidade climática e os eventos climáticos extremos. A vulnerabilidade é função do caráter, magnitude e ritmo da mudança climática; da variação a que um sistema está exposto; e da sua capacidade de adaptação (NOBRE, 2008, p. 9; IPCC *et al.*, 2007).

responsáveis pelo fenômeno) não são os mais afetados ou mais vulneráveis aos efeitos das mudanças em curso (IKEME, 2003; MILANEZ; FONSECA, 2010; VIHERSALO, 2008).

Entendido de forma mais ampla, pode-se incorporar três dimensões ao conceito de justiça ambiental: 1) a distributiva, 2) a de procedimento, e 3) a de relações justas. A primeira trata da distribuição equitativa tanto dos benefícios quanto dos riscos ambientais; a segunda se refere ao processo participativo e à possibilidade de interferir no processo de tomada de decisão; por fim, a terceira trata de relações justas entre seres humanos (*justiça intrageracional*), entre gerações (*solidariedade intergeracional*) e entre seres humanos e natureza (*justiça biosférica*) (VIHERSALO, 2008, p. 36).

A questão da justiça climática contempla as dimensões acima expostas. A mudança climática levanta uma questão ética sobre a ação do ser humano sobre seu meio. Na medida em que os impactos da ação humana inviabilizam a existência de vários sistemas naturais, é necessário repensar a relação ser humano – natureza. A concepção de justiça biosférica contempla a necessidade de transcender de uma abordagem essencialmente antropocêntrica para considerar o ser humano com uma dentre as várias espécies que coabitam um meio.

Ainda, no contexto da mudança climática, a distribuição dos impactos acontece de forma não proporcional às responsabilidades e de modo desigual. A questão da justiça intrageracional, é um ponto importante já que a mudança climática afetará os países mais pobres, prejudicando substancialmente suas possibilidades de se desenvolver. Ainda, as buscas atuais de solução para o problema (por meio de medidas de adaptativas e de mitigação) estão diretamente relacionadas com o objetivo de proporcionar às gerações futuras o acesso a um ambiente menos adversamente influenciado pelas ações humanas. Essa busca por soluções, por sua vez, passa por processos políticos, de negociação internacional e acordo entre países.

No concernente à mudança climática, o presente trabalho assume que é central o debate sobre as diferenças de responsabilidade e/ou impacto entre países. A discussão sobre adaptação e mitigação, portanto, não devem passar ao largo do debate sobre justiça, desigualdades e desenvolvimento.

1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MUDANÇA CLIMÁTICA

Conforme exposto acima, a questão da mudança climática impôs ao mundo novos desafios e a busca de soluções para a questão climática estabelece um forte diálogo com o discurso de desenvolvimento sustentável. A mudança climática tem relação com os três eixos em torno da ideia de desenvolvimento sustentável: a) o socialmente justo, b) o ecologicamente equilibrado e c) o economicamente viável (BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A., 2006; VEIGA, 2008).

Em relação ao socialmente justo (a), há a questão já discutida da “justiça climática. A mudança climática abrange o debate sobre justiça social, uma vez que trazem danos prioritariamente àqueles menos responsáveis pela atuação antrópica no fenômeno e que apresentam menor capacidade de adaptação aos problemas (IPCC *et al.*, 2007). Ademais, os impactos negativos advindos do problema tendem a aumentar ainda mais as desigualdades entre países e populações.

No bojo da sustentabilidade ecológica (b), a mudança climática traz desequilíbrios ecossistêmicos imprevisíveis. É esperado que, em determinada escala e rapidez, as alterações climáticas excedam a resiliência de sistemas ecológicos, gerando situações de irreversibilidade. São previstas inestimáveis perdas na biodiversidade, com a extinção de espécies que não se adaptarão ao ritmo acelerado das mudanças, como corais e alguns ecossistemas específicos como o polar (IPCC *et al.*, 2007).

Em relação à esfera econômica (c), o fenômeno também representa desafios. Os sistemas produtivos atuais são altamente dependentes de um sistema baseado no consumo de combustíveis fósseis. Ademais, a mudança climática prejudica os setores produtivos e exigem maciços investimentos tanto na mitigação quanto na adaptação aos problemas decorrentes do fenômeno (IPCC *et al.*, 2007; STERN, 2006).

Dentre as soluções e alternativas aventadas para lidar com a questão climática estão medidas que trazem consigo a busca por novos padrões de comportamento, de políticas e de desenvolvimento. Tanto em relação ao desenvolvimento sustentável quanto em relação à mudança climática, se faz necessário repensar a relação das sociedades humanas com a natureza de forma mais estratégica e de longo prazo.

No que tange às medidas de mitigação, o IPCC aponta para as sinergias entre objetivos de desenvolvimento sustentável e a busca por redução de emissões de GEE:

Há evidências crescentes de que as decisões sobre política macro-econômica, política agrícola, os empréstimos multilaterais de banco de desenvolvimento, as práticas de seguro, a reforma do mercado de energia elétrica, a segurança energética e a conservação florestal, por exemplo, que são frequentemente tratados à parte da política do clima, podem reduzir significativamente as emissões (IPCC *et al.*, 2007, p. 61).²¹

Em torno das políticas de mitigação e dos elementos citados acima há a busca por novos padrões de consumo e produção que sejam menos poluentes; novas formas de relação com a natureza, valorizando a manutenção de ecossistemas; e mesmo a criação de mecanismos como a transferência tecnológica, que permitem diminuir as diferenças entre países e estabelece uma relação solidária na busca de um objetivo comum.

Especialmente em relação às medidas de adaptação, existe uma forte sinergia com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, por vezes, um se apresenta

²¹ There is growing evidence that decisions about macro-economic policy, agricultural policy, multilateral development bank lending, insurance practices, electricity market reform, energy security and forest conservation, for example, which are often treated as being apart from climate policy, can significantly reduce emissions (IPCC *et al.*, 2007, p. 61).

como pré-requisito para implementação do outro. Portanto, políticas no âmbito da mudança climática podem conduzir a desenvolvimentos mais sustentáveis e vice-versa (YOHE, 2007, p. 818).

Medidas aparentemente não relacionadas com a questão climática, como nível de escolaridade, influenciam diretamente na vulnerabilidade de uma população. Maior capacidade institucional/financeira, acesso a recursos, saúde e tecnologia, são todos fatores importantes tanto para garantir o desenvolvimento sustentável, quanto para uma menor vulnerabilidade socioeconômica de países e populações. Portanto, o desenvolvimento sustentável tanto compartilha objetivos com as políticas de adaptação, quanto tende a ser um garantidor do sucesso destas políticas.

Outro elemento que aproxima a mudança climática e desenvolvimento sustentável é o papel central do raciocínio a longo prazo e adoção de medidas preventivas. Tais medidas tendem a ser mais eficientes quando antecipam acontecimentos e devem ser implementadas em estágios iniciais, tendo em vista ser mais vantajoso cuidar da questão climática o quanto antes. O Relatório Stern tem como uma de suas grandes contribuições demonstrar comparativamente os enormes prejuízos econômicos da inação frente ao problema (STERN, 2006). Entretanto, esses custos são calculados em relação ao PIB mundial e o investimento tem que partir de países específicos. A grande questão é: quem paga a conta atual e para quem, de fato, ficará mais caro se nada for feito de imediato?

Os desafios ambientais e climáticos estão inseridos em uma lógica mais imediatista e de difícil definição de quem serão os custos e benefícios de preservação de um bem comum. A maioria das pessoas não está suficientemente inclinada a adotar ações preventivas e aceitar os custos inerentes dessas ações (SCHNEIDER *et al.*, 2007, p. 798). Quanto mais aparentemente distante o problema, menor a predisposição a solucioná-lo. Isso se aplica tanto às questões de sustentabilidade, em geral, quanto em relação especificamente à questão climática.

Por fim, pode-se dizer que há uma “drama” compartilhado entre o desenvolvimento sustentável e a mudança climática: a dificuldade de se implementar políticas a respeito de bens comuns e que sejam orientadas por uma visão estratégica (e solidária) de médio-longo prazo.

2. QUESTÃO AMBIENTAL E A MÍDIA

Tendo em vista a importância da construção discursiva sobre a temática ambiental, se faz necessário entender o tipo de representação que é feita pela mídia. Neste capítulo serão explorados alguns pontos que fazem parte do processo de representação da mudança climática. Para entender o papel da mídia na questão ambiental, é necessário primeiramente refletir sobre a dinâmica da mídia, sua construção discursiva sobre os temas e seu papel nas sociedades modernas.

A mídia ocupa um espaço central na vida moderna, é onipresente e um dos meios mais importantes que utilizamos para compreender o mundo, partilhar e produzir significados (SILVERSTONE, 2005, p. 17). A comunicação moderna traz novas formas de interação social e de exercer o poder. Com advento de novas técnicas, a noção de tempo e espaço é reestruturada tornando possível a interação mediada entre diferentes locais antes inviável. A mídia e os novos modelos de comunicação transformaram a própria “natureza da produção e do intercâmbio simbólico no mundo moderno” de modo que a mídia é um elemento estruturante da realidade contemporânea (THOMPSON, 2002, p. 19).

O advento da imprensa é um momento marcante na história da humanidade. As novas formas de mediação simbólicas proporcionadas pela impressão e pelos novos veículos de mídia influenciaram de forma contundente a conformação das sociedades modernas. A comunicação moderna modifica não apenas a transmissão das formas simbólicas, mas também as próprias formas de interação social. São introduzidas novas noções de tempo e espaço e formas de interação entre indivíduos através da experiência mediada (GIDDENS, 2002; THOMPSON, 2002).²²

A modernidade é marcada por elementos de mudança estruturais e institucionais (tais como capitalismo, formação dos Estados-Nação e fim do monopólio da igreja católica) e também por aspectos da mediação cultural, nos quais a mídia desempenhou um papel central desde o final do século XV até os dias de hoje. Neste período houve uma grande mudança no âmbito da cultura (mais difíceis de verificar e aferir) que não podem ser ignoradas. A incorporação de novas técnicas e formas de comunicação mudou de forma significativa e estrutural a forma de interação social.

Em 1440, Johann Gutenberg começa seus experimentos com a impressão e em 1450 a técnica já pode ser explorada comercialmente. Na segunda metade do século XV, o advento das técnicas de impressão garante às indústrias de mídia o espaço como nova base de poder simbólico fora do controle da igreja. A impressão colaborou, por exemplo, na difusão do protestantismo (estima-se que em um mês as 95 teses de Lutero tenham tido

²² Thompson (2002) classifica o tipo de interação promovida pelos meios de comunicação de massa como “quase-interação mediada”. Segundo o autor, esse tipo de relação é essencialmente monológica, com fluxo de comunicação de uma via, destinada a um número indefinido de receptores. A troca de informação e conteúdo simbólico face a face é gradual e parcialmente suplantada por formas de interação mediadas, nas quais as partes (emissor e receptor) não necessariamente compartilham tempo e/ou espaço.

alcance em toda a Europa), na renovação do interesse pelo pensamento clássico (com acesso a obras de Virgílio, Cícero e outros autores da antiguidade por meio de novas publicações), em novas formas de fluxo de informação e dados (colaborando sobremaneira para o comércio e para o desenvolvimento da ciência) e na consolidação das línguas vernáculas em detrimento das publicações em latim, o que teve um papel importante na consolidação dos Estados e identidades nacionais (ANDERSON, 1991; BURKE, 2003, p. 146; THOMPSON, 2002, p. 55).

Thompson (2002) defende que a disponibilidade de formas simbólicas mediadas alterou a reorganização do espaço e tempo, modificando nosso entendimento do passado, compreensão de mundo e a formação de identidade dos indivíduos. A maneira como as pessoas se relacionam com o passado se modifica, já que o contato com a tradição (antes predominantemente por via de mensagens orais) passa a ser produto da mídia. Quando mediada, a nossa compreensão de mundo é ampliada já que o contato com outras realidades não mais depende apenas da experiência pessoal. Por fim, a difusão de formas simbólicas mediadas altera, ainda, as noções de tempo e lugar, modificando a sociabilidade e formação identitária dos indivíduos.

A importância da mídia se estende de forma significativa nos tempos hodiernos e sua influência é um tema central nas teorias de comunicação. O papel da mídia é muito discutido principalmente em sua relação com a sociedade, variando de interpretações quanto ao seu nível de influência no padrão de comportamento do público em geral.

O entendimento nesta pesquisa é da mídia como espaço em que há disputa pela representação de diferentes interesses e pontos de vista. Para além da esfera simbólica dessa disputa, a mídia também desempenha um papel central na construção da realidade.

Pode haver uma disputa sobre o direito de definir problemas e controlar agendas. A mídia promove ambos, uma arena para contestação e também é agente, negociando acesso, moldando significados e circulando símbolos, empurrando para a ação, contestando decisões (LAMAY; DENNIS, 1991, p. 5).²³

Considerando as diferentes formas de entendimento sobre o processo comunicativo, algumas das funções atribuídas à mídia são: aparelho de vigilância, fórum de debate, agente para mobilização cívica, educação e esclarecimento ao fornecer informações e análises consistentes (CARVALHO, 2010; ENEIAS, 2005; FERLINI; CRÚZ-MENA, 2008; MENEZES, 2008). Ressalta-se ainda a obrigação da mídia de “bem noticiar”, i.e, fornecer informações sem omissões ou manipulação. Afinal a mídia tem um papel importante ao mediar o contato do público com o enorme volume de informações da atualidade. Deste modo, um dos propósitos atribuídos ao jornalismo é o fornecimento de informações que permitam o

²³ It can be a struggle over the right to define issues and control agendas. The media provide both an arena for contest and are also players, negotiating access, shaping meanings, circulating symbols, pushing for action, contesting decisions (LA MAY; DENNIS, 1991, p.5).

empoderamento dos leitores, a partir de dados relevantes para sua tomada de decisões (FERLINI; CRÚZ-MENA, 2008, p. 113; MORIN; KERN, 2001).

2.1 INFLUÊNCIA DA MÍDIA

No caso desta pesquisa, julgou-se importante entender o processo de representação da mudança climática na mídia por três razões principais: 1) o poder de agendamento da mídia, i.e., a sua importância em pautar os temas que se tornam objeto de preocupação do público em geral; 2) o discurso midiático como prática social e sua influência na realidade; 3) o espaço da mídia como *locus* de disputa na representação de diferentes perspectivas da sociedade e sua importância para a implementação de novos paradigmas como os propostos pelo desenvolvimento sustentável.

No que tange ao agendamento, McCombs (1997) atesta que a influência da mídia na agenda pública é um efeito já comprovado e atua na importância e destaque dado pela agenda pública para aqueles temas tratados na agenda dos meios de comunicação. O autor destaca bastante o papel da mídia na construção de consenso sobre os temas reportados e a influência que têm sob a perspectiva do público:

a mídia é incrivelmente bem-sucedida em nos dizer sobre o que pensar e costuma ser incrivelmente bem-sucedida em nos dizer como pensar. Notícias fazem muito mais do que chamar a atenção para as questões. Elas também as enquadram de várias maneiras, influenciando as perspectivas do público sobre seus aspectos-chave (MCCOMBS, 1997, p. 441).²⁴

Apesar de dar destaque a esse poder de influência da mídia, McCombs reconhece as limitações no processo de agendamento, levando em conta que a mídia e o público participam conjuntamente neste processo. Assim, a mídia teria um papel muito importante, porém não determinante, sendo necessário considerar o papel ativo da audiência/público.

Referente ao segundo ponto (a influência da mídia na sociedade), as interpretações variam entre aqueles que consideram uma influência determinante da mídia na sociedade e aqueles que entendem o processo de influência em uma via de mão-dupla. Há a corrente mais voltada para a indústria cultural e de cultura de massa, que considera uma forte influência da mídia na condução de comportamento das massas e outras que apontam para os limites desta influência e a autonomia dos indivíduos na recepção da mensagem (ENEIAS, 2005; MATTELART, A.; MATTELART, M., 2002).

Thompson (2002) nos apresenta a crítica à tradição de pensamento da Escola de Frankfurt. Segundo o autor, esta pressupõe que o consumo dos produtos culturais implicaria na aceitação da ordem social. A postura crítica de Thompson tem como base a produção teórica da hermenêutica, que considera o caráter construtivo e socialmente

²⁴ The media are stunningly successful in telling us what to think about and they often are stunningly successful in telling us how to think about it. News stories do much more than call out attention to issues. They also frame those issues in various ways, influencing the public's perspectives on key facets of these issues (MCCOMBS, 1997: 441).

vinculado da interpretação. Sobre o processo criativo e de atribuição de sentido na comunicação, Thompson (2002) comenta que:

A hermenêutica ensina que a recepção das formas simbólicas – incluindo os produtos da mídia – sempre implica um processo contextualizado e criativo de interpretação, no qual os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem para dar sentido às mensagens que recebem (p. 17).

A orientação teórica deste trabalho se pauta nas críticas de Thompson (2002, 2009) e na tradição que enfatiza o papel mais autônomo e interpretativo do receptor no processo de comunicação. Será adotada uma perspectiva que limita a influência da mensagem e considera o papel ativo do receptor em sua decodificação e atribuição de significado.

A comunicação, portanto, está situada em um processo circular retroativo em que os significados são atribuídos e modificados ao longo de todo o processo. Os efeitos da comunicação, portanto, não são limitados à intenção do emissor frente a sujeitos passivos. Novos paradigmas da comunicação apontam para os efeitos potenciais, frente à assimilação e ressignificação da mensagem no processo comunicativo. As mensagens influenciam no processo cognitivo do destinatário e não têm efeitos diretos no comportamento explícito deste. Ademais, os efeitos são cumulativos, o que evidencia o caráter processual da comunicação (WOLF, 2008, p. 138).

Notícias e reportagens podem ser entendidas como construção de significados e regimes de verdade, que acontece em um processo complexo e de múltiplas esferas. Flausino (2001) expressa que “embora se diga que ela [a notícia] é um instrumento utilizado pelos grupos no poder, é a imagem que o leitor tem do texto que faz com que ele assuma seus conteúdos e suas formas” (p. 115). Portanto, a notícia é apropriada pelo leitor em um processo que será de aceitação e ressignificação daquela mensagem. A própria teoria do agendamento segue uma trajetória que parte da aceitação do papel determinante da mídia na construção da agenda pública ao papel ativo da audiência e limites da influência dos meios de comunicação de massa (BORGES, 2010).

Cabe a ressalva de que apesar das limitações do alcance da mídia na sociedade, não é possível desconsiderá-lo. Os produtos dos *mass media* tornam-se representações sociais e influenciam a forma de apreender a realidade, os temas em evidência e a forma de agir no mundo (BORGES, 2010; FLAUSINO, 2001). O discurso midiático, ao mesmo tempo em que deriva da realidade, também a constitui.

A representação da mídia sobre uma questão fala para a sociedade e também sobre ela e seus campos de interesse. Assim, o processo de noticiar um evento como a COP-15 pode nos fornecer indícios sobre os enquadramentos dados à questão ambiental pela sociedade e em particular pela mídia. Afinal, a comunicação é um processo político e coletivo de construção de sentido, na qual se disputa a possibilidade de significar a realidade e indicar os horizontes de expectativas (DISPENSA; BRULLE, 2003, p. 78).

Aqui cabe a discussão sobre o terceiro ponto: o espaço da mídia como *lócus* de disputa na representação de diferentes perspectivas da sociedade. Por ser um campo em disputa, a aceitação do discurso sobre desenvolvimento sustentável passa pela aceitação de novos paradigmas e revisão de comportamentos (SACHS, 2004; SEN, 2000; VEIGA, 2008). Entende-se que há uma possível banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, que deriva de sua maleabilidade conceitual e das diferentes maneiras como ele é apreendido por grupos/atores sociais segundo distintos interesses.

Alguns autores apontam para o fato do discurso do desenvolvimento sustentável legitimar-se como padrão social, mas não ser absorvido no íntimo pelas pessoas em suas práticas sociais. Assim, na medida em que o discurso sobre a sustentabilidade torna-se gradualmente mais aceito e corrente, passa a ser interessante adotar tal discurso tendo em vista potenciais lucros simbólicos e aprovação social. Como argumentam Fonseca e Bursztyn (2007),

Ter o discurso ambientalista como norma social, passível de gerar lucro simbólico ou prejuízo simbólico, possibilita que o fato de dizer-se “ambientalmente correto” possa ser uma estratégia de determinados atores sociais, visando posições socialmente (e economicamente) vantajosas (p.172).

Nessa construção do discurso a favor da sustentabilidade, a imprensa tem um papel importante, principalmente no que tange a sua influência na produção e transmissão destas formas simbólicas. Os sistemas simbólicos podem ser entendidos como formas de significar e entender o mundo e são um importante elemento de integração social (BOURDIEU, 2010; THOMPSON, 2002). O presente trabalho entende a atividade simbólica como um elemento central na vida social, de compartilhamento de significados e discursos dominantes. O poder simbólico precisa ser considerado no processo de implementação de um outro discurso ou na busca por intervir nos acontecimentos no meio social. Sendo a mídia responsável pela distribuição massiva de construções simbólicas, é necessário relacionar a cobertura midiática com seu poder de influenciar a transmissão de novos paradigmas tais como os propalados pelo desenvolvimento sustentável.

Por fim, a imprensa tem um papel crucial na aceitação e construção de novos paradigmas por dois motivos principais: a) seu poder simbólico; b) seu papel como espaço de mediação das diferenças na esfera pública (MOURA, 2004). O discurso midiático é importante nesse processo de consolidação e legitimação de um novo discurso e, por conseguinte, na implementação de mudanças sociais. Analisar a forma como a mídia entende e discute o tema é uma forma de perceber sua prática discursiva e seu papel na legitimação de preceitos voltados à sustentabilidade. As representações sobre o desenvolvimento sustentável fazem parte de uma disputa de diferentes interesses sobre sua conceituação e a postura da imprensa tem o papel fundamental nesta arena.

2.2 NOTÍCIA COMO PROCESSO E SEUS MÚLTIPLOS FATORES

Para analisar a cobertura midiática, é importante entender a notícia como representação limitada e resultado de um processo que é influenciado por diversos fatores. Nos estudos em comunicação há uma tendência recente de enfoque nos emissores, orientando pesquisa que buscam explicar o processo da construção da notícia a partir de elementos internos (WOLF, 2008). Apesar de se considerar a prática jornalística, essa pesquisa não buscou entender a fundo as razões institucionais que orientaram a cobertura da mudança climática por *Veja* e *CartaCapital*. A menção aos elementos institucionais acontece, aqui, mais como uma tentativa de considerar o complexo sistema e variáveis na construção discursiva da mídia.

Em outras pesquisas sobre a cobertura midiática e a questão ambiental/climática, ressalta-se a importância das práticas jornalística e da estrutura institucional dos media, ou seja, quem são os responsáveis pela filtragem, seleção, escolha e molde da realidade por meio da divulgação de notícias (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007; BROSSARD *et al.*, 2004; DISPENSA; BRULLE, 2003). Dispensa e Brulle (2003), por exemplo, mencionam a mídia como ambiente de disputa na busca na demarcação de problemas sociais. Nesta arena, o processo de definição de problemas e sua cobertura são influenciados por características institucionais tais como: as estruturas dos jornais, o tamanho da instituição, a dependência de informantes para construção da matéria, restrições de tempo e orçamentárias, o imperativo da novidade, dentre outros fatores.

Em uma instituição como a imprensa, há uma série de atores que influenciam a construção da notícia e a definição dos temas a serem reportados. As notícias não são um espelho da realidade e sim um recorte bastante limitado dela. Este recorte é orientado por critérios como as normas jornalísticas e também por contextos mais amplos, interesses subjacentes e jogos de poder.²⁵ Daí a tendência de estudos com enfoque nos atores responsáveis pela delimitação de quais aspectos da realidade que serão noticiados. Duas linhas de pesquisa em comunicação se destacam nesta abordagem centrada nos emissores: o *gatekeeping* e o *newsmaking*.²⁶

A figura do *gatekeeper* é amplamente discutida na literatura e trata exatamente deste procedimento que define o que entra e o que sai no processo triagem das notícias. O *gatekeeper* é uma espécie de porteiro, a figura (indivíduo ou grupo) que define o que será veiculado ou não. Essa triagem tende a adotar critérios organizacionais e profissionais

²⁵ Esse processo de seleção é comumente taxado de manipulativo, por teorias mais críticas. Apesar de considerar as pressões externas na construção da notícia, Wolf (2008) ressalta o caráter involuntário de determinadas distorções, que derivam de práticas profissionais e rotinas organizacionais. O autor chama atenção para o caráter inerentemente parcial e limitado das representações, de modo que distorções inconscientes fazem parte da própria prática jornalística e não devem ser sempre atribuídos à manipulação deliberada de grupos dominantes (WOLF, 2008, p.188).

²⁶ O termo *gatekeeper* é traduzido de inúmeras formas, como: selecionador, porteiro ou guardião da cancela. Já o termo *newsmaking* refere-se ao processo de produção da notícia, não tendo um termo único que o traduza. Ambos os termos costumam ser usado na literatura em sua grafia em inglês, postura que será mantida nesse trabalho.

semelhantes, com normas de seleção que podem diminuir a distorção subjetiva e individual na seleção (WOLF, 2008, p. 185). Como nos lembra Hilgartner (1988), a atenção pública é um recurso escasso, disputado por diferentes temas. O volume de potenciais notícias em um jornal ou revista é muito maior do que a possibilidade física de noticiá-los pela imprensa. Sempre há uma triagem na qual se define o que é mais ou menos “digno de atenção”, o que tornará um evento notícia ou não.

O *newsmaking* situa a construção da notícia em sua prática cotidiana de produção, sendo sua noticiabilidade definida por critérios da cultura profissional e da organização do trabalho. Neste paradigma, a seleção do que vira notícia não é aleatória ou arbitrária. A filtragem atende a critérios da prática jornalística²⁷ e situa-se em um processo pragmático que avalia sua “factibilidade” nas fases de produção da notícia. Portanto, o viés é inerente à prática e pesquisas nesta linha procuram “explicar de modo adequado e aprofundado a distorção de informação que os fatores organizacionais e estruturais produzem e reproduzem constantemente” (WOLF, 2008, p. 258).

Essa triagem dos conteúdos a serem reportados pode ser influenciada por um sem número de fatores e nela entram os interesses de outros atores envolvidos com os veículos de imprensa, tais como os anunciantes, os repórteres e os donos ou acionistas da corporação (empresa de comunicação). Nesse processo, a definição de critérios de seleção, portanto, está situada em um imbricado contexto de atores e interesses e pode ser influenciada tanto por fatores internos quanto por pressões externas.

Os repórteres são apenas um dos elementos em uma complexa teia institucional que envolve interesses econômicos, políticos e normas jornalísticas. Portanto, é necessário também levar em conta o papel dos anunciantes e dos donos das companhias de comunicação. Analisando o caso dos EUA, Dispensa e Brulle (2003) apontam para uma grande dependência dos jornais em relação a seus anunciantes. No ano de 1981, por exemplo, 75% da renda de jornais, revistas e televisão norte-americanos foram provenientes de anúncios. Os autores relatam ainda uma série de casos em que os interesses de anunciantes definiram a pauta dos jornais. No tratamento da mudança climática pela mídia, os interesses político-comerciais têm um papel de destaque, com algumas pesquisas atestando uma forte influência do *lobby* do petróleo, fatores ideológicos o oportunismo político no tipo de cobertura da imprensa nos EUA (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; CARVALHO, 2007; DISPENSA; BRULLE, 2003).

O direcionamento da mídia para a defesa de interesses particulares também é uma crítica em relação à imprensa brasileira. A *mass mídia*, no Brasil, foi instituída pelo Estado, em um contexto de ditadura e controle. Após a redemocratização a partir de 1988, contudo, a

²⁷ Wolf (2008) enfatiza que os critérios de seleção atuam de forma complementar e se adequam a novas orientações, padrões e interesses da mídia/sociedade. Alguns dos elementos que compõem o “valor notícia” são: conteúdo da notícia, a disponibilidade de material, o público/leitores e a concorrência. Para uma leitura mais aprofundada nos critérios de noticiabilidade, ver: Wolf, 2008, pp. 193 a 228.

mídia brasileira não passou pelo mesmo processo. Para Guedes (2000), o contexto de imprensa regulada por ditadura migrou para um contexto de concessões que resultaram em um monopólio da *mass mídia* de algumas famílias proprietárias de rádios, jornais. Tal característica, ainda segundo a autora, orienta uma cobertura mais voltada para os interesses econômicos ou políticos de grupos minoritário com controle dos meios de comunicação.

Nessa imbrincada rede de fatores de influência na cobertura, outro elemento a ser levado em conta é o interesse comercial da imprensa. Como negócio (*news as bussiness*) a mídia tem por objetivo o lucro e não apenas informar ou ser espaço de debate dos problemas sociais. Vários autores apontam para o fato de que a democracia é subvertida na medida em que grandes monopólios e corporações usam seu sistema de propaganda e notícias para conduzir a comunicação de acordo com seus interesses privados (ALVES FILHO, 1997; DISPENSA, BRULLE, 2003; HABERMAS, 1984). A imprensa perde o estatuto de esfera pública na acepção de Habermas: como o local para deliberar conjuntamente sobre assuntos de interesse público e no qual as sociedades exercem sua capacidade auto-reflexiva para empreender mudanças. (DISPENSA; BRULLE, 2003; LAMAY; DENNIS, 1991; MOURA, 2004).

Habermas relata a transição do jornalismo de convicção para o jornalismo comercial, na qual a esfera política, de debate vai sendo tomada pelas bases econômicas e de interesses comerciais (HABERMAS, 1984; HABERMAS *et al.*, 1974, p. 53). Na imprensa de opinião, o capital empresarial era um elemento secundário. Já nos meios de comunicação de massa o lucro passa a ser elemento central e a imprensa, quando reduzida à empresa, tem sua função crítica comprometida. O processo de comercialização da imprensa, portanto, resulta no prejuízo de sua função crítica e na apropriação desse espaço pela propaganda e interesses específicos:

a partir do momento que a venda da parte noticiosa fica em relação de reciprocidade com a venda de anúncios, a imprensa, que era até então uma instituição de indivíduos particulares como sendo o do público, torna-se instituição de uma determinada parte do público, dos indivíduos particulares, a saber, como ponto avançado dos interesses privilegiados privados, voltados para a opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 146).

Essa imprensa comercial, por sua vez, está intimamente ligada com os paradigmas vigentes na sociedade industrial e de consumo. O modelo dominante da grande imprensa pode ser caracterizado pelo “emprego manipulativo do poder a fim de atingir lealdade das massas, a demanda de consumo e a adequação à imperativos sistêmicos” (Habermas, *apud* DISPENSA; BRULLE, 2003, p.78).²⁸ Um dos imperativos sistêmicos é justamente o reforço da lógica industrial e a legitimação de um padrão de vida pautado no consumo.

²⁸ The manipulative deployment of power to procure mass loyalty, consumer demand, and compliance with systemic imperatives (Habermas, *apud* DISPENSA; BRULLE, 2003, p.78).

A questão ambiental, por sua vez, põe em xeque tal padrão de vida e o modelo industrial. Vários autores defendem que a crise ambiental deve ser entendida como resultado da sociedade industrial e seu modelo de uso dos recursos naturais (BARTHOLO, 1984; DISPENSA; BRULLE, 2003; MORIN; KERN, 2001).

Nesse contexto, haveria uma incongruência já que a imprensa que reporta a questão ambiental é a mesma que reforça as causas do problema. Na mesma página em que se reporta o problema climático, por exemplo, pode-se ter propagandas de carros, estímulo ao consumo e reforço de padrões de vida insustentáveis. A mídia estaria associada a uma perspectiva de consumismo e a valores destoantes das reivindicações ambientais ou de sociedades mais sustentáveis em sua relação com a natureza. Reportar a questão ambiental poderia ser vista como uma contradição, um movimento destoante dos interesses defendidos pela grande mídia.

Contudo, também é possível pensar a própria notícia sobre o meio ambiente como um produto de consumo a ser vendido na sociedade do espetáculo. “Mesmo que haja razões para que a mídia evite dar atenção às preocupações ambientais, há também razões para que a mídia explore tais preocupações para propósitos institucionais e de negócios” (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 35).²⁹ A publicidade e visibilidade conferida ao tema mudança climática é um exemplo em que a dramaticidade é vendida como produto. O potencial de exploração sensacionalista e de envolver o público traz à tona no palco midiático tanto a mudança climática quanto os demais problemas ambientais.

Esta consideração abre espaço para discutirmos outro ponto central na cobertura midiática sobre a questão ambiental: qual tipo de cobertura será feita e o porquê dos temas ambientais ganharem maior visibilidade nas últimas décadas. O que pauta a escolha da imprensa em reportar a questão ambiental? Qual o papel da imprensa ao reportar as questões ambientais? Seria o de alarmar, criticar, informar o público? Portanto, é necessário discutir o que leva os veículos de imprensa a reportarem as questões ambientais mesmo que tratem de uma contradição do sistema em que estão inseridos esses mesmos veículos.

2.3 MÍDIA E MEIO AMBIENTE

A questão ambiental entra em evidência principalmente a partir da década de 1960 e 1970. Esse período testemunha o processo de formação do tema meio ambiente como problema social e também como objeto de atenção da mídia. Comparando os casos da Grã-Bretanha, Canadá e EUA, LaMay e Dennis (1991) apontam para a “descoberta” do tema meio ambiente na mídia ocidental nas décadas de 1960 e 1970.

²⁹ Although reasons exist for media to turn attention away from environmental concerns, there are also reasons for media to use or exploit such concerns for institutional or business purposes (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 35).

Entretanto, o tema não foi discutido homoganeamente entre países. O Norte e a Australásia mantiveram foco sobre conservação e “mundo selvagem” (*wilderness*) e a Europa se ateve predominantemente no movimento anti-nuclear e de paz. A despeito dos diferentes enquadramentos temáticos entre países, a questão ambiental compartilhou uma característica nas diferentes partes do globo: o redirecionamento para a mídia como meio de reconhecimento público da questão ambiental (LAMAY; DENNIS, 1991).

Outros autores apontam para um lento reconhecimento da questão ambiental por parte da mídia. Schoenfeld *et al.* (1979) descrevem o processo de incorporação do tema meio ambiente na imprensa estadunidense, demonstrando o descompasso entre ambientalistas e jornalistas na própria conceituação do termo meio ambiente. Inicialmente, argumentam os autores, as questões ambientais eram tratadas sob enquadramentos pontuais, como conservação e evoluem para uma concepção ligada à unidade sistêmica do planeta Terra, tendo os seres humanos como uma dentre as várias espécies existentes. Os autores descrevem alguns dos desafios a serem superados para a incorporação do tema ambiental na pauta da imprensa, o que levou a uma lenta adesão da mídia à causa ambiental na concepção mais holística. Aos poucos o meio ambiente vai ganhando apelo como notícia e no início da década de 1970, já se testemunha um espaço crescente da questão ambiental em jornais (SCHOENFELD *et al.*, 1979).

Nessas décadas se consolida o que McCormick intitula de Novo Ambientalismo, um movimento amplo, dinâmico, politicamente engajado e de forte crítica aos modelos e valores das sociedades industriais modernas. Esse período testemunha o crescente apelo da questão ambiental: “As preocupações de uns poucos cientistas, administradores e grupos conservacionistas floresceram num fervente movimento de massas que varreu o mundo industrializado” (MCCORMICK, 1992, p. 64).

A ascensão do meio ambiente como um problema frente à opinião pública é influenciada por uma série de eventos, em sua maioria, situados ao longo das décadas de 1960 e 1970. Neste período há a publicação do livro “Primavera Silenciosa” (1962) em que Rachel Carson discute a relação ciência, natureza e ação humana, denunciando aspectos importantes sobre o uso de defensivos agrícolas. Outro evento marcante foi o primeiro Dia da Terra (*Earth Day*) em 1970, nos EUA, que agregou reivindicações e atores em torno de uma agenda ambiental, num encontro com aproximadamente 300 mil participantes. Ressalta-se também o impacto da divulgação da imagem da Terra tirada a partir do espaço, na qual as pessoas puderam, pela primeira vez e de forma ampla, visualizar os limites de um planeta finito. O poder visual desta mensagem é, sem dúvidas, um divisor de águas na concepção sobre meio ambiente (LAMAY; DENNIS, 1991, p. 29-36; MCCORMICK, 1992, p. 64; SCHOENFELD *et al.*, 1979, p. 42-44). Todos esse, são elementos que se somam e marcam um olhar cada vez mais atento para a questão ambiental.

No Brasil, alguns atores apontam que o tema entra em pauta concomitantemente à agenda internacional, outros assinalam o interesse da imprensa nacional apenas algumas décadas depois. O autor Raul Reis (1999) aponta um dos primeiros ciclos de interesse no começo da década de 1970 enquanto Guedes (2000) entende que no começo dos anos 1970 o tema meio ambiente ainda era incipiente no cenário Brasileiro, sendo incorporado à agenda midiática nacional posteriormente. De todo modo, é consenso que no final da década de 1980 há um “boom” de interesse da mídia pelo tema, quando meio ambiente passa a ser pauta regular na imprensa nacional. Um dos eventos marcantes é a luta dos seringueiros na floresta amazônica, com destaque para a figura de Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988 (GUEDES, 2000, p. 542; REIS, 1999, p. 140). No início da década de 1990, testemunha-se um evidente crescimento da atenção da mídia à questão ambiental pelos principais jornais brasileiros, em boa medida a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) que foi largamente discutida e noticiada (REIS, 1999).

De acordo com o discutido anteriormente, a definição dos temas a serem tratados faz parte de uma imbricada rede de interesses e atores. Os temas ambientais ao serem escolhidos ou ignorados fazem parte deste processo de construção do problema social e da construção da notícia, ambos orientados por uma ampla gama de variáveis. Para discutir mais a fundo, cabe explorar alguns dos possíveis elementos que influenciam a ascensão ou o declínio de um tema (em especial o tema mudança climática e meio ambiente) na grande imprensa.

2.3.1 O que torna um evento (ambiental) noticiável?

Existem várias abordagens teóricas que apontam elementos determinantes na escolha de temas, algumas abordagens são mais monocausais, outras mais complexas, algumas com foco no emissor, outras na recepção da mensagem. Nesta sessão serão abordadas algumas destas variáveis, na tentativa de somar as diferentes contribuições em um quadro explicativo plural discutindo uma série de elementos que influenciam tanto a emergência do problema na opinião pública quanto sua noticiabilidade.³⁰

Ao analisar os fatores que influenciam a visibilidade de um tema na mídia é necessário levar em consideração tanto seus elementos intrínsecos quanto conjunturais. Entendendo elementos conjunturais ou externos, como aqueles que não dizem respeito ao tema em si, mas que influenciam o julgamento e entendimento deste, como, por exemplo, o ambiente cultural, as características organizacionais dos jornais, orientação política do editor. Já os elementos intrínsecos dizem respeito ao tema em si, como por exemplo, a sua dramaticidade

³⁰ Noticiabilidade entendida como “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível de indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2008, p. 196).

e potencial de exploração sensacionalista, tendo em vista características próprias do acontecimento, evento ou fenômeno. No presente trabalho, ao tratar da cobertura da imprensa sobre mudança climática, são considerados os elementos próprios da questão e também o quadro político, cultural e institucional na construção da questão climática.

Nas pesquisas que relacionam mudança climática e mídia, pode-se perceber a presença de dois paradigmas principais: o modelo cíclico do autor Anthony Downs (1972) e o modelo das arenas públicas de Stephen Hilgartner e Charles Bosk (1988). O primeiro está mais voltado para os valores intrínsecos e o caráter cíclico do tema. O segundo está mais voltado para a conjuntura social que permeia a construção social de um problema. Segue uma breve explanação sobre os dois paradigmas mencionados.

2.3.1.1 Downs e os fatores intrínsecos

Determinadas explicações possíveis sobre a cobertura da mudança climática tratam da análise sobre o tema em si e suas características, como apelo para a mídia, dramaticidade, novidade. No caso da mudança climática, há uma dramaticidade e alarmismo no tom da cobertura que naturalmente aumenta o apelo do tema sob o público e a pré-disposição dos meios de comunicação em explorá-lo.

Anthony Downs (1972) propõe um modelo cíclico para explicar o padrão do interesse do público em relação às questões ambientais. Neste modelo a ascensão e declínio de um tema seguem cinco etapas: 1) o estágio pré-problema (*preproblem*), no qual a gravidade do problema é propalada por um público diminuto, mas ainda não atingiu a atenção do público de modo geral; 2) o alarme do público frente à descoberta do problema, sua gravidade e a busca entusiástica por soluções; 3) percepção dos custos e dificuldades na solução (mais do que o custo financeiro, há o custo da mudança de comportamentos e de grupos abrirem mão de benefícios em prol da solução do problema); 4) dadas as dificuldades de solução, há um gradual declínio no interesse das pessoas, que podem se tornar desencorajadas frente aos custos ou mesmo entediadas com a recorrência do tema; 5) o estágio pós-problema, em que o tema entra num estado de esquecimento relativo, uma espécie de “limbo” entre esquecimento e lembranças esporádicas (DOWNS, 1972).

Na hipótese de Downs (1972) há também as características que levam um tema a ser noticiado. Existem critérios que definem se um tema atinge uma notoriedade mínima e inicia um ciclo de destaque, i.e., institui-se como problema. Os ciclos na cobertura são marcados principalmente por três características dos problemas ambientais: a) os problemas não são sentidos de forma ampla/generalizada; b) são problemas gerados por arranjos sociais que favorecem determinados grupos e não são facilmente modificáveis; c) os problemas em si não são intrinsecamente interessantes ou gradualmente perdem o apelo frente ao público. Os argumentos de Downs direcionam para a conclusão de que alguns temas seriam

inerentemente mais atrativos do que outros, proporcionando uma explicação mais linear, sem interação entre os elementos intrínsecos e outras variáveis.

Em relação à primeira característica (a), o principal ponto é que como nem todos experienciam os problemas ambientais que estão sendo noticiados, eles não necessariamente chamam a atenção de toda a audiência. De fato, há uma série de trabalhos que evidenciam que a preocupação com um problema deriva diretamente de sofrer ou não suas consequências (WEBER, 2006; SPENCE, ALEXA, 2010; WEBER, 2011). Em relação à mudança climática, a pesquisa de Spence (2011) aponta a relação entre experiência de eventos climáticos extremos e motivação para aderir a ações de mitigação. Um tema distante da sua realidade individual, faz com que falte motivação para a mudança comportamental das pessoas.

Há também eventos pontuais que se apresentam como janelas de oportunidade para a retomada de discussão de determinados temas. Novas descobertas científicas, incidência de eventos climáticos extremos, encontros e negociações internacionais são todos elementos que atendem tanto à demanda de novidade quanto de dramaticidade para trazer a tona o debate sobre mudança climática na imprensa. Para Ungar (1992, 1995), a cobertura é influenciada por eventos climáticos extremos. A cobertura do problema deriva dos desafios impostos pela realidade presenciada. Contudo, o ciclo tende a esvanecer/dissipar-se já que o senso dramático (importante para a cobertura jornalística), não pode ser mantido *ad infinitum*.

Sobre o segundo elemento (b), de fato, os problemas ambientais tendem a ameaçar relações desiguais e de privilégio. Como subproduto da sociedade industrial, os problemas ambientais colocam em xeque a própria base da sociedade, suas relações econômicas, de produção e consumo, tais como estão vigentes. A degradação de um ambiente gera lucros e prejuízos. A questão central é que os lucros tendem a ser concentrados e os prejuízos ambientais socializados. Tomando como exemplo uma empresa poluidora que não internaliza os custos ambientais de sua atividade, temos o seguinte cenário: o lucro da produção é privado, enquanto os custos do ar e/ou água poluídos serão divididos com todos aqueles dependentes daqueles recursos. A questão da mudança climática é bastante ilustrativa desse impasse: a decisão pontual de um país que se recuse a diminuir emissões acarreta prejuízos para todos os demais, já que o sistema climático não se delimita por fronteiras nacionais ou de acordo com as respectivas responsabilidades sob o problema.

Por fim, o terceiro elemento (c) trata de características intrínsecas de cada tema. Para o autor, “um problema tem que ser dramático e excitante para manter o interesse público porque notícias são “consumidas” pela maioria do público americano (e do público em toda parte) largamente como uma forma de entretenimento” (DOWNS, 1972, p. 42).³¹ De fato, o

³¹ A problem must be dramatic and exciting to maintain public interest because news is “consumed” by much of the American public (and the publics everywhere) largely as a form of entertainment (DOWNS, 1972, p. 42).

potencial de exploração sensacionalista é um elemento importante na cobertura midiática. Wolf (2008) também chama a atenção para a capacidade de entretenimento de um tema e sua importância como critério de seleção que estabelece o valor-notícia de um acontecimento. O valor-notícia é um componente da noticiabilidade. Refere-se a critérios práticos que operam de forma complementar definindo quais são os acontecimentos considerados relevantes o suficiente para ganharem um espaço como notícia (WOLF, 2008, p. 202).

De forma resumida, essas três características são condições que permitem ou não a ascensão de um tema e que se referem: 1) à capacidade de mobilização frente às adversidades quando sentidas concretamente e não apenas de modo distante; 2) ao desafio imposto pela questão ambiental, uma vez que as soluções passam necessariamente por mudanças institucionais e comportamentais e 3) à efemeridade de um tema na sociedade do espetáculo, na qual o espaço de discussão atende à critérios de entretenimento.

2.3.1.2 Visibilidade como construção social: o modelo das arenas públicas

Em contraponto a Downs que explica a visibilidade da questão ambiental mais a partir de características próprias ao tema, outros autores pautam suas explicações em características externas. Mais do que o tema ser em si interessante, é necessário entender o contexto no qual ele está inserido e sua interrelação com outros problemas. Vários autores criticam a linearidade do modelo de Downs, em relação às causas e influências que determinam a visibilidade de um tema. A crítica mais comum é que há pouco espaço para compreender a interação entre problemas, estratégias de atores e conjuntura política-institucional (LAMAY; DENNIS, 1991, p. 45; MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 32).

Hilgartner e Bosk (1988) apontam que a relevância de um problema está relacionada a sua construção social, que se dá em vários ambientes e instâncias sociais, dentre elas, a mídia. A ascensão ou declínio de um tema é influenciado pela conjuntura social de sua construção e não necessariamente com sua importância *a priori*. Afinal, o próprio processo de hierarquizar os problemas faz parte de sua construção social. Neste trabalho, os autores fornecem um quadro conceitual que será utilizado por outros autores ao tratarem da mudança climática: o sistema de arenas públicas (*public arena model*).

Deste modo, vários trabalhos que tratam da cobertura da mídia sobre mudança climática adotam o modelo das arenas públicas no qual há mais espaço para fatores contingenciais e sociais no interesse público e na definição de problemas sociais (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007; MCCOMAS; SHANAHAN, 1999; RUSSILL; NYSSA, 2009). “Afirmamos que para entender os padrões de longa data na cobertura ambiental da

mídia, nós precisamos olhar para outros locais além das características próprias dos problemas” (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007, p. 1201).³²

A partir da argumentação de Hilgartner e Bosk (1988), o tema mudança climática pode ser avaliado dentro de um quadro conceitual em que os problemas sociais não se apresentam como simples reflexos da realidade objetiva e sim como projeções construídas coletivamente. Essa abordagem está em consonância com outros trabalhos que analisam o fenômeno mudança climática a partir de uma abordagem construtivista, considerando seus elementos socialmente constituídos (HULME, 2008; PETTINGER, 2007).

Especificamente em relação ao meio ambiente, o que muitos autores argumentam é que não necessariamente a gravidade do problema ambiental é que estabelece sua visibilidade e seu espaço de debate (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007; LAMAY; DENNIS, 1991; MCCORMICK, 1992). Nas palavras de LaMay e Dennis: “nós sabemos que não é simples ou clara a conexão entre o grau de um problema com o ‘ambiente’ e seu reconhecimento como uma questão”(LAMAY; DENNIS, 1991, p. 21).³³

A contribuição do modelo de arenas públicas acontece mais no sentido de assumir a interrelação entre problemas em análises sociais. Hilgartner e Bosk (1988) argumentam que os problemas sociais detêm duas características importantes que não podem ser ignoradas: 1) interrelação entre diferentes problemas; 2) o sistema institucionalizado em que esses problemas são formulados e disseminados. Não é uma visão fragmentada e sim sistêmica, considerando a relação de diversas variáveis e sua influência na visibilidade e hierarquização de determinados temas/problemas.

Segundo os autores (HILGARTNER; BOSK, 1988), teorias e abordagens que não percebem o problema social como um processo falham ao não explicarem o porquê de alguns problemas terem mais atenção do público, o porquê de alguns fenômenos se configurarem como problema e outros não.

Portanto, para explicar a instituição de um tema como problema, é proposto um modelo explicativo baseado na seguinte construção lógica: a atenção pública é um recurso escasso e os problemas sociais e temas irão disputar este espaço/visibilidade em um processo competitivo em diferentes arenas. Este processo competitivo, por sua vez, é influenciado por diversas variáveis e por princípios de seleção que levam em conta a conjuntura política, cultural, institucional de cada arena. A mídia é uma dessas arenas, onde os problemas sociais disputam espaço, são representados e se desenvolvem (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 58).

O modelo das arenas públicas tratam de alguns pontos importantes que ajudam a elucidar a emergência da questão ambiental e, em específico, do tema mudança climática na

³² We assert that in order to understand long-term patterns in media coverage of environmental issues, we must look elsewhere than inherent characteristics of the issues themselves (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007, p. 1201).

³³ We know there is no simple or clear connection between the degree of a problem with ‘the environment’ and its recognition as an issue (LAMAY; DENNIS, 1991, p. 21).

mídia. Ao entender que os temas estão em constante competição por um “lugar ao sol” na arena pública e que este espaço é limitado, espera-se uma dinâmica constante entre temas que obtêm sucesso no destaque e outros que caem no esquecimento, aos quais devota-se menor atenção.

Da premissa que existe um limite de problemas a serem tratados tanto institucional quanto individualmente, depreende-se que a ascensão de um tema tende a ser acompanhada pela queda de outro. Lembrando que não necessariamente essa ascensão representa maior gravidade objetiva do problema e sim um conjunto de fatores que permitiu sua maior visibilidade: “o número de problemas sociais é determinado, não apenas pelo número de situações nocivas ou perigosas e condições que a sociedade enfrenta, mas pela capacidade de carga das instituições públicas” (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 61).³⁴

Desta forma, um problema deixa de ser noticiado não porque tenha sido resolvido. A saída de um problema da arena de debate acontece porque ele perdeu elementos que lhe garantiam o apelo ou porque uma mudança na conjuntura de fatores permitiu que outros temas ascendessem. Essa é uma lógica interessante para pensar a cobertura específica de temas ambientais que, assim como outros problemas sociais, podem ser representados de diferentes formas. Os diferentes enquadramentos sob um mesmo tema, por sua vez, também irão competir por um lugar na arena pública.

Dada a pluralidade de perspectivas sobre os problemas sociais, o mesmo evento pode ser enquadrado de diversas maneiras. Hilgartner e Bosk (1988) dão como exemplo o caso de problemas de acidente de trânsito em uma rodovia. O mesmo pode ser enquadrado como um problema de bebida e direção, segurança e falta de sinalização na rodovia, falta de sistema público de transporte. Do mesmo modo, acontece com os problemas ambientais. Um desmatamento na Amazônia pode ser visto sob a ótica da perda de biodiversidade, da emissão de gases de efeito estufa, dos efeitos para o ciclo hidrológico, falta de governança local, criminalidade e assim por diante. O mesmo desmatamento pode servir como propulsor de uma discussão sobre questões sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Um fenômeno específico como a mudança climática, pode ser entendido como um problema de justiça social, de superação tecnológica, de governança internacional, de estratégias adaptativas ou necessidade de mudança radical na relação com a natureza. Veremos adiante que nas revistas estudadas o enquadramento da questão climática dificilmente é dado em relação aos seus impactos ambientais, tendendo a ser discutido a partir das esferas políticas, sociais, tecnológicas e econômicas.

Sobre esses diferentes enquadramentos possíveis dados à questão ambiental, vale a pena entender que a questão climática é precedida por outras pautas e ciclos na cobertura sobre o meio ambiente. Afinal, antes do tema mudança climática ascender com tanto

³⁴ The number of social problems is determined, not only by the number of harmful or dangerous situations and conditions facing society, but by the carrying capacities of public institutions (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 61).

destaque, quais temas ambientais já foram tratados em destaque pela mídia? Por qual razão o tema mudança climática ascendeu?

2.4 MUDANÇA CLIMÁTICA: A ASCENSÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL

Schoenfeld *et al.* (1979) exploram o fato de que o próprio termo meio ambiente (*environment*) ganha diferentes conotações ao longo do seu estabelecimento como uma categoria ampla, em que diferentes temas, antes tratados de forma fragmentada, passam a ser parte da mesma categoria. Uma das dificuldades para reportar questões ambientais era o próprio espaço físico dos jornais, no qual as questões ambientais não se encaixavam de forma evidente.

Na medida em que a questão ambiental se institui e o termo meio ambiente passa a ser uma categoria própria, vários temas ganham destaque ao longo dos anos. É perceptível que a ascensão da questão climática no debate ambiental é relativamente recente. Esse destaque faz parte da variação de enquadramentos e diferentes ciclos no trato da questão ambiental ao longo dos anos. Antes da questão climática, já houve destaque para ameaças à biodiversidade, à camada de ozônio, para desastres ambientais (como os vazamentos de óleo no mar) e outras questões.

Inicialmente, pode-se dizer que o enfoque das questões ambientais era mais regional e que nas últimas décadas destacaram-se problemas mais globais (MCCORMICK, 1992). Há uma migração na atenção sobre questões transfronteiriças, como o problema da poluição do ar e de chuvas ácidas, para enfoques mais globais, como o problema da camada de ozônio e da mudança climática. Sobre os diferentes enfoques na questão ambiental, McCormick (1992) afirma que “esteve o surgimento, em primeiro lugar, de problemas que afligiam muitas áreas diferentes do planeta (poluição ácida, resíduos tóxicos, contaminação nuclear, derrubada de florestas e mortandade de animais selvagens) e, depois, de problemas que afligiam o planeta como um todo” (p.197).

A mudança climática, portanto, faz parte desse momento mais voltado para questões globais. Cabe ressaltar que é um tema que atende a vários critérios de noticiabilidade e aos poucos passa a chamar mais atenção da opinião pública. Este fenômeno atinge as pessoas diretamente em seus cotidianos, pode ser explorado de forma sensacionalista/dramática e representa grandes riscos para o futuro da humanidade e para o padrões de vida e modelos econômicos atuais.

Alguns acontecimentos podem explicar, ao menos parcialmente, essa crescente atenção e preocupação em relação ao tema, que serão acompanhadas pela maior cobertura na mídia. Tais acontecimentos passam pela internalização da questão no universo individual e cotidiano da população, pela importância dada pelos cientistas, que tiveram um papel central na divulgação da gravidade do problema e pela gradual institucionalização do

problema nas esferas locais e globais, com a CQNUMC e políticas nacionais para enfrentamento do problema.

Eventos extremos e indícios perceptíveis de mudanças no sistema climático são elementos que aumentaram o apelo do tema frente a opinião pública e a mídia (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; HULME, 2008; RUSSILL; NYSSA, 2009). O derretimento das calotas polares é um dos primeiros alertas dado pelos cientistas. Eventos extremos como ondas de calor, secas e furacões também colaboram para o gradual processo de sensibilização do público para a problemática.

Segundo Ungar (1992), apesar de todos os esforços de alerta empreendidos pela comunidade científica, apenas após a grande seca no verão de 1988 nos EUA é que o tema despertou a atenção e o medo no público. Dentre os resultados desta seca estão os impactos na produção de milho e soja no meio oeste, incêndios significativos em regiões de parques nacionais e queda do nível do rio Mississippi. Outros autores também chamam a atenção para a importância dessa seca na percepção do problema climático: “Para muitos dos que passaram pela seca americana de 1988 deve ter sido difícil não acreditar que a mudança climática havia séria e finalmente começado” (MCCORMICK, 1992, p. 197).

Boer (2008) argumenta que ao longo dos anos 1990 houve um gradual reenquadramento do tema mudança climática e o problema passou a ser visto de forma mais próxima da realidade pelos cidadãos dos países desenvolvidos, na medida em que estes vivenciaram grandes enchentes e problemas com chuva no período.

Mas além do sentir a proximidade das consequências, outro ponto central são os interlocutores da questão, cuja função é tornar pública a existência de um problema, divulgar para o restante da sociedade uma dada situação. No caso da mudança climática, esse papel foi desempenhado de forma evidente pelos cientistas.

O estabelecimento de uma questão como problema social é um processo que envolve o convencimento por parte de alguns de que suas causas são legítimas. Na medida em que há divulgação do caso, convencimento e adesão coletiva às causas destes ativistas (*claim-makers*) o tema vai ganhando espaço e se delineando como um problema social (SCHOENFELD *et al.*, 1979).

Ao tratar destes estágios iniciais da incorporação da questão ambiental nos EUA, Schoenfeld *et al* (1979) argumentam que parte do descompasso inicial entre o ativismo de ambientalistas e a cobertura da imprensa, pode ser explicado pela falta de diálogo entre as partes, i.e., entre os primeiros ativistas da questão ambiental (*early environmental claim-makers*) e os jornalistas e editores. Na medida em que a questão ambiental torna-se institucionalizada, o meio ambiente ganha novos interlocutores que farão a ponte com a imprensa: profissionais e burocratas do Estado. À luz do tema mudança climática, o papel dos cientistas foi central nesse processo de divulgar o problema e dar importância ao fenômeno.

Em 1988, James Hansen, um conceituado cientista da NASA, declara ao Congresso Americano a necessidade urgente de se combater a interferência humana no sistema climático global (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007, p. 1194; RUSSELL; NYSSA, 2009, p. 336; UNGAR, 1992, p. 491). No mesmo ano é criado o IPCC com a função de estabelecer diálogo entre ciência e a CQNUMC, de modo a orientar a formulação de políticas públicas para lidar com impactos, pensar respostas e estratégias de lidar com a questão.³⁵ Estes são alguns dentre uma série de eventos marcantes que ajudaram a dar visibilidade e destaque ao tema, que servem como ‘ganchos jornalísticos’. Dentre alguns exemplos mencionados no Quadro 1, destacam-se:

- a criação da CQNUMC, em 1992, que institucionaliza a questão no contexto internacional;
- as publicações dos relatórios do IPCC respectivamente em 1990, 1995, 2001 e 2007, que reforçam gradualmente a seriedade do problema;
- a publicação do Relatório Stern em 2006, que evidencia os elevados custos futuros decorrentes da inação dos governos em relação ao tema;
- em novembro de 2006, foi lançado o documentário *Uma verdade Inconveniente*, protagonizado por Albert Arnold (Al)Gore Jr., que obteve uma grande repercussão culminando na premiação do Oscar de melhor documentário em 2007;
- ainda em 2007, o destaque para a premiação Nobel do *ex-vice-presidente dos EUA* Al Gore juntamente com o IPCC, “por informarem ao mundo os perigos colocados pela mudança climática”.³⁶

A partir da influência de fatores como os mencionados acima, a mudança climática vai gradativamente se instituindo como um tema central na opinião pública e também como pauta na mídia. Hannigan (*apud* LAMAY; DENNIS, 1991, p. 21), aponta seis elementos que influenciam no estabelecimento de um tema ambiental como um problema: 1) uma autoridade científica que valide uma reivindicação (*the claim*); 2) um interlocutor científico (*scientific populizer*) que faça a ponte entre atores como mídia, ambientalistas e comunidade científica; 3) a atenção da mídia; 4) potencial dramático e de exploração simbólica e visual; 5) incentivos econômicos tangíveis (visíveis); 6) uma espécie de “padrinho” ou representante internacional (*international sponsor*) que “abraça a causa”, reforçando continuamente a importância de se reconhecer e combater o problema. A questão climática atende a todos esses critérios e, de fato, se instituiu como um tema central na preocupação com o meio ambiente na atualidade.

O conhecimento científico sobre o sistema climático se consolidou gradativamente e o IPCC é a expressão da autoridade científica que valida a preocupação e ao mesmo tempo promove o diálogo com os formuladores de políticas públicas.

³⁵ Disponível em: http://www.ipcc.ch/organization/organization_history.shtml, Acesso em 22/10/11)

³⁶ Tradução nossa. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/gore-bio.html# (Acesso em 22/10/11)

A atenção da mídia também foi gradativamente estabelecida e hoje o tema ocupa lugar de destaque na cobertura ambiental. Os efeitos da mudança climática detêm, ainda, de um apelo bastante acentuado para exploração dramática, com elementos de alarmismo e irreversibilidade sendo bastante explorados (EREAUT; SEGNIT, 2006; RUSSILL; NYSSA, 2009).

Os problemas advindos da mudança climática colocam em xeque o próprio modelo de produção e padrão de vida atuais, ambos baseados na queima de combustíveis fósseis e intensivo uso de recursos naturais. Os interesses econômicos estão intrinsecamente relacionados com o problema, seja pelos prejuízos advindos dos impactos climáticos negativos, seja como oportunidade de exploração financeira, vislumbrada a partir dos mercados de carbono. A discussão na esfera econômica é ilustrada pelo Relatório Stern (2006) que demonstra as vantagens de investimentos preventivos, que podem diminuir significativamente os prejuízos futuros.

Por fim, a busca por solução do problema já está institucionalizada na CQNUMC, com envolvimento crescente dos países na tentativa de construir uma governança global. A Convenção, as COPs e seus acordos constituem, portanto, representantes (*sponsors*) da questão climática, promovendo o constante debate, recordando a importância e gravidade do tema.

2.5 MUDANÇA CLIMÁTICA EM PAUTA: REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA

Após uma breve apresentação sobre alguns elementos que influenciaram a visibilidade do tema e seu apelo frente à opinião pública, cabe discutir um pouco como essa cobertura sobre mudança climática é conduzida. Primeiramente, vale apontar que a maior parte dos estudos efetuados são relativos à cobertura da imprensa nos Estados Unidos e Europa, inclusive com vários estudos comparativos. Pesquisas relativas ao cenário brasileiro são incipientes e em geral não abarcam o mesmo escopo de tempo, tais como as pesquisas com jornais americanos, que fazem análises de conteúdo que datam mesmo da década de 1980 (BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007; MCCOMAS; SHANAHAN, 1999).³⁷

No Brasil, uma pesquisa expressiva feita pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) promoveu uma análise de conteúdo de 50 jornais brasileiros no período de 2005 a 2008 (ANDI, 2009). Cabe ressaltar a importância de se desenvolver estudos como esse em relação ao Brasil, podendo fornecer um quadro comparativo entre a cobertura brasileira e a de outros países.

No âmbito das negociações internacionais, os países desenvolvidos e em desenvolvimento tendem a ter posicionamentos divergentes em relação ao fenômeno, sendo estes mais voltados para questões de adaptação/vulnerabilidades e aqueles mais centrados

³⁷ Como exemplo, há a pesquisa de Boykoff e Boykoff (2007) abrange o período de 1988 até 2004 e a pesquisa de Brossard et al. que estuda o período de 1987 a 1997.

na mitigação (VIHERSALO, 2008). Dada a tendência dos países em tratar o tema de forma diferenciada, seria interessante promover a comparação da imprensa entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, como o Brasil. Entende-se que a diferença entre os interesses de países deve se refletir também em uma diferença de cobertura da mídia, uma vez que ambos estão relacionados (DISPENSA; BRULLE, 2003).

2.5.1 Variação na cobertura

Alguns trabalhos que tratam da mudança climática demonstram particularidades na cobertura da imprensa de acordo com o país e o veículo de imprensa pesquisado. As pesquisas se apresentam de maneira variada, algumas com enfoque nos padrões cíclicos e narrativos da evolução do tema (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999), outros desenvolvem a comparação entre países (BROSSARD *et al.*, 2004; DIRIKX, 2008; DISPENSA; BRULLE, 2003), há também a preocupação de avaliar veículos de imprensa distintos (DISPENSA; BRULLE, 2003) ou esferas nacionais e regionais no tipo de cobertura (AHCHONG; DODDS, 2012).

Na publicação sobre o caso Brasileiro (ANDI, 2009), o intuito foi analisar tanto a repercussão do tema mudança climática nos jornais brasileiros quanto a qualidade da cobertura. Para tal, foram analisados 50 jornais de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, entre julho de 2005 e dezembro de 2008. A cobertura se intensifica entre meados de 2006 a meados de 2007, explicados pela pesquisa como subproduto de uma agenda internacional intensa e de outros eventos marcantes no período. Alguns dos resultados mais interessantes é a crescente, mas ainda minoritária, atenção dada ao tema adaptação. Enquanto entre os anos de 2007 e 2008 o percentual de matérias sobre mitigação foi de 51,1%, as de adaptação atingem apenas a marca de 11,9%. Houve ainda a transição de uma abordagem centrada nos riscos, para outras, mais voltadas para enfrentamento e medidas preventivas, com destaque para os governos como atores principais na busca de soluções para o problema.

McComas e Shanahan (1999) promovem uma análise de conteúdo dos jornais americanos *The Washington Post* e *The New York Times* entre os anos de 1980 e 1995. Neste trabalho, os autores argumentam que o ciclo da cobertura da mídia sobre o tema mudança climática segue uma lógica narrativa com começo, meio e fim. Em uma trama que envolve um processo crescente de um problema, suas características e solução, os autores enquadram o ciclo sobre mudança climática em três etapas: 1) no começo os autores identificam a ênfase nos riscos, perigos e consequências da mudança climática; 2) após a saturação da veia dramática, há a introdução de um novo elemento, a exposição da controvérsia científica. Segundo os autores, a controvérsia é um elemento narrativo que tem a função de mostrar os conflitos de uma situação à guisa de conclusão; 3) como fechamento

de uma trama, o trabalho aponta para a atenção dada aos elementos econômicos do ciclo da mudança climática.

Já outros estudos tem por objetivo comparar o conteúdo entre países e os fatores conjunturais, de interesses econômicos e culturais que influenciam na cobertura sobre mudança climática (BROSSARD *et al.*, 2004; DISPENSA; BRULLE, 2003). Brossard *et al.* (2004) fazem uma análise comparativa entre a cobertura dos EUA e da França sobre o aquecimento global. Os autores ressaltam que os critérios de interesse, prioridade ou noticiabilidade variam de acordo com o ambiente cultural, público leitor e tipo de veículo de comunicação estudado. Deste modo, os autores ressaltam a importância de se identificar fatores culturais que influenciam a atenção da mídia sobre o tema e que tendem a variar entre países.

Já Dispensa e Brulle (2003), por exemplo, desenvolvem um estudo comparativo entre Estados Unidos, Finlândia e Nova Zelândia, na busca por desvendar fatores de influência na construção discursiva de um problema ambiental (aquecimento global). Os autores sugerem que a cobertura do tema mudança climática é orientada por interesses econômicos e difere tanto entre países, quanto entre as revistas de notícia e as científicas.

No estudo, Dispensa e Brulle (2003) avaliaram publicações de jornais diários dos três países e duas revistas científicas ao longo do ano 2000, tendo como base a polêmica sobre o papel antropogênico na mudança climática. Demonstrou-se que apenas os jornais de notícias reportaram pontos de vistas unicamente céticos sobre a influência antropogênica. As revistas científicas *Nature* e *Science* tiveram reportagem com ponto de vista a favor ou no máximo, apresentaram os dois pontos de vista em uma discussão. Os jornais dos EUA enfatizam a incerteza, a polêmica, enquanto os demais, não. Os autores concluem que o lobby das indústrias ligadas ao uso de combustíveis fósseis (*fossil fuel lobby*) neste país forçou uma cobertura com ênfase na incerteza científica, de modo que essa valorização da polêmica nos EUA foi intencionalmente conduzida. Apesar de destoar na atribuição da intencionalidade no viés da cobertura, outros autores também apontam para a utilização política das controvérsias científicas a fim de retardar a implementação de medidas mitigadoras (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; DIRIKX, 2008).

A cobertura da imprensa pode variar de modo significativo, principalmente no que tange aos enquadramentos dados às notícias. Para Carvalho (2008, p. 128), o tema mudança climática em geral é reportado em um tom alarmista e dramático, o que é corroborado por outros estudos (CARVALHO; PEREIRA, E., 2008; HULME, 2008; DIRIKX, 2008).

Essa tendência de ênfase nos aspectos dramáticos do fenômeno fornece elementos para duas discussões: 1) a dramatização como prática de imprensa, com tendência das notícias enfatizarem crises, o espetacular e superficial em detrimento de análises mais aprofundadas; 2) a construção da ideia de risco associada à mudança climática.

2.5.2 Dramatização

Há um longo histórico de discussão sobre a tendência da imprensa em dramatizar as notícias com uma cobertura até mesmo sensacionalista da realidade. A ênfase no drama é classificada, por exemplo, como norma jornalística, como padrão comportamental ou como critério de noticiabilidade (BENNETT, W. L., 1996; BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007; SOROKA; MCADAMS, 2010; WOLF, 2008).

O potencial de exploração dramática é um componente largamente considerado também nas análises sobre mídia e mudança climática. O drama, a controvérsia e o conflito são elementos que atendem às exigências de audiência, chamam a atenção do público e, portanto, influenciam na escolha do tema e no tipo de tratamento que lhe é conferido pelos veículos de comunicação.

Bennett (1996; 1995) aponta três normativas que influenciam na seleção do conteúdo pela mídia: a) normas políticas (que tratam do papel e função política da imprensa); b) normas econômicas (orientadas pela dimensão da mídia como negócio com foco na lucratividade); c) normas jornalísticas (que compõem a prática profissional). A dramatização é um dos componentes das normas jornalísticas, associadas ainda com a tendência à personalização, busca constante de novidade e a tentativa de proceder segundo critérios de equilíbrio (*balance*) e predomínio de fontes oficiais, discursos de autoridade (*authority-order*).

Algumas das normas jornalísticas levantadas por Bennett (1995) estão em consonância com os critérios levantados por Wolf (2008), que define a noticiabilidade de acordo com a importância e o interesse do tema a ser noticiado, que também passam por elementos como novidade, dramatização, enfoque em notícias negativas e tendência a retratar acontecimentos que envolvam pessoas ou instituições de poder e maior visibilidade.

Pode-se perceber a tendência à representação da mudança climática segundo as normas jornalísticas elencadas por Bennett (1995) e Boykoff e Boykoff (2007) exploram as relações entre as coberturas sobre mudança climática nos EUA e as normas jornalísticas da personalização, dramatização, busca por novidade, ênfase em fontes oficiais e o “equilíbrio/balanceamento”.³⁸ Os autores concluem que tais normas influenciaram a cobertura da imprensa conduzindo a um viés informacional (*informational bias*) na cobertura estadunidense sobre o tema mudança climática e suas causas antrópicas. Ademais, os anos de maior cobertura do tema (1990, 1992, 1997, 2001, 2002 e 2004) foram marcados pelas normas jornalísticas, com coberturas predominantemente personalistas e dramatizadas.

No caso das revistas estudadas na presente pesquisa, percebe-se o mesmo padrão da imprensa brasileira no trato do tema mudança climática. Grande parte dos temas sendo

³⁸ A pesquisa foi conduzida a partir de uma análise de conteúdo entre os anos de 1988 a 2004 dos seguintes veículos de imprensa impressa e televisivo. Os jornais analisados foram os quatro maiores nos EUA: *New York Times*, *Los Angeles Times*, *Washington Post* e o *Wall Street Journal* (totalizando uma amostra de 4887 artigos). Em relação à cobertura televisiva, foram selecionadas 293 recorrências no *ABC World News Tonight*, *CBS Evening News* e *NBC Nightly News*.

discutidos de forma pontual ou personalizada e não sobre as causas estruturantes do fenômeno, a saber, o modelo de desenvolvimento e o intensivo uso de energia e recursos naturais.

Outra contribuição interessante para discutir dramatização é o trabalho de Soroka e McAdams (2010) e suas explicações para a tendência da mídia em reportar aspectos negativos. Os autores colaboram ao analisar essa tendência de uma forma mais interativa considerando tanto as tendências individuais quanto as práticas jornalísticas. Ao explicar a predominância da “negatividade” nas notícias, os autores não consideram apenas a ótica do “sensacionalismo vende”. Portanto, a escolha da negatividade nas notícias é uma conjunção de fatores, que congrega também elementos de sensacionalismo da mídia, mas não apenas estes. A proposta dos autores vai além, negando que

jornalistas ou editores sejam apenas pessoas cínicas, desenhados para apresentar notícias negativas sempre que possível. A sugestão aqui é, antes, que os jornalistas e editores são seres humanos criando conteúdos que serão consumidos por outros seres humanos, e seres humanos são mais interessados em informações negativas do que positivas (SOROKA; MCADAMS, 2010, p. 8).³⁹

Para tal, seus argumentos estão centrados na revisão de diversas outras pesquisas tanto na área de psicologia, política e comunicação que demonstram a tendência das pessoas devotarem mais energia cognitiva a eventos negativos do que aos positivos.

Deste modo, pode-se argumentar por uma tendência não apenas da mídia em dar ênfase ao drama e aos aspectos negativos de potenciais riscos. Hilgartner e Bosk (1988), por exemplo, definem o drama como um dos princípios de seleção que orientam a escolha dos problemas sociais que se estabelecem. Como nos lembram os autores, “formulações de problemas simples e dramáticas são mais prováveis de sobreviver à competição” (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 62).⁴⁰ O drama é um elemento que garante maior apelo a um problema social.

Em geral, na competição entre diferentes problemas pela atenção pública, há tanto a busca por dramatização, quanto por des-dramatização. A questão energética é um bom exemplo para ilustrar essas estratégias de dramatização e des-dramatização de acordo com interesses específicos. Num discurso desenvolvimentista há uma dramatização da escassez de energia e os problemas para o “desenvolvimento” do país. Em contrapartida, há uma des-dramatização dos problemas ambientais e sociais advindos da expansão da infraestrutura energética. A narrativa, portanto, segue a lógica de que o problema energético é de central importância para o crescimento econômico do país e os impactos decorrentes das expansão

³⁹ Journalists or editors are just cynical people, drawn to present negative news whenever possible. The suggestion here is, rather, that journalists and editors are humans, creating content that will be consumed by other humans, and humans are more interested in negative than in positive information (SOROKA; MCADAMS, 2010, p. 8).

⁴⁰ Simple, dramatic problem formulations are more likely to survive competition. (HILGARTNER; BOSK, 1988, p. 62).

de infraestrutura são entendidos como questões menores, secundárias, residuais, “males necessários” (PEREIRA, D. B.; PENIDO, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

No caso da mudança climática, também há tanto um movimento por dramatização, quanto o movimento contrário, de tratar como uma questão incerta. Um importante ponto a ser considerado é em que medida o alarmismo desencadeado por dramatizações colabora ou não para as mudanças comportamentais necessárias para lidar com o problema. Alguns autores enfatizam que o convencimento pelo medo não se mostra tão efetivo quanto por motivações positivas (DIRIKX, 2008; EREAUT; SEGNIT, 2006). Uma excessiva dramatização ao representar a mudança climática pode ser contra-produtivo no que tange a ação social, já que pode gerar um distanciamento do público frente a um problema demasiadamente grave, no qual a ação individual aparenta ser inócua (EREAUT; SEGNIT, 2006; RUSSILL; NYSSA, 2009). “A dificuldade é que a escala do problema, como ela é representada exclui a possibilidade de ação real ou agência por parte dos leitores ou expectadores” (EREAUT; SEGNIT, 2006, p. 7).⁴¹

Russil e Nyssa (2009) demonstram a forma com que o emprego da terminologia *tipping point* foi gradualmente apropriada no discurso sobre mudança climática para chamar a atenção do público sobre os riscos do fenômeno em curso. Ao analisar o percurso da terminologia científica e na mídia, os autores argumentam que esta última tende a privilegiar o tom alarmista no emprego dos termos. O conceito de *tipping point*⁴² é comumente associado a discursos alarmistas sobre a mudança climática, remetendo a ideias de não retorno, irreversibilidade e catástrofes incontroláveis. Inserido no contexto da mudança climática, o uso da terminologia de *tipping point* incorpora o debate sobre os limites para o emprego retórico do alarmismo. Deve-se avaliar até que ponto o senso de urgência do público deve ser alimentado, para evitar que o estágio de alerta e preocupação se transforme em fatalismo e inação.

Outra possível consequência da dramatização está no distanciamento do debate mais profundo sobre interesses políticos, causas do fenômeno e necessidade de mudanças. McComas e Shanahan (1999) alcançam um resultado interessante na análise de conteúdo de matérias de jornais entre os anos de 1980 a 1995. Os autores percebem que nas matérias em que os perigos e consequências da mudança climática se destacam, não se discute temas políticos ou econômicos. “Quando os temas principais de um artigo são os

⁴¹ The difficulty with it is that the scale of the problem as it is shown excludes the possibility of real action or agency by the reader or viewer (EREAUT; SEGNIT, 2006, p. 7).

⁴² O *tipping point* é um conceito que descreve o ponto de não-retorno no desenrolar de uma situação específica. É o limiar a partir do qual o sistema passa por uma mudança irreversível, alternando de um estado de equilíbrio para outro, no qual os processos, funções e relações de retroalimentações são distintos do anterior. Uma vez atingido o *tipping point*, o retorno às condições anteriores necessita passar por um novo percurso que envolve novas configurações e situações intermediárias (SCHEFFER M *et al.*, 2001; FOLKE, 2006).

perigos da mudança climática, esforços para resolver ou combater o problema são notavelmente ausentes da discussão”⁴³ (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 44).

Portanto, o tipo de representação do fenômeno tem um papel central na esfera da ação individual e na construção do que será debatido. Coberturas essencialmente dramáticas ou sensacionalistas interferem na solução do problema, uma vez que elas podem desviar o debate das causas e soluções em direção à discussões mais fragmentadas e superficiais.

2.5.3 Risco, percepção e mudança climática

Aqui retomamos o segundo ponto levantado acima, sobre a dramatização e a construção da ideia de risco associada à mudança climática. O medo e riscos também são elementos socialmente construídos, que vão além da realidade objetiva do fenômeno. A mudança climática e o aquecimento global são significados construídos sob a ótica do risco, do medo, do perigo e esta ótica deve ser situada, histórica e culturalmente.

Hulme (2008) destaca a dimensão cultural da relação dos seres humanos com o clima. O autor propõe que atualmente o enquadramento dado ao clima é o de catástrofe, contudo, há um longo histórico de ameaça e medo na relação dos seres humanos e o clima, sendo a mudança climática apenas o discurso mais recente. O autor situa a construção do discurso sobre mudança climática em um espectro de longo prazo e em diversos discursos construídos pelas civilizações sobre o clima. O entendimento dos seres humanos sobre o clima é dividido em três discursos de medo: clima como julgamento (a), como patologia (b) e como catástrofe (c). Hulme (2008) argumenta que a mudança climática e o aquecimento global são significados construídos sob a ótica do risco, do medo, do perigo, que devem ser situados, histórica e culturalmente.

O entendimento do *clima como julgamento* (a) é o primeiro momento classificado por Hulme (2008). Este período compreende fim do século XVIII até aproximadamente a metade do XIX. Sua principal característica é o medo de causas desconhecidas, relacionando diretamente os eventos climáticos à vontade de Deus e às punições divinas. O enfraquecimento desta concepção religiosa acontece na medida em que aparecem as primeiras tentativas de explicação naturalistas, a profissionalização da meteorologia e entendimento dos fenômenos naturais.

O *clima como patologia* (b) compreende o fim do século XIX e parte do XX e corresponde à leituras de determinismo climático. A tendência é a classificação de climas tropicais como perigosos, pois estimulam à indulgência, preguiça e debilitam o homem. É uma leitura essencialmente moralista que responde à preocupação com a aclimação dos europeus aos novos ambientes. Este momento é marcado pelo medo de lugares desconhecidos, ocupados pela nova onda imperialista e colonizadora europeia.

⁴³ When the primary themes of an article are the dangers of global climate change, efforts to solve or counter-act the problem are notably absent from the discussion (MCCOMAS; SHANAHAN, 1999, p. 44).

Já o *clima como catástrofe* (c) se relaciona com a leitura atual sobre mudança climática. Sua característica principal é o medo do futuro desconhecido. Hulme (2008) desenvolve a gradual construção da ideia de risco. O autor argumenta que inicialmente a influência antropogênica sobre o efeito estufa era vista sob lentes otimistas, com potenciais benefícios do aquecimento. Apenas no meio para fim da década de 1980 que houve uma opinião científica dominante sobre os perigos do aquecimento global, com a institucionalização do medo a partir da criação da CQNUMC.

Convém ressaltar que reconhecer a base social de um problema não relativiza sua existência ou ignora sua base material. Construções sociais sempre têm consequências materiais e ambos são interdependentes. Portanto, nos estudos da mudança climática além de entender o fenômeno em si, é importante entender como as pessoas o compreendem. Uma abordagem que analisa a mudança climática também em seus aspectos ideacionais “não nega o poder de realidades materiais, mas sim, assiste na compreensão de como realidades materiais ganham significado a partir da interação social” (PETTINGER, 2007, p. 6).⁴⁴

Aqui entra um elemento central que é a percepção dos indivíduos sobre o fenômeno e suas consequências. A percepção é um elemento cada vez mais presente em pesquisas sobre a questão ambiental, tendo em vista sua centralidade no processo decisório e na modificação que os seres humanos empregam a seu meio (HERSCH; VISCUSI, 2006; RIO; OLIVEIRA, 1999; SPENCE, A. *et al.*, 2011).⁴⁵

As abordagens que levam em conta as percepções à mudança climática podem contribuir para o entendimento da construção social do risco e as reações a partir de tais percepções (VEYRET; RICHEMOND, 2007). Os riscos são definidos em um processo social e normativo, no qual se estabelece importâncias a partir de valores socialmente construídos. A definição dos riscos acontecem a partir de “modelos mentais”, que variam cultural e individualmente (PIDGEON, N.; FISCHHOFF, 2011, p. 38).

Na medida em que as pessoas atribuem maior ou menor risco ao fenômeno, seu comportamento frente ao problema varia. Aceitar uma política pública de mitigação ou de adaptação, por exemplo, varia de acordo com as percepções sobre a gravidade, natureza e possíveis consequências do problema. Deste modo, compreender a percepção de uma população ou comunidade é central para estabelecer políticas públicas e também para a gestão do risco e implementação de medidas adaptativas (LEISEROWITZ, 2006; RIO; OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2003; VEYRET; RICHEMOND, 2007).

Na construção social do risco, a mídia desempenha um papel importante, construindo significados, selecionando e divulgando as informações da atualidade para seu público. O

⁴⁴ Does not negate the power of material realities, but rather, assists in the understanding of how material realities gain meaning through social interaction (PETTINGER, 2007, p. 6).

⁴⁵ Um exemplo do crescente papel de abordagens centradas em processos cognitivos individuais e pesquisa ambiental, a revista *Climatic Change* publicou, em 2006, o Volume 77, destinado integralmente a pesquisas que consideram a esfera psicológica na análise da mudança climática.

contato do público com o tema mudança climática também se dá predominantemente por intermédio da mídia (DIRIKX, 2008; DISPENSA; BRULLE, 2003; LAMAY; DENNIS, 1991). Por sua vez, as respostas do público ao fenômeno estão diretamente associadas à percepção construída a partir desta experiência mediada.

A seção a seguir irá explorar como parte da mídia brasileira representa o problema da mudança climática e como a situa de modo mais amplo na questão ambiental. A partir da cobertura da COP-15, serão discutidos elementos sobre os enquadramentos principais em *Veja* e *CartaCapital* e os discursos ambientais predominantes.

3. METODOLOGIA

3.1 A ESCOLHA DO OBJETO

A análise da cobertura midiática em torno da COP-15 teve enfoque na produção jornalística escrita e para tal, foram selecionadas duas revistas semanais: *Veja* e *CartaCapital*. O escopo temporal foi o período de junho de 2009 a junho 2010, escolhido de modo a compreender as reuniões preparatórias que antecedem o encontro COP-15 e também avaliar a repercussão posterior ao encontro em Copenhague.

A escolha de dois veículos de comunicação distintos permite fazer a comparação entre pontos de vista sobre o mesmo evento (COP-15) em uma análise sincrônica. O recorte do tema ao longo do período de um ano, pode mostrar evoluções e sequências no comportamento da cobertura, entretanto, não permite as mesmas inferências que uma análise histórico-diacrônica de escopo temporal maior.⁴⁶

3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA:

3.2.1 Primeira triagem

Em ambas as revistas foram selecionadas todas as matérias que tratavam de mudança climática. O sistema de busca e triagem foi feito diferentemente entre as duas revistas.

A revista *Veja* está disponível em um acervo digital, com acesso livre pelo site <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Neste acervo é possível fazer a busca em todas as publicações da revista por meio de palavras-chave, número da edição e período. Portanto, a seleção das matérias dentro do período analisado se deu por meio de busca automática a partir de palavras-chave no referido site. Para tal, a escolha dos descritores buscou representar os assuntos relacionados com o tema de forma mais ampla possível, escolhendo as seguintes expressões e palavras-chave: 'mudança climática', 'aquecimento global', 'efeito estufa', 'COP', 'Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática', 'Convenção do Clima', 'Protocolo de Kyoto', 'Copenhague', 'COP15', 'clima', 'aumento de temperatura', 'ambiente', 'ambiental', 'energia', 'sustentável', 'IPCC', 'natural', 'metas de redução', 'economia de baixo carbono', 'CO²', 'emissão'.

Apesar de não dispor de um acervo com os mesmos mecanismos de busca, a revista *CartaCapital* também está disponível em formato digital no site <http://www.lector.com/Portal/Principal.aspx>. Para o período em questão (junho de 2009 a junho de 2010), a revista dispõe gratuitamente de leitura digital para a quase totalidade das edições. Para aquelas edições não disponíveis, foram usados o acervo da Biblioteca Central

⁴⁶ Cabe ressaltar que outros trabalhos na linha de mudança climática e cobertura jornalística promoveram análises histórico-diacrônicas, com um escopo temporal bastante longo buscando perceber evoluções na cobertura ao longo de vários anos (ANDI, 2009; BOYKOFF, M.T.; BOYKOFF, J.M., 2004; CARVALHO 2007; MCCOMAS; SHANAHAN, 1999). Essa, contudo, não foi uma possibilidade factível para uma pesquisa de mestrado.

da UnB (BCE) e do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), que dispõem das publicações impressas de ambas as revistas para a maior parte do período tratado na pesquisa. O site onde se encontram as edições de *CartaCapital* apresenta um sistema de busca por palavras em cada edição. Verificou-se, contudo, que este sistema era bastante falho na identificação não incluindo palavras contidas em títulos ou mesmo no texto de determinadas reportagens. Portanto, a seleção das reportagens em *CartaCapital* se deu a partir da leitura individual de cada edição, identificando os momentos em que o tema mudança climática fora tratado.

A recorrência de menções ao tema mudança climática foi de 41 casos em *Veja* e 101 em *CartaCapital*. Convém esclarecer que cada caso, unidade de análise, se refere a qualquer menção feita ao tema ao longo da edição, excluindo apenas elementos em propaganda e índice. Portanto, a amostra é composta de artigos opinativos, colunas, carta de leitores, reportagens, notas simples, entrevistas e outras peças jornalísticas. A escolha por incorporar os variados tipos de recorrência (sejam de natureza opinativa, informativa ou argumentativa) atende aos objetivos da pesquisa, que procura entender de forma ampla qual a repercussão e o tipo de cobertura predominante em parte da imprensa brasileira. Portanto, incluir peças jornalísticas de naturezas distintas pode demonstrar, por exemplo, se na cobertura das revistas predominaram discussões mais pontuais (em notas de caráter informativo), opinativas (com de entrevista ou artigos de colunistas) ou ainda argumentativas (com reportagens).

3.2.2 Segunda triagem

Depois de feita a primeira seleção, efetuou-se uma segunda triagem a fim de analisar apenas as matérias que tinham mudança climática como tema principal. Essa medida se mostrou necessária já que um grande número de ocorrências aconteceu de forma pontual, sem discussão alguma sobre o tema mudança climática. Dessa seleção, sobram 56 casos, sendo 18 de *Veja* e 38 de *CartaCapital*. A análise em questão foi feita a partir dessa amostra de 56 casos, que foram devidamente classificados.

3.3 ANÁLISE

Optou-se por duas frentes de trabalho na análise do material selecionado: análise de conteúdo e análise do discurso (com predominância da Análise do Discurso Crítica – ADC). Esses dois métodos podem ser complementares e ambos são recomendáveis para pesquisa em comunicação.

A análise de conteúdo atualmente se manifesta de forma híbrida, “entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais” (JUNIOR *et al.*, 2009, p. 285) e se apresenta como uma boa alternativa para alcançar resultados pertinentes nas pesquisas em

comunicação. Tendências atuais de análise de conteúdo transcendem o caráter excessivamente numérico-estatístico, reconhecendo que qualquer análise quantitativa é a expressão numérica de uma escolha (JUNIOR *et al.*, 2009, p. 285; NEUENDORF, 2007, p. 14). Pode-se listar três usos mais correntes associados à análise de conteúdo: descritivo, teste de hipóteses e facilitador de inferências (NEUENDORF, 2007, p. 52).

A proposta da análise do conteúdo no presente trabalho é de caráter mais descritivo, com intuito de identificar tendências na cobertura das revistas e suas potenciais influências na audiência. Um uso comum em pesquisas é a associação da análise de conteúdo a outros métodos (como estudos de audiência e opinião pública) que permitam inferências sobre o impacto da mensagem analisada (NEUENDORF, 2007, p. 55). Apesar de reconhecer a importância de se medir o impacto no público leitor, essa não foi uma opção factível com os demais objetivos do presente trabalho, sendo uma possibilidade para pesquisas futuras.

Já a escolha pela análise de discurso se deve ao fato de que tal abordagem propicia uma discussão abrangente de elementos como ideologia, relações de poder e paradigmas vigentes. Nesta abordagem, o discurso é visto como prática social e importante elemento na busca por mudança social, o que está em consonância com o discurso de mudança proposto no desenvolvimento sustentável. Outro elemento que orienta a escolha deste método está no fato de que a análise do discurso aproxima o texto de seu processo de construção, expondo os lugares de fala e interesses subjacentes ao que é noticiado. Com o processo de mercantilização da informação, princípios de neutralidade veracidade e impessoalidade passam nortear da grande imprensa (ALVES FILHO, 1997 e 2001), que tem por finalidade atender a demandas de mercado. Contudo, tais princípios escondem a subjetividade na construção da notícia. Na abordagem da análise do discurso será possível aprofundar a discussão das subjetividades e do contexto no processo de construção das notícias e discursos das revistas que são objetos deste estudo.

A análise de conteúdo seguiu os seguintes procedimentos: criação de um Formulário de Codificação (Apêndice I); classificação das 56 reportagens segundo esse formulário, tabulação das informações classificadas no SPSS⁴⁷ e análise dos resultados.

A classificação das peças jornalísticas selecionadas foi orientada por um quadro de codificação que considerou características gerais do texto (1) e conteúdo (2). Quanto ao item características gerais (1), foram levados em conta: localização na revista (capa, coluna semanal, entrevista etc); tipo (artigo de opinião, nota, reportagem); número de páginas; e elementos visuais (predominância de texto ou figura e tipos de ilustração). Quanto ao conteúdo (2), considerou-se aspectos sobre MC, sobre a COP-15 e sobre o discurso ambiental, com as seguintes variáveis: o enquadramento (geopolítico, ambiental, científico, econômico e outros); avaliação e expectativas sobre a COP-15; presença de argumentos

⁴⁷ SPSS – *Statistical Package for the Social Science*: software para análises estatísticas escolhido pela possibilidade de cruzar dados e estabelecer relações entre variáveis no banco de dados construído.

dos céticos; o enfoque em mitigação e/ou adaptação; tipos de impactos e soluções aventadas; quais as vozes e interlocutores da reportagem e qual a noção de meio ambiente subjacente (Apêndice I).

Em consonância com a proposta em Ramalho e Resende (2011, p. 106), a análise do discurso seguiu etapas que visam orientar a análise para além de seus elementos textuais, situando a prática discursiva em seu contexto. Tais etapas seriam: 1) análise da conjuntura, 2) análise da prática particular, e 3) análise do discurso.⁴⁸

A primeira etapa (análise da conjuntura) buscou discutir elementos centrais no âmbito da mudança climática, com apresentação de conceitos básicos e da conjuntura geopolítica na qual se situa o encontro COP-15.

A segunda etapa visou analisar a prática particular da cobertura da mídia sobre a questão ambiental e, mais especificamente, sobre a mudança climática. Para tal foram exploradas questões sobre a prática jornalística em si e também sobre a relação da mídia com a questão ambiental. A partir dessa análise é possível discutir a prática particular das revistas *Veja* e *CartaCapital*, situando-as em um universo mais amplo que é o papel da mídia na cobertura da questão ambiental.

A terceira etapa é composta pela análise da amostra selecionada. A análise da cobertura de modo geral e também a análise do discurso, feita a partir de reportagens específicas selecionadas nas edições de 16 de dezembro de 2009 das revistas *Veja* e *CartaCapital*. A escolha das reportagens foi orientada por princípios de comparabilidade e pertinência: em ambas revistas as reportagens escolhidas foram objeto de destaque nas edições e tinham por objetivo discutir o evento COP-15 com colaboração dos seus respectivos correspondentes em Copenhague. A análise textual foi orientada pelas categorias analíticas propostas pela Análise de Discurso Crítica (ADC) conforme a concepção de linguagem em suas funções acional, representacional e identificacional. Julgou-se interessante para a proposta dessa pesquisa conduzir a análise do discurso diferentemente de outras pesquisas encontradas nessa linha. Aqui, a divisão da análise não será feita a partir das categorias textuais e sim por temas, de modo que tais categorias estão inseridas na seguinte divisão: mudança climática, COP-15 e discurso ambiental.

⁴⁸ Ressaltando que as três etapas estão distribuídas ao longo do trabalho, mas com a seguinte divisão predominante: Análise de conjuntura, no Capítulo 1; Análise da prática particular, no Capítulo 2; e Análise do discurso, no Capítulo 4.

4. O DISCURSO DE VEJA E CARTACAPITAL

A proposta deste capítulo é analisar o perfil da cobertura das duas revistas sobre a COP-15 e o tema mudança climática. Para tal, foram elaboradas três frentes de trabalho: a) a descrição das revistas *Veja* e *CartaCapital* e a justificativa de sua escolha; b) a análise de conteúdo da cobertura como um todo, com todas as edições da amostra ao longo do período de junho de 2009 a junho de 2010 e c) a análise do discurso (mais textual) em reportagens de *Veja* e *CartaCapital* que trouxeram a COP como tema destaque, em 16 de dezembro de 2009 (edições 2143 e 576, respectivamente). As primeiras partes deste capítulo se destinam à análise do perfil das revistas, de sua cobertura e uma caracterização da amostra. A última parte volta-se para a análise mais textual de reportagens específicas orientadas pela ADC.

4.1 POR QUE AS REVISTAS VEJA E CARTACAPITAL?

A escolha se deve ao fato de ambas as revistas serem revistas de informação impressa semanais, serem representativas da grande imprensa e terem orientações políticas e perfil jornalístico distintos. Além dos critérios de factibilidade da pesquisa⁴⁹, entende-se que as revistas são satisfatoriamente ilustrativas de um público leitor abrangente e com visões de mundo distintas, o que aumenta a riqueza em uma análise comparativa.

Cabe ressaltar que foi difícil encontrar dados confiáveis e oficiais sobre o perfil da revista *CartaCapital*. Enquanto no site da Editora Abril é possível encontrar informações mais atualizadas sobre o perfil da revista *Veja* e seus leitores, a revista *CartaCapital* não oferece em seu site dados como tiragem ou perfil do público leitor. A partir de contatos por e-mail, a redação de ambas as revistas forneceram material contendo dados sobre a missão, histórico, perfil das revistas e seus leitores.

A redação de *Veja* enviou por e-mail o material sobre sua missão, perfil editorial e histórico. As informações como tiragem e público leitor estão atualizadas e disponíveis no site da editora.⁵⁰

Em relação à revista *CartaCapital*, o acesso a dados oficiais foi mais difícil. A principal fonte foi o material contendo informações gerais da revista enviado pela redação e também disponível em formato .PDF na internet.⁵¹ Contudo, alguns dados deste material estão incompletos, têm diferentes estudos como fontes ou mesmo não citam a origem de algumas informações. Para os dados sobre circulação média, por exemplo, não estão disponíveis o ano de referência, tampouco, as fontes. A opção de usar tais dados se deve ao fato de não

⁴⁹ A escolha por se trabalhar revistas semanais e não jornais, por exemplo, se deu por variados critérios, mas principalmente pela factibilidade e pelo tema analisado. Além de ser mais difícil o acesso aos acervos, o material diário de jornais impressos representaria uma amostra excessivamente grande, tendo em vista a proposta da pesquisa e o curto tempo de um mestrado. Ademais, os jornais tendem a ter um enfoque mais regional do que as revistas semanais, cuja cobertura é mais voltada para temáticas internacionais e nacionais (ENEIAS, 2005).

⁵⁰ <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>

⁵¹ <http://canal.com.br/Informativos/Cartacapital/M%EDdia%20Kit%20Carta%20Capital%202010.pdf>, acesso em 18/07/2011

ter sido possível o acesso por outras vias. Ademais, estas informações visam apenas ilustrar de maneira mais geral o perfil das revistas e não serão utilizados de maneira mais sistematizada na análise, que estará voltada para o conteúdo das publicações.

Para traçar o perfil das revistas foram utilizadas fontes de informações variadas, tais como: dados secundários de outras pesquisas científicas que tiveram as revistas *Veja* e/ou *CartaCapital* como objeto de estudo, informações disponíveis nos sites das revistas/editoras e também material fornecido pela redação de cada uma das revistas a partir de contatos por e-mail (redacao@cartacapital.com.br e veja@abril.com.br).

Ambas as revistas podem ser classificadas como de grande imprensa, em termos de sua ampla tiragem e alcance. A revista *Veja* é a revista de informações semanais de maior abrangência no país. Teve circulação líquida média de 1.074.156 no ano de 2011, sendo a maior parte de assinantes (totalizando 922.421 média de assinaturas para o mesmo ano). Seus leitores pertencem majoritariamente às classes sociais A (23%) e B (49%) e se localizam principalmente na região sudeste (58%).⁵²

A revista *CartaCapital* tem uma menor circulação média (85.000 exemplares)⁵³, contudo, com um público alvo próximo ao da revista *Veja*. Ambas têm como público leitor em sua maior parte as classes média ou alta e também concentrados na região sudeste (no caso da *CartaCapital*, 46%).⁵⁴ As revistas diferem principalmente no tocante à escolaridade e renda de seus leitores, conforme demonstra a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Perfil do leitor de *Veja* e *CartaCapital*:

Indicadores do perfil do leitor	<i>CartaCapital</i>	<i>Veja</i>
Idade	17% entre 20 e 24 anos	13% entre 20 e 24 anos
	34% entre 25 e 34 anos	30% entre 25 e 39 anos
	16% entre 34 e 44 anos	17% entre 40 e 49 anos
	11% entre 45 e 59 anos	20% com mais de 50 anos
Sexo	55% homens	47% homens
	45% mulheres	53% mulheres
Formação	64% Curso superior	39% Curso superior
	15% Pós-graduação	7% Pós-graduação
	61% Leem/falam inglês	37% Leem/falam inglês
	40% Leem/falam espanhol	20% Leem/falam espanhol
Renda Familiar	50% Acima de 10 S.M.	36% Acima de 10 S.M.
	11% Acima de 30 S.M.	7% Acima de 30 S.M.
Possuem computadores	77%	59%
Acessam internet	69%	48%

Fonte: Adaptado de Silva (2009)

Veja e *CartaCapital* também destoam nos assuntos de interesse dos leitores, o que pode influenciar o tipo cobertura dada por cada uma das revistas em relação às questões ambientais, políticas internacionais e outros assuntos. Um breve resumo do perfil de

⁵² Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>, acesso em 12/03/2012.

⁵³ Ano de referência não disponível. Fonte: CartaCapital 2011.

⁵⁴ CartaCapital, 2011.

interesse dos leitores fornece indícios de que o interesse distinto de seus leitores poderá influenciar a cobertura diferenciada dos temas discutidos na pesquisa (Tabela 2). O público de *CartaCapital*, por exemplo, está significativamente mais voltado para questões de política internacional, o que pode influenciar uma cobertura mais dedicada ao tema da COP-15. Identificar-se-á mais adiante que o maior interesse voltado para assuntos econômicos, em *CartaCapital*, será um elemento marcante na cobertura sobre a mudança climática.

Tabela 2 - Assuntos de interesse dos leitores de *Veja* e *CartaCapital*

Assuntos de interesse do leitor	<i>CartaCapital</i>	<i>Veja</i>
Atualidades/notícias do momento	94%	87%
Política Nacional	90%	63%
Política Internacional	84%	54%
Economia	82%	64%
Finanças Pessoais	75%	63%
Ecologia/Meio Ambiente	84%	71%

Fonte: Adaptado de *CartaCapital* (2011)

No concernente à orientação política e perspectiva sobre a atividade jornalística, ambas as revistas diferem. A revista *Veja* alega que a prática jornalística deve ser neutra e se autodenomina imparcial. Já a revista *CartaCapital* não compartilha da mesma perspectiva sobre o jornalismo. Na seção “Sobre a CC”, no site da revista, fica claro tal diferença: “O público-alvo da revista *CartaCapital* é o leitor que procura conteúdo mais elaborado e analítico nas áreas cobertas pela nossa publicação. Expondo claramente suas opiniões sobre todos os assuntos, *CartaCapital* não é uma revista que cultiva escândalos, *nem se esconde atrás de uma pretensa imparcialidade*”.⁵⁵ Em contraponto, a revista *Veja* reforça os valores da imparcialidade: “VEJA tem uma linha editorial a favor da verdade e da informação qualificada ao leitor, com total independência, liberdade, credibilidade e exatidão no que publica” (VEJA, 2011).

Deste modo, julga-se interessante comparar a cobertura das duas revistas e verificar as possíveis diferenças no enquadramento dado à questão da mudança climática. Entende-se que tais veículos de comunicação tendem a fornecer leituras particulares ou mesmo destoantes sobre o fenômeno, de modo que a comparação de tais revistas pode ser uma importante fonte para perceber as distintas representações e entendimentos da mídia sobre o tema.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc>, Acesso 29/06/2011. (*Grifo nosso*)

4.2 CARACTERÍSTICAS DA COBERTURA

A análise buscou apreender algumas características gerais da cobertura tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Para tal, as reportagens da amostra foram classificadas e tabuladas no SPSS afim de formar um banco de dados com o perfil da cobertura de *Veja* e *CartaCapital* ao longo do período analisado.

A classificação das peças jornalísticas selecionadas está disponível em mais detalhes na metodologia e no Formulário de Codificação (Apêndice I). De modo geral, foram incorporados elementos de conteúdo e de forma na análise. Portanto, a amostra será caracterizada segundo os tipos de ocorrência e também pelo padrão temático e de conteúdo tratado em cada uma das revistas.

4.2.1 Caracterização da amostra

Como esperado, foi possível perceber diferenças na cobertura de *Veja* e *CartaCapital* sobre o tema mudança climática. As duas revistas se distinguem não apenas pelo perfil do jornalismo (com estruturas e tipos de abordagens distintas), mas também pelo conteúdo, que por vezes, se apresenta de maneira diametralmente oposta.

A primeira triagem buscou identificar todas as matérias que fizeram qualquer menção à mudança climática. Para identificar a frequência com que o tema aparece, foi considerada como unidade de análise a reportagem, artigo de opinião ou nota em que há menção à mudança climática, seja como tema principal ou não. A revista *Veja* conta com 41 recorrências e *CartaCapital* com 101, totalizando, na primeira triagem, uma amostra 142 casos em que o tema fora mencionado. Percebe-se que grande parte dessas incidências acontece de modo muito pontual, por vezes como um comentário descontextualizado ou mesmo como um recurso de humor para tratar do “aquecimento” do cenário político. Tendo em vista tal característica, foram consideradas apenas as incidências em que o tema mudança climática foi o eixo central da discussão. Feita a segunda triagem, mais de metade dos casos foram desconsiderados, restando apenas 56 dentre os 142 casos. Neste ponto, ambas as revistas tiveram um comportamento similar, com 43,9% dos casos da *Veja* tendo mudança climática como tema central e 37,6% dos casos da *CartaCapital* (Tabela 3). Dentre os 56 casos, cabe ressaltar que a revista *CartaCapital* apresentou um número maior de recorrências, com pouco mais do que o dobro de casos do que a revista *Veja* (38 e 18, respectivamente).

Em relação ao perfil visual, as revistas também se assemelham. Mais de 90% das ocorrências (exceto notas e colunas semanais), é marcada pela presença de figuras, gráficos ou fotos tanto em *Veja* quanto em *CartaCapital*.

A análise a seguir será sempre feita de acordo com o total de cada revista, com duas amostras distintas para cada revista. Portanto, para tratar de *Veja*, os dados serão calculados a partir das 18 incidências e de *CartaCapital*, das 38.

Tabela 3 - Recorrência do tema MC como elemento principal

		Sim	Não	Total
<i>Veja</i>	Valor absoluto	18	23	41
	% na Revista	43,90%	56,10%	100,00%
<i>Cartacapital</i>	Valor absoluto	38	63	101
	% na Revista	37,60%	62,40%	100,00%

Fonte: elaboração própria

Além da incidência do tema, um ponto importante a ser considerado é o tipo de espaço destinado a cada caso (peça jornalística), já que a importância de cada unidade de análise pode variar. Uma reportagem de cinco páginas ou uma nota de poucas linhas contam como um caso, mas claramente têm importância distinta. Para considerar a relevância de cada unidade de análise pode-se avaliar o espaço que ocupa na revista e o tipo de matéria (se é uma reportagem, uma carta de leitor ou apenas uma nota, por exemplo). Para tal, pode-se utilizar o espaço métrico de cada caso, o número de palavras ou caracteres, a localização/seção da revista, dentre outros. Nesta pesquisa, foram considerados: o número de páginas ou espaço da fração na página (para aquelas de menos de uma página), o tipo (nota/reportagem/opinião) e a seção em que se encontra cada um dos 56 casos.

Verifica-se uma cobertura consideravelmente mais aprofundada por parte da revista *CartaCapital*. Além de ter uma incidência maior (compondo 68% da amostra de 56 casos), em sua cobertura predominam reportagens mais longas e com análise mais detida.

Em *CartaCapital*, quase metade dos casos (47,37%) ocupam mais de duas páginas. Distintamente, em *Veja* prevalece uma cobertura mais pontual, como menor espaço para discussão. Em *Veja*, verifica-se 13 das 18 ocorrências como frações de página, o que equivale a 72,2% da amostra da revista. Cabe ainda ressaltar que neste grupo de 13 casos, a maior parte (84,6%) é composta por pequenas frações que ocupam menos do que 10% do espaço de uma página.

O diminuto espaço destinado ao tema é reforçado também pelos tipos de recorrência em cada uma das revistas. Conforme demonstrado no Gráfico 2, abaixo, as revistas têm tipos de recorrência bastante distintos. Enquanto, em *CartaCapital* predominam as peças jornalísticas classificadas como reportagens, em *Veja* uma parcela significativa dos casos (38,9%) são notas, cuja principal característica é o pequeno espaço para qualquer discussão ou análise do tema.

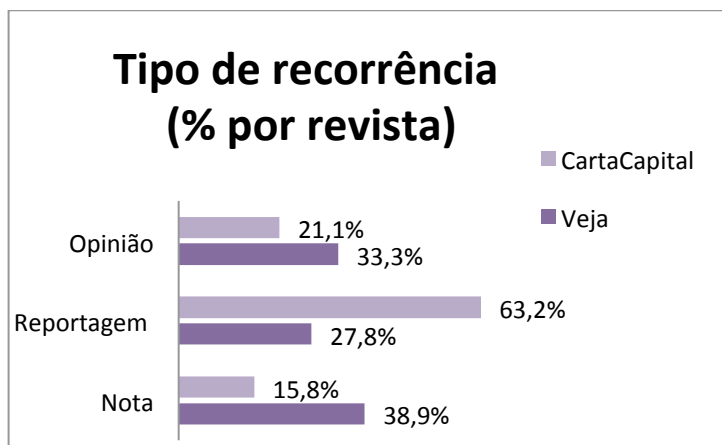


Gráfico 2- Tipo da peça jornalística por revista
 Fonte: Elaboração própria

Quanto à composição da cobertura, a revista *CartaCapital* apresentou uma tendência a uma cobertura mais aprofundada, marcada por reportagens mais analíticas e longas do que as da revista *Veja*. Além das diferenças do espaço destinado ao tema, as revistas adotam também abordagens e conteúdos marcadamente distintos, que serão discutidos a seguir.

4.2.2 Sobre o conteúdo

Para tratar do conteúdo veiculado pelas revistas, esta pesquisa considera os enquadramentos dados ao tema mudança climática, o debate sobre a existência do fenômeno e a discussão de temas como mitigação e adaptação.

O perfil da cobertura das revistas varia bastante e o enquadramento dado ao tema mudança climática é um exemplo disso (Gráfico 3). É possível perceber uma orientação para uma cobertura mais de acordo com seu público leitor. Ao compararmos os enquadramentos com os interesses do público leitor de cada uma das revistas, percebermos uma forte consonância entre estes fatores.

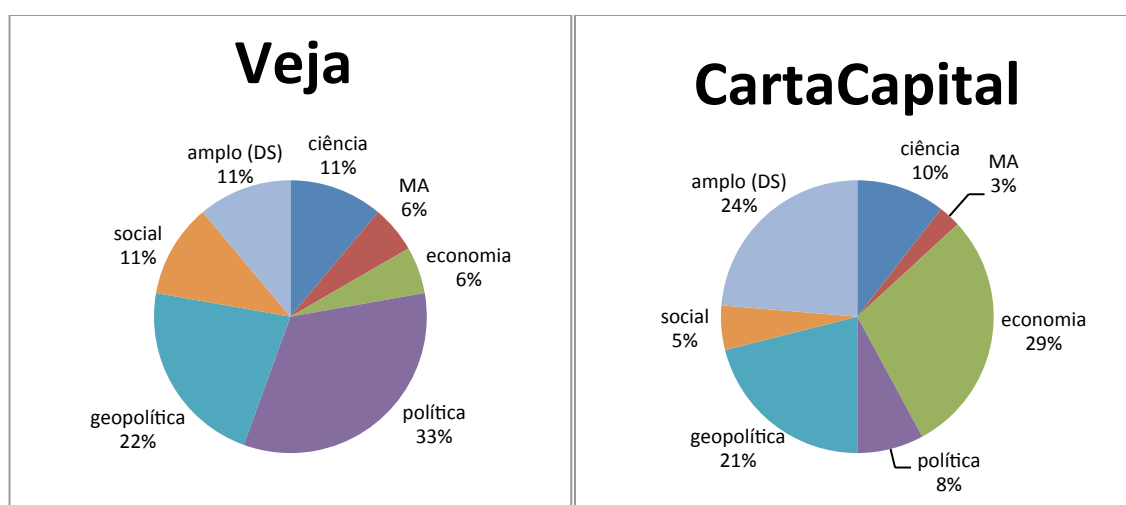


Gráfico 3- Enquadramento temático da amostra em *Veja* e *CartaCapital*
 Fonte: Elaboração própria
 Legenda: MA (meio ambiente) e DS (desenvolvimento sustentável)

Em *CartaCapital*, por exemplo, uma parte significativa dos casos estão inseridos em um enquadramento econômico, viés minoritário na cobertura de *Veja*. Uma possível explicação para isso é o fato do público leitor de *CartaCapital* ter seu interesse mais voltado para o tema economia, conforme demonstrado anteriormente (Tabela 2).

Há uma predominância em *Veja* da discussão da política interna (inserida no enquadramento intitulado *política*). Contudo, cabe ressaltar que uma parcela significativa dos casos enquadrados em *política* é composta por notas, nas quais são noticiadas a possível ausência do então presidente Lula no encontro em Copenhague, a ida de José Serra ao evento e outras notícias pontuais. Um dos possíveis fatores de influência foi o período pré-eleitoral no Brasil, que acabou orientando parte da cobertura sobre a COP-15. Algumas reportagens, portanto, se situam (explícita ou implicitamente) na disputa entre os então possíveis candidatos à presidência: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Ademais, a presença ou ausência desses atores foi discutida de forma personalista, na tendência das normas jornalísticas apontadas por Bennett (1996; 1995) e Boykoff e Boykoff (2007).

Outro elemento que merece ser analisado é a baixa incidência de reportagens ou comentários com orientação predominantemente ambiental. Os 6% em *Veja* e 3% em *CartaCapital* correspondem, na realidade, a apenas uma recorrência de cada revista que foi centrada na esfera ambiental da mudança climática (uma carta de leitor em *Veja* e uma reportagem em *CartaCapital*). A questão ambiental, portanto, está quase sempre situada em outras discussões (política, tecnológica, econômica) em abordagens mais voltadas para outras esferas. Os impactos da mudança climática, por exemplo, são raramente citados em termos de distúrbios ecossistêmicos. Os distúrbios ambientais advindos do problema climático são tratados sob um viés antropocêntrico, em termos de prejuízo às funções ambientais relevantes à humanidade. O equilíbrio ambiental, não considerado em seu valor intrínseco, é representado por ambas as revistas de forma secundária, satélite às questões sociais.

4.2.2.1 COP-15

É possível perceber que o evento COP-15 marcou a cobertura no período analisado, influenciando uma postura mais atenta ao tema mudança climática por parte da mídia. Na amostra selecionada, a maior parte das discussões sobre mudança climática menciona o evento em Copenhague (66,7% em *Veja* e 65,8% em *CartaCapital*).

Há relação entre a incidência de matérias e menções ao tema mudança climática no período da COP-15 em ambas as revistas. Conforme demonstra o Gráfico 4, abaixo, a maior parte das ocorrências acontece antes ou durante o período do evento, com uma tendência à queda da cobertura após o evento.

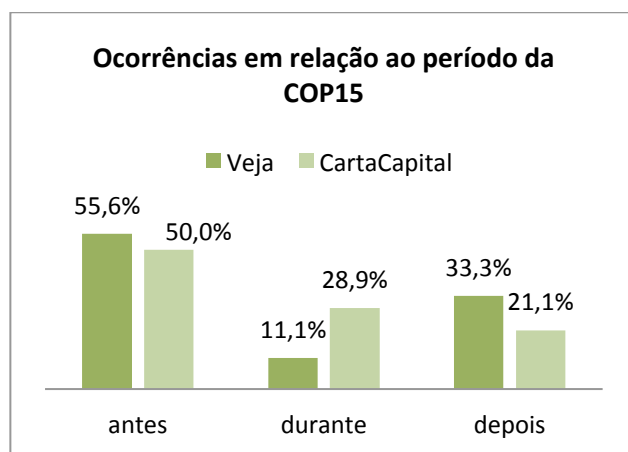


Gráfico 4- Ocorrências de menções ao tema MC em relação ao período da COP-15
Fonte: Elaboração própria

Um elemento interessante é a diferença na cobertura de *CartaCapital* e *Veja* no que tange a COP em si. Dentre as matérias que mencionam a COP-15 (12 em *Veja* e 25 em *CartaCapital*), a Conferência aparece como tema principal na maior parte das recorrências em *Veja* (91,7% dos casos), mas não em *CartaCapital* (com apenas 32% dos casos). Essa característica expressa uma tendência que a *CartaCapital* demonstrou em tratar a questão climática de forma mais ampla, aproveitando a janela de oportunidade trazida pela COP-15 para discutir de forma mais vasta a questão climática e ambiental. A cobertura de *Veja*, por sua vez, foi visivelmente influenciada pelo acontecimento COP-15 e o tema mudança climática foi tratado majoritariamente em reportagens específicas sobre o encontro em Copenhague.

Apesar da COP-15 não ser o tema mais tratado por *CartaCapital*, não se pode negar a influência do encontro na cobertura da referida revista. A primeira edição da *CartaVerde*⁵⁶ foi dedicada justamente à discussão do aquecimento global e da reunião de Copenhague, com a seguinte chamada: “A hora de AGIR. As previsões sobre o aquecimento global estão mais sombrias. A reunião de Copenhague exige resultados urgentes e concretos.” Foram discutidos variados temas, envolvendo questões ambientais, econômicas, sociais e geopolíticas, mas os tópicos centrais foram a COP-15, os diferentes interesses entre países e a importância de se adotar as medidas de adaptação e mitigação.

Pode-se dizer que, conforme esperado, a COP-15 influenciou a cobertura das duas revistas sobre o tema mudança climática. O encontro em Copenhague se mostrou uma janela de oportunidade para debater o tema na esfera pública, principalmente em virtude do seu destaque nos veículos de imprensa tanto nacionais quanto internacionais (ABRANCHES, 2010).

⁵⁶ A *CartaCapital* dispõe de uma edição especificamente voltada para a questão ambiental: a *CartaVerde*. Esse suplemento trimestral é uma associação entre a revista e a agência de notícias *Envolverde*, com primeira edição em 14 de outubro de 2009.

4.2.2.2 Mudança climática

Sobre a mudança climática, de modo mais geral, dois aspectos se destacam na cobertura das revistas: a) o debate sobre a existência ou não do fenômeno e b) a ênfase dada à mitigação em detrimento da adaptação.

Em relação à postura dos céticos, é interessante comparar *CartaCapital* e *Veja*, principalmente porque neste quesito houve a maior dissonância entre as revistas. Enquanto *CartaCapital* reafirma constantemente a existência do fenômeno, *Veja* dedica um espaço considerável de sua cobertura levantando dúvidas e se aproximando do discurso dos céticos.

Nas edições de 24 de fevereiro de 2010, por exemplo, as revistas trazem matérias diametralmente opostas sobre o tema. A revista *Veja* (edição 2153) traz a matéria “O dogma derrete antes das geleiras” argumentando que “os céticos devem ser levados a sério” tendo em vista “manipulações e fraudes nos relatórios climáticos” fazendo inferência ao caso dos polêmicos e-mails de alguns cientistas integrantes do IPCC (pesquisadores da Universidade de East Anglia) que foram interceptados e divulgados na internet.⁵⁷ Nesta matéria a tese sobre a existência da mudança climática é contestada de forma veemente, com expressões como “fervor fanático e doutrinário pelas conclusões pessimistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)”, “doutrina do aquecimento global” e “sumo sacerdote do dogma da mudança climática” para se referir ao climatologista Phil Jones. Em contrapartida, na mesma semana, em sua edição 584, a revista *CartaCapital* traz a matéria “O aquecimento global é fato”, na qual reafirma-se a existência do fenômeno, suas causas antropogênicas e expõe os interesses subjacentes na negação do fenômeno, como o lobby do petróleo.

No universo amostral de *Veja*, 27,8% das suas 18 recorrências corrobora a postura dos céticos, colocando explicitamente em xeque a existência da mudança climática e/ou de suas causas antropogênicas. Já *CartaCapital* não tem nenhum caso em que essa contestação tenha sido feita. Em apenas um caso se aventou incertezas sobre o fenômeno, contudo, sem negá-lo. Mais do que isso, *CartaCapital* adotou uma postura ativa na contestação dos argumentos dos céticos.

O tema existência da mudança climática foi pauta explícita de 7 casos em *CartaCapital* e de 7 casos em *Veja*. Em 6 dos 7 casos de *CartaCapital* o intuito foi justamente contrapor argumentos céticos, reafirmando a existência do fenômeno. Em *Veja* testemunha-se justamente o contrário, com 5 dos 7 casos reafirmando a postura cética. A Tabela 4 ilustra o perfil da amostra no referente à negação ou afirmação da existência da mudança climática naquelas recorrências em que esse tema foi pauta explicitamente.

⁵⁷ Para mais informações sobre esse evento, ver Abranches (2010), onde o autor faz um retrospecto sobre esse acontecimento, discutindo mais em detalhes o conteúdo dos e-mails e os atores envolvidos no caso.

Tabela 4 - Casos que discutiram a existência da MC e/ou papel antropogênico

		Nega	Levanta incertezas	Afirma	TOTAL
Veja	valores absolutos	5	2	0	7
	valores percentuais	71,4%	28,6%	0,0%	100,0%
CartaCapital	valores absolutos	0	1	6	7
	valores percentuais	0,0%	14,3%	85,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o tipo de tais recorrências, percebe-se a mesma dissonância entre as revistas. Em *Veja*, a maior parte das ocorrências negando a mudança climática pode ser atribuída a outros autores, com predominância de textos opinativos. É importante diferenciar os textos opinativos das demais peças jornalísticas. Afinal, apresentar um tema mais polêmico a partir de textos opinativos (como carta de leitores) assegura à revista uma posição estrategicamente mais neutra.

Das 5 ocorrências em *Veja*, 4 são textos opinativos (3 cartas de leitores e 1 colunista). Apenas um corresponde a uma reportagem, que é a matéria acima mencionada: “O dogma derrete antes das geleiras”. Em *CartaCapital*, as 6 recorrências que contestam os argumentos dos céticos são compostas em sua maioria por reportagens (4), uma nota (1) e uma passagem no editorial (1), considerado aqui como artigo de opinião.

A revista *CartaCapital* conduz a discussão desse tema de forma mais explícita, em seu editorial e em reportagens. Já a revista *Veja* expõe o tema de forma mais incerta, evitando em suas reportagens afirmações categóricas sobre a existência ou não do fenômeno. O emprego de aspas para se referir ao aquecimento global ou de expressões como “aparentemente” para se referir à interferência humana no sistema climático expressam a postura reticente de *Veja*.

É perceptível que a revista *CartaCapital* adota uma postura mais clara e direta nessa questão, modo coerente com sua proposta jornalística engajada e de não-neutralidade. Em contrapartida, a revista *Veja* não nega nem afirma seu posicionamento, postura também de acordo com sua pretensa neutralidade jornalística.

Apesar das diferenças, ambas revistas têm um ponto em comum: a ênfase dada à mitigação em detrimento da discussão sobre a adaptação à mudança climática. Para avaliar esse aspecto, dividiu-se os casos nas seguintes categorias: a) *mitigação*, para aqueles casos com enfoque nas causas da mudança climática, mencionando apenas perspectivas de emissões; b) *adaptação*, para aqueles casos em que se apresentou de modo prioritário a perspectiva dos impactos e ações para lidar com os efeitos da mudança climática; c) *ambos*, quando se mencionava tanto elementos de adaptações e mitigação e d) *nenhum*, quando por alguma razão nenhuma das perspectivas acima foi mencionada, ou por enquadramentos diferentes ou simplesmente por falta de espaço, muito comum nas recorrências classificadas como *Nota*.

Em praticamente a totalidade dos 38 casos de *CartaCapital* (92,1%) houve menção aos temas adaptação e/ou mitigação. Em *Veja* apenas a metade (50%) dos casos pode ser enquadrada segundo os critérios acima. O elevado número de casos não classificados em *Veja* pode ser explicado pelo perfil das recorrências da revista. Conforme já discutido anteriormente, na cobertura de *Veja* predominam notas, nas quais não há qualquer espaço de debate que torne possível a classificação de temas tais como adaptação ou mitigação.

De todo modo, dentre os casos classificados, é possível perceber um padrão próximo entre as duas revistas no que tange a mitigação. O perfil dos casos classificados é ilustrado na Tabela 5 e Gráfico 5, abaixo:

Tabela 5 - Casos classificados como mitigação e/ou adaptação

		Mitigação	Adaptação	Ambos	TOTAL
<i>Veja</i>	valor absoluto	7	0	2	9
	valor percentual	77,8%	0%	22,2%	100%
<i>CartaCapital</i>	valor absoluto	27	4	4	35
	valor percentual	77,1%	11,4%	11,4%	100%

Fonte: Elaboração própria

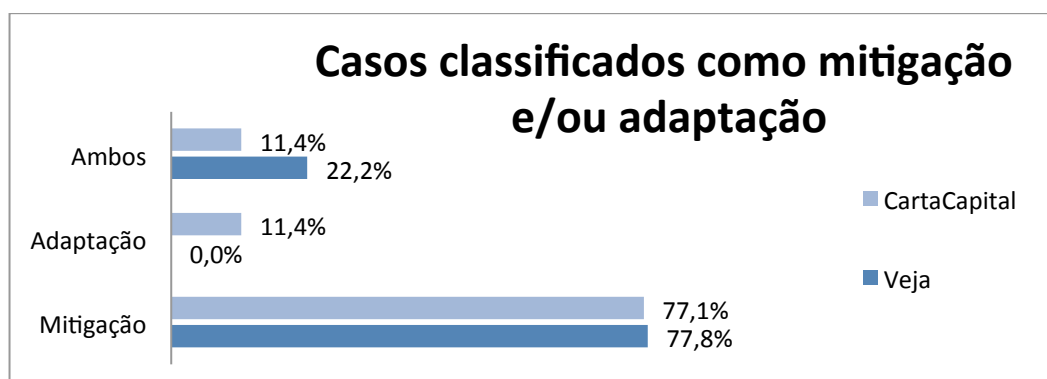


Gráfico 5- Casos classificados como mitigação e/ou adaptação

Fonte: Elaboração própria

Em ambas revistas predomina o enfoque sob a mitigação, entretanto, *CartaCapital* se destaca por discutir o tema adaptação mais a fundo a adaptação. Nos dois casos de *Veja* em que a adaptação foi citada, pode-se dizer que o foi de forma secundária. Já em *CartaCapital*, houve reportagens com enfoque exclusivo nos impactos da mudança climática, principalmente considerando as diferentes capacidades adaptativas entre países.⁵⁸

Essa tendência de predomínio do tema adaptação em *CartaCapital* é uma das hipóteses que foi confirmada. Tendo em vista que o tema adaptação está mais diretamente relacionado com problemas de justiça social e pobreza, esperava-se uma cobertura mais atenta a estes aspectos por parte desta revista. É notória a orientação política mais à esquerda, de *CartaCapital*, com prevalência de temas críticos à pobreza e desigualdades

⁵⁸ As quatro reportagens de *CartaCapital* em que se discutiu mais a fundo a adaptação foram: "As maiores vítimas" (Ed.565), "A fatura não é só dos ricos" (Ed.567), "Os ricos têm grana, os pobres, pressa" (Ed.576) e "O aquecimento global é fato" (Ed. 584)

sociais. As quatro reportagens que trataram de adaptação estão em consonância com tal perfil. Duas delas (“As maiores vítimas” e “Os ricos têm grana, os pobres, pressa”) tiveram o enquadramento predominantemente social, discutindo, sobretudo, a diferença de vulnerabilidade entre países e o problema da pobreza no contexto da mudança climática.

Cabe lembrar que a prevalência da mitigação à adaptação é um padrão recorrente não apenas na mídia ou nos veículos de comunicação escolhidos, mas também nas discussões científicas e (geo)políticas sobre o tema (HUQ; REID, 2004; SCHIPPER, 2006). Conforme exposto no Capítulo 1, apesar de mitigação e adaptação estarem conectadas, ambas as respostas tendem a ser tratadas separadamente. Inicialmente, o próprio IPCC não tinha o GT-II, voltado para adaptação, sendo este criado somente a partir do segundo relatório, em 1995. No ano de 2001 o tema ganha destaque, com o 3º Relatório (TAR). Este documento conceitua adaptação e também chama atenção para o fato de que, a despeito das reduções de emissão, alguns graus de impactos seriam inevitáveis (SCHIPPER, 2006).

No cenário político a adaptação também passa ao largo na preocupação e implementação de políticas públicas. O caso brasileiro é um bom exemplo. O decreto que regulamenta a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) em nenhum momento tece considerações sobre medidas adaptativas, sendo as metas exclusivamente de redução de emissões.⁵⁹ Apesar de ser mencionada na PNMC e no Decreto 7.390, a adaptação é claramente um elemento em segundo plano, se não tacitamente negligenciada. No decreto, a palavra adaptação aparece uma única vez no Artigo 2º e apenas para fazer menção aos Artigos 6º e 11º da PNMC. Os referidos artigos da Política tratam dos instrumentos da PNMC e dos Planos Setoriais, nos quais a mitigação aparece de forma evidente em primeiro plano.

Torna-se cada vez mais evidente à cientistas e políticos que algum grau de impacto é inevitável e a adaptação se faz necessária. A insistência sobre tal importância vem, sobretudo, por parte de agências de desenvolvimento e por parte de países mais vulneráveis (como as pequenas ilhas), que estão dentre os mais afetados pelo problema (HUQ; REID, 2004).

Por fim, é importante perceber que a predominância da mitigação frente à adaptação de certo modo obscurece um ponto importante no âmbito da mudança climática: a desigualdade entre países. O debate sobre adaptação passa necessariamente pela discussão de elementos como impactos, vulnerabilidades e capacidades adaptativas. Esses elementos, por sua vez, não podem ser dissociados de um debate sobre a pobreza, haja vista sua centralidade na constituição da vulnerabilidade de países e comunidades.

Esse debate, associado à discussão da justiça climática, será tratado a partir das reportagens de *Veja* e *CartaCapital*, na seção seguinte. Após uma breve apresentação de

⁵⁹ A Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) foi instituída em 29 de dezembro de 2009 pela Lei 12.187 e incorpora a proposta brasileira de redução de emissões apresentada em Copenhague. A PNMC é posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.390, de 9 de dezembro de 2010.

aspectos gerais sobre a cobertura das revistas, segue a análise sobre matérias específicas, orientadas por categorias da ADC.

4.3 A ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS FUNDAMENTOS

Antes de entrar nos detalhes da análise textual, convém fazer breve esclarecimento sobre categorias e alguns pressupostos que embasam a Análise do Discurso Crítica, vertente adotada nesse trabalho.

A análise que se segue tem suporte na linguística crítica e na abordagem funcionalista, entendendo discurso como prática social, em que se operam interesses, ideologias e concepções de mundo. Esta abordagem difere da perspectiva da linguística tradicional ou formalista, na qual a língua é analisada com enfoque na sintaxe e na organização dos elementos internos no sistema linguístico. Enquanto na linguística formalista o sistema linguístico é entendido como sistema autônomo, para os funcionalistas ele sempre está referenciado em sua função social (BRANDÃO, 2004; GIDDENS, 1999; SCHIFFRIN, 1994).

As abordagens críticas se enquadram na perspectiva funcionalista e têm como preocupação o contexto social na instituição de sentido e no processo de produção dos discursos. As abordagens críticas rejeitam a separação entre conteúdo e forma e veem o sistema linguístico como dependente e constitutivo de sua base social, relações de poder e disputa de interesses na sociedade (BRANDÃO, 2004; FAIRCLOUGH, 2001; RESENDE; RAMALHO, 2009). Sobre a diferença entre as abordagens críticas e não-críticas:

As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideológicas e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

São consideradas contribuições da “análise de discurso crítica” (ADC), que entende a linguagem sob um ponto de vista crítico e que deve ser estudada considerando o contexto social de sua produção. No âmbito da ADC, a análise textual é orientada por princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday. Por compartilhar da noção de discurso como uma construção social e constitutiva da realidade, a LSF oferece à ADC elementos para construção de um método de análise textual, proposto por Fairclough em *Analysing Discourse*, em 2003 (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2009). Outro relevante diferencial da ADC consiste na sua leitura feita a partir das ciências sociais, suas reflexões sobre discurso, poder, sociedade, ideologia etc. Neste ponto, uma contribuição central será o trabalho de Michel Foucault e seu aporte sobre representações, discurso, poder e suas relações com a sociedade.

Foucault apresenta grandes contribuições teóricas neste tema ao destacar o papel constitutivo do discurso, a interdependência entre as diferentes práticas discursivas de uma sociedade e a natureza política dos discursos. Mais do que derivar do social, o discurso

influencia diretamente na vida social, tem seu papel constitutivo na realidade. Portanto, as práticas discursivas reforçam as condições sociais de sua produção, como as relações de poder, ideologias, crenças etc. O discurso contribui para a formação de identidades, relações sociais e também na constituição, modificação e manutenção de sistemas de conhecimento e crenças. Ele transcende a simples representação e passa a ser uma importante prática e instrumento para a mudança social (BRANDÃO, 2004; FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAULT, 2009). Nas palavras de Foucault (2009), “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p.10).

O discurso midiático analisado nessa pesquisa é entendido como prática social que além de representar uma dada visão de mundo, pode contribuir para a perpetuação desta visão em um campo de relações de força. Por conseguinte, é de suma importância analisar a relação entre mídia e representação de questões ambientais, sobretudo frente à emergência do tema desenvolvimento sustentável nas últimas décadas (CARVALHO, 2010; MOURA, 2004).

Análise textual que se segue, será orientada a partir de categorias analíticas propostas pela ADC e dentro do entendimento de discurso como prática social, o que implica a noção de que o discurso é uma forma de agir sobre a realidade, sendo o texto a materialização discursiva de tais práticas. A prática discursiva pode ser dividida segundo três significados/funções: (a) acional, (b) representacional e (c) identificacional. Esses significados correspondem, respectivamente, a formas de (inter)agir no mundo, de representar a realidade e de identificar a si e a outrem. Convém ressaltar que a linguagem opera de forma articulada e simultânea, sendo ao mesmo tempo uma forma de interação social, de representação e modificação da realidade.⁶⁰

Cada uma dessas funções, por sua vez, se articula com elementos da prática discursiva, nas características textuais ligadas a gêneros, discursos e estilos. O Quadro 2, abaixo, demonstra de forma resumida a relação entre os significados/funções da linguagem e elementos de prática discursiva.

⁶⁰ Essa classificação parte do entendimento multifuncional da linguagem, na qual todo enunciado serve a múltiplos propósitos. Halliday propõe três macrofunções da linguagem: interpessoal, ideacional e textual. Tendo em vista o procedimento de análise textual na ADC, Fairclough (2003) promove a articulação entre as macrofunções de Halliday com os conceitos de gênero, discurso e estilo, formulando os três principais significados da linguagem: acional, representacional e identificacional. A proposta apresentada por Fairclough utiliza o termo “significado” para classificar as macrofunções da linguagem. Por critérios didáticos, optou-se por adotar a terminologia “função”, entendendo que ela reflete melhor a operação da linguagem na realidade.

Função da Linguagem	Prática Social	Expressão na prática discursiva
(a) Acional	Modo de agir	Gênero
(b) Representacional	Modo de representar	Discurso
(c) Identificacional	Modo de identificar (a si e a outrem)	Estilo

Quadro 2 - Funções da linguagem e elementos da prática social e discursiva
 Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Ramalho e Resende (2011).

A função acional (a) da linguagem está associada ao elemento *gênero* na prática discursiva. Os *gêneros discursivos* podem ser entendidos como “diferentes modos de ação e relação social estabelecidos discursivamente”. Ao tratar de gêneros, o elemento central é o modo como o discurso se apresenta como prática social, sua ação e interação no mundo. No contexto desta pesquisa, por exemplo, se trabalhou com textos do gênero reportagem, que têm uma forma própria de apresentação e interação, com propósito de convencer ou apenas informar. Isso tudo faz parte de um modo próprio de agir sobre a realidade, do gênero em que um texto se apresenta. Uma bula de remédio, uma legislação, uma propaganda, um discurso político, um manual de instruções, por exemplo, são todos gêneros distintos com seus propósitos e formas de agir particulares. O gênero textual expressa, portanto, o tipo de interação estabelecido naquela prática discursiva. Os gêneros podem ser divididos segundo diferentes graus de abstração, sendo classificados de três maneiras: *pré-gêneros*, *gêneros desencaixados* e *gêneros situados*. O *pré-gênero* trata de modo mais amplo da natureza linguística da composição, i.e., se o tipo textual tem uma natureza mais narrativa, argumentativa, descritiva, dentre outras. Esse tipo de característica expressa uma forma particular de ação, com propósito específico. Um texto predominantemente argumentativo, por exemplo, tende a ser uma prática discursiva voltada para o convencimento. Os *gêneros desencaixados* tratam de potenciais realizações linguísticas que podem ser utilizados em diferentes práticas. Como exemplo, temos as entrevistas, que podem variar bastante em sua forma, a depender do contexto em que são aplicadas (contexto médico, jornalístico, acadêmico etc). Por fim, os *gêneros situados*, tratam de uma prática particular, delimitando mais concretamente o tipo e propósitos do texto. Como exemplo de gênero situado, temos a entrevista médica na qual a entrevista (*gênero desencaixado*) se dá dentro do contexto situado, com características próprias da prática médica.

A função representacional (b) está associada a *discursos particulares*, formas específicas de representar aspectos do mundo. O tipo de representação da realidade, dos atores sociais envolvidos, a articulação com valores e outros discursos fazem parte do significado representacional da linguagem. A escolha do vocabulário e o enquadramento dado, são exemplos de formas que atendem ao discurso particular e a sua concepção da realidade. O mesmo evento pode ser representado de formas muito distintas, lançando mão

de vocabulários e enquadramentos por vezes antagônicos. Fenômenos como a globalização, por exemplo, podem ser apresentados como sucesso ou como dominação, a depender do ponto de vista do locutor(a). A escolha do tipo de representação feita varia de acordo com o discurso particular compartilhado pelo enunciante. Como representar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)? Invasão ou ocupação de terras? O discurso do *status quo* caracteriza como “invasão”, enquanto o próprio MST e favoráveis utilizam o termo “ocupação”. A escolha do termo “ocupar” ou “invadir” expressa aprovação ou não ao ato, e o léxico empregado aproxima os enunciados a perspectivas de mundo particulares. A questão ambiental é um terreno fértil para perceber as diferentes representações de um mesmo evento. No discurso desenvolvimentista, a construção da Usina de Belo Monte, por exemplo, é representada positivamente, como símbolo de desenvolvimento do país e fonte de energia para o crescimento. No discurso ambientalista, a mesma usina é representada como retrocesso e não como fonte de energia limpa, mas sim de ameaça ambiental e à população indígena local. O mesmo acontece com o caso da mudança climática, que podem ser representadas a partir de diferentes pontos de vista. A busca por reduzir emissões de GEE pode estar em consonância com o discurso liberal (reforçando a importância dos mercados de carbono), ou pode se orientar pelo discurso da regulação (reforçando a necessidade de políticas de controle e metas de redução para os países).

A função identificacional (c) associa-se com o elemento discursivo *estilo* e a forma particular de identificar a si e a outrem. O estilo expressa características individuais do texto, que refletem a identidade do locutor. O tipo de linguagem utilizada representa o lugar de fala, que pode ser entendido a partir das metáforas usadas, escolhas lexicais, das avaliações, dos juízos de valor e outros elementos que refletem componentes da identidade do locutor, seus ideais e valores.

Cabe lembrar que essas três funções (significados) da linguagem se articulam simultaneamente na prática discursiva de modo que não devem ser tratadas separadamente. O ato de representar uma realidade de determinado modo, por exemplo, se relaciona com a identidade, valores, visão de mundo e vice-versa.

Discursos (representação) podem ser legitimados em *gêneros* (ação/relação) e inculcados em *estilos* (identificação). Por isso dizemos que a relação entre os significados do discurso é dialética e que sua distinção, embora seja necessária, não é absoluta (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112).

A análise textual que se segue será orientada pelas categorias analíticas propostas pela ADC nessa compreensão de linguagem como forma de agir, representar e identificar(-se). Serão consideradas formas textuais que compõem as funções acional, representacional e identificacional do discurso analisado. Em virtude da relação dialética entre esses três elementos, a análise será feita de modo unificado. Ademais, a discussão será orientada por eixos temáticos e não a partir das categorias textuais manifestas. Tendo em vista que a análise do discurso nessa pesquisa se apresenta como meio (ferramenta

teórico-metodológica), optou-se por conduzir a análise a partir dos temas principais dessa pesquisa e não por características textuais.

Cabe lembrar que as categorias atuam de forma unificada e, apesar de algumas serem tipicamente relacionadas com uma função específica da linguagem, elas podem ser intercambiáveis. As principais categorias que orientaram a análise são:

- *Avaliação/Presunção (identificacional)*: evidenciam a naturalização de pontos de vista particulares, entendendo determinadas situações como já estabelecidas. Evidenciam a visão de mundo do enunciante e podem ser encontradas no texto por meio de eufemismos, avaliações e juízos de valor;
- *Representação de atores sociais e eventos (representacional e identificacional)*: a escolha de quais elementos incluir e como os apresentar é um importante ponto a ser considerado. Os atores sociais podem ser apresentados de forma ativa, passiva, qualificados positiva ou negativamente. Todos estes elementos fazem parte da construção de identidade do outro, o que serve para identificar também o lugar de fala do enunciante;
- *Interdiscursividade (representacional)*: articulação de discursos, entendendo quais visões de mundo são compartilhadas na representação da realidade. Um dos traços característicos para identificar o compartilhamento de visões de mundo é a escolha lexical. Representações ambientais que se articulam e dialogam com concepções mais economicistas ou funcionalistas tendem a representar o ambiente segundo seu valor de uso, monetarizado ou com emprego de termos como lucros, prejuízos e capital natural, por exemplo;
- *Intertextualidade (acional)*: avaliando a articulação da voz do enunciante (revista) com outras vozes e fontes presentes ou ausentes no texto. Nesta categoria, busca-se compreender a abertura ou fechamento para a diferença, i.e., se a reportagem contempla, ou não, diferentes pontos de vista. As vozes presentes no texto se articulam convergindo para um mesmo ponto (fechamento da diferença) ou para a apresentação de diferentes cenários (abertura da diferença)? Cabe lembrar que a presença de muitas vozes, nem sempre significa visão mais ampla, na medida em que a pluralidade de vozes pode convergir para provar um argumento único. Nessa categoria, é importante avaliar a dialogicidade, o emprego do discurso direto ou indireto e o grau de aceitação ou resistência às falas representadas.

As reportagens escolhidas para a análise textual mais detalhada se deve ao fato de antecederem o evento que é objeto de estudo deste trabalho, a 15ª Conferência das Partes (COP-15), sediada em Copenhague no período de 7 a 18 de dezembro de 2009. Tanto a revista *Veja* quanto a revista *CartaCapital* trouxeram seção especial para tratar do tema, que em ambas as revistas foi a matéria de destaque/capa. A revista *Veja* discutiu o tema da COP-15 na seção *Especial* composta por três reportagens. A revista *CartaCapital* também

trouxe uma seção especial do periódico *The Economist*, outras duas reportagens e um texto do colunista Delfim Neto. A seguir será feita a discussão mais detalhada da cobertura de cada uma das revistas em suas respectivas edições do dia 16 de dezembro de 2009.

4.4 VEJA E A COP-15: A EDIÇÃO 2143

Na edição de 16 de dezembro, a revista *Veja* apresenta a discussão da COP-15 em destaque, como assunto de capa. A matéria se encontra na seção Especial, que toda semana traz um tema diferente como destaque. A matéria da referida edição é composta por três reportagens com as seguintes chamadas: “Fome de ar, água e comida”; “Uma nova revolução verde” e “Riqueza Ameaçada”. Cada uma será analisada mais em detalhes neste capítulo.

Essas três reportagens se complementam para sustentar o argumento de que o cerne do problema ambiental é o excesso de pessoas no planeta e a produção de alimentos e bens para a crescente população. Segundo a revista, expresso de forma clara em seu editorial (Carta ao Leitor), a questão populacional deveria ser a maior preocupação nas discussões em Copenhague.

O tom neomalthusiano na abordagem da revista já se evidencia na chamada/título da capa: “Estamos devorando o planeta. Água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a Terra pode oferecer.” Este mesmo tom alarmista é corroborado na escolha de expressões como “dramática escassez de recursos”, “catástrofe climática global”, “superlotação da Terra”, “bomba populacional”, “lotação esgotada”, dentre outras.

Nesta edição, o tratamento da questão climática global e do encontro em Copenhague gira em torno da discussão sobre a explosão populacional associada à falta de recursos naturais. As outras duas reportagens da seção complementam o argumento de escassez na produção de alimentos ao apresentar novas formas de produção agrícola (baseadas em alta tecnologia, como os transgênicos) e as normas ambientais (em específico, o Código Florestal Brasileiro) como empecilho para a produção agrícola/agronegócio. A escolha por tratar a questão climática sob um viés de escassez de recursos serve como argumento legitimador para outras duas polêmicas questões discutidas nas demais reportagens: a “nova Revolução Verde” (entendida como expansão das áreas agrícolas, mecanização e adoção de transgênicos na produção de alimentos) e a reforma do Código Florestal Brasileiro.

4.4.1 “FOME DE AR, ÁGUA E COMIDA”

A reportagem principal, “Fome de ar, água e comida”, trata do encontro em Copenhague. A matéria totaliza 10 páginas inteiras (pp.132-141) e é composta predominantemente de infográficos, fotos, figuras e box explicativos, todos acentuando a escassez de recursos e excesso de pessoas no mundo. Cabe ressaltar que a matéria não cita a fonte de seus dados e cenários. Apresenta suas fontes apenas para os dados relativos

a emissões de GEE e energia, que no caso foram a Agência Internacional de Energia e a *World Resources Institute*. Não fica claro se estas são as mesmas fontes para o restante da matéria.

4.4.1.1 Composição Genérica

Quanto a sua composição genérica, para identificar o pré-gênero, consideramos parte da tipologia adotada por Ramalho (2005, p.79): narração, descrição e argumentação. A reportagem em questão pode ser classificada como argumentativa, já que cinco dos sete parágrafos são predominantemente argumentativos e apenas dois descritivos.

Tal característica remonta a um ponto importante levantado por Ramalho e Resende (2011) sobre o propósito e função de cada gênero: “gêneros em princípio voltados para informar, como a reportagem, podem ter propósitos mais estratégicos, orientados para ‘vender’ uma mercadoria, uma ideia, um valor, uma concepção particular de mundo” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 127). Este pode ser considerado o caso da reportagem em questão, que além de informar, tem por objetivo reforçar o discurso de escassez de alimentos. Não por acaso, este argumento é seguido de duas reportagens que defendem a necessidade de novas tecnologias na produção (com a implementação de transgênicos) e expansão das áreas produtivas (com a revisão do Código Florestal).

Como gênero situado, a reportagem de revista tem algumas características que a diferem um pouco das reportagens de jornal, por exemplo. As revistas semanais fazem parte de um processo de modernização e dinamização na imprensa, que torna a notícia mais do que relato de acontecimentos, mas também análise e apresentação atraente para o público leitor. Na primeira metade do século XX, a competição entre o jornal impresso e os novos veículos de comunicação – rádio e TV – reestrutura o padrão visual e também a forma de se fazer notícia (SEABRA, 2002). O tipo de matéria das revistas em análise pertencem às concepção/fase do *jornalismo interpretativo* e do *jornalismo plural*, cuja função não se limita ao relato dos fatos, mas se propõe a uma análise dos temas reportados (SEABRA, 2002).⁶¹ Apesar se reconhecer que as revistas semanais tendam a análises mais aprofundadas, não

⁶¹ Seabra (2002) propõe uma divisão do jornalismo brasileiro em cinco fases: a *primeira fase (jornalismo literário)* compreende o período do surgimento da imprensa no Brasil até o final do século XIX. Nesta fase a imprensa ainda não é concebida como uma empresa e sim como espaço para embate de ideias, políticas ou estéticas. A *segunda fase (jornalismo informativo estético)* ganha destaque principalmente durante a I Guerra Mundial. Nesta fase emergem as primeiras empresas jornalística e a noção de informação como produto. Há uma aproximação com estilo do jornalismo dos EUA, centrado no relato de fatos, ainda que parcialmente próximo ao modelo “jornal-tribuna” do jornalismo europeu. Na *terceira fase (jornalismo informativo utilitário)*, consolida-se o modelo industrial do jornalismo, de grandes empresas em âmbito nacional. Impulsionada pelos novos instrumentos de comunicação, rádio e TV, há uma revisão na linguagem estética e textual, representadas pelas revistas ilustradas, com fatos e análises em um formato mais atraente. Na *quarta fase*, a partir da década de 1960/1970, há o *jornalismo interpretativo*, cujo contraponto é a profundidade e não mais o meramente factual, o relato. A *quinta fase, do jornalismo plural*, é marcada pelas novas tecnologias e a informatização da notícia. A atual fase é caracterizada pelo autor como um modelo que compreende vários estilos. Com a internet, a produção e consumo da informação são descentralizados, há uma “pulverização do controle dos meios de informação” (SEABRA, 2002, p. 45). Para o autor, uma questão ainda em aberto é se essa pulverização será usada para acentuar ou restringir o diálogo e o exercício da democracia nos processos comunicativos.

se pode ignorar a tendência dos meios de comunicação em apenas relatar de forma pontual os fatos.

O problema da fragmentação da informação é inerente à cobertura de notícias no processo de produção das mídias modernas. Wolf (2008) ressalta, principalmente em relação à cobertura televisiva, a dificuldade de tratar de modo aprofundado os eventos noticiados. A própria prática profissional e os critérios de noticiabilidade constroem o jornalismo a análises pontuais: “o centro das atenções está no que ocorre, não na razão pela qual ocorre ou em suas causas profundas” (WOLF, 2008, p. 199). Disto, resulta uma cobertura acontecimental, marcadamente falha na geração de cadeias explicativas de causas e consequências dos eventos noticiados. A cobertura no jornalismo semanal, não está livre de tal tendência, de modo que a análise das cadeias explicativas em cada reportagem deve levar em conta essa característica estrutural no processo de produção da notícia.

Existem distorções involuntárias que por vezes derivam de práticas profissionais e rotinas organizacionais, de modo que o viés não deve ser tacitamente entendido como manipulação consciente. Contudo, apesar de reconhecer a possível origem estrutural na limitação da cobertura jornalística, não se pode ignorar os potenciais efeitos de sentido do tratamento fragmentado de um tema. Na perspectiva de uma análise em ADC, essa fragmentação da cobertura pode ser associada à composição textual da lógica das aparências em detrimento da lógica explanatória. Esta forma de representação tende a expor situações contingenciais como permanentes, nas quais as cadeias explicativas e causalidades não são devidamente expostas. Em um texto com esse tipo de apresentação costuma estar mais ligada ao convencimento do que à análise (FAIRCLOUGH, 2003, p. 94-98).

Veremos, adiante, que a cobertura da COP-15 na *Veja*, por exemplo, é marcadamente limitada, sem explicações contextuais. Independente de ser uma limitação “intencional” ou “involuntária” o que será levado em conta na análise são os potenciais efeitos de sentido contidos nessa fragmentação da cobertura.

4.4.1.2 A reportagem: “Fome de Ar, Água e Comida” em seis atos

As 10 páginas da matéria ‘Fome de ar, água e comida’ serão divididas em seis momentos discursivos, sendo eles, cinco compostos pelas figuras, gráficos e imagens e o último em que será realizada a análise do texto principal da matéria. O primeiro momento (I) se encontra nas páginas 132 e 133 da edição; o segundo (II) na 134 e 135; o terceiro (III) na 136 e 137; o quarto (IV) na 138 e 139; o quinto (V) na 140 e 141; e o sexto (VI) é composto pelo texto principal, distribuído ao longo da matéria.

No primeiro momento (I), o tema central é a escassez de alimentos. Nas duas primeiras páginas da matéria (pp. 132 e 133) há um gráfico comparativo sobreposto à

imagem símbolo da COP-15. Nele corrobora-se a tese principal de escassez de alimentos demonstrando que a taxa de crescimento na produção de alimentos se afasta cada vez mais do crescimento mundial de sua demanda.

No momento (II) (pp. 134, 135), a ênfase é dada ao crescimento populacional e à falta de água. Este momento responde à parte “Fome de água” do título da reportagem. Como figura principal, há uma imagem de um poço na Índia rodeado por um grande número de pessoas. Nesta foto, há a presunção de conflito pela matéria, que caracteriza a imagem utilizando o termo disputa e associando a imagem à falta de água, reforçada pelo dado de que menos de 1% da água doce do planeta está disponível para consumo humano.

No momento (III) (pp. 136 e 137) como temas centrais estão a questão energética e a emissão antrópica de gases de efeito estufa (GEE). Nele se desenvolve o argumento sobre “Fome de ar” do título. A foto principal apresenta uma grande concentração de motocicletas em Taiwan, reforçando o argumento de excesso populacional, agora associado às emissões de GEE derivadas do uso de veículos/motocicletas e afins. No quadrante “Existir é produzir CO₂” apresenta-se a emissão média de um chinês ao longo da sua vida, considerando a expectativa de vida de 73 anos. Abaixo destas informações, há o quadrante “Virada da poluição”, em que se representa o total de emissões de GEE dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Os dados têm por objetivo demonstrar que os países em desenvolvimento já teriam passado o percentual de emissões dos países desenvolvidos. Segundo as informações da reportagem, em 2009, os países desenvolvidos seriam responsáveis apenas por 46% das emissões, contrapondo aos 76% no ano de 1850. Os países em desenvolvimento, anteriormente responsáveis por apenas 24% das emissões, passam a responder por 54% no ano de 2009. Porém, ao apresentar seus argumentos, a revista omite um fator fundamental: a emissão *per capita*.

Dados do IPCC para o ano de 2004 se aproximam dos percentuais apresentados pela reportagem relativos ao ano de 2009. Contudo, no relatório do IPCC, ressalta-se a disparidade nas emissões *per capita*, omitidas pela revista *Veja*. A marca de 46,4% de emissões dos países Anexo I (países desenvolvidos) atendem apenas à 19,7% da população mundial, enquanto os 53,6% das emissões dos países não-Anexo I atendem aos 80,3% restante (ROGNER, 2007, p.106).

O gráfico abaixo apresenta as taxas de emissões por região, evidenciando as disparidades em termos das emissões per capita. Enquanto a média de emissão dos países desenvolvidos (Anexo I) é de 16,1 toneladas de carbono equivalente *per capita*, nos demais países, correspondentes à maior parte da população mundial, a média é de 4,2.

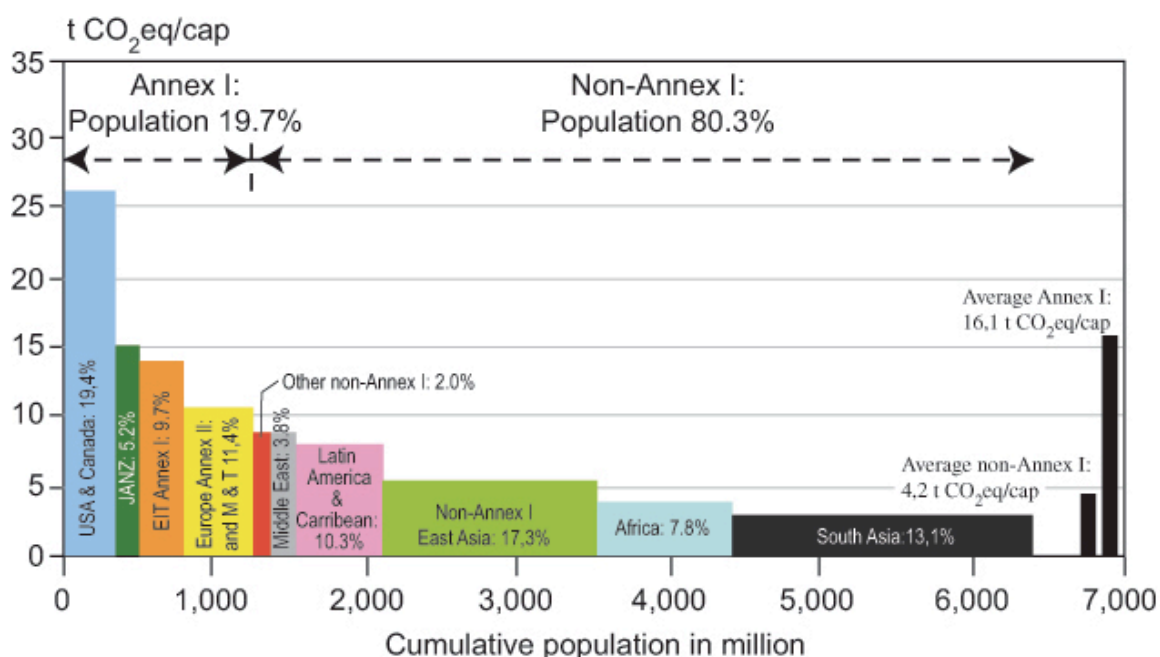


Gráfico 6- Emissões de CO₂ eq. *per capita* por população e região

Distribuição regional das emissões *per capita* de GEE (todos os gases em Kyoto, incluindo aqueles de uso da terra) pela população de diferentes grupos de países em 2004. O percentual nas barras indica a parte em relação às emissões globais de GEE.

Fonte: ROGNER, 2007, p. 106.

A escolha por enfatizar as emissões totais e omitir as disparidades entre países aproxima o discurso da revista *Veja* ao discurso dos países desenvolvidos no seio das negociações internacionais. Aqui temos a categoria interdiscursividade, na qual a concepção de *Veja* se aproxima do discurso particular de alguns países. A CQNUMC reconhece as distintas responsabilidades históricas, expresso no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (Art. 3º da Convenção). Entretanto, este não é um ponto pacífico nas negociações internacionais e se pode dizer que os temas *emissões totais X emissões per capita* e responsabilidade histórica são elementos centrais na divergência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (IKEME, 2003; VIHERSALO, 2008).

Ikeme (2003) argumenta que os países desenvolvidos (Norte) e em desenvolvimento (Sul) partem de premissas distintas ao assumir corte de emissões e ônus financeiros maiores para os países Anexo I. Segundo o autor, a concepção de justiça destes países também difere em essência no âmbito das negociações internacionais. Ao tratar de justiça e do princípio das responsabilidades diferenciadas, o Sul contempla elementos de ordem corretiva (com atenção para a responsabilidade histórica de emissões), distributiva (direito a emissões *per capita* equivalentes) e de procedimento (processo de negociação no contexto da Convenção). Já os países desenvolvidos teriam um viés inteiramente consequencialista,⁶²

⁶² Ikeme (2003) divide a noção de justiça e o julgamento moral em duas abordagens filosóficas distintas: a deontológica e a consequencialista. A corrente deontológica prioriza o correto sob o bom (*right over the good*). Independente das consequências, as ações devem ser morais e corretas em si. Tem como principal expoente Kant. A corrente consequencialista, tem como expoente o utilitarismo de Stuart Mill. Detém seu foco no resultado alcançado com uma ação. Assim, uma ação é boa de acordo com a maximização do bem (good) produzido para o maior número possível de indivíduos. Ambas diferem em dois pontos principais: 1) a importância dada aos

preocupando-se em diminuir as emissões onde for o menor custo, aproveitando a oportunidade de fazê-lo de forma mais eficaz possível. Segundo o autor, a ajuda direcionada aos países pobres por parte dos países Anexo I não é fruto de uma compensação histórica e sim motivada por eficiência e um senso de caridade. A justiça na divisão distinta dos ônus se justificaria frente às desigualdades presentes e não como dever de compensação sob o passado. O discurso da revista *Veja*, nessa reportagem, reforça elementos levantados pelos países Anexo I, no qual se enfatiza a crescente participação dos países em desenvolvimento nas emissões, sem considerar o devido peso das emissões históricas ou o padrão de emissões *per capita*.

No momento (III) (pp.136 e 137) também são apresentadas propostas de mitigação. São sugeridas seis soluções para corte de emissões: a) *pagar para não derrubar* (propondo remunerar a conservação); b) *reflorestar* (com incentivos financeiros para reflorestamento e recuperação de áreas degradadas); c) *energias alternativas* (subsidiar energias atualmente mais caras como a eólica e solar); d) *carros elétricos e híbridos*; e) *consumir menos* (eficiência energética por meio da adoção de lâmpadas LED, por exemplo); f) *perder medo do átomo* (adoção da energia nuclear como alternativa). Dentre as soluções apresentadas, algumas têm viés mais econômico (como o pagamento pela conservação e reflorestamento) e as demais se relacionam com inovações e alternativas tecnológicas na produção e ao consumo de energia (carros elétricos, lâmpadas de LED e novas formas de produção de energia).

No que se refere ao consumo (e), a solução proposta não é uma revisão no padrão de consumo de modo mais amplo. Na realidade, trata-se de buscar redução no consumo a partir da eficiência energética e não no que tange o padrão de consumo em si. Já em relação à produção de energia fica evidente a avaliação positiva da energia nuclear. O próprio título (*Perder medo do átomo*), tem um tom de ironia e desmerece o “medo” daqueles resistentes a esta alternativa. Neste trecho temos o recurso discursivo da eufemização por meio da sinédoque, em que o todo (energia nuclear) é reduzido a sua parte (átomo). Neste recurso há o potencial entendimento de que o átomo (algo menor) não justifica tamanho alarme. A expressão “perder o medo” também pressupõe que posições desfavoráveis a energia nuclear se baseiam no medo infundado e que deve ser superado, revisto. Segundo a matéria, este medo se deve à “má fama” decorrente de eventos anteriores (*Three Mile Island* e *Chernobyl*), mas tal risco poderia ser amenizado por meio de investimentos em “projetos com maior segurança e operação sem erros”. A argumentação sobre energia nuclear é um ponto que reforça a importância central da tecnologia no discurso de *Veja*. A maior parte das soluções apresentadas para lidar com a questão ambiental se sustentam em inovações

direitos individuais e 2) ênfase no resultado como medidor ou não de justiça/moralidade de uma ação. Os países do Sul e do Norte diferem em suas concepções de moralidade, sendo os primeiros orientados pela noção de justiça deontológica e os segundos pela abordagem consequencialista.

tecnológicas. A concepção de projetos “sem erros” reforça a crença na infalibilidade da ciência, não se atentando para os riscos inerentes à própria tecnologia.

O quarto momento (IV) responde à questão da “Fome de comida”. Nas páginas 138 e 139 da edição encontram-se três quadros principais intitulados: *Vai faltar comida?*, *Consumo Alimentar* e *Menos famintos*. No primeiro há um reforço sobre a escassez de recursos pesqueiros, água e terras produtivas por habitante. Nos demais, há o argumento de que as diferenças alimentares entre países pobres e ricos tem diminuído, mas que os avanços não podem ser garantidos frente a futura escassez de recursos e encarecimento dos alimentos.

O quinto momento (V) está dividido em dois quadrantes/temas: a) *Eles devoram mesmo* e b) *Muita esperança, poucos resultados*. A primeira (a) traz a foto com uma imagem canibal de um urso polar ainda com os restos de sua presa e uma pintura do século XIX em que esses animais são retratados em sua faceta selvagem (tendo humanos como presas). A matéria historiciza a relação homem-animal, argumentando ser recente essa ideia de animais como vítimas da ação humana. Nela o tom principal é de que os animais selvagens não são indefesos. As imagens do urso polar como um animal selvagem e perigoso contrastam com a visão do urso polar vítima da ação humana, recorrente nos discursos de alerta sobre a mudança climática. O segundo quadrante é um box com o título de *Muita esperança, poucos resultados* (b). Nele encerra-se a matéria com uma reflexão sobre notórios encontros e acordos internacionais. O paralelo é traçado entre a expectativa de fracasso de Copenhague e outros acordos que, no entendimento da revista, fracassaram (Liga das Nações) ou não passaram do “terreno das boas intenções” (ECO 92).

O sexto momento (VI) é composto pelo texto principal da reportagem, onde há a reafirmação dos elementos acima expostos. Para a análise textual, serão considerados aspectos discursivos como presunções, metáforas, intertextualidade e representação de atores sociais. Estes aspectos serão organizados nos seguintes eixos temáticos: a COP-15, mudança climática e discurso ambiental.

4.4.1.3 COP-15

A COP-15 é retratada na matéria como um evento fadado ao fracasso em virtude de não discutir a questão populacional, entendida pela revista como o problema principal. O enquadramento do evento é geopolítico, ainda que com parca discussão sobre os diferentes pontos de vista no âmbito das negociações internacionais.

Efetivamente, a COP-15 é um tema secundário na reportagem e serve como gancho para a discussão sobre meio ambiente e mudança climática. O objetivo primeiro do texto é discutir a questão populacional, entendida com o real problema a ser pensado.

A expectativa em relação ao evento é pessimista. O texto equipara realismo com expectativa de fracasso em relação às negociações internacionais.

(1) A COP-15 acaba no fim da próxima semana, e seu encerramento está sendo esperado com tal ansiedade que muitos nem sequer cogitam, por assustadora, a possibilidade de um **fracasso**. Talvez se deva começar a pensar com mais **realismo** nessa possibilidade. (p.135)⁶³

Apesar de tratar do tema COP-15 e negociações internacionais, a matéria em si não tem um enquadramento geopolítico. Não há menção aos conflitos internos nas negociações. Fala-se das dificuldades de um acordo global, mas não menciona os atores e os pontos de vista divergentes. A discussão sobre o papel do Brasil no cenário internacional também é um tema não abordado pela reportagem. Há uma evidente fragmentação na cadeia explicativa, sem atribuir causas, consequências ou detalhes do evento reportado.

No que tange a função representacional da linguagem, um elemento importante a ser analisado é a representação de atores e eventos sociais. No caso da COP-15, a representação dos atores sociais ligados ao evento utiliza de um forte tom de ironia que será analisado mais em detalhes adiante no capítulo.

4.4.1.4 Mudança climática

Sobre o tema mudança climática, a matéria também destina um espaço secundário. O tema é tratado de maneira mais abstrata e genérica, sem discutir detalhes sobre o fenômeno, suas causas, impactos ou soluções. Assim como a COP-15, o tema mudança climática não é o principal na análise da matéria.

O tom da matéria é alarmista a respeito dos impactos do crescimento populacional, com pouca ênfase nos problemas advindos do fenômeno mudança climática em si. Em outras pesquisas sobre a cobertura da imprensa foi observada a predominância de abordagens alarmistas sobre o futuro da humanidade frente ao desafio climático (DIRIKX, 2008). Contudo, na referida matéria, os problemas referentes à segurança alimentar, escassez de recursos hídricos e outros não são relacionados ao desequilíbrio climático, mas apenas resultantes do excesso de pessoas no planeta.

O enquadramento dado ao fenômeno (MC) varia, apontando elementos de ciência e tecnologia (3) (4) (8) (5), economia, geopolítica (2), social (6) (7) e ambiental (3). Apesar de haver menção a todos esses elementos, não existe uma discussão mais detida sobre nenhum. O principal enquadramento da questão climática é social, considerando os problemas derivados do crescimento populacional e a necessidade de políticas de controle deste crescimento. Abaixo alguns exemplos e que são mencionados de forma rápida as diferentes esferas no trato da questão climática:

⁶³ Como referência para os trechos extraídos das reportagens serão utilizadas as páginas da própria edição da revista (disponíveis em anexo nesta dissertação).

- (2) Esses senhores e seus assessores científicos têm como missão chegar a um **acordo mundial** para conter o **ritmo do aquecimento global** (p.135)
- (3) **Esse fenômeno [aquecimento global⁶⁴]** é normalmente benéfico, mas **saiu do controle**, aparentemente como resultado da atividade industrial humana, e agora pode desarranjar o clima da Terra a ponto de **ameaçar a sobrevivência de inúmeras espécies e impor um modo de vida mais áspero e severo à própria humanidade** (p.135)
- (4) Quando o físico sueco Svante Arrhenius concluiu seus cálculos pioneiros sobre o efeito das moléculas de gás carbônico (CO₂) no aumento da temperatura média do planeta, em 1896, a Terra era habitada por cerca de 1 bilhão de pessoas. Arrhenius foi o primeiro a perceber que **o aumento na concentração de CO₂ poderia aquecer demais o planeta** (p.137)
- (5) Vivo estivesse, o sueco Svante Arrhenius enfatizaria em Copenhague **o fator populacional no descontrole aparente em que se encontra o efeito estufa global** (p.137)
- (6) Cada ser humano adulto produz, em média, 4,3 toneladas de gás carbônico por ano sem fazer nada de mais (p.137)
- (7) As estimativas de **aumento de emissões de gases de efeito estufa** contemplam o choque populacional (p.137)
- (8) O dinamarquês Bjorn Lomborg, estrela no grupo dos cientistas céticos quanto aos efeitos do aquecimento global e à responsabilidade humana nele, está entre os que acreditam que a **solução virá do avanço tecnológico** (p.139)

No exemplo (2), situa-se a discussão sobre mudança climática no âmbito das negociações internacionais, com enquadramento mais geopolítico. Nos trechos (3), (4) e (5) há um enquadramento mais científico, com um esboço de explicação de causas e possíveis consequências do fenômeno. Nos exemplos (6) e (7) é exposta a causa do problema: crescente emissões humanas de GEE (explicada em virtude do aumento da população) e, por fim, no trecho (8), há um exemplo da questão do papel da tecnologia na busca por soluções do problema. Em relação ao papel da tecnologia no trato da questão ambiental, a revista adota um tom otimista, que será corroborado em outros momentos da matéria e nas demais reportagens da edição.

4.4.1.4.1 Mitigação e Adaptação: Solução X Impactos

Um fator importante a ser considerado é a opção de enfoque na mitigação ou adaptação. Como já mencionado no Capítulo 1, a mitigação trata das causas do fenômeno (emissões de GEE) e a adaptação trata das consequências (como adaptar-se às mudanças). A escolha do enfoque diz sobre a concepção política e de mundo do discurso apresentado.

Na matéria em questão o enfoque foi exclusivamente dado ao eixo da mitigação à mudança climática, não sendo mencionados impactos e adaptação. A ausência de um tema em determinados discursos pode dizer mais do que a presença. O fato de não mencionar os

⁶⁴ Há um erro conceitual nesse trecho da revista. Apesar do fenômeno referido ser o aquecimento global, pode-se entender que a intenção era se referir ao efeito estufa (esse, sim, um fenômeno benéfico).

impactos ou vítimas da mudança climática distancia o discurso da revista/do locutor da questão social e as desigualdades que poderão ser agravadas frente aos impactos da mudança climática.

O texto praticamente não traz elementos ou detalhes sobre impactos. Os problemas derivados do aquecimento global são mencionados apenas em dois momentos:

(9) Esse fenômeno [aquecimento global (sic)⁶⁵] é normalmente benéfico, mas saiu do controle, aparentemente como resultado da atividade industrial humana, e agora **pode desarranjar o clima da Terra a ponto de ameaçar a sobrevivência de inúmeras espécies e impor um modo de vida mais áspero e severo à própria humanidade** (p.135)

(10) Os pesquisadores suspeitam que o **degelo precoce no Ártico, atribuído ao aquecimento global, tornou o canibalismo** mais frequente entre os ursos (p. 139)

No primeiro trecho (9), o tema impacto é tratado de forma genérica e abstrata, descrito apenas como *modo de vida mais áspero e severo à humanidade*. Um importante ponto ignorado é que a humanidade não está exposta de forma igual ao fenômeno. O nível de impacto é diretamente proporcional às vulnerabilidades de cada população, que variam de forma significativa no grupo retratado de forma unificada como *humanidade*. Tratar os impactos de modo unificado obscurece a realidade de que o *modo de vida mais áspero e severo* não será imposto de forma igual para todos. Aqueles mais vulneráveis terão que lidar com os impactos de forma mais contundente. Representá-los de forma genérica como *humanidade* é marcadamente uma dissimulação por tropo (sinédoque), em que a parte é representada como o todo a fim de “dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes” (THOMPSON, 2009, p. 84). Ao unificar os impactados/vítimas do fenômeno no conjunto *humanidade* elimina-se as desigualdades e as distintas relações de poder dentro do conjunto.

A segunda menção de possíveis impactos está retratada no trecho (10) em que há um distúrbio no comportamento de ursos polares devido às mudanças de habitat. Nesse ponto, o impacto é considerado em um contexto de eufemização. Apesar de mencionado, o impacto é relativizado no argumento central da composição, cujo objetivo é desconstruir a imagem *vitimizada* do afetado em questão (o urso polar). O impacto é mencionado num contexto de negação de sua importância, conforme demonstrado no momento (V) da seção anterior. Neste ponto, a categoria intertextualidade pode ajudar a avaliar o diálogo com outros pontos de vista. O argumento do impacto apresentado serve, no fundo, como fechamento da diferença, com reforço do ponto de vista da matéria. A voz dos pesquisadores retratam o problema do degelo para os ursos polares, contudo, este ponto de vista é contestado na medida em que se situa numa composição que minimiza a importância do problema aventado. Conforme ressalta Fairclough (2003, p. 51), é importante também considerar o

⁶⁵ Há um erro conceitual nesse trecho da revista. Apesar do fenômeno referido ser o aquecimento global, pode-se entender que a intenção era se referir ao efeito estufa (esse, sim, um fenômeno benéfico).

enquadramento dado ao discurso reportado, levando em conta seu papel na composição textual em que foi inserida. No trecho (10), a relação entre o discurso reportado (dos pesquisadores) e o texto ressalta que a presença de outras vozes/pontos de vista não necessariamente promove a abertura para a diferença e pode ser usada como recurso retórico para reforçar o ponto de vista do locutor.

Além dos impactos, outro elemento importante a se considerar é a esfera das soluções, ligada à mitigação (redução de emissões de GEE). A principal solução proposta é o controle populacional, identificado pela matéria como a questão principal do problema

(11) É estranho que ela [questão populacional] tenha sumido dos debates sobre as soluções do aquecimento global, quando se sabe que esteve na base do seu diagnóstico desde o primeiro momento em que o aquecimento global foi visto como um perigo potencial (p.135, 136)

Outros trechos que confirmam essa posição são as declarações diretas do IPCC, do UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas) e a referência feita ao cientista Svante Arrhenius. A autoridade das vozes consideradas serve como legitimadora do discurso do locutor. A causalidade estabelecida entre fator populacional e descontrole de emissões fica claro nos trechos seguintes:

(12) Vivo estivesse, o sueco Svante Arrhenius enfatizaria em Copenhague o fator populacional no descontrole aparente em que se encontra o efeito estufa (p.137)

(13) *“o crescimento do produto interno bruto per capita e o da população foram os principais determinantes do aumento das emissões globais durante as últimas três décadas do século XX”* (p.139)

(14) *“os gases de efeito estufa não estariam se acumulando de modo tão perigoso se o número de habitantes na Terra não aumentasse tão rapidamente, mas permanecesse em 300 milhões de pessoas, a população mundial de 1000 anos atrás”* (p.139)

O extrato (12) se trata de uma inferência que busca associar a voz do locutor à autoridade do cientista Svante Arrhenius. Já os trechos (13) e (14) são citações diretas, respectivamente, de documentos do IPCC e do UNFPA. Cabe ressaltar que é possível na prática da mídia impressa o uso de marcadores de discurso direto (como aspas e travessão), mesmo quando não se trata de uma transcrição literal do conteúdo/palavras proferidas (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 66). A escolha por citações diretas neste caso aproxima locutor e referência. Na representação do discurso do outro (cientista, IPCC e UNFPA), a matéria se posiciona de forma ativa em concordância com as citações, que servem como elemento legitimador de sua posição. O emprego das aspas pode ter distintas funções, dentre elas, legitimar um argumento por meio da autoridade alheia, caso dos exemplos mencionados acima (FAIRCLOUGH, 2001, p. 154; MAINGUENEAU, 1997, p. 86).

4.4.1.4.2 Considerações sobre as causas e existência da mudança climática

Outro aspecto importante a ser considerado no discurso de *Veja* é sua postura em relação aos chamados: céticos climáticos. A revista é reticente sobre a existência da mudança climática e sobre o papel antropogênico, aproximando seu discurso à postura mais cética. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a mídia tem um papel central na visibilidade deste grupo. A proposta de uma cobertura equilibrada (considerando os diferentes pontos de vista sobre uma polêmica) gera neste caso um viés, dando um espaço indevido e desproporcional à questão (BOYKOFF, M. T.; BOYKOFF, J. M., 2004; DIRIKX, 2008).

A matéria em análise traz elementos que reforçam dúvidas sobre a existência do fenômeno. O texto não faz afirmações taxativas sobre a existência da mudança climática ou sobre o papel antropogênico no fenômeno. Não contesta abertamente, mas não afirma, usando termos como “aparentemente”, “atribuído a” distanciando a voz do locutor das afirmações.

(15) Esse fenômeno [aquecimento global] é normalmente benéfico, mas saiu do controle, **aparentemente** como resultado da atividade industrial humana (...) (p.135)

(16) Vivo estivesse, o sueco Svante Arrhenius enfatizaria em Copenhague o fator populacional no **descontrole aparente** em que se encontra o efeito estufa global (p.137)

(17) Os pesquisadores suspeitam que o degelo precoce do Ártico, **atribuído** ao aquecimento global, tornou o canibalismo mais frequente entre os ursos (p.139)

Nos trechos acima, a revista reforça os dois principais elementos levantados pelo dos céticos: a existência do aquecimento global em si e a responsabilidade humana. O item (15) relativiza a certeza sobre o papel antropogênico no fenômeno. O emprego do modalizador *aparentemente* infere que a atividade industrial humana não é ao certo responsável pelo fenômeno e distancia a voz do locutor, resguardando-o de afirmações categóricas sobre o tema⁶⁶. Conforme já discutido no Capítulo 1, o IPCC demonstra a relação entre emissões humanas e aquecimento global, atestando com elevado grau de certeza o papel antropogênico na mudança climática.

Nos itens (16) e (17) há o questionamento sobre a existência do fenômeno em si. A expressão “descontrole aparente” no excerto (16) coloca em xeque a certeza sobre a existência do problema. Já o trecho (17) questiona um dos mais notáveis impactos levantados pela comunidade científica ao tratar do aquecimento global: o derretimento das calotas polares. O emprego do “atribuído” distancia a fala do locutor da afirmação feita, conferindo a responsabilidade da fala a outrem.

Mais um elemento que reforça a aproximação do discurso da revista ao dos céticos é a escolha dos interlocutores e representação dos atores. O único cientista do clima ouvido

⁶⁶ Sobre modalidade e o emprego de advérbios modais, ver Fairclough (2008), p.199

pela reportagem foi Bjorn Lomborg, descrito pela reportagem como “estrela no grupo dos cientistas céticos quanto aos efeitos do aquecimento global e à responsabilidade nele.” (p.149). Além de ser a única voz representada, Bjorn Lomborg recebe um espaço importante, sendo citado de forma direta, com voz ativa. Ademais, é caracterizado de forma claramente positiva, com emprego da metáfora “estrela”, que pressupõe brilho e destaque.

4.4.1.5 Representação dos atores sociais

Um componente importante na análise, que trata principalmente da função representacional da linguagem, é a caracterização dos atores sociais. Os interlocutores e vozes incorporadas em um discurso dizem muito sobre o grau de aceitação do discurso e falas representadas. Na matéria em questão, há uma predominância do discurso especialista, com menção principalmente a cientistas e estudos. Contudo, a esfera representacional do texto também é composta pelas ausências, cuja importância pode dizer mais sobre um discurso do que a própria presença (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 149).

Foram identificados três principais grupos de atores sociais mencionados na reportagem: a) cientistas, b) governantes e c) pessoas comuns. Os principais atores e elementos excluídos foram: a) ambientalistas, b) afetados pela mudança climática e c) atores econômicos. O Quadro 3 retrata os grupos presentes e alguns elementos de sua representação na reportagem:

Categoria e menção no texto	Características da representação
CIENTISTAS/ESPECIALISTAS:	
(1) Svante Arrhenius (físico sueco)	Discurso Indireto, ator nomeado e classificado
(2) IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU)	Discurso direto (citação)
(3) UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas):	Discurso direto (citação), ator nomeado
(4) Bjorn Lomgborg (dinamarquês, estrela do grupo de cientista céticos)	Discurso direto, ator nomeado, classificado
(5) Sérgio Besseman (economista, carioca, ex-presidente do IBGE, participa da COP-15)	Discurso direto, ator nomeado, classificado
(6) Estudos científicos	Discurso indireto
(7) OPT (organização inglesa que desenvolveu indicador confiável de sustentabilidade)	Discurso indireto, ator classificado, nomeado e especificado
GOVERNANTES:	
(1) Os donos do mundo e seus sábios reunidos em Copenhague ainda não se entenderam sobre como salvar o planeta	Discurso indireto, não-nomeado, classificado, forte tom de ironia
(2) A COP-15 já funcionou, porém, como uma martelada na cabeça dos líderes , alertando-os para a superlotação da Terra e a dramática escassez de recursos.	Discurso indireto, não-nomeado, classificado
(3) (...) COP-15, reunião de representantes de 192 países que tem lugar em Copenhague, na Dinamarca. Esses senhores e seus assessores científicos têm como missão chegar a um acordo mundial para conter o ritmo do aquecimento global (p.135)	Discurso indireto, não-nomeado, classificado, ativo, genérico
(4) No fim da próxima semana, de Copenhague, virá a sinalização se a humanidade captou o dramático pedido de socorro que a Terra está emitindo. ⁶⁷	Discurso indireto, não-nomeado, classificado, ativo, genérico
PESSOAS COMUNS:	
afegão, americano, chinês, morador da Terra, habitante, humanidade	atores mencionados de forma genérica, impessoal e não nomeados

Quadro 3 - Representação dos atores sociais em *Veja* ("Fome de ar, água e comida")
Fonte: Elaboração própria.

Como é possível notar, o grupo de cientistas/especialistas é único que ganha o espaço de referência direta no texto. O emprego do discurso direto, com citação literal confere identidade autônoma aos referenciados, valorizando seus pontos de vista. Outro elemento que confere importância a esse grupo é o fato de que são representados de forma ativa, pessoal, nomeada e específica. Segundo a classificação de Van Leeuwen (LEEUVEN, VAN,

⁶⁷ Neste trecho, a classificação de "humanidade" como governantes se deve ao fato de que ao longo de toda a reportagem, aos governantes é conferida a agência em relação ao problema climático. Subentende-se que o termo humanidade faz referência aos governantes presentes no encontro do COP-15 mencionado no trecho.

2008, p. 23-54; RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 150; RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 115) os sujeitos Svante Arrhenius, Bjorn Lomgbor e Sérgio Besseman, por exemplo, são incluídos de forma personalizada por nomeação (ao terem os nomes próprios identificados), categorizados por funcionalização (identificadas suas profissões/funções: físico, economista, cientista) e ainda circunstancialização (em: “[Besserman] que participa da COP-15”). Em uma sociedade centrada na individualidade, a representação individual (pessoal), confere importância aos sujeitos representados (LEEuwEN, VAN, 2008, p. 37). Os únicos atores representados de forma nomeada, com referência a sua individualidade, foram os atores no grupo de cientistas ou autoridades especialistas o que reforça a importância atribuída à ciência na cobertura de *Veja*, na qual o discurso técnico se apresenta como discurso de autoridade.

Em contraponto a esse grupo, há os demais atores (governo e pessoas comuns) que são apresentados de forma assimilada, classificados em termos de função, nacionalidade e outros critérios. Nenhum governo ou governante é apresentado de forma pessoal ou nomeado, sendo sempre referenciados de forma genérica e com ironia por meio de expressões como “donos do mundo e seus sábios”. Apesar de se tratar de um encontro com posicionamento marcadamente diferente entre países, os negociadores da COP-15 foram incorporados à reportagem de modo unificado. Essa falta de informações sobre os diferentes grupos no âmbito da COP-15 é uma limitação da cobertura, que tem como potencial efeito de sentido o entendimento de que os países formam um grupo unificado. Ressaltando-se que apesar dos governantes serem representados de forma não-específica ou individualizada, eles ainda são os atores que detêm agência. Aos governantes é atribuído o papel de instituir acordos e conter o problema ambiental.

O grupo de pessoas comuns equivale à sociedade civil, à população de um modo geral. Assim como os governantes, este grupo é representado sempre genericamente, na forma de: “morador da Terra”, “habitante”, “humanidade”, “um bebê”, “um americano”, “um afegão”, “as mulheres brasileiras”, “massas humanas”. A aproximação às pessoas comuns é feita de forma hipotética e até caricatural, como no caso da representação do americano e afegão, que são apresentados como duas realidades em contraponto. O americano é qualificado como bem-nutrido e bem-educado, enquanto em oposição o afegão é um “pobre coitado”, montanhês e a quem restam apenas duas opções do vida: “ser recrutado para plantar papoula pelo Talibã, ou viver de modo simples, do leite de suas cabras e da horta no quintal”. Essa representação diz sobre a visão de mundo e valores sustentados pela revista. O modo de vida americano, pautado no acesso a bens materiais, é qualificado positivamente pela *Veja*, o que legitima o modelo de desenvolvimento vigente.

Ainda no que tange à função representacional, deve-se adicionar a representação de eventos sociais, levando em conta o grau de detalhamento e abstração com que são identificados. A mudança climática é apresentada de forma genérica, sem menção concreta

aos sujeitos envolvidos e afetados na questão. A ausência de detalhes sobre os atores econômicos, é um exemplo do grau de abstração da reportagem. No box “*Custa 10 trilhões de dólares... e é barato*” (p.136), está implícito o envolvimento de atores econômicos nesse novo mercado de uma economia limpa (com menor emissão de GEE). Contudo, em nenhum momento as propostas de mitigação apresentadas mencionam o debate sobre quem paga, quem recebe ou quem está envolvido nesse novo mercado de 10 trilhões de dólares. O mesmo ocorre com a omissão de vozes de pessoas impactadas. Portanto, a questão climática é tratada de maneira mais abstrata, com impactos, sujeitos e soluções representados de forma genérica/não específica.

4.4.1.6 Discurso Ambiental

Ao discutir a mudança climática no contexto da realização da COP-15, a revista *Veja* é orientada por sua visão geral sobre a questão ambiental. A proposta, portanto, é identificar o discurso ambiental subjacente às reportagens, tendo em vista uma discussão sobre noções de desenvolvimento e propostas de desenvolvimento sustentável reforçadas pelas revistas.

O discurso ambiental da revista *Veja* nesta reportagem se aproxima bastante do sobrevivencialismo (*survivalism*) proposto por Dryzek (1997). Segundo o autor, a ideia central do *sobrevivencialismo* é a de que “o contínuo crescimento econômico e populacional vai, eventualmente, atingir os limites estabelecidos pelo estoque de recursos naturais da Terra e a capacidade dos seus ecossistemas em sustentar as atividades agrícola e industrial humanas”⁶⁸ (DRYZEK, 1997, p. 14). O mesmo encontra-se na reportagem analisada, com ênfase para a crítica escassez de recursos e sua ameaça para manutenção do atual modelo de consumo da classe média ocidental.

Algumas das características do sobrevivencialismo são: a) preocupação principalmente com limites de recursos, excesso populacional e capacidade de suporte do planeta; b) emprego de recursos retóricos e metáforas como “espaçonave Terra”, “explosão populacional” e “crescimento populacional cancerígeno”; c) hierarquia bem demarcada entre elites (técnicas ou políticas) e população assujeitada, a ser conduzida/governada/controlada; d) soluções pensadas a partir do industrialismo (DRYZEK, 1997). Todos esses elementos se fazem presentes na reportagem analisada.

Encontramos em *Veja* a mesma preocupação com os limites de recursos(a), enfatizada por pelo conflito/incompatibilidade entre mundo humano e natural. Expressões como “dramática escassez de recursos naturais” e “risco de exaustão” reforçam esse ponto de vista, conforme demonstram os trechos abaixo:

(18) Frágil equilíbrio que a civilização ainda consegue manter em suas **relações de rapina** com o mundo natural (p.137)

⁶⁸ Continued economic and population growth will eventually hit limits set by the Earth's stock of natural resources and the capacity of its ecosystems to support human agricultural and industrial activity (DRYZEK, 1997, p. 14)

(19) Estudos científicos mostram que o mundo natural está sendo testado **em seu limite para sustentar** os atuais 6,8 e bilhões de passageiros da espaçonave Terra (p.140)

No excerto (18) há pressuposição de que a civilização mantém uma relação de rapina com o meio natural. O conflito intrínseco entre esses dois mundos é dado como certo pela reportagem. Esse mesmo pressuposto está presente na Tragédia dos Comuns, de Hardin, que influenciou de maneira significativa o discurso ambiental do sobrevivencialismo. Na concepção de Hardin, a utilização individual e livre dos recursos comuns é sempre desmedida, prejudicial: “a liberdade dos comuns traz a ruína para todos”⁶⁹ (DRYZEK, 1997, p. 31). Já no trecho (19) está presente a ideia de limite e capacidade de suporte, também exaustivamente levantada na década de 1970 pelo sobrevivencialismo.

A questão populacional (a) é igualmente presente na reportagem, sempre apresentada com uma conotação negativa de descontrole por meio de metáforas como “explosão” e “desenfreado”, conforme ilustrado pelos trechos abaixo:

(20) É enorme o impacto da **explosão populacional** aliado à emergência social e econômica de imensas massas humanas antes fadadas à miséria (p.137)

(21) assombrosas constatações do **crescimento populacional desenfreado** (p.139)

(22) As estimativas de aumento de emissões de fases de efeito estufa contemplam o **choque populacional** (p.137)

Outro elemento que aproxima os discursos ambientais de *Veja* e do sobrevivencialismo é o emprego das mesmas metáforas (b) como “espaçonave Terra” para se referir ao planeta e “bomba/explosão” para se referir ao crescimento populacional.

Em relação à hierarquia (c), Dryzek (1997) argumenta que a hierarquia no discurso do sobrevivencialismo se estabelece na premissa de que a relação entre seres humanos e mundo natural precisa ser coordenada para não resultar no uso excessivo dos recursos. Neste discurso a agência da população é negada e a hierarquia se estabelece entre elite (governantes ou especialistas) e população conduzida. O autor chama a atenção para o fato de que inicialmente (ao longo da década de 1970) o discurso do sobrevivencialismo era marcadamente autoritário e que apesar de terem sido incorporados elementos democráticos, a hierarquia permanece estabelecida entre população e elite esclarecida que coordena o uso dos recursos naturais.

Essa mesma assujeitação da população se faz presente no texto da matéria, no qual a população é sempre representada de forma genérica ou impessoal, agregada em grupos estatísticos e até mesmo inertes. O trecho abaixo representa bem esse ponto de vista, em que a matéria pressupõe um destino comum a todos da “massa” de novos “moradores da Terra:

⁶⁹ Freedom in the commons brings ruin to all (DRYZEK, 1997, p. 31).

(23) O saldo é a chegada, a cada dez segundos, de vinte novos moradores da Terra, prontos para **crescer, estudar, trabalhar, namorar, casar e ter filhos** (p.135)

Em contrapartida, aos governantes é dada a responsabilidade de resolver a questão ambiental. A eles cabe a “missão de chegar a um acordo mundial” e de atender ao “dramático pedido de socorro que a Terra está emitindo”.

Por fim, deve-se acrescentar que na reportagem o eixo central do problema não é o padrão de consumo ou a forma de se relacionar com a natureza e sim o crescimento populacional. A explicação para a crise ambiental é direcionada mais ao excesso de pessoas no mundo do que ao modelo de consumo de parte dessa população ou ao industrialismo (d). O modelo vigente é entendido como bem sucedido:

(24) Graças ao **sucesso da globalização econômica**, a maioria delas [2,5 bilhões de pessoas a mais] atingirá um padrão de consumo de classe média (p.137)

Este excerto traduz presunções que localizam o local de fala da revista, situando sua identidade, juízos de valor e valores. O emprego da palavra “sucesso” aparece como uma presunção valorativa positiva, apontando para um existente consenso sobre a globalização econômica. O trecho traz duas ideias principais: a primeira, de que a globalização econômica é um sucesso e a segunda, de que a inclusão de populações no padrão de consumo da classe média ocidental é desejável. Assim como no sobrevivencialismo, a matéria propõe soluções pensadas a partir do modelo já existente, sem propostas de mudança estrutural na forma de produção, consumo e as relações econômicas vigentes.

4.4.2 “UMA NOVA REVOLUÇÃO VERDE” E “RIQUEZA AMEAÇADA”

As outras duas reportagens da edição são bons exemplos para avaliar o discurso ambiental sustentado pela revista. Enquanto uma tem o discurso do otimismo tecnológico bastante acentuado, a outra evidencia de maneira clara a orientação da revista para a defesa dos interesses dos chamados Ruralistas no debate sobre o Código Florestal Brasileiro.

4.4.2.1 “Uma Nova Revolução Verde”

O argumento central dessa matéria reforça o alerta sobre a escassez de recursos trazido na reportagem anterior. A Revolução Verde proposta visa atender à crescente demanda mundial de comida. O desafio a ser superado, segundo a matéria, passar por três principais eixos: modernização das lavouras, biotecnologia e expansão da fronteira agrícola.

As soluções propostas intituladas de “caminhos vitais para alimentar o planeta” tratam essencialmente de mecanização da lavoura e agricultura de precisão; transgênicos e aumento de áreas agricultáveis (do qual deriva a defesa da revisão do Código Florestal). Pode-se perceber uma importância significativa da ciência e um forte otimismo tecnológico:

(25) A única saída para que o homem não seja vítima da profecia malthusiana de escassez de comida estará mais uma vez na tecnologia (p.142)

No que se refere à intertextualidade, pode-se perceber um fechamento para a diferença. Todos os argumentos convergem para a perspectiva de otimismo tecnológico, com se a solução para o problema da fome residisse na ciência. No excerto (25) há pressuposição de que a “profecia malthusiana” é uma ameaça, ainda não concretizada, ou seja, ainda não somos vítimas da escassez de comida. A saída em virtude de soluções tecnológicas anteriores, a saber, a Revolução Verde. A questão é que uma parcela significativa da humanidade enfrenta, sim, problemas de escassez de alimentos, mas não por fatores de produção e sim por questões distributivas. Nesse trecho, a fome é apresentada como uma situação potencial e de escassez de produção, não como uma realidade concreta, atual e de cunho político-social.

As soluções aventadas são apresentadas como consensuais, sem pontos negativos ou controversos. Os transgênicos, por exemplo, um tema essencialmente polêmico, é apresentado apenas em seus benefícios potenciais, sem qualquer menção aos riscos ou ponto de vista contrário.

(26) Apesar de **ainda** despertar um sem-número de polêmicas, a engenharia genética é vista como a salvação para o futuro da comida no planeta (p.143)

Desse trecho depreende-se dois pontos centrais: 1) as polêmicas em torno das sementes geneticamente modificadas são transitórias/temporárias (explicitado pelo emprego do modalizador “ainda” e 2) a garantia de produção alimentícia está gravemente ameaçada e a solução reside em uma alternativa tecnológica. Mas, afinal, quem vê a engenharia genética como salvação? No excerto acima, a expressão “é vista como a salvação” oculta o agente da frase, que aparecerá após, na fala de Rodrigo Santos. Aqui a voz em destaque é a do diretor da Monsanto, Rodrigo Santos, que é justamente a maior expoente e interessada na comercialização industrial de biotecnologia na agricultura. Sua presença no texto é na forma de discurso direto e está em consonância com os argumentos sustentados pela revista. Os demais atores representados, em sua maioria representantes de universidades, corroboram o tema central defendido pela matéria e aparecem em destaque, de forma nomeada e com discurso direto.

Essa reportagem complementa os argumentos da matéria principal (“Fome de ar, água e comida”) em relação à escassez de alimentos. Um ponto central da matéria é como alterar a produtividade para atender à crescente demanda. Contudo, não é contemplada a questão de que tipo de demanda. Além do crescimento populacional, a revista pressupõe que haverá uma melhor distribuição de renda: “Não apenas haverá mais humanos no globo como também eles serão mais ricos, terão uma expectativa de vida maior e necessitarão de mais calorias” (p.142). Assim como na reportagem anterior, esta reforça a ideia de que a expansão do consumo nos moldes da classe média ocidental é natural e desejável. A

necessidade premente é a de adequar o uso de recursos a essa demanda e não repensar a demanda em relação à disponibilidade de recursos.

4.4.2.2 Riqueza Ameaçada

Nesta reportagem há claramente a defesa de um discurso particular, a saber, o discurso do agronegócio. A matéria defende nitidamente a necessidade de reformar o Código Florestal Brasileiro e seus argumentos giram em torno do prejuízo que o atual código (e sua aplicação) impõem ao agronegócio. A riqueza a que o título faz menção é a produção do agronegócio “setor econômico responsável por mais de um terço da pauta de exportações brasileira” (p.144)

O Código Florestal e seus instrumentos são caracterizados como “confuso”, “aberração jurídica”, “confisco de propriedade para fins ambientais”. A aplicação da legislação é encarada como prejuízo econômico e a principal preocupação é com o setor do agronegócio. Apesar de por vezes se referir aos produtores de forma genérica, como “homens do campo”, o que está sendo discutido é claramente os interesses do agronegócio “cumprir o Código Florestal sem prejudicar o agronegócio”, “Em São Paulo, o agronegócio deixaria de faturar 8 bilhões de reais por ano”, “solução que concilie a preservação ambiental com a viabilidade do agronegócio”. Estes são todos trechos que corroboram a proximidade do discurso da revista veja ao discurso do agronegócio.

No infográfico que apresenta os dados sobre áreas produtivas e de reserva no território nacional, calcula-se quanto do território sobra para o agronegócio. Os dados são apresentados de modo a ilustrar o excesso de áreas destinadas à preservação. “27% do território nacional **já é protegido** por Unidades de Conservação e Terras Indígenas”, “mas a lei prevê também uma reserva legal de no mínimo 20% da área de todas as propriedades rurais”. Estas duas informações contidas no box se complementam, evidenciando a perspectiva da revista de que as áreas destinadas à proteção ambiental são excessivas.

Ademais, os produtores rurais são apresentados como vítimas da referida norma ambiental. Apesar do enfoque ser predominantemente a produção do agronegócio, os argumentos fazem referência aos produtores rurais de modo geral, que são representados de forma passiva:

(27) O governo prorrogou, na semana passada, uma medida [registro da reserva legal] que coloca na ilegalidade 90% dos produtores brasileiros (p.144)

(28) O Código Florestal não pode ser aplicado sem que obrigue muitos agropecuaristas a reduzir sua produção (p.145)

Nos trechos acima, a agência dos produtores é reduzida. No primeiro caso, a ação é delegada à medida do governo. Não são os próprios produtores que se colocam na ilegalidade (a partir do não cumprimento da norma), estes são apenas passivos na ação de registro da reserva legal caracterizada como “aberração jurídica”. No segundo caso, o

emprego do verbo da expressão de obrigatoriedade, também situa os produtores de modo passivo, vítimas da aplicação da norma ambiental.

O discurso ambiental nessa matéria é marcadamente voltado para o valor de uso da natureza. A substituição de áreas plantadas por áreas reflorestadas é caracterizada pela matéria como prejuízo. A preocupação da revista está em demonstrar como a norma ambiental atinge interesses dos produtores e os prejuízos financeiros para economias centradas na produção agrícola.

Ao comparar os argumentos da reportagem com outros discursos de enquadramento mais ambiental, percebe-se uma drástica inversão na atribuição de valores e na concepção de natureza. Na reportagem a “Riqueza Ameaçada” refere-se aos lucros do agronegócio, contestando a reserva de áreas à proteção ambiental estipuladas no Código Florestal Brasileiro. Em contrapartida, um discurso centrado na valorização da natureza, por exemplo, a ameaça pode ser concebida inversamente: a ameaça ao patrimônio ambiental, referindo-se à substituição de áreas de preservação por monoculturas voltadas para o mercado externo.

4.5 CARTACAPITAL E A COP-15: A EDIÇÃO 576

Na edição de 16 de dezembro (edição 576), a *CartaCapital* também trouxe como matéria de capa a discussão sobre o encontro em Copenhague e o tema mudança climática. O tratamento da questão tem um enquadramento econômico e defende investimentos maiores no meio ambiente, representado pela mudança climática. Comparando os recursos empregados para combater a crise financeira de 2008 e os recursos destinados à questão climática, a revista argumenta que o problema ambiental deveria ser encarado com maior preocupação. A ilustração de capa traz uma balança em que de um lado está o planeta Terra e de outro, com menor peso, estão barras de ouro, representando os bancos e instituições financeiras. A figura responde à pergunta da chamada/capa: *O que vale mais: o mundo ou os bancos?* As reportagens desta edição visam responder a essa questão, apresentando alguns cenários e alternativas econômicas para lidar com o problema climático. O argumento central é de que a despeito de ser uma crise ainda mais preocupante do que a crise financeira, a questão climática não despertou o mesmo sentimento de urgência e predisposição de investimento em soluções.

A cobertura nessa edição é composta por quatro momentos principais: uma seção especial do *The Economist* com várias pequenas reportagens, duas reportagens na seção *Nós e o Mundo* (“É melhor prevenir” e “Os ricos têm grana, os pobres, pressa”) e uma página do colunista Delfim Neto (“Copenhague e o Desenvolvimento”). O conjunto das matérias trata predominantemente dos aspectos econômicos relacionados à questão climática. Serão analisadas textualmente e em mais detalhes a reportagem “É melhor prevenir”, complementando com alguns comentários as reportagens “Os ricos têm grana, os pobres,

pressa” e “Copenhague e o Desenvolvimento”. A escolha se deve à possibilidade de maior comparação entre as revistas *Veja* e *CartaCapital* já que as matérias escolhidas compõem uma seção similar, sendo ambas assinadas pelos correspondentes das respectivas revistas na COP-15.

4.5.1 É MELHOR PREVENIR

A reportagem em análise ocupa pouco mais do que quatro páginas (pp. 56-60) e é composta majoritariamente por texto. Apesar de também ter algumas fotos e gráficos, o peso da composição visual é bem menor em *CartaCapital* do que na edição analisada de *Veja*. O argumento central dessa matéria é o de que é mais barato investir no presente em ações preventivas do que lidar com os prejuízos futuros da mudança climática. Como ferramenta retórica, os montantes investidos na mudança climática são a todo momento comparados ao que fora investido na crise financeira de 2008. Deste modo, U\$ 3 trilhões investidos em iniciativas sustentáveis não aparentam ser um alto montante quando comparados aos U\$ 11,9 trilhões de incentivos contra a crise financeira. A reportagem busca demonstrar a partir de uma racionalidade econômica o custo-benefício de se investir em medidas preventivas e em redução de emissões de GEE.

A primeira figura é o elemento visual de maior destaque e ocupa a página 57 inteira. Nela está um homem em frente a um globo que pode ser entendido como uma representação do planeta Terra. Ele está formalmente trajado e aparenta ser integrante da reunião em Copenhague, caracterizada como “um debate ainda inicial”. Este homem representa um ator central na questão climática, que são os negociadores e os responsáveis por buscar alternativas e incentivos financeiros para combater o problema. A importância visual deste ator social é corroborada ao longo do texto, que também reforça a função central de governantes, políticas públicas e acordos globais no tratamento do problema. A segunda foto ilustra o desmatamento na Amazônia e uma de suas causas principais: o crescimento da agropecuária, representado como “vilão”. Essa foto representa o cenário brasileiro no contexto climático, que está essencialmente relacionado com o uso da terra. O Brasil tem característica diferentemente de outros países em que a produção de energia que é o problema central no cenário de emissões de GEE. A questão das emissões é reforçada pelos gráficos da página 58 da edição, em que se apresenta dados sobre perfil de emissões (no Brasil e no mundo) e também sobre os investimentos necessários para se combater o desmatamento na floresta amazônica.

Como no caso de *Veja*, a análise de *CartaCapital* também será feita a partir de temas centrais. Deste modo, os elementos textuais e as categorias analíticas de ADC serão inseridas nos eixos temáticos COP-15, mudança climática e discurso ambiental.

4.5.1.1 Composição Genérica

Para avaliar as características de gênero da reportagem “É melhor prevenir”, será utilizada a mesma classificação proposta na análise da *Veja*. O texto de *CartaCapital* pertence ao *gênero situado* reportagem de revista, do qual derivam características mencionadas anteriormente, tais como objetivo informar e/ou convencer um público de leitores específico. A reportagem em questão é equilibrada entre o modo retórico argumentativo e o descritivo. Dos seus 25 parágrafos, 14 são majoritariamente argumentativos e 11 descritivos/narrativos. Percebe-se na reportagem de *CartaCapital* maior preocupação com a composição do contexto, apresentando informações e suporte para seus argumentos, o que aproxima sua cobertura da lógica explanatória (FAIRCLOUGH, 2003, p. 95). Apesar de existir claramente a defesa de um ponto, a matéria não se furta ao papel de informar, se preocupando mais com a construção do cenário e de uma rede de argumentação. Deste modo, os parágrafos descritivos, em geral, servem de suporte para os argumentos levantados ao longo do texto.

As duas principais fontes são um relatório de uma consultoria da empresa McKinsey (Caminhos para uma Economia de Baixo Carbono) e projeto *Economia da Mudança do Clima*, chamado pela revista de *Relatório Stern Brasileiro*. Este último é um projeto de várias instituições de universitárias e de pesquisa, como USP, Embrapa, Inpe e outras.

4.5.1.2 COP-15

No que tange à COP-15, a discussão na matéria não acontece de forma aprofundada. O enquadramento principal é econômico, com estimativas de valores a serem investidos para contenção e adaptação do fenômeno mudança climática. Apesar de não ter a COP-15 como tema central, a matéria orienta a discussão no contexto das negociações internacionais e fornece elementos interessantes para uma análise comparativa com *Veja*.

A reportagem mantém um tom entre neutro e pessimista sobre os resultados do esperado encontro em Copenhague. Apesar de levantar que os governos não estão dispostos a se comprometer de forma mais contundente com o problema climático, a reportagem não adota um tom de excessivo alarmismo. Limita-se a mencionar que a discussão ainda está incipiente e que a questão ambiental necessita ser encarada com maior compromisso por parte dos líderes mundiais.

Em relação ao papel do Brasil nas negociações internacionais, a reportagem de *CartaCapital* apresentou uma análise mais aprofundada. Trata do cenário brasileiro de emissões comparativamente ao perfil mundial e tenta apontar alternativas para o caso brasileiro. É apresentada a particularidade brasileira em que a maior parte das emissões não deriva do setor de energia ou transporte e sim do desmatamento.

Diferentemente de *Veja*, a referida matéria desenvolve com mais detalhes as diferentes posturas entre países no âmbito das negociações internacionais. Para além da representação genérica de “líderes mundiais”, na matéria são apresentados os diferentes interesses e grupos, mencionado países pobres, nações ricas, o G-77, China, Brasil, EUA e Índia, dentre outros.

(29) Em Copenhague, o G-77, bloco de países que abriga Brasil, Índia e África do Sul, cobra comprometimento financeiro dos industrializados para além de 2012. “Como a mudança do clima é um problema urgente e o desafio é de longo prazo, o financiamento também tem de ser urgente e de longo prazo”, defende o negociador-chefe do Brasil, Luís Alberto Figueiredo (p.58)

No trecho (29), é possível verificar um distanciamento entre G-77 e países Anexo I. O quadro estabelecido é de confronto de opiniões em que um grupo cobra um posicionamento diferente de outro. O Brasil, representado por Luís Alberto Figueiredo, cobra maiores investimento dos países Anexo I. Um elemento textual que sugere conflito de opiniões é o verbo que representa o ato de fala (discurso direto) de Luís Alberto Figueiredo.⁷⁰ A escolha do verbo *defender*, implica disputa, na qual o negociador brasileiro se posiciona e defende um ponto de vista. Na representação de *CartaCapital* sobre o cenário internacional, fica estabelecido o conflito de interesses entre grupos, elemento central no desenrolar da COP-15. Na seção a seguir será discutida em mais detalhes esses diferentes grupos, ao analisar a representação dos atores sociais feitas por *CartaCapital* nesta reportagem.

4.5.1.3 Representação dos atores sociais

Em contraponto à reportagem de *Veja*, a matéria “É melhor prevenir” estabelece uma discussão mais detida sobre os diferentes interesses e atores no âmbito internacional. Ainda que não descrita de forma detalhada, há a divisão evidente entre grupos de países em desenvolvimento e desenvolvidos. Ademais, aqui aparecem com mais evidência os interesse econômicos e atores como FMI e Banco Mundial têm voz na matéria. A discussão sobre recursos e financiamentos não é feita de forma abstrata, sendo especificadas questões como a distribuição de recursos de fundos voltados para a questão climática, quem são os países beneficiados e também os países doadores.

A fim de avaliar a representação dos atores sociais na reportagem de *CartaCapital*, os atores sociais foram classificados em três principais grupos: 1) cientistas/especialistas, 2) governantes, 3) atores econômicos. Diferentemente de *Veja* o perfil “pessoa comuns” não ganhou destaque em *CartaCapital*, predominando a discussão geopolítica em que os atores principais são os países e seus respectivos representantes. Os três grupos e algumas características de sua representação estão dispostos no Quadro 4 abaixo:

⁷⁰ Sobre a importância do verbo que representa o ato de fala no discurso direto, ver Fairclough (2008), p. 155.

Categoria e menção no texto	Características da representação
CIENTISTAS/ESPECIALISTAS:	
(1) Jacques Maracovitch (<i>professor e economista da Faculdade de Economia e Administração da USP e coordenador da versão brasileira do Relatório Stern sobre mudanças climáticas</i>)	Discurso direto (3 citações), ator personalizado e nomeado
(2) Estudo Economia da Mudança do Clima no Brasil: custos e oportunidades <i>“um time de notáveis, composto de economistas, cientistas do clima, pesquisadores das áreas de energia, agronomia, hidrologia, engenharia e várias outras disciplinas praticadas nas mais altas esferas acadêmicas. Da USP à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) à Fundação Oswaldo Cruz, são onze as instituições envolvidas neste ambicioso projeto”</i>	Discurso direto (2 citações), ator não personalizado (autonomização do enunciado)
(3) IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas)	Discurso direto (1 citação) e indireto, não personalizado
(4) Marcus Frank / empresa McKinsey&Company (<i>consultor da McKinsey&Company e expert em mudanças climáticas</i>)	Discurso direto (4 citações), ator nomeado
(5) Cientistas brasileiros e americanos (<i>em estudo recentemente publicado na revista Science, cientistas brasileiros e americanos fazem uma estimativa</i>)	Discurso indireto, atores personalizados, categorizados e classificados (segundo sua função e origem)
(6) Ignacy Sachs (<i>economista polonês especialista em Brasil</i>)	Discurso indireto, ator nomeado e classificado (segundo sua origem)
GOVERNANTES/PAÍSES:	
(1) Líderes mundiais	Não personalizado, categorizados, funcionalização
(2) As nações ricas/mundo desenvolvido	Não personalizado
(3) Países pobres (<i>os mais vulneráveis, inclusive do ponto de vista tecnológico</i>)	Não personalizado e classificado (segundo classe social)
(4) Yvo Bôer (<i>o secretário-geral da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15)</i>)	Discurso indireto, ator personalizado e nomeado
(5) G77 (<i>bloco de países que abriga Brasil, Índia, África do Sul</i>)	Discurso indireto
(6) Luís Alberto Figueiredo (<i>negociador-chefe do Brasil</i>)	Discurso direto (1 citação), personalizado, nomeado e classificado (segundo sua função)
(7) Dilma Rouseff (<i>ministra da Casa Civil</i>)	Discurso indireto, ator personalizado, nomeado, classificado (segundo sua função)
ATORES ECONÔMICOS	
(1) O Fundo Monetário internacional (FMI) divulgou o quanto o mundo desenvolvido pagou	Discurso indireto, não personalizado
(2) De acordo com o Banco Mundial	Discurso indireto, não personalizado

Quadro 4 - Representação dos atores sociais em *CartaCapital* (“É melhor prevenir”)
Fonte: Elaboração própria.

Convém levantar algumas similaridades e diferenças em relação à representação dos atores sociais entre as matérias de *Veja* e *CartaCapital*. A principal distinção reside no detalhamento que *CartaCapital* faz dos diferentes interesses nas negociações internacionais. Na reportagem “É melhor prevenir” os países são diferenciados de acordo com seu “grau de desenvolvimento”, seguindo a divisão feita no âmbito das negociações entre países pobres, em desenvolvimento e desenvolvidos. Ainda assim, países como Brasil, Índia, China, Estados Unidos e outros são mencionados nominalmente, tendo algumas de suas particularidades e interesses levantados ao longo do texto. Há também uma maior discussão sobre o papel do Brasil na arena internacional, com destaque para os negociadores e representantes brasileiros no evento COP-15.

Por fim, cabe levantar uma similaridade entre as revistas: a ênfase dada ao discurso científico e especialista como voz de autoridade. Em ambas reportagens, fica evidente que cientistas, estudos e especialistas são representados de forma específica, personalizada e nomeados, levando em conta sua identidade e o papel ocupado como pesquisador, expert em mudança climática, economista e outros. Ademais, representantes de governos e especialistas são as principais fontes de informação para a reportagem e representados predominantemente por meio de citações diretas. Essa característica evidencia a autoridade conferida ao discurso especialista e técnico. Na reportagem de *CartaCapital*, por exemplo, é predominante a presença do estudo intitulado “Relatório Stern Brasileiro”, cujas contribuições são referências para os principais temas debatidos na matéria. Essa característica também pode ser entendida por meio das normas jornalísticas levantadas por Bennett (1995, 1996). Uma das normas que influencia a cobertura jornalística é a prevalência de discursos de autoridade (*authority-order*), que conduzem coberturas pautadas por pontos de vista oficiais, tendo como fontes prioritárias os integrantes de governo, líderes, empresários etc (BENNETT, W. L., 1996, p. 376; BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M., 2007, p. 1193).

4.5.1.4 Mudança climática

Sobre a discussão do tema mudança climática em si e sua existência, a revista *CartaCapital* apresenta uma postura bastante diferente da revista *Veja*. Em nenhum momento se discute a existência da mudança climática, tendo por pressuposto o fenômeno e suas causas antropogênicas. Nesta reportagem não se menciona dúvidas ou incertezas sobre o fenômeno. A incertezas levantadas tratam do nível de impactos, probabilidades de regiões e cenários, mas não sobre a existência do fenômeno em si. Uma das primeiras perguntas da matéria é “Quanto dinheiro precisaria ser investido para controlar os efeitos da mudança climática?” (p.56) Nesta questão há a pressuposição de que a mudança climática tem efeitos e o que precisa ser pensado é montante necessário para lidar com eles. No que tange o tema céticos climáticos, as revistas adotam posturas claramente distintas. Enquanto

Veja evita afirmações categóricas sobre a existência do fenômeno (utilizando o modalizador aparentemente), a revista *CartaCapital* tem por pressuposto a existência do fenômeno e a necessidade premente de reduzir emissões de GEE. Essa tendência é bastante clara também na cobertura de outras edições ao longo do período analisado, conforme já discutido em seção anterior. Pode-se perceber um forte elemento de interdiscursividade que aproxima o discurso de *Veja* ao discurso dos céticos e o de *CartaCapital* ao paradigma atual representado pelo IPCC.

4.5.1.4.1 Mitigação e Adaptação: Solução X Impactos

Outro elemento importante a ser analisado é a representação tanto dos impactos quanto das soluções para a questão climática. Subjaz nesses temas uma discussão sobre justiça social, tendendo a uma cobertura diferente por parte de meios de comunicação com orientações políticas tão distintas quanto *Veja* e *CartaCapital*.

Assim como em *Veja*, a mitigação é o tema predominante na reportagem de *CartaCapital* analisada. Mesmo quando fala dos investimentos em países mais vulneráveis (que tende à discussão sobre adaptação), os argumentos se centram na mitigação e na necessidade de reduzir emissões sem prejudicar a economia. Contudo, há menção à adaptação e medidas preventivas, como melhoramento genético de sementes para diminuir impactos na agricultura. Além de que, a questão da vulnerabilidade em países pobres foi tema específico de outras reportagens da revista.

Apesar de também não entrar em detalhes sobre medidas adaptativas (que lidem com os efeitos da mudança climática), a reportagem de *CartaCapital* apresenta uma cobertura mais atenta aos detalhes dos impactos do que a matéria da *Veja*:

(30) Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), se todas as emissões cessassem de súbito, seriam necessários 50 anos para “desintoxicar” a atmosfera terrestre e começarem a aparecer os indícios de reversão da **tendência de aquecimento, derretimento das geleiras, perda de florestas e outras consequências** (p.56)

(31) Ultrapassar esse teto [aumento de 2 graus], segundo o IPCC, traria **consequências** drásticas para o planeta, **como 360 milhões de mortes nos países mais pobres** (p.58)

(32) Concluiu [o estudo *Economia da Mudança do Clima no Brasil: custos e oportunidades*] que **as regiões mais afetadas pelo aquecimento global serão a Norte e Nordeste**, e que o Brasil poderá perder 3.6 trilhões de reais, o equivalente a um ano de crescimento econômico no contexto dos próximos 40 anos até 2050, se nada for feito para conter os impactos das mudanças climáticas (p.60)

Nos trechos acima, os impactos da mudança climática são mencionados com maior grau de detalhes, elencando possíveis consequências (30) e situando geograficamente os mais afetados (32). Ademais, as vidas humanas usadas para ilustrar os impactos (31), personalizam e conferem dramaticidade aos efeitos das alterações climáticas. O número de

mortes e o local onde elas devem ocorrer dão concretude ao que pode ser visto de forma abstrata, apenas como aumento da temperatura média do planeta.

Em virtude do enquadramento predominante, é recorrente na matéria a representação dos impactos e soluções também por meio dos prejuízos econômicos e custos, ilustrados pelos trechos abaixo:

(33) Custo para o PIB mundial: 50 bilhões de euros (130 milhões de reais) ao ano até 2015 e 150 bilhões de euros (390 bilhões de reais) depois disso até 2030 (p.58)

(34) O Brasil poderá perder 3.6 trilhões de reais, o equivalente a um ano de crescimento econômico no contexto dos próximos 40 anos até 2050, se nada for feito para conter os impactos das mudanças climáticas (p.60)

(35) Na zona costeira, os prejuízos podem chegar a de 136 bilhões a 207,5 bilhões de reais, segundo o levantamento. Melhor investir em políticas preventivas e de gestão, orçadas em 93 milhões de reais por ano ou 3, 72 bilhões de reais em 2050. Bem menos que os 27 bilhões de reais de desoneração fiscal e outros incentivos anunciados neste ano pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira mundial (p.60)

No concernente à busca por soluções, a maior parte das medidas direciona-se para redução de emissões. Para tal objetivo, a reportagem apresenta soluções que passam principalmente por inovações tecnológicas, redução de desperdícios e busca de alternativas energéticas mais limpas, que devem ser estimuladas tanto por alternativas de mercado quanto por políticas centralizadas com esse intuito (36).

(36) “Apontamos desafios que permitem migrar de uma política restritiva em relação à emissão de GEE para políticas de desenvolvimento” explica o coordenador Maracovitch. “É a oportunidade de lançar mão de tecnologias inovadoras, de reestruturar os sistemas de impostos, por exemplo. Carros que poluem mais pagam uma taxa, depois distribuída aos atores sociais que se movimentam em direção à mudança que se quer implementar”, diz (p.60)

O eixo que conduz a discussão de soluções também é econômico situando o debate na busca por conciliar redução de emissões sem prejudicar o andamento das economias. Esse ponto diz sobre a concepção de meio ambiente e sustentabilidade subjacentes na reportagem e será analisado mais a fundo na seção seguinte.

4.5.1.5 Discurso Ambiental

Diferentemente de *Veja*, a *CartaCapital* não adota tão claramente um discurso ambiental específico. É uma cobertura mais voltada para o problema da mudança climática em si, sem maiores discussões sobre a questão ambiental de modo mais amplo. Entretanto, alguns trechos reforçam a aproximação com o discurso da modernização ecológica e também do desenvolvimento sustentável. A característica principal é a defesa da compatibilidade entre o sistema econômico atual e a defesa do meio ambiente, no caso, representada pelas ações de mitigação.

Na modernização ecológica a crise ambiental não é discutida como fruto da modernidade e sim de falhas pontuais no processo de relação com a natureza. A soluções

passam pelos instrumentos da própria modernidade, como o advento de novas tecnologias e políticas ambientais. A modernização ecológica é:

Um discurso que vê a crise ambiental como resultado das falhas ou deficiências das instituições das sociedades modernas, mas que acredita que as reformulações dessas instituições podem promover um processo de proteção ambiental (LENZI, 2006, p.60)

Algumas de suas principais características são: a) abordagem pragmática na busca de soluções, b) forte presença do Estado conduzindo uma ação centralizada, c) importante papel delgado a novas tecnologias, d) reafirmação da compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental (DRYZEK, 1997; LENZI, 2006).

Segundo Lenzi (2006), a modernização ecológica apresenta uma ruptura com o paradigma anterior das políticas ambientais da década de 1970. Essa mudança acontece essencialmente no entendimento da questão ambiental, no qual a proteção ao ambiente passa a ser vista como oportunidade e não mais como empecilho. Essa abordagem é marcante na representação da questão climática pela matéria analisada, onde é constante o emprego de termos como “oportunidade” para se referir à redução de emissões. O excerto (36), acima, é um bom exemplo. O desafio climático é visto como oportunidade para implementar políticas de desenvolvimento e para criação de novas tecnologias.

A abordagem da revista também é pragmática, com busca de soluções pontuais para conciliar atividades econômicas e redução de emissões, sem mudanças estruturais. Ademais, há uma forte preocupação da matéria em reafirmar a compatibilidade entre mitigação e crescimento econômico.

(37) *‘Não está sendo proposta nenhuma mudança radical de comportamentos ou produção’*, explica o consultor da McKinsey, derrubando o mito de que o modelo econômico vigente é incompatível com a transição para a economia de baixo carbono (p. 58)

No trecho (37), há duas presunções: a) a existência de um mito, a saber, a incompatibilidade entre modelo econômico vigente e mitigação; b) esse mito não tem mais estatuto de verdade e fora superado. O discurso especialista do consultor da McKinsey é corroborado pela matéria e as presunções reafirmam uma característica central do discurso da modernização ecológica e do desenvolvimento sustentável: a compatibilidade entre economia e preservação ambiental.

O que precisa ser esclarecido é qual noção de ambiente e qual entendimento de economia feito pela reportagem. A busca por manutenção do modelo econômico (de produção e consumo) vigente reforça o ponto de vista de que esse padrão não apenas é possível, como é também desejável. É evidente o diálogo com o discurso da modernização ecológica e o paradigma econômico vigente. O crescimento é equiparado a desenvolvimento, aqui entendido de forma reducionista apenas em sua esfera econômica. O trecho abaixo (38) corrobora tal ponto de vista ao trazer os termos crescer e desenvolver como sinônimos.

(38) Isso significa destinar entre 200 bilhões e 350 bilhões de euros (ou 520 bilhões a 900 bilhões de reais) por ano até 2030 para a tarefa de resolver a equação tão desejada: continuar a **crescer** sem que a intensificação nas emissões, decorrentes do **desenvolvimento** implique um aumento de temperatura máximo de 2 graus (p.58)

As noções de ambiente e preservação trazidas pela revista também dialogam com o discurso da modernização ecológica. Na representação do problema e seus impactos a esfera ambiental não é mencionada. No seu enquadramento econômico, a preservação do ambiente é justificada na lógica de prejuízos e investimento e não por seu valor em si. A modernização ecológica tem traços de uma abordagem mais economicista, em que a natureza como entidade é representada por seu valor de uso e não por seu valor intrínseco. Nesse discurso ambiental, a natureza é encarada como fonte de recurso e repositório de resíduos e os limites na relação humana com o ambiente são medidos nesta perspectiva (DRYZEK, 1997, p. 144). A visão mais utilitarista da natureza é um ponto em comum entre *Veja* e *CartaCapital*, já que ambas apresentam uma leitura mais antropocêntrica em que o ambiente é representado sobretudo como fonte de recursos.

Outro ponto em comum entre as reportagens analisadas é a busca de soluções dentro do paradigma vigente. Tanto no discurso sobrevivencialista (adotado em *Veja*) quanto na modernização ecológica (presente nessa matéria), as alternativas são pensadas dentro do próprio sistema industrial-capitalista com mudanças pontuais e não estruturais na forma humana de se relacionar com o ambiente.

Neste ponto, cabem algumas reflexões sobre a noção de desenvolvimento e sobre a natureza da crise ambiental. As consequências de degradação ambiental saltam aos olhos da sociedade e a partir da década de 1970 registra-se uma crescente preocupação com o meio ambiente e qualidade de vida. As promessas de bem-estar da sociedade de consumo não se concretizam. O paradigma centrado no crescimento econômico é questionado, sobretudo, ao se perceber que os benefícios materiais e econômicos não se traduziam automaticamente em desenvolvimento, eliminação das desigualdades e bem-estar da população. Contudo, a questão denunciada pelos problemas ambientais, transcendem ajustes no sistema, elas desafiam questões estruturantes, a própria racionalidade moderna.

Para alguns autores, a questão ambiental deve ser vista como uma crise civilizacional. Para além de “reformas”, os imperativos ambientais nos forçam a repensar valores e as nossas relações com a natureza, interpessoais e intergeracionais (LEFF, 2004; MORIN; KERN, 2001; MORIN, 2003; SKOWRONSKI, 2008).

A problemática ambiental, mais do que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia através das quais a civilização ocidental tem compreendido o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com os quais tem-se dominado a natureza e economizado o mundo moderno (LEFF, 2004, p. 71).

Enrique Leff (2004) defende a necessidade de problematizarmos a forma do ser humano se relacionar com seu meio. A crise ambiental demanda uma reestruturação que

envolve nova racionalidade denominada pelo autor de saber ambiental. O saber ambiental é uma contestação da razão científica moderna, que em sua ‘manipulação racional do ambiente’ é parcialmente responsável pela crise ecológica (LEFF, 2004).

Na perspectiva apresentada por Leff (2004) as soluções para a questão ambiental necessitam de uma profunda revisão de paradigmas. As propostas apresentadas pelas revistas *Veja* e *CartaCapital*, por exemplo, não se coadunam com essa nova racionalidade. Ambas revistas são marcadas por propostas de resoluções pontuais e otimismo tecnológico, atestando a compatibilidade do modelo vigente com a preservação, na medida em que ajustes sejam feitos.

4.5.2 OS RICOS TÊM GRANA, OS POBRES, PRESSA

A despeito da abordagem mais utilitarista compartilhada pelas duas revistas, *CartaCapital* se distingue de forma acentuada no que tange o enquadramento sócio-político da questão ambiental. *CartaCapital* destina maior espaço para discussão de desigualdades e conflito de interesses no âmbito da questão climática.

Tal característica se evidencia em “Os ricos têm grana, os pobres, pressa”. Nessa matéria, a COP-15 é reportada de uma maneira que evidencia o conflito de interesses no âmbito das negociações internacionais. Enquanto países mais vulneráveis pedem celeridade na promoção de acordos, a definição de montantes, responsabilidade e detalhes de financiamento seguem em processo lento de negociação.

Essa reportagem se propõe a ir além do enquadramento econômico da reportagem anterior. Nesta, situa-se os soluções de forma mais detalhada e com referência aos problemas sociais e humanitários advindos da mudança climática:

(39) Além dos números financeiros, há outro que circula pelos corredores [da COP-15]: 360 milhões de seres humanos vão morrer nas áreas de maior risco, caso a temperatura do planeta aumente apenas 2 graus, em média.

Ademais, são mencionadas as áreas de maior risco, situando as diferentes vulnerabilidades no contexto das desigualdades entre países pobres e ricos. Os casos de Tuvalu e Bangladesh ilustram de forma concreta o drama de alguns países em relação ao aumento do nível do mar.

Por fim, essa reportagem atende se complementa com a anterior, no sentido de promover uma cobertura da COP-15 de forma mais ampla. Mais do que reforçar um argumento único/específico, essa matéria adiciona elementos no debate, situando a questão climática no contexto das desigualdades entre países.

4.5.3 COPENHAGUE E O DESENVOLVIMENTO

Complementando a cobertura do evento COP-15 pelo correspondentes em Copenhague, essa edição trouxe também o debate na coluna de Antônio Delfim Netto.

Com uma abordagem marcadamente desenvolvimentista, o autor da coluna equipara desenvolvimento à crescimento do PIB e tem como principal argumento a necessidade de se condicionar a redução de emissões a um crescimento econômico mínimo. O autor relata com aprovação o caso da China, em que a redução de GEE passa pela condicionalidade de 9% de crescimento anual do PIB. Por fim, a frase em destaque na coluna resume bem o ponto de vista do autor: “O Brasil colocou em saia-justa Obama e Hu Jintao, mas espero que tenha fixado o esforço de redução de emissões de CO₂ ao crescimento da economia.”

A coluna complementa a cobertura da revista sobre o evento COP-15, com uma postura destoante das demais matérias. Enquanto as demais reportagens da edição reforçam a necessidade de pensarmos a questão climática em primeiro plano, a coluna de Delfim Netto reforça justamente o contrário: a centralidade na esfera econômica. Nesta coluna o autor defende veementemente que o crescimento do PIB deve ser pré-condição no estabelecimento de metas de redução de GEE.

Ao analisar a edição em seu conjunto, pode-se dizer que a cobertura de *CartaCapital* abordou o tema de forma mais diversa, expondo diferentes pontos de vista. Diferentemente de *Veja* em que as três reportagens convergem para comprovar um ponto de vista, a *CartaCapital* apresenta um conjunto diverso, “dando voz” a argumentos que se complementam e também se contrapõem.

A edição analisada reflete, de certo modo, o comportamento da revista ao longo do ano da amostra, em que o tema mudança climática serviu como gancho para o debate amplo sobre meio ambiente e sustentabilidade. O discurso ambiental presente nesta edição, portanto, não reflete o discurso predominante em toda a amostra, sendo notável a variação de enquadramentos e discurso ambiental ao longo do ano analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação avaliou o discurso de parte da imprensa brasileira sobre o tema mudança climática a partir do evento COP-15, sediado em Copenhague em dezembro de 2009. O entendimento de discurso como prática social, possibilita desvendar elementos para além da mensagem noticiada, revelando concepções de mundo, valores e interesses. Portanto, as notícias sobre a COP-15 possibilitam inferências sobre concepções de mundo e de meio ambiente subjacentes.

O tema mudança climática se relaciona diretamente com o debate em torno do desenvolvimento, vulnerabilidades sociais, distúrbios ambientais e políticas adaptativas. Portanto, o trabalho buscou entender em que medida as revistas situaram ou não a questão climática numa discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, promovendo diálogo com propostas do desenvolvimento sustentável.

Conforme apresentado, o termo desenvolvimento sustentável se situa num campo em disputa. Conceituar e atribuir significados fazem parte de um processo político em que interesses distintos promovem o entendimento do que venha a ser desenvolvimento ou sustentabilidade. Como conceito normativo, a definição de desenvolvimento sustentável faz parte de um processo de construção coletiva, no qual a mídia detém um papel central. A divulgação da questão climática, por sua vez, reflete pontos de vista sobre a questão ambiental e noções de desenvolvimento.

A mídia representa novas formas de exercer o poder na modernidade e é um importante componente na construção e disseminação de formas simbólicas, entendimentos sobre a realidade. O discurso da *Veja* e *CartaCapital*, portanto, devem ser lidos como prática social que influencia a percepção do público sobre a questão climática e, por conseguinte, sua pré-disposição a empreender mudanças.

A escolha por comparar a cobertura de *Veja* e *CartaCapital* foi orientada por suas respectivas particularidades, o que possibilita a análise de diferentes pontos de vista sobre um mesmo problema. Como esperado, observou-se diferenças na cobertura de *Veja* e *CartaCapital* sobre o tema mudança climática. As duas revistas se distinguem não apenas pelo perfil do jornalismo e cobertura (com estruturas e tipos de abordagens distintas), mas também pelo conteúdo, que por vezes, se apresenta de maneira praticamente oposta.

A revista *CartaCapital* apresentou uma cobertura mais aprofundada sobre o tema mudança climática, situando a discussão no debate amplo sobre desenvolvimento sustentável, por vezes tratando conjuntamente as esferas econômicas, ambientais e políticas. Já a revista *Veja* promoveu uma cobertura mais superficial, com características da fragmentação de notícias discutida nos capítulos anteriores. Uma parcela significativa dos casos de *Veja* (38,9%) é composta por colocações pontuais, Notas essencialmente pequenas e sem qualquer espaço para discussão ou análise do tema.

Percebeu-se, por exemplo, a influência da norma jornalística da personalização na cobertura, em especial na revista *Veja*. O tema COP-15 foi noticiado em matérias voltadas para personalidades de destaque, em notas que apontam, por exemplo, para a ida ou não do presidente Lula ao evento.

Tanto a personalização quanto a cobertura pontual (sem apresentação de cadeias explicativas), fazem parte de uma cobertura fragmentada do problema. Convém ressaltar que esse tipo de cobertura tende a dissociar causas, efeitos e soluções relacionados ao problema climático o que resulta numa percepção também limitada por parte do público. Um problema apresentado sem a devida discussão de suas causas pode gerar a leitura acomodada, não estimulando o público na busca por soluções ou entendimento crítico sobre o problema.

Houve relação entre a incidência de matérias sobre mudança climática no período da COP-15 em ambas as revistas. A COP-15 influenciou uma postura mais atenta ao tema mudança climática por parte da mídia, contudo, essa influência também foi diferente entre as revistas analisadas. Enquanto as ocorrências de *Veja* enfocaram o tema COP-15, as de *CartaCapital* discutiram assuntos diversos sobre a questão climática, por vezes nem ao menos mencionando o encontro.

Praticamente todas as incidências em *Veja* com menção à COP-15 tiveram o evento como tema principal (11 em 12 ocorrências). Apesar do enfoque de *Veja* na COP, em poucas reportagens foram discutidos elementos centrais para o entendimento do encontro, tais como diferenças de interesses entre países, os impactos da mudança climática de forma concreta. Tal limitação na cobertura pode ser entendida pelo perfil das recorrências, com predomínio de Notas (6 em 11), nas quais não há qualquer possibilidade de apresentar cadeias explicativas, causas ou consequências. Já em *CartaCapital*, a maior parte das ocorrências que mencionam o evento não o fazem como assunto principal, com reportagens que alteram o enfoque entre discussões geopolíticas, econômicas ou sobre o desenvolvimento sustentável.

O debate sobre o problema é mais acentuado antes do encontro e a atenção destinada ao problema climático tende a diminuir em ambas as revistas após a COP. Uma leitura baseada no modelo das arenas públicas pode ser feita, ressaltando a importância da COP-15 na visibilidade conferida à mudança climática. Sendo este um fator de influência, o apelo do problema climático diminui com o passar do evento e a atenção pública volta-se para outras questões. O mesmo acontece com outros problemas ambientais, que entram em pauta em virtude de algum evento pontual ou gancho jornalístico, de modo que a atenção pública não deriva de sua gravidade e sim de seu apelo como notícia.

Veja e *CartaCapital* também apresentam conteúdos e enquadramentos distintos, variando principalmente em relação à postura dos céticos sobre a mudança climática e no enfoque dado às desigualdades sociais. Enquanto a revista *Veja* apresenta uma postura de

reforço das incertezas sobre a questão climática, a revista *CartaCapital* adota a postura contrária, de reafirmação do fenômeno e de suas causas antropogênicas. Além disso, esta última também apresenta uma cobertura mais centrada nas vulnerabilidades dos países pobres. Esses diferentes enquadramentos evidenciam as particularidades na leitura dos problemas sociais de cada uma das revistas.

A postura reticente de *Veja* em relação ao problema e suas causas antropogênicas reforçam o discurso da inação frente às incertezas científicas. Esse ponto de vista é apropriado por países para justificar sua postura de preservação do *status quo*, sendo os EUA um bom exemplo deste caso. Portanto, a cobertura “imparcial” e “balanceada” da revista *Veja* adota, na realidade, a defesa de um ponto de vista, a saber, a prevalência dos interesses vigentes em detrimento das ações de combate ao “aparente” problema climático.

Já a revista *CartaCapital* assume a clara postura de que a questão climática é, de fato, um problema a ser encarado. Sua cobertura, portanto, trabalha as formas de lidar com a questão e está mais voltada para as desigualdades sociais e o conflito de interesses entre países.

Em relação ao discurso ambiental subjacente nas reportagens analisadas, concluiu-se que a revista *Veja* se aproximou do discurso sobrevivencialista e a *CartaCapital* da modernização ecológica. Na reportagem de *Veja*, a ênfase sob a escassez de recursos naturais é notória e o cerne do problema ambiental se localiza no excesso de pessoas no mundo. No discurso da revista, o padrão de consumo da classe média ocidental é o referencial desejável, porém, incompatível com a atual população mundial. Já em *CartaCapital* é evidente a defesa da compatibilidade entre as três esferas contempladas no discurso do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Com viés predominantemente econômico, *CartaCapital* apresenta as oportunidades de mudança frente aos novos imperativos ambientais. Aqui a defesa da sustentabilidade acontece por meio de justificativas pragmáticas: é vantajoso preservar o ambiente e diminuir emissões de GEE.

Em ambas as revistas os distúrbios ambientais advindos do problema climático são tratados sob um viés antropocêntrico, em termos de prejuízo às funções ambientais relevantes à humanidade. A preservação ambiental, portanto, não é considerada em seu valor intrínseco e sim de maneira satélite às questões sociais. Essa perspectiva está em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland, no qual a preservação do capital natural está diretamente associada aos objetivos de bem-estar e sobrevivência humana.

Apesar das concepções de mundo distintas, ambas revistas partilham o ponto de vista no qual a questão ambiental é um “erro de percurso”, uma inadequação passível de correção dentro do atual modelo de desenvolvimento. Contudo, é necessário repensar o cerne da questão ambiental e suas possíveis causas no âmbito das sociedades modernas.

Leff (2004), por exemplo, ressalta a importância de transcender a racionalidade cognitiva-instrumental da modernidade e adotar uma racionalidade essencialmente distinta, com mudanças na nossa forma de apreender o mundo. Outros autores também reconhecem o momento de crise ecológica como um momento de mudanças paradigmáticas, uma crise geral na nossa forma de apreender e nos relacionarmos com o meio. Morin (2003) acentua a necessidade de se começar do zero um novo modelo de civilização, criticando a própria noção de desenvolvimento. Esse recomeçar seria norteado pela noção de uma política da humanidade ('antropolítica') e não mais pela ideia de um novo desenvolvimento, considerada pelo autor demasiadamente imbuída da racionalidade quantificadora. O autor defende que mesmo quando utilizado em sua acepção crítica – como a de desenvolvimento sustentável – o termo desenvolvimento em si não pode ser destacado da sua “base tecno-econômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e de rendimento” (MORIN, 2003, p. 13). Aqui, o autor levanta um elemento importante: a necessidade de problematizar o próprio termo desenvolvimento.

Uma maneira de evitar as limitações apontadas por Morin (2003), seria entender o desenvolvimento de forma flexível, multifacetada e com respeito à diversidade. O conceito de desenvolvimento também é normativo e representa noções do que uma sociedade entende como desejável. Portanto, é um conceito intrinsecamente mutável e deve ser situado historicamente e culturalmente. Tal entendimento põe em xeque a noção de uma existência ontológica e a-histórica do desenvolvimento, que universaliza perspectivas particulares.

Em uma acepção teleológica, o desenvolvimento é visto como ponto de chegada, como objetivo final a ser alcançado. Quando entendido numa perspectiva linear, o desenvolvimento está atrelado à noção moderna de progresso e de destino comum, para o qual todas as nações deveriam trilhar.

Ao enquadrar as diferenças em uma linha evolutiva, cujo destino é o desenvolvimento, condiciona-se sociedades e nações à uniformidade artificial e impositiva, na qual se verifica a prevalência do modelo com mais influência e poder. Convém lembrar que a imposição de normativas concebidas aos moldes de sociedades ocidentais é uma constante na história mundial, sendo a ampliação do padrão de consumo ocidental apenas um dentre os exemplos (LINHARES, 2009; QUIJANO, 2009; SANTOS, 2009).

Na problematização sobre o desenvolvimento, José Eli da Veiga dispõe de um trecho esclarecedor: “O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas” (VEIGA, 2008, p. 81). Este trecho contempla a importância de se entender os elementos culturais e mutáveis da configuração do que se concebe por desenvolvimento. Como um projeto de futuro, o tipo de desenvolvimento buscado deve se adequar às particularidades e anseios dos atores envolvidos.

A busca de soluções para a questão ambiental, portanto, passa pela construção coletiva do que deve ser solucionado e como a sociedade pretende fazê-lo. Essa definição faz parte de um processo político e em constante mutação. Como conceito normativo, o desenvolvimento sustentável parte de significações situadas cultural e historicamente, de modo que a noção do que é desejável, desenvolvimento ou sustentabilidade varia. Daí a importância de perceber a construção discursiva sobre o termo, pois as práticas sociais derivam primeiramente desta disputa conceitual.

Convém lembrar que conceitos em disputa, como o desenvolvimento sustentável, são mais suscetíveis a apropriações e interpretações plurais. Podem ser entendidos em perspectivas mais “brandas” ou mais “radicais”. A ideia de desenvolvimento sustentável pode incorporar discursos de mudanças paradigmáticas, propostas por Leff (2004) e Morin (2003), como também propostas de reajustes pontuais, incrementos tecnológicos e mudanças a partir da própria racionalidade vigente.

É certo que essa imprecisão no conceito de desenvolvimento sustentável pode ser lida de forma negativa. Como advoga José Eli da Veiga, a popularidade da expressão desenvolvimento sustentável é positiva e indica tomada de consciência para a questão ambiental. Contudo, não se pode esquecer que, “há um lado negativo na forma pela qual se adota a expressão. A tendência tem sido a de aceitar o complemento ‘sustentável’ com a mesma facilidade que se absorve uma nova gíria ou uma nova marca de sabonete” (VEIGA, 2008, p. 192). Quando o discurso se legitima a ponto de gerar “lucros simbólicos” na sua adesão, ele passa a ser objeto de exploração discursiva, mas não necessariamente implementação prática (FONSECA; BURSZTYN, 2007).

Nessa realidade multifacetada, há infindáveis propostas e formas de se buscar a sustentabilidade, mas talvez isso seja justamente o seu ponto forte. A maleabilidade conceitual pode ser encarada mesmo como uma estratégia deliberada que viabilizou a institucionalização do conceito no âmbito dos governos locais e globais (NOBRE; AMAZONAS, 2002). Sobretudo, a amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade abre margem para sua constante problematização, em um processo reflexivo de repensar os caminhos desejados, construir coletivamente o horizonte de expectativas. Assim como utopias, o desenvolvimento sustentável não é ponto de chegada e sim uma direção, um caminho que se constrói ao ser trilhado.

Não se deve perder de vista o lado positivo do desenvolvimento sustentável se situar sempre como processo em construção e inacabado. Em sendo um pensamento adaptável e plural, a ideia de desenvolvimento sustentável está constantemente sendo repensada, evitando estagnação. Assim, a sustentabilidade poder ser encara como um farol que norteia e dá a direção, mas não impõe os caminhos nem tampouco uma solução única de um desenvolvimento idealizado.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **Copenhague: antes e depois**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AHCHONG, K.; DODDS, R. Anthropogenic climate change coverage in two Canadian newspapers, the Toronto Star and the Globe and Mail, from 1988 to 2007. **Environmental Science & Policy Environmental Science & Policy**, v. 15, n. 1, p. 48-59, 2012.
- ALVES FILHO, A. **Estudo comparativo sobre a identidade da America Latina nos jornais a Folha de São Paulo e o Clarin, de Buenos Aires(um)**. Tese (Doutorado Unb/DAN) Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- ALVES FILHO, A. O noticiário da mídia e a “velhinha da motocicleta”. **ALCEU**, v. 2, n. 3, p. 54-77, dez 2001.
- ANDERSON, B. R. O. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London; New York: Verso, 1991.
- ANDI. **Mudanças Climáticas na imprensa brasileira: uma análise de 50 jornais nos períodos: de julho de 2005 a junho de 2007/julho de 2007 a dezembro de 2008**. Brasília: ANDI, set 2009
- BRASIL Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2009.
- _____. Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC) e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2010.
- BARTHOLO, R. S. A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades. In: BURSZTYN, M.; LEITÃO, P.; CHAIN, A. (Eds.). **Que crise é esta?** 2. ed. São Paulo: CNPq, 1984. p. 69-101.
- BENNETT, W. **News: the politics of illusion**. 3. ed. White Plains N.Y.: Longman, 1995.
- BENNETT, W. L. An introduction to journalism norms and representations of politics. **Political Communication**, v. 13, n. 4, p. 373-384, 1996.
- BIRKMANN, J. Measuring vulnerability to promote disaster-resilient societies: Conceptual frameworks and definitions. In: BIRKMANN, J. (Ed.). **Measuring vulnerability to natural hazards: towards disaster resilient societies**. Tokyo: United Nations University Press, 2006. p. 9-54.
- BOER, J. DE. Framing climate change and climate-proofing: From awareness to action. In: CARVALHO, A. (Ed.). **Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho, 2008. p. 158-169.
- BORGES, S. Agendamento. **Conceitos de Comunicação Política**, João Carlos Correia, Gil Baptista Ferreira, Paula do Espírito Santo (orgs.) , p. 137-144, abr, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOYKOFF, M.; BOYKOFF, J. M. Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage. **Geoforum.**, v. 38, n. 6, p. 1190, 2007.
- _____. Balance as bias: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change Part A**, v. 14, n. 2, p. 125-136, jul 2004.

- BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- BROOKS, N. **Vulnerability, risk and adaptation**: a conceptual framework. Tyndall Centre Working Paper 38. Tyndall Centre for Climate Change Research, University of East Anglia, Norwich, UK, 2003.
- BROSSARD, D.; SHANAHAN, J.; MCCOMAS, K. Are Issue-Cycles Culturally Constructed? A Comparison of French and American Coverage of Global Climate Change. **Mass Communication and Society**, v. 7, n. 3, p. 359-377, 2004.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. Desenvolvimento sustentável: a biografia de um conceito. *In*: NASCIMENTO, VIANNA (org.), **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CAVALHEIRO, Gustavo; LACASTA, Nuno. "As you know, I oppose the Kyoto Protocol", ou como se deita um acordo internacional no lixo! (uma história em evolução). Programa Ciência e Eficiência Energética. [S.l.: s.n.] 2001. Disponível em: <http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=21&cid=3430&bl=1> (Acesso em 13/03/12)
- CARVALHO, A. Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge: re-reading news on climate change. **Public Understanding of Science**, v. 16, n. 2, p. 223 -243, 1 abr 2007.
- CARVALHO, A.; PEREIRA, E. Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond. *In*: CARVALHO, A. (Ed.). **Communicating Climate Change**: Discourses, Mediations and Perceptions. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho, 2008. p. 126-156.
- CARVALHO, C. P. **Amazônia em crise**: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil. Brasília: WWF-Brasil, 2010.
- CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA (CQNUMC), 1992. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf. (Acesso em: set. 2011)
- DIRIKX, A. Newspaper communication on global warming: Different approaches in the US and the EU? *In*: CARVALHO, A. (Ed.). **Communicating Climate Change**: Discourses, Mediations and Perceptions. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho, 2008. p. 98-109.
- DISPENSA, J. M.; BRULLE, R. J. Media's social construction of environmental issues: focus on global warming - a comparative study. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 23, n. 10, p. 74-105, 1 out 2003.
- DORAN, P. T.; ZIMMERMAN, M. K. Examining the Scientific Consensus on Climate Change. **Eos**, v. 90, n. 3, p. 22-23, 2009.
- DOWNS, A. Up and down with ecology: the issue-attention cycle. **Public Interest**, v. 28, p. 38-50, 1972.
- DRYZEK, J. **The politics of the earth**: environmental discourses. Oxford; New York: Oxford University Press, 1997.

- ENEIAS, L. F. **Meio Ambiente em Revistas: 11 anos de Veja e IstoÉ**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável - Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- EREAUT, G.; SEGNIT, N. Warm words: how are we telling the climate story and can we tell it better? London: Institute for Public Policy Research, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2003.
- FERLINI, C.; CRÚZ-MENA, J. Climate change and the daily press: Did we miss the point entirely? *In*: CARVALHO, A. (Ed.). **Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho, 2008. p. 110-125.
- FIGUERES, C.; IVANOVA, M. Mudança climática: interesses nacionais ou um regime global? *In*: ESTY, D.; IVANOVA, M. (Eds.). **Governança Ambiental Global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- FLAUSINO, M. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade - cotidiano, imaginário e representações sociais. *In*: BARROS et al (org.), **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. 1. ed. São Paulo, Brasília: Rideel, Uniceub, 2001.
- FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 253-267, 2006.
- FONSECA, I.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & sociedade**, v. X, n. 2, p. 169-186, dez 2007.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GENERAL Debate of the 64th Session (2009). Disponível em: <http://www.un.org/ga/64/generaldebate/US.shtml> (Acesso em 24/09/09)
- GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. *In*: **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 281-318.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUEDES, O. Environmental Issues in the Brazilian Press. **Gazette: International Journal for Communication Studies**, v. 62, n. 6, p. 537, dez 2000.
- HABERMAS, J. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. *In*: MARCONDES FILHO (Org.), **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo: Kairos, 1984. p. 140-158.
- HABERMAS, J.; LENNOX, S.; LENNOX, F. The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964). **New German Critique**, n. 3, p. 49-55, 1 out 1974.
- HERSCH, J.; VISCUSI, W. The Generational Divide in Support for Environmental Policies: European Evidence. **Climatic Change**, v. 77, n. 1, p. 121-136, 1 jul 2006.
- HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1 jul 1988.

- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HULME, M. The Conquering of Climate: Discourses of Fear and Their Dissolution. **The Geographical Journal**, v. 174, n. 1, p. 5-16, 1 mar 2008.
- HUQ, S.; REID, H. Mainstreaming Adaptation in Development. **IDS bulletin**, v. 35, p. 15-21, 2004.
- IKEME, J. Equity, environmental justice and sustainability: incomplete approaches in climate change politics. **Global environmental change: human and policy dimensions.**, v. 13, n. 3, p. 195, 2003.
- IPCC. Understanding Climate Change: 22 years of IPCC assessment. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: <www.ipcc.ch/pdf/press/ipcc_leaflets_2010/ipcc-brochure_understanding.pdf (Acesso em 13/03/12)>, 2010
- IPCC; PACHAURI, R.; REISINGER, A. Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland: WMO, IPCC Secretariat. , 2007
- IPCC(b). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, (Ed.) M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2007.
- IPCC (c). Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*,(Ed.) M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2007. p. 7-22.
- IPCC. TAR (Third Assessment Report), Working group II, Cap 18- Adaptation to Climate Change in the Context of Sustainable Development and Equity, 2001. Disponível em: http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_and_data_reports.htm. (Acesso em 20/03/12).
- IPEA. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.
- JAPAN will play bridging role in tackling global challenges, new leader tells UN. UN News Center. 24 Set. 2009. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=32219&Cr=climate&Cr1> (acesso em 24/09/09
- JAPÃO propõe reduzir em 25% as emissões de gases. Estadão. 8 set. 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090908/not_imp430958,0.php. (Acesso em 23/09/09)
- JUNIOR, W. C. DA F.; DUARTE, J.; BARROS, A. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, BARROS (Org.), **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- KYOTO Protocol. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. [S.l.]. United Nations: 1998. Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf> (acesso em 19/09/09)
- LAMAY, C. L.; DENNIS, E. E. **Media and the environment**. Washington, D.C.: Island Press, 1991.
- LEEUWEN, T. VAN. **Discourse and practice new tools for critical discourse analysis**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008.
- LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LEISEROWITZ, A. Climate Change Risk Perception and Policy Preferences: The Role of Affect, Imagery, and Values. **Climatic Change**, v. 77, n. 1-2, p. 45-72, 1 jul 2006.
- LENZI, C. L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: EDUSC, 2006.
- LINHARES, J. F. P. Populações Tradicionais da Amazônia e Territórios da Biodiversidade. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 113-124, 2009.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MARUYAMA, S. **Aquecimento Global?** São Paulo: Oficina de textos, 2008.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MCCOMAS, K.; SHANAHAN, J. Telling Stories About Global Climate Change. **Communication Research**, v. 26, n. 1, p. 30 -57, 1 fev 1999.
- MCCOMBS, M. Building Consensus: The News Media's Agenda-Setting Roles. **Political Communication**, v. 14, n. 4, p. 433-443, 1997.
- MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Tradução Marco Antonio Rocha; Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- MENEZES, F. P. D. **Mídia e questões ambientais: análise do discurso ambiental nos jornais mineiros**. Dissertação. Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2008.
- MILANEZ, B.; FONSECA, I. Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 4, p. 93-101, 2010.
- MORIN, E. **Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo? Ensaio de Complexidade 2**. [S.l.]: Sulina, 2003.
- MORIN, E.; KERN, A. **Terra-Pátria**. [s.l.]: Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade, 2001.
- MOTTA, R. S. DA. As metas do Acordo de Copenhague e as decisões de Cancún. *In*: _____. **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília: Ronaldo Seroa da Motta [et al.], 2011. p. 331-346.
- MOURA, D. Da “notícia-espetáculo” à “notícia sustentável”: dez iniciativas possíveis. **Pauta Geral**, p. 17-29, 2004.
- NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. 7. print. ed. Thousand Oaks Calif.: Sage, 2007.

- NA ONU, Obama pede nova era de comprometimento. Estadão. 23 set. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,na-onu-obama-pede-nova-era-decomprometimento,439738,0.htm> (acesso em 24/09/09)
- NOBRE, C., Mudanças Climáticas e o Brasil: Contextualização. **Parcerias estratégicas**, n.27, Brasília, dez 2008.
- NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília, Brasil: Edições IBAMA, 2002.
- ORESQUES, N. Beyond the Ivory Tower: The Scientific Consensus on Climate Change. **Science**, v. 306, n. 5702, p. 1686, 2004.
- PEREIRA, D. B.; PENIDO, M. DE O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Eds.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 250 a 275.
- PETTENGER, M. **The social construction of climate change**: power, knowledge, norms, discourses. Aldershot Hampshire England; Burlington VT: Ashgate, 2007.
- PIDGEON, N.; FISCHHOFF, B. The role of social and decision sciences in communicating uncertain climate risks. **Nature Clim. Change**, v. 1, n. 1, p. 35-41, abr 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. DE S.; MENEZES, M. P. (Eds.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.
- RAMALHO, V. **O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque**. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Linguística) Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise do Discurso (para a) crítica**: o Texto como Material de Pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 1
- ROGNER, H.-H., *et al.* Introduction. In Climate Change 2007: Mitigation. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [B. Metz, O.R. Davidson, P.R. Bosch, R. Dave, L.A. Meyer (eds)], Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 2007.
- REIS, R. Environmental news: coverage of the Earth Summit by Brazilian newspapers. **Science communication**, v. 21, n. 2, p. 137-155, 1999.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- RIO, V. DEL; OLIVEIRA, L. DE (EDS.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo; São Carlos: Studio Nobel; Editora da UFSCar, 1999.
- ROSS, A. Is Global Culture Warming up? **Social Text**, n. 28, p. 3-30, 1991.
- RUSSILL, C.; NYSSA, Z. The tipping point trend in climate change communication. **Global Environmental Change**, v. 19, n. 3, p. 336-344, 2009.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- SANTOS, B. DE S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. DE S.; MENEZES, M. P. (Eds.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.
- SCHEFFER M; CARPENTER S; FOLEY JA; FOLKE C; WALKER B. Catastrophic shifts in ecosystems. **Nature**, v. 413, n. 6856, p. 591-6, 2001.
- SCHIFFRIN, D. **Approaches to discourse**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 1994.
- SCHIPPER, E. Conceptual History of Adaptation in the UNFCCC Process. **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 15, n. 1, p. 82-92, 1 abr 2006.
- SCHNEIDER, S.H., *et al.* Assessing key vulnerabilities and the risk from climate change. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, (ed.) M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2007, p.779-810.
- SCHOENFELD, A. C.; MEIER, R. F.; GRIFFIN, R. J. Constructing a Social Problem: The Press and the Environment. **Social Problems**, v. 27, n. 1, p. 38-61, 1 out 1979.
- SEABRA, R. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, L. G. (Ed.). **Imprensa e poder**. Brasília, DF; São Paulo, SP: Editora UnB; Imprensa Oficial SP, 2002. p. 31-46.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERRA, S. B. De Copenhague a Cancún: dúvidas e expectativas. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 4, p. 57-61, jul 2010.
- SILVA, L. DE J. M. **Parques urbanos**: a natureza na cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.
- SILVA, N. R. O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação e valoração do discurso do outro. **Linguagem & Ensino**, v. 12, n. 2, p. 202-230, dez 2009.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** Tradução Milton Camargo Mota. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SKOWRONSKI, A. A civilization based on sustainable development: its limits and prospects. **Sustainable Development**, v. 16, n. 2, p. 117-125, 2008.
- SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global environmental change: human and policy dimensions**, v. 16, n. 3, p. 282, 2006.
- SOROKA, S.; MCADAMS, S. An Experimental Study of the Differential Effects of Positive versus Negative News Content. Colchester, UK: [s.n.]. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/government/epop/Papers/Panel7/P7_Soroka_EPOP2010.pdf>, 2010
- SPENCE, A.; POORTINGA, W.; BUTLER, C.; PIDGEON, N. F. Perceptions of climate change and willingness to save energy related to flood experience. **Nature Climate Change**, v. 1, p. 46-48, abr 2011.
- SPENCE, ALEXA. Framing and communicating climate change: the effects of distance and outcome frame manipulations. **Global Environmental Change**, v. 20, n. 4, p. 656-67, 2010.

- STERN, N. H. **The economics of climate change: the Stern review**. Cambridge [u.a.]: Cambridge Univ. Press, 2006.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- UNGAR, S. The Rise and (Relative) Decline of Global Warming as a Social Problem. **Sociological Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 483, 1992.
- UNGAR, S. Social scares and global warming: beyond the Rio convention. **Society & Natural Resources**, v. 8, n. 5, p. 443-456, 1995.
- VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- VEJA. Redação da *Veja*. Dados da revista. Mensagem recebida por VEJA@abril.com.br em 15/06/2011 [Obtido via *e-mail*].
- VEYRET, Y.; RICHEMOND, N. Representação, gestão e expressão espacial do risco. In: VEYRET, Y. (Ed.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 47-60.
- VIHERSALO, M. Framing climate change in Montreal 2005: an environmental justice perspective. In: CARVALHO, A. (Ed.). **Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade de Minho, 2008. p. 34-52.
- WCED, W. C. OF E. AND D. Our Common Future. In: NELISSEN, N.; KLINKERS, L. (Eds.). **Classics in environmental studies: an overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, 1997.
- WEART, S. **The discovery of global warming**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 2003.
- WEBER, E. Experience-Based and Description-Based Perceptions of Long-Term Risk: why Global Warming does not scare us (yet). **Climatic Change**, v. 77, n. 1-2, p. 103-120, 1 jul 2006.
- WEBER, E. Climate Change hits home. **Nature Climate Change**, v. 1, abr 2011.
- WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- YOHE, G.W., *et al.* Perspectives on climate change and sustainability. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, (ed.) M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2007, p. 811-841.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

APÊNDICE I – ANÁLISE DE CONTEÚDO (FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO)

ANÁLISE DE CONTEÚDO – COBERTURA DE VEJA E CARTACAPITAL SOBRE A MC

CARACTERÍSTICAS GERAIS			
1	Qual a revista?	9	Espaço da fração na página
	Veja CartaCapital		≤10% 50% ≥50%
2	Edição		≤ 50%
3	Localização na revista (seção)	10	A predominância é de texto ou figura?
	Índice Propaganda Matéria Colunista Especial Entrevista Carta do Leitor/Leitor Capa Carta ao Leitor/Editorial Semana(v)/Panorama(cc) Carta Verde Fatos e Notas (Carta Verde)		Texto Figura Ambos
4	Tipo	11	Há presença de ilustração?
	Nota Reportagem Opinião(cart. Leitor/entrevista)		Sim Não
5	Título	12	Foto
			Sim Não
6	Nome do autor	13	Box
			Sim Não
7	Página na revista:	14	Gráfico
			Sim Não
8	Número de páginas	15	Infográfico
			Sim Não
		16	Desenho
			Sim Não

CONTEÚDO/TEXTO			
17	MC são o tema principal?	20	A COP é o tema principal?
	Sim Não		Sim Não NA
18	Qual enquadramento da reportagem?	21	Qual o enquadramento dado à COP?
	Ciência/Inovação/Tecnologia Ambiente Economia Política Geopolítica Social Amplio (DS)		Ciência/Inovação/Tecnologia Ambiente Economia Política Geopolítica Social Amplio (DS) NA
	COP		
19	Fala da COP?		
	Sim Não		

22	Qual a expectativa em relação a COP15?	29	Qual o tom adotado para tratar de MC?
	Otimista Pessimista Ênfase na importância Neutro COP como panaceia NA		Alarmismo Milenarismo Castigo Fatalismo Esperança Otimismo Pessimismo Neutro Ceticismo NA
23	Qual a avaliação feita sobre o evento?		
	Otimista Negativa Ambos/Neutro COP como panaceia COP como fracasso NA	30	Considera impactos?
24	Como retrata o Brasil no evento?		Sim Não Superficialmente NA
	<i>Questão aberta</i>	31	Impactos em quem? Onde?
MUDANÇAS CLIMÁTICAS			<i>Questão aberta</i>
25	Discute ou não a existência de MC?	32	Propõe soluções?
	Sim Não		Sim Não Superficialmente NA
26	Apresenta postura dos cétricos climáticos?	33	Quais soluções são propostas?
	Cético sobre o fenômeno Cético sobre o papel antropogênico Cético sobre MC e papel antropogênico Menciona incerteza Não é cético NA		<i>Questão aberta</i>
27	Trata de quais aspectos das MC	34	Quais vozes são ouvidas? Quem são os interlocutores, as referências?
	Mitigação Adaptação Ambos NA		Cientistas Governantes Militantes Ambientalistas Afetados Atores Econômicos Sociedade Civil NA
28	Menciona oposição entre MA e desenv./cresc.?	DISCURSO AMBIENTAL	
	Sim Não Refuta Oposição		



ENTREVISTA
Como o fundador da Wikipédia espera superar a *Britannica*



CINEMA
Avatar, a revolução 3D do diretor de *Titanic*



CAOS AÉREO
O pesadelo pode voltar no Natal



Editora ABRIL
edição 2143 - ano 42 - nº 50
16 de dezembro de 2009

veja

www.veja.com

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

ESTAMOS DEVORANDO O PLANETA

Água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a Terra pode oferecer



- **Copenhague: o suspense pelo acordo**
- **A esperança na nova Revolução Verde**



H. Stern

Coleção Galilei

Carta ao Leitor

Um perigoso equívoco

Em algumas raras ocasiões os líderes do mundo aceitam se sentar em torno de uma mesa para tomar uma decisão capaz de afetar indistintamente a vida de todos os habitantes do planeta. Foi assim com a Liga das Nações, o embrião da ONU criado dois anos depois da I Guerra Mundial com o objetivo de banir para sempre as hostilidades entre as potências europeias. Foi assim em Bretton Woods, em 1944, com a reunião intergovernamental, alimentada pelas melhores cabeças econômicas, que visava a dar fim aos cataclismos financeiros, depois do trauma da crise das bolsas de 1929. Está sendo assim na COP15, em Copenhague, onde 192 países se encontram reunidos para, com a ajuda de cientistas, tentar afastar o perigo de uma catástrofe climática global provocada pelo acúmulo na atmosfera de certos gases encapsuladores de calor, o que levaria, no cenário extremo, ao derretimento das calotas polares e à consequente inundação de imensas áreas litorâneas do planeta. Como a Liga das Nações e Bretton Woods, a COP15 pode estar fadada a ter sucesso apenas parcial, se tiver algum, e pouco duradouro.

Uma reportagem da presente edição de VEJA mostra que entre as causas do previsível fracasso podem estar o diagnóstico equivocado do problema e as soluções derivadas da miopia original. Os sábios e líderes reunidos na Dinamarca estão sistematicamente ignorando a questão central, o risco mais claro e iminente para a saúde global, que são o excesso de gente sobre a face da Terra e o ritmo de crescimento popula-





COP15 *O aquecimento global e a superpopulação são fenômenos indissociáveis*

cional. Já passa dos 6 bilhões o número de habitantes do planeta. A população mundial chegará, em um cálculo comedido, a 9,2 bilhões de pessoas em 2050, a partir de quando tenderá a se estabilizar.

A Terra estará então com lotação esgotada. Isso nas estimativas dos estudiosos. Na vida real, a espaçonave Terra vem emitindo alertas regulares e contundentes de que não tem mais recursos disponíveis para abrigar, alimentar e hidratar nem sequer seus atuais passageiros. A própria curva de produção e liberação de gases de efeito estufa, entre eles o CO₂ e o metano, que tanto se discute em Copenhague, cresce paralelamente à do aumento da população. Para atacar com eficiência a razão dos desequilíbrios naturais, é preciso reconhecer que a bomba populacional já foi acionada e, se nada for feito, vai explodir muito antes que as catástrofes climáticas do aquecimento global despejem seus malefícios sobre o planeta. O aquecimento global e a superpopulação são fenômenos indissociáveis. Tratá-los separadamente é um perigoso equívoco.



Par de brincos de ouro amarelo 18K
10 x R\$ 422, ou R\$ 4.220,

Total de peças: 20
Parcelamento em 10 vezes somente no cheque
Peça ampliada para mostrar detalhes

Validade: 26.12.2009
VE 0906 | 0800 022 7442 | www.hstern.com.br

H. Stern

Coleção Galilei

Especial

FOME DE AR, Á

Os donos do mundo e seus sábios reunidos em Copenhague ainda não se entenderam sobre como salvar o planeta. A COP15 já funcionou, porém, como uma martelada na cabeça dos líderes, alertando-os para a superlotação da Terra e a dramática escassez de recursos naturais

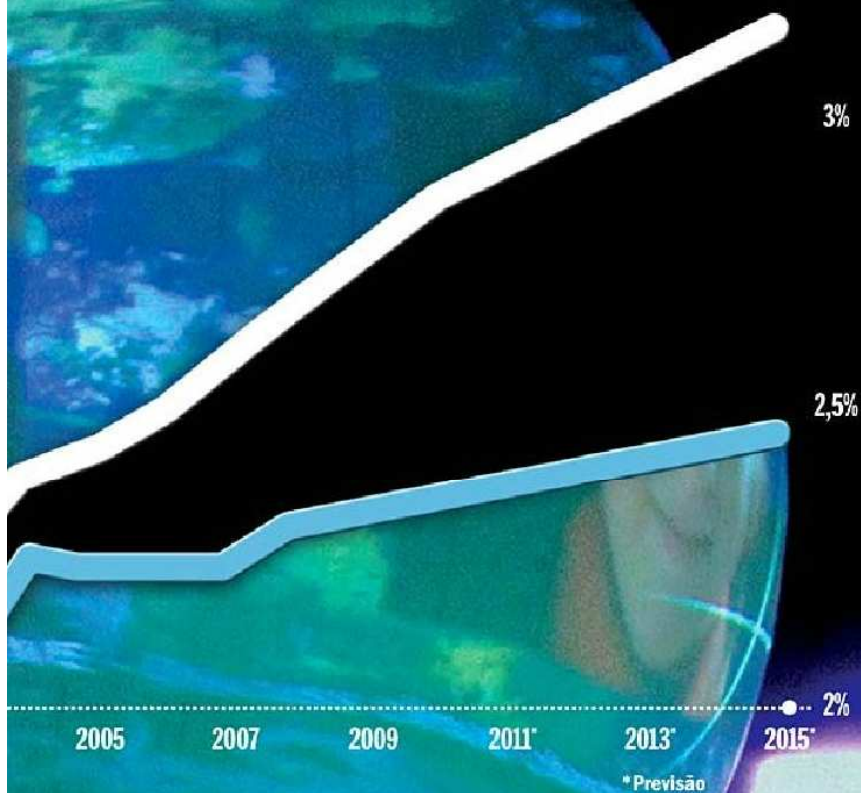
Na última década, a demanda de alimentos aumentou a uma taxa acima de 2% ao ano, superando a expansão da oferta. A tendência deve continuar

Taxa de crescimento mundial da demanda de alimentos

1997 1999 2001 2003

Taxa de crescimento mundial da produção de alimentos

GUA E COMIDA



A SEDE DA COP15
O gráfico sobreposto por VEJA no símbolo da reunião mostra que a demanda por alimentos avança num ritmo maior que a capacidade de produzi-los

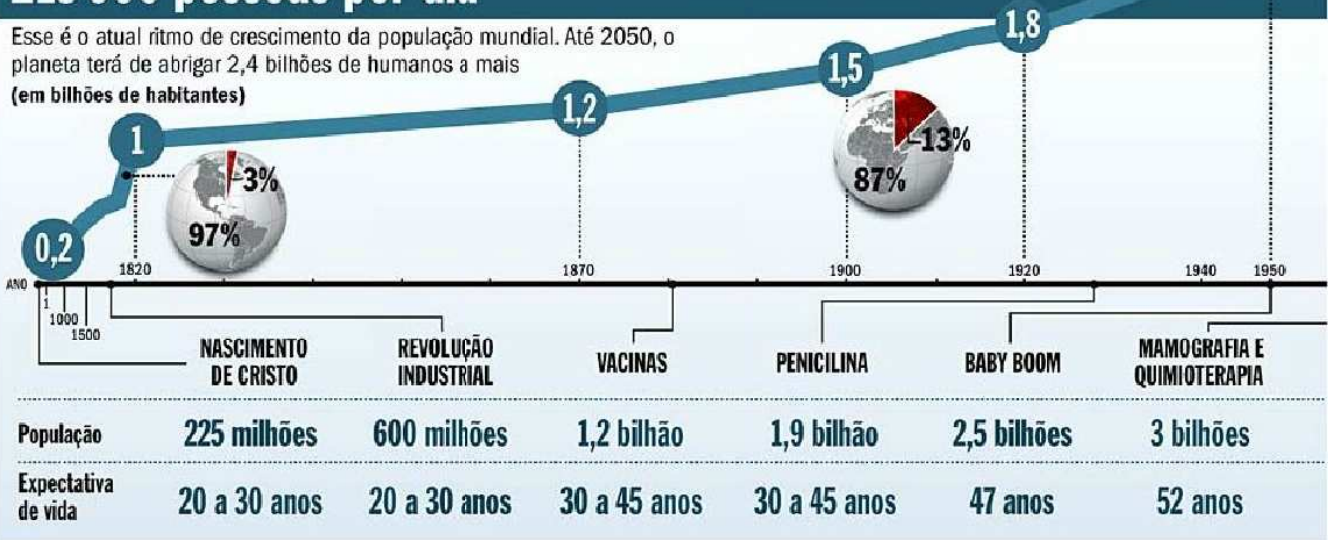
REUTERS/BOB STRONG



AMIT DAVE / REUTERS

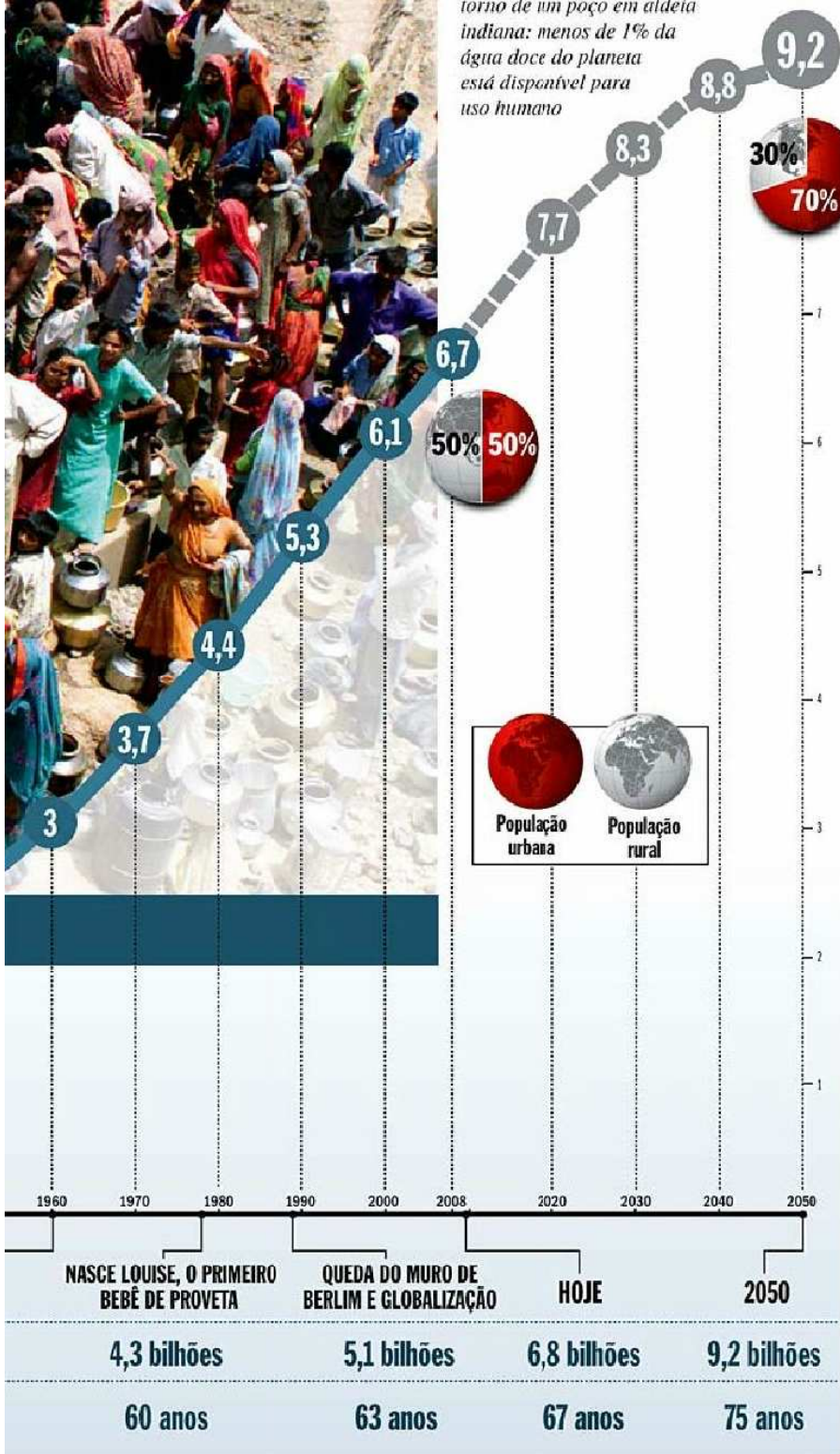
213 000 pessoas por dia

Esse é o atual ritmo de crescimento da população mundial. Até 2050, o planeta terá de abrigar 2,4 bilhões de humanos a mais (em bilhões de habitantes)





FALTA D'ÁGUA A disputa em torno de um poço em aldeia indiana: menos de 1% da água doce do planeta está disponível para uso humano



RONALDO FRANÇA, DE COPENHAGUE

Antes que você acabe de ler esta frase, terão nascido no mundo quarenta bebês, enquanto vinte de nós terão deixado o plano material para prestar contas a Deus. O saldo é a chegada, a cada dez segundos, de vinte novos moradores da Terra, prontos para crescer, estudar, trabalhar, namorar, casar e ter filhos. Há dez anos, em 1999, o planeta estava na confortável situação de receber cada novo morador com comida e água na quantidade necessária para que ele conseguisse atingir seus sublimes objetivos na vida. De lá para cá, começou a se delinear um novo e desafiador cenário para a espécie humana. A demanda por comida e outros bens naturais passou a crescer mais rapidamente do que a oferta, como mostram as curvas desenhadas no globo da página anterior. Elas não foram parar ali por acaso. Aquele globo esverdeado e translúcido é, até agora, a imagem que melhor identifica a COP15, a reunião de representantes de 192 países que tem lugar em Copenhague, na Dinamarca. Esses senhores e seus assessores científicos têm como missão chegar a um acordo mundial para conter o ritmo do aquecimento global. Esse fenômeno é normalmente benéfico, mas saiu de controle, aparentemente como resultado da atividade industrial humana, e agora pode desarranjar o clima da Terra a ponto de ameaçar a sobrevivência de inúmeras espécies e impor um modo de vida mais áspero e severo à própria humanidade.

A COP15 acaba no fim da próxima semana, e seu encerramento está sendo esperado com tal ansiedade que muitos nem sequer cogitam, por assustadora, a possibilidade de um fracasso. Talvez se deva começar a pensar com mais realismo nessa possibilidade. Por razões metodológicas e ideológicas, e também para não ampliar em demasia a pauta das discussões, dificultando ainda mais um acordo final, a questão populacional está em plano secundaríssimo em Copenhague. É estranho que ela tenha sumido dos debates sobre as soluções do aquecimento global, quando se sabe que esteve na base do seu diagnóstico desde o primeiro momento em que o aqueci-



Custa 10 trilhões de dólares... e é barato

A proposta é gastar esse dinheiro, equivalente a 1% do PIB mundial, em diversas frentes nos próximos vinte anos, de modo a conter a emissão dos gases associados ao aquecimento global

GENTE DEMAIS

Motociclistas em Taiwan: a população mundial deve passar de 9 bilhões em 2050

■ PAGAR PARA NÃO DERRUBAR

Indenizar quem parar de queimar e desmatar e investir em fiscalização eletrônica e por satélite

REDUÇÃO: cortar árvores responde por 16% do total das emissões danosas

■ REFLORESTAR

Financiar e dar incentivos ao plantio e exploração de florestas renováveis, além de recuperar áreas de matas nativas e pastos degradados

REDUÇÃO: árvores renovam naturalmente o ar que respiramos, ao retirar gás carbônico da atmosfera e liberar oxigênio.

Ao longo de sua vida, capturam CO₂ em proporções diferentes. Um hectare é suficiente para resgatar 1,8 tonelada de gases danosos por ano, equivalentes ao consumo de eletricidade de uma casa por ano

■ ENERGIAS ALTERNATIVAS

Produzir energia elétrica com ajuda do vento ou do sol é até oito vezes mais caro do que por métodos tradicionais. Subsidiar a produção de energia solar e eólica, contudo, pode ser dinheiro bem gasto

REDUÇÃO: em países com baixa tradição tecnológica, a produção de energia eólica e solar poderia ser uma alternativa ao uso de usinas nucleares, mais limpas que as movidas a combustíveis fósseis

■ CARROS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS

Esses veículos emitem até 30% menos CO₂, mas custam até 25% mais que seus rivais compactos e poluidores. Subsidiá-los é lucro para qualquer metrópole

REDUÇÃO: um carro de passeio joga 2 toneladas de carbono por ano na atmosfera, valor igual à quantidade capturada por 170 árvores durante dez anos



Existir é produzir CO₂

Um bebê que nasça hoje na China tem expectativa de vida de 73 anos e enorme chance de chegar à classe média. Ao morrer, ele terá sido responsável pela emissão de 300 toneladas de dióxido de carbono, quantidade de CO₂ equivalente às emissões somadas de sessenta carros durante um ano. Como ele poluirá: (em toneladas de CO₂)



A virada da poluição

(em porcentual do total de emissões de gases do efeito estufa)

- Países desenvolvidos
- Países em desenvolvimento

Fonte: Agência Internacional de Energia / World Resources Institute



■ CONSUMIR MENOS

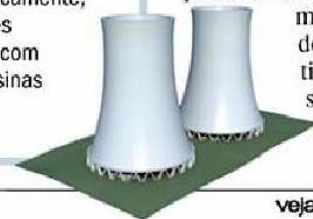
Uma lâmpada feita com os modernos LEDs (sigla em inglês para Light Emitting Diode) emite a mesma quantidade de luz de uma lâmpada incandescente tradicional usando apenas 25% de energia. Além disso, sua vida útil é estimada em 50 000 horas, contra apenas 1 000 horas das concorrentes. Mas ela ainda custa até vinte vezes mais do que as lâmpadas comuns. Subsidiá-la pode ser uma saída

REDUÇÃO: se todas as lâmpadas de Nova York fossem substituídas por LEDs, a economia seria de 264 TW/h, que, gerados por usinas termelétricas, jogam na atmosfera 200 000 toneladas métricas de gás carbônico por ano, o equivalente ao consumo anual de uma frota de 36 000 veículos

■ PERDER O MEDO DO ÁTOMO

Um incidente em Three Mile Island, nos Estados Unidos, e um acidente em Chernobyl, na antiga União Soviética, deram má fama às usinas nucleares. Todo gasto em projetos com maior segurança e operação sem erros é positivo

REDUÇÃO: a queima de carvão, óleo e gás natural para mover turbinas de geradores de eletricidade responde por 24% das emissões totais de gases. Teoricamente, todas essas emissões podem ser cortadas com o uso intensivo de usinas nucleares



mento global foi visto como um perigo potencial. Quando o físico sueco Svante Arrhenius concluiu seus cálculos pioneiros sobre o efeito das moléculas de gás carbônico (CO₂) no aumento da temperatura média do planeta, em 1896, a Terra era habitada por cerca de 1 bilhão de pessoas. Arrhenius foi o primeiro a perceber que o aumento na concentração de CO₂ poderia aquecer demais o planeta. Pouco mais de um século depois do trabalho do sueco, a Terra tem 6,8 bilhões de habitantes e caminha para os 9,2 bilhões por volta de 2050. Serão 2,5 bilhões de pessoas a mais, e, graças ao sucesso da globalização econômica, a maioria delas atingirá um padrão de consumo de classe média. Isso tem um peso extraordinário não apenas na equação do aquecimento global, mas no frágil equilíbrio que a civilização ainda consegue manter em suas relações de rapina com o mundo natural. É enorme o impacto da explosão populacional aliado à emergência social e econômica de imensas massas humanas antes fadadas à miséria. Seus efeitos já se fazem sentir no aumento da demanda de alimentos em ritmo superior ao da oferta, como mostram as curvas do gráfico sobreposto ao globo-símbolo da COP15 nas páginas de abertura desta reportagem.

Vivo estivesse, o sueco Svante Arrhenius enfatizaria em Copenhague o fator populacional no descontrole aparente em que se encontra o efeito estufa global. A cada dia que passa, o mundo tem de sustentar 213 000 pessoas a mais. Cada ser humano adulto produz, em média, 4,3 toneladas de gás carbônico por ano sem fazer nada de mais — apenas ao acender uma lâmpada, andar de carro ou ônibus, alimentar-se e vestir-se. Esses novos passageiros da espaçonave Terra, em conjunto, passarão a responder, então, por 880 000 toneladas a mais de carbono arremessado na atmosfera. As estimativas de aumento de emissões de gases de efeito estufa contemplam o choque populacional.

Vai faltar comida?

Os recursos naturais do planeta vêm sendo consumidos em velocidade que ultrapassa a capacidade de reposição da natureza. Se o crescimento populacional mantiver o ritmo atual, dentro de cinquenta anos a demanda por recursos naturais dobrará, aumentando um déficit existente desde a década de 80

OCEANOS

Nas últimas cinco décadas, a população mundial dobrou, mas o consumo de alimentos do mar quintuplicou. A pesca predatória reduziu em 80% o estoque de 120 das principais espécies comerciais. Como os pescadores não lhes dão tempo de crescer, o tamanho médio de alguns peixes caiu pela metade



ATUM DO MEDITERRÂNEO (peso médio)

1994
159
quilos



2009
77
quilos

ÁGUA

Se o total de água doce no planeta fosse colocado em uma caixa-d'água de 1000 litros, toda a água disponível para consumo poderia ser armazenada em duas garrafas de 1,5 litro

Caixa-d'água de
1000 litros

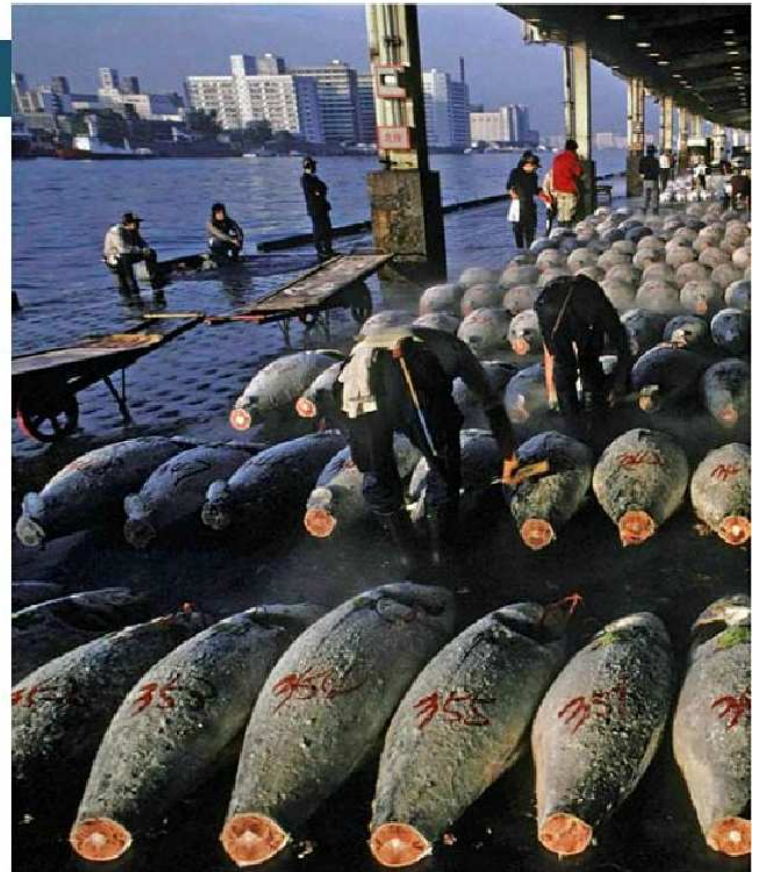


ÁGUA DOCE

Dois garrafas de
1,5 litro



ÁGUA DISPONÍVEL
PARA CONSUMO



AGRICULTURA

Apesar do crescimento populacional, as áreas usadas para a agricultura permanecem estagnadas. Está ocorrendo uma redução significativa na relação entre a quantidade de terras produtivas e o número de habitantes

1970
3 800 m²
por pessoa



*estimativa

Consumo alimentar

Há três décadas, os habitantes de nações mais avançadas consumiam 50% mais calorias, em média, do que os moradores de países pobres. Isso está mudando (em calorias por pessoa ao dia)



PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

1969 — 1971

2 111
calorias

1999 — 2001

2 654
calorias

2050

3 070
calorias

PAÍSES RICOS

1969 — 1971

3 046
calorias

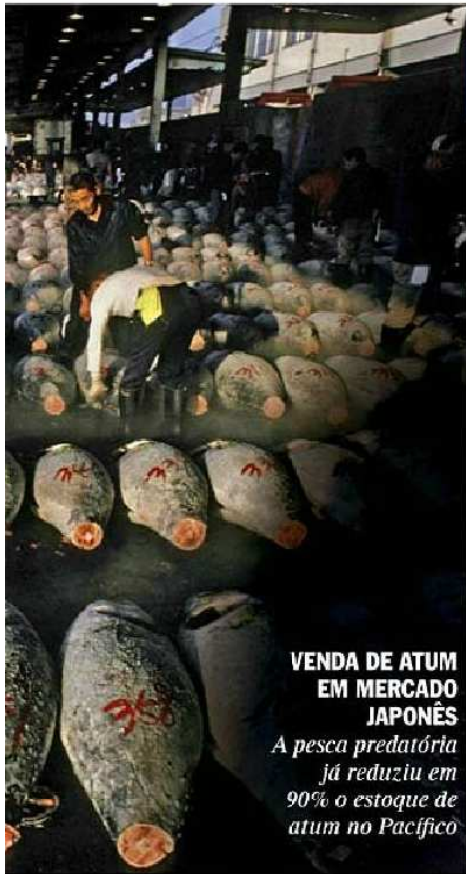
1999 — 2001

3 446
calorias

2050

3 540
calorias





VENDA DE ATUM EM MERCADO JAPONÊS
A pesca predatória já reduziu em 90% o estoque de atum no Pacífico

GELLEY/VEGAMAMA

O documento final do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU diz com clareza que “o crescimento do produto interno bruto per capita e o da população foram os principais determinantes do aumento das emissões globais durante as últimas três décadas do século XX”. Outro relatório divulgado há menos de um mês pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) chama a atenção para o equívoco de desprezar o aumento populacional no debate sobre o aquecimento: “Os gases de efeito estufa não estariam se acumulando de modo tão perigoso se o número de habitantes da Terra não aumentasse tão rapidamente, mas permanesse em 300 milhões de pessoas, a população mundial de 1 000 anos atrás”. O intrigante é que, nas ações propostas para os próximos anos, o fator aumento da população desaparece.

O tema é realmente explosivo e tem conotações sombrias, por erros cometidos no passado. Com razão ou não, muitas pessoas encaram qualquer sugestão para conter o ritmo de aumento populacional como uma interferência indevida de forças estranhas no livre-arbítrio de países, famílias e das próprias mães. Ra-

zões culturais e socioeconômicas contribuem para tirar qualquer efeito prático das assombrosas constatações do crescimento populacional desenfreado. São dois os motivos principais para isso. O primeiro é que existe uma inegável disparidade no volume de emissões individuais quando se comparam cidadãos de países ricos e pobres. Um americano joga, em média, 19 toneladas de gás carbônico na atmosfera anualmente. Um afegão morador das montanhas de seu belo país contribui com modestíssimos 26 quilos de CO₂. Como exigir do montanhês afegão que — quando não foi recrutado pelo Talibã para plantar papoula, matéria-prima do ópio — vive do leite de suas cabras e da hortinha no quintal que refreie seus impulsos reprodutivos usando como argumento o peso que o pobre coitado está colocando sobre o planeta? É ridículo. A maior força moral está em convencer o bem-educado e bem nutrido americano médio a repensar seu modo de vida, optando por uma sobrevivência mais frugal. Vale dizer que, embora as conversões ao naturalismo e à alimentação orgânica se contem aos milhares todos os meses nos Estados Unidos, elas são insignificantes do ponto de vista global.

A segunda razão do encalacramento da questão populacional vem da noção, bastante razoável, diga-se, de que os avanços educacionais e os saltos tecnológicos são muito mais eficientes nesse caso do que qualquer política governamental. O dinamarquês Bjorn Lomborg, estrela no grupo dos cientistas céticos quanto aos efeitos do aquecimento global e à responsabilidade humana nele, está entre os que acreditam que a solução virá do avanço tecnológico. Disse Lomborg a VEJA: “Realmente o tema não é tratado aqui. Pela ordem, eu diria que conter o consumo é um pouco mais prioritário, mas, definitivamente, apressar a busca por novas tecnologias limpas é o mais importante de tudo”. O economista carioca Sérgio Besserman, ex-presidente do IBGE, que participa da COP15, descrê de qualquer política centralizada que vise a determinar ou influenciar os casais a respeito do número de filhos que devem ter. Ele lembra que a elevação do padrão cultural e educacional da população sempre coincide com a diminuição da taxa de fecundidade.

2010

2 200 m²
por pessoa



2050*

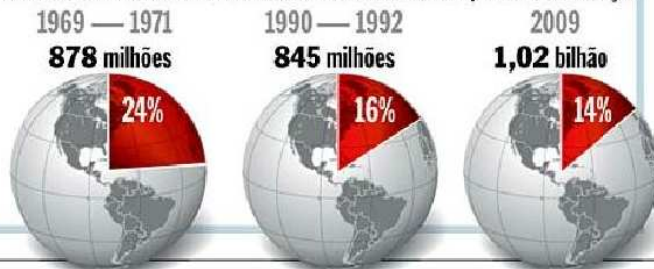
1 700 m²
por pessoa



Menos famintos

Diminuiu a proporção de pessoas subnutridas no planeta. O desafio é impedir que a escassez de recursos naturais e o encarecimento dos alimentos interrompam esse avanço

(quantidade de pessoas que vivem com uma dieta inferior a 2 100 calorias diárias, considerada a mínima necessária)



“Quando se torna mais amplo o acesso à educação, à cultura e ao conhecimento, as populações passam a crescer em ritmo menor e até a decrescer”, diz.

O caso brasileiro é ilustrativo dessa constatação. Há trinta anos, as mulheres brasileiras apresentavam taxas de fecundidade que se contavam entre as maiores do mundo, rivalizando com os padrões africanos. No começo da década de 90, a situação apresentava melhoras, mas ainda era preocupante. As mulheres do Brasil rural tinham então, em média, 4,3 filhos — dois a mais do que as mães urbanas. Uma década mais tarde, a diferença entre o número de filhos de mães rurais e urbanas se reduziu para 1,2. Em 2006, a taxa geral de fecundidade no Brasil havia estacionado em dois filhos por mulher. Um avanço cujo progresso só pode ser explicado pelos fatores apontados por Besserman, uma vez que as campanhas de controle de natalidade há muito foram desativadas no Brasil.

Fenômeno semelhante deve ocorrer na Ásia e na África com as melhorias educacionais e com o aumento da proporção da população urbana em relação à rural. Viver em cidades é um grande fator de diminuição do número de filhos. A ONU calcula que o somatório desses fatores terminará por estabilizar a população do planeta na casa dos 9 bilhões a partir do ano 2050. A questão é como chegar até lá sem grandes traumas. O prognóstico não é bom. Estudos científicos mostram que o mundo natural está sendo testado em seu limite para sustentar os atuais 6,8 bilhões de passageiros da espaçonave Terra. Segundo o OPT, organização inglesa que desenvolveu um indicador confiável de sustentabilidade, nos níveis tecnológicos atuais, o máximo que o planeta comporta sem risco de exaustão são 5,1 bilhões de pessoas. No fim da próxima semana, de Copenhague, virá a sinalização se a humanidade captou o dramático pedido de socorro que a Terra está emitindo.



BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK

MUITA ESPERANÇA, POUCOS RESULTADOS

Nem sempre as reuniões de líderes mundiais e seus sábios chegam a resultados positivos e duradouros

LIGA DAS NAÇÕES (1919)

O que era: com o fim da I Guerra, 42 países assinaram uma declaração com o objetivo de garantir a paz no mundo. Tentava-se evitar uma nova escalada de desentendimentos como a que levou ao sangrento conflito na Europa. Os países deveriam submeter à arbitragem da Liga qualquer desavença internacional.

Em que resultou: foi um fracasso.

A Liga das Nações não se mexeu para tentar evitar os movimentos expansionistas da Itália, do Japão e da Alemanha que tiveram como desfecho a II Guerra. Aperfeiçoado, o modelo da Liga resultou, em 1945, na criação da Organização das Nações Unidas (ONU).



BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK

CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS (1944)

O que foi: representantes de 44 governos se reuniram com o objetivo de estabelecer as bases para a reconstrução econômica da Europa devastada pela II Guerra. Adotou-se o câmbio fixo entre o dólar e as demais moedas.

Em que resultou: os acordos costurados em Bretton Woods deram origem à criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, organismos que lançaram as sementes da globalização. Mas as medidas tomadas para estabilizar o câmbio foram abandonadas no início dos anos 70.

ECO 92 (1992)

O que foi: representantes de 178 países se reuniram no Rio de Janeiro a fim de estabelecer metas para combater os males causados pelo uso predatório dos recursos naturais.

Em que resultou: o encontro produziu um documento aplaudido por todos, mas que, na prática, ficou restrito ao terreno das boas intenções. O crescimento da economia global, desde então, foi proporcional à degradação causada ao ambiente.



SERGIO ZALIS

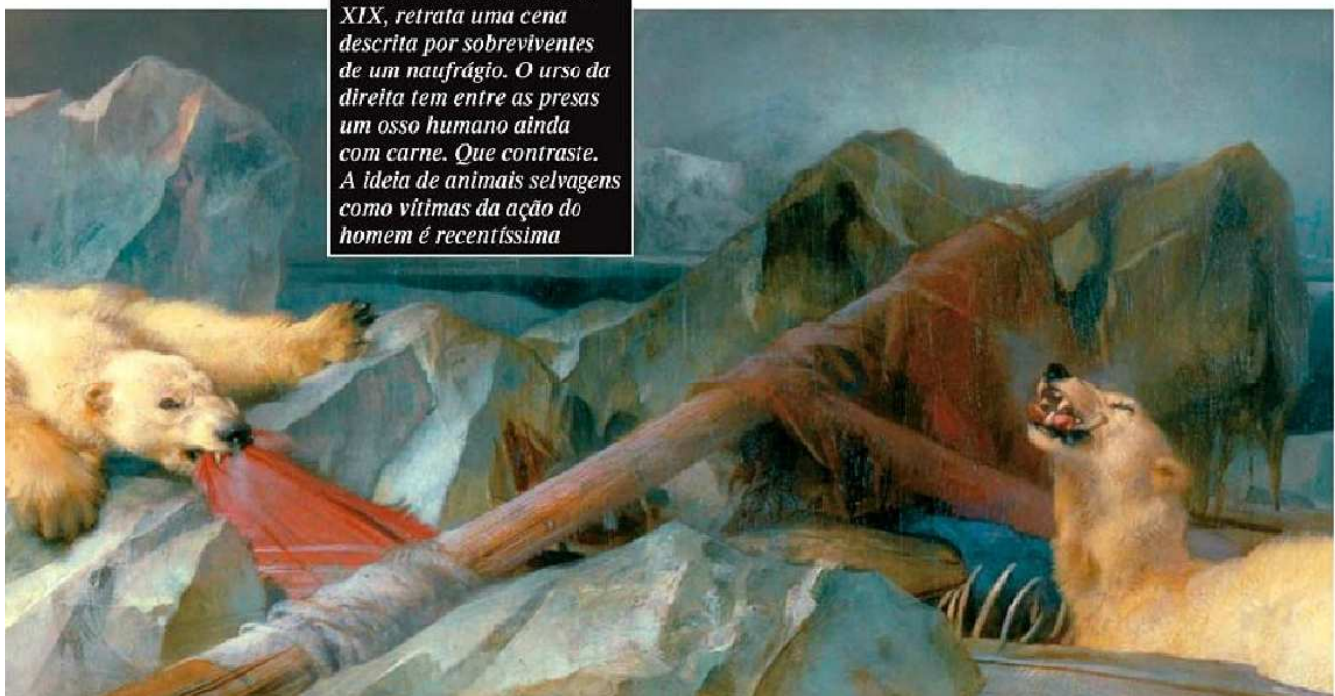


FOTOS: CORTESIA ROYAL HOLLAND/UNIVERSIDADE DE LONDRE; LAIN D. WILLIAMS/REUTERS



ELES DEVORAM MESMO

Na fotografia acima, feita no Alasca, um urso-polar arrasta a carcaça de outro. Os ursos-polares costumam matar e devorar seus pares em lutas por dominação sexual e para controle populacional. Os pesquisadores suspeitam que o degelo precoce do Ártico, atribuído ao aquecimento global, tornou o canibalismo mais frequente entre os ursos. O quadro abaixo, do inglês Edwin Landseer, do século XIX, retrata uma cena descrita por sobreviventes de um naufrágio. O urso da direita tem entre as presas um osso humano ainda com carne. Que contraste. A ideia de animais selvagens como vítimas da ação do homem é recentíssima



UMA NOVA REVOLUÇÃO VERDE

Para suprir o aumento na demanda mundial, a produtividade do campo precisará duplicar. A resposta terá de vir do avanço tecnológico, e não há razões para duvidar de que ela virá

LUÍS GUILHERME BARRUCHO

A matemática é simples, mas assusta. Nos próximos quarenta anos, a população mundial vai crescer 35% e superará 9 bilhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a produção de alimentos precisará ser ampliada em 70%. Não apenas haverá mais humanos no globo como também eles serão mais ricos, terão uma expectativa de vida maior e necessitarão de mais calorias. A quantidade de cereais produzidos por ano terá de crescer dos atuais 2,1 bilhões para 3 bilhões de toneladas, e a oferta de carne, de 270 milhões para 470 milhões de toneladas. O desequilíbrio entre a oferta e a demanda já se refletiu num aumento do preço dos alimentos, que subiu 80%, em média, nas duas últimas décadas. A única saída para que o homem não seja vítima da profecia malthusiana de escassez de comida estará mais uma vez na tecnologia. Graças à Revolução Verde dos anos 60, liderada pelo cientista americano e prêmio Nobel Norman Borlaug (1914-2009), a produtividade agrícola mais que dobrou. Agora será preciso dar um novo salto. "O mundo é perfeitamente capaz de produzir a comida de que necessita para as gerações futuras, mas terá de expandir os investimentos em pesquisa, tecnologia e infraes-

RESPOSTA À SUPERPOPULAÇÃO

Soja modificada geneticamente da Monsanto (ao lado) e o papa da revolução verde, Norman Borlaug: sem tecnologia de ponta, o mundo estaria passando fome



FOTOS CORBIS/LATINSTOCK; REUTERS



trutura”, afirmou a VEJA Per Pinstrup-Andersen, da Universidade Cornell.

A seguir, os três caminhos vitais a ser seguidos para alimentar o planeta nos próximos anos.

MODERNIZAÇÃO DAS LAVOURAS – Segundo o relatório “Como alimentar o mundo em 2050”, da FAO, a entidade das Nações Unidas para agricultura e alimentação, 90% do crescimento na oferta de comida se dará pelos ganhos de eficiência nos campos. Um bom começo é difundir as tecnologias já existentes. “Apesar de os países desenvolvidos utilizarem técnicas inovadoras, a maior parte do planeta ainda produz comida com tecnologia rudimentar”, afirmou a VEJA Alain de Janvry, da Universidade da Califórnia, em Berkeley. A cada hectare de milho plantado, são colhidos 38 quilos nos Estados Unidos, 24 quilos no Brasil e apenas 11 quilos na África Subsaariana. Uma iniciativa é avançar na mecanização. Nos laboratórios do Massachusetts Institute of Technology (MIT) se desenvolvem robôs agrícolas. Outra técnica promissora é a agricultura de precisão, método que permite um manejo mais detalhado da lavoura por meio do mapeamento do solo, por satélite ou amostras laboratoriais de terra. Resume o representante da FAO para o Brasil, José Tubino: “Devemos buscar soluções que sejam sustentáveis e, ao mesmo tempo, mitiguem a mudança climática”.

BIOTECNOLOGIA – Apesar de ainda despertar um sem-número de polêmicas, a engenharia genética é vista como a salvação para o futuro da comida no planeta. “Através da utilização de sementes geneticamente modificadas, busca-se aprimorar as qualidades de determinado alimento com atributos obtidos de outras

ROBÓTICA AGRÍCOLA Pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) criaram a horta automatizada

espécies ou bactérias. Isso eleva os ganhos de produtividade em até 10%”, afirmou a VEJA Rodrigo Santos, diretor da Monsanto. No Brasil, um exemplo é o milho YieldGard (Bt), resistente às três pragas típicas dessa lavoura: a lagarta-do-cartucho, a lagarta-da-espiga e a broca-da-cana. Para os próximos anos, a Monsanto, líder mundial do setor, planeja lançar sementes tolerantes a secas prolongadas e que produzam alimentos mais nutritivos. Também estão sendo pesquisadas variedades de cana-de-açúcar com o dobro do poder energético.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA – Nos últimos quarenta anos, a área destinada à agricultura no mundo avançou somente 10%. Na Europa, ela está próxima de seu limite, mas ainda há espaço para crescer no Brasil e na África, principalmente. São essas regiões que atraem a cobiça de investidores estrangeiros, sobretudo aqueles de países que dependem da importação de alimentos. É o caso da Arábia Saudita, que planeja gastar 250 milhões de dólares em plantações na Etiópia e no Sudão. Os sauditas sofrem com a escassez de água. Por isso, decidiram que até 2016 deixarão de plantar trigo, cujo cultivo precisa ser permanentemente irrigado. Os chineses, de maneira semelhante, têm comprado propriedades. Foi o bastante para que se levantassem questionamentos sobre uma nova forma de imperialismo, o “agroimperialismo”. Diz Paul Collier, da Universidade de Oxford: “A África precisa do tipo de agricultura comercial presente em países como o Brasil, mas não dispõe de recursos. Todos poderão sair ganhando”. ■

RIQUEZA AMEAÇADA

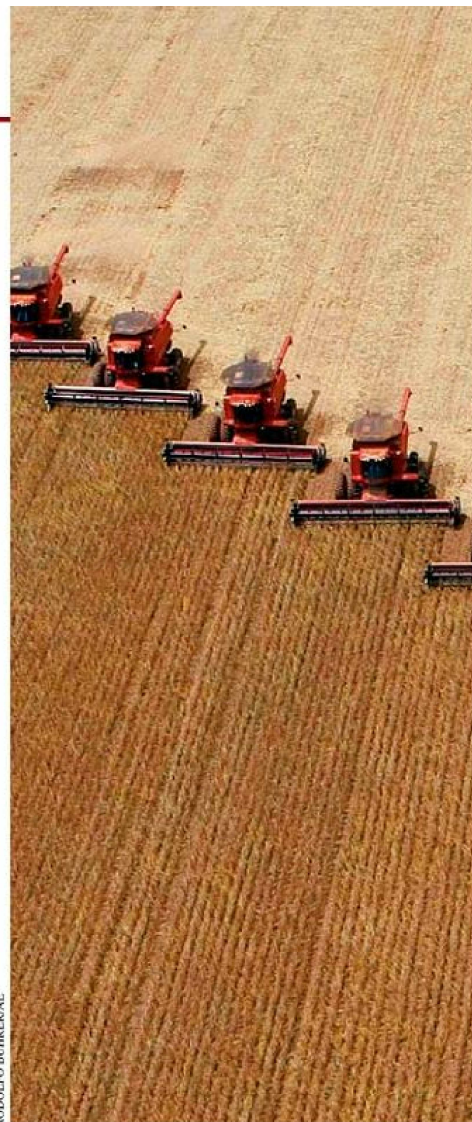
O governo federal prorroga uma norma ambiental que pode reduzir a produção de alimentos no Brasil. Mas o mais urgente ainda está por ser feito: reformar o confuso Código Florestal

DIOGO SCHELP

O governo prorrogou, na semana passada, uma medida que coloca na ilegalidade 90% dos produtores rurais do país. A norma exige de todos os proprietários a comprovação de que suas terras possuem reserva legal, sob pena de receberem multas diárias de até 500 reais por hectare. A reserva legal, prevista no Código Florestal, é uma área preservada que deve ocupar 80% de cada fazenda no bioma amazônico, 35% no cerrado e 20% no resto do país. O registro da reserva legal equivale a forçar os produtores a criar provas contra si próprios, já que são raros os que mantêm essas áreas intocadas em suas

terras. O governo não eliminou essa aberração jurídica no novo decreto, e o prazo de dois anos para se adequar à norma só vale para os agricultores que assinarem um compromisso de regularização da reserva legal. Quem não puder fazê-lo — ou não quiser aceitar o confisco de, no mínimo, um quinto de sua propriedade para fins ambientais — ficará sujeito a autuações, a multas e ao embargo de sua produção. Bom apenas no papel, o Código Florestal está em descompasso com a realidade do campo, o que põe em risco um setor econômico responsável por mais de um terço da pauta de exportações brasileira.

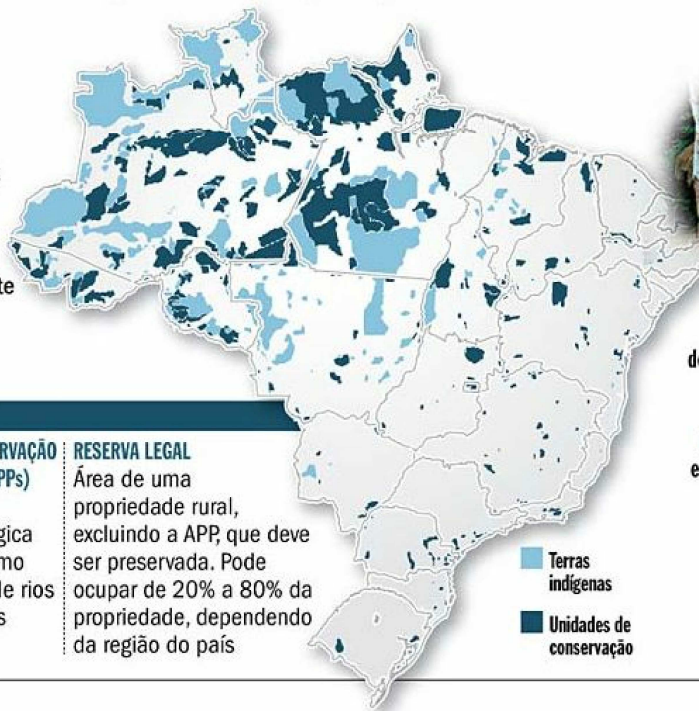
Até 2001, as proporções para as reservas legais eram de 50% para as pro-



RODOLFO BUHRE/IAE

A GUERRA DOS MAPAS

O governo quer que os agricultores dediquem uma parte de suas propriedades à preservação ambiental. Nos lugares em que o desmatamento já ocorreu, isso significaria reduzir a produção agrícola. A Embrapa e o Ministério do Meio Ambiente têm cálculos divergentes para definir se é possível cumprir o Código Florestal sem prejudicar o agronegócio



27% +

do território nacional já é protegido por UNIDADES DE CONSERVAÇÃO e TERRAS INDÍGENAS

GLOSSÁRIO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Parques nacionais e reservas ecológicas estaduais ou federais

TERRAS INDÍGENAS
São consideradas áreas protegidas

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)
Têm uma função ecológica relevante, como as margens de rios e as encostas de morros

RESERVA LEGAL
Área de uma propriedade rural, excluindo a APP, que deve ser preservada. Pode ocupar de 20% a 80% da propriedade, dependendo da região do país

■ Terras indígenas
■ Unidades de conservação



INSEGURANÇA JURÍDICA
Colheita de soja em Tangará da Serra, em Mato Grosso: quem desmatou antes de mudanças na lei também é punido

priedades situadas na Amazônia e 20% para as localizadas no cerrado. Uma alteração na lei elevou essas porcentagens e, nos últimos dois anos, foram apresentadas quase duas dezenas de propostas de alteração do código na Câmara dos Deputados. Nenhuma delas conseguiu unir ruralistas e ambientalistas em torno de uma solução que concilie a preservação ambiental com a viabilidade do agronegócio. Com as exigências atuais, porém, o Código Florestal não pode ser aplicado sem que obrigue muitos agropecuaristas a reduzir sua produção. Dessa comprovação nasceu neste ano o seguinte debate: considerando todas as leis ambientais e correlatas, quanto ainda sobra de terra no Brasil para a agricultura e a pecuária? Um estudo feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que a soma das áreas já conservadas por lei com aquelas previstas pela norma do código e o território ocupado por áreas urbanas e infraestrutura resultaria em uma diminuição de 28 milhões de hectares para o agronegócio. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) chegou à conclusão oposta: que ainda haveria uma sobra de pelo menos 51 milhões de hectares para a expansão agrícola. A divergência reside, grosso modo, na maneira de calcular a área que as reservas legais ocupariam caso fos-



Mas a lei prevê também uma **RESERVA LEGAL** de no mínimo

Isso deixa **53%**

do território para o agronegócio

20%

da área de todas as propriedades rurais

3% + 17%
 é ocupado por CIDADES e INFRAESTRUTURA
 é ocupado pelas APPs

Pelos cálculos da **EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE**, a parcela protegida do território nacional, incluindo as reservas legais, equivale a **17 Alemanhas**

Nesse caso, a área atualmente ocupada pelo agronegócio teria de ser **reduzida em 28 milhões de hectares**

Pelos cálculos do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, que considera a estimativa da Embrapa exagerada, a preservação atinge uma área equivalente a **14,5 Alemanhas**

Nesse caso, **sobriariam 51 milhões de hectares** para a expansão do agronegócio

ONDE NÃO HÁ DÚVIDA

Em São Paulo, a exemplo de outros estados do Sul e do Sudeste, a colonização antiga não deixou áreas preservadas suficientes para cumprir a determinação da reserva legal



Quanto falta para cumprir a reserva legal
3,7 milhões de hectares

Isso significaria reduzir em **17%** a área utilizada pelo agronegócio

FOTOS: DIVULGAÇÃO/IBÁ PARRIS/AMANOEL MARQUES



LEI RETROATIVA

O mineiro **Jerônimo Giacchetta**, de 35 anos, de Cabo Verde, vive uma situação constrangedora. Ele não pode passar mais de uma semana viajando, sem autorização da promotoria de Justiça da cidade, e a cada dois meses tem de se apresentar no fórum da cidade. Essa condição de liberdade vigiada está prevista em um acordo que Giacchetta teve de assinar com o Ministério Público Estadual, pelo qual se comprometeu a substituir por vegetação nativa os pés de café plantados à beira de um córrego de sua pequena fazenda e a comprar florestas para compensar a falta de reserva legal. Só depois de cumprir tais exigências, ele voltará a ser um cidadão livre. Segundo o produtor, sua família planta café nessas mesmas áreas desde 1915, muito antes de o Código Florestal ter sido aprovado. “De uma hora para outra passei a ser tratado como um criminoso comum”, diz Giacchetta

LAISON SANTOS

sem respeitadas: o MMA faz a estimativa apenas sobre a área total das atuais propriedades rurais, enquanto a Embrapa leva em consideração todo o território nacional.

Mesmo se ainda existir espaço para ampliar o agronegócio, o fato inconteste é que isso não valeria para as regiões agrícolas cuja ocupação se deu há mais de quatro décadas. Nesses lugares, situados em sua maioria no Sul e no Sudeste, cumprir o Código Florestal significaria substituir áreas tradicionais de cultivo e pastagem por reflorestamento com árvores nativas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as reservas legais são praticamente inexistentes. Para cumprir essa regra, seria preciso transformar 20% da área agrícola do estado em florestas, o que representaria um prejuízo equivalente a 7,6% do PIB anual gaúcho e a eliminação de 778.000 empregos. Em São Paulo, o agronegócio deixaria de faturar 8 bilhões de reais por ano. “Para além dos prejuízos imensos, isso teria um efeito negativo sobre o ambiente, porque tudo o que deixar de ser plantado no Sul e Sudeste vai migrar para as novas fronteiras agrícolas, onde a terra é mais ba-

rata e a fiscalização ambiental menos eficiente”, diz o engenheiro agrônomo José Sidnei Gonçalves, pesquisador do Instituto de Economia Agrícola, em São Paulo. Ou seja, recuperar a reserva legal nessas regiões de colonização antiga aumentaria, indiretamente, o desmatamento na Amazônia.

Outro ponto de discussão no Código Florestal são as regras para as áreas de preservação permanente (APPs), que têm funções ecológicas especiais, como proteger as nascentes e os terrenos íngremes. O fato de APPs e reservas legais serem complementares — a mata nativa à beira de cursos de água, por exemplo, não pode ser contada como reserva — diminui ainda mais a porção agricultável das propriedades. Para completar, e aí está o nó principal, muitas áreas de cultivo tradicionais estão situadas em APPs. Boa parte do arroz do Rio Grande do Sul é plantada em várzeas, margens de rio sujeitas a inundações. Já as uvas da Serra Gaúcha, as maçãs de Santa Catarina e o café do sul de Minas Gerais são cultivados em terrenos acidentados — encostas e topos de morro, também considerados APPs. “A solução é simples: quem conseguir

comprovar que sua produção na margem de um rio ou na encosta de um morro é tradicional e não tem impacto ambiental será liberado”, diz Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Fácil dizer, difícil fazer. Para um agricultor, talvez seja preferível deitar no pasto na rota de um estouro de boiada a entrar em um órgão de fiscalização ambiental para pedir qualquer tipo de autorização. A burocracia e a má vontade são tantas que existe gente esperando há mais de um ano por uma permissão para instalar uma simples bomba no rio para fazer irrigação de sua lavoura. “E não é só isso: como a lei ambiental brasileira é dúbia e sem rigor científico, há muito espaço para corrupção e favorecimento pessoal por parte dos fiscais”, diz o advogado paulista Francisco de Godoy Bueno, diretor do Instituto Brasil de Direito Ambiental e Agrário. Tido como o celeiro do mundo e dono de uma biodiversidade invejável, o país precisa equilibrar agropecuária com defesa ambiental. Mas não é esmagando os homens do campo que vai conseguir atingir o ponto perfeito. ■



EXCLUSIVO Empresas do esquema do governo Arruda mantinham contratos sem licitação de 503 milhões de reais na área de Educação

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA www.cartacapital.com.br

O que vale mais: o mundo ou os bancos?

Reduzir os efeitos do aquecimento global custaria 25% dos incentivos aplicados para enfrentar a crise financeira

Especial The Economist:
Copenhague, vaga
promessa de mudanças

Delfim: o Brasil não pode
abrir mão de seu crescimento



COM CONTEÚDO

The
Economist

16 DE DEZEMBRO DE 2009
ISSN: 1609-9892
0.8.57.6
9 771609 989892
ANO XV Nº 576 R\$ 8,40

É melhor prevenir

CLIMA | Conclusões do Banco Mundial e da consultoria McKinsey: sairá bem mais barato do que se imagina conter os efeitos do aquecimento global

POR DENISE RIBEIRO*

EM AGOSTO deste ano, quatro meses antes da Convenção do Clima em Copenhague, o Fundo Monetário Internacional divulgou o quanto o mundo desenvolvido pagou para reduzir os efeitos da crise financeira de 2008: 11,9 trilhões de dólares. “Isso engloba aportes de capitais para prevenir a falência de bancos, garantias e iniciativas para aumentar a liquidez, além da limpeza de ativos podres”, explica Jacques Marcovitch, professor e economista da Faculdade de Economia e Administração da USP e coordenador da versão brasileira do Relatório Stern sobre mudanças climáticas.

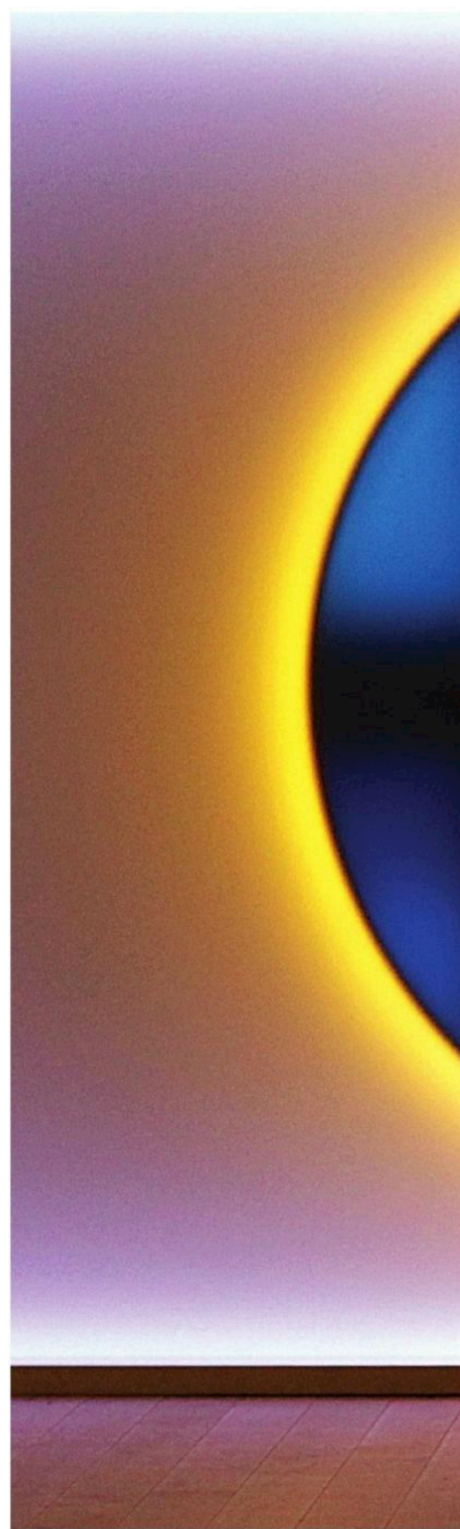
Apesar do valor quase incomensurável, o socorro financeiro veio de maneira ágil e sem maiores entraves, como garantias de retorno a longo prazo. Se os líderes mundiais demonstrassem a mesma agilidade e fôlego financeiro para reduzir os impactos do aquecimento global, poderíamos dormir em paz. Quanto dinheiro precisaria ser investido para controlar os efeitos das mudanças climáticas? De acordo com o Banco Mundial, cerca de 270 bilhões de dólares por ano durante cerca de uma década. Um quarto do total despejado de uma só tacada no socorro a Wall Street e adjacências. Mas nove vezes mais que o montante com o qual os países desenvolvidos estão

dispostos a se comprometer no momento.

O fundo de financiamento para ações de mitigação prevê que as nações ricas injetem todos os anos 30 bilhões de dólares até 2012. É muito pouco ante o ritmo de expansão das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), se todas as emissões cessassem de súbito, seriam necessários 50 anos para “desintoxicar” a atmosfera terrestre e começarem a aparecer os indícios de reversão da tendência de aquecimento, derretimento das geleiras, perda de florestas e outras consequências.

Há ainda o problema de como o fundo é utilizado. A maioria dos países pobres – os mais vulneráveis, inclusive do ponto de vista tecnológico – não tem conseguido ter acesso aos recursos disponíveis. Em favor dos mais pobres, o secretário-geral da 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), Yvo de Bôer, pede uma divisão mais equânime do dinheiro, já que até agora 80% dos recursos têm sido usados para financiar projetos de apenas oito nações. No Banco Mundial, uma das linhas de crédito disponíveis é o Fundo de Investimento para o Clima, que em novembro de 2008 acumulava 6,1 bilhões de dólares em recursos doados por dez países (Austrália, Reino Unido, França, Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, Suíça, Suécia e Estados Unidos).

*Colaborou Reinaldo Canto. Ele e Denise Ribeiro são da equipe da *Envolverde*





Os incentivos contra a crise financeira alcançaram 11,9 trilhões de dólares. O apoio a iniciativas sustentáveis chegaria a 3 trilhões, segundo o Banco Mundial

Copenhague.
Um debate ainda inicial

Em Copenhague, o G-77, bloco de países que abriga Brasil, Índia e África do Sul, cobra comprometimento financeiro dos industrializados para além de 2012. “Como a mudança do clima é um problema urgente e o desafio é de longo prazo, o financiamento também tem de ser urgente e de longo prazo”, defende o negociador-chefe do Brasil, Luís Alberto Figueiredo.

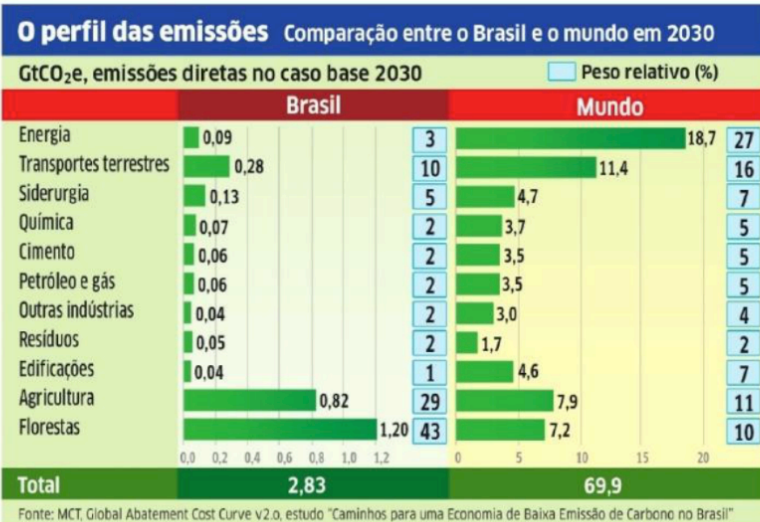
No mundo inteiro, estudos tentam calcular o custo da preservação. Um indicador mágico parece girar em torno de 1% do PIB mundial. Em entrevista a *CartaCapital*, o consultor da McKinsey & Company e expert em mudanças climáticas Marcus Frank aposta num valor ainda menor. “O custo seria de apenas 0,5% ou 0,6% do PIB mundial ao ano até 2020”, afirma.

Isso significa destinar entre 200 bilhões e 350 bilhões de euros (ou 520 bilhões a 900 bilhões de reais) por ano até 2030 para a tarefa de resolver a equação tão desejada: continuar a crescer sem que a intensificação nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes do desenvolvimento implique um aumento de temperatura máximo de 2 graus. Ultrapassar esse teto, segundo o IPCC, traria consequências drásticas para o planeta, como 360 milhões de mortes nos países mais pobres.

O custo a que Frank se refere viria da implantação de medidas sugeridas em relatório preparado pela consultoria – Caminhos para uma Economia de Baixo Carbono – com a ajuda de estudiosos do clima e gestores públicos no mundo todo. “Não está sendo proposta nenhuma mudança radical de comportamento ou produção”, explica o consultor da McKinsey, derrubando o mito de que o modelo econômico vigente é incompatível com a transição para a economia do baixo carbono.

Foram listadas cerca de 200 iniciativas passíveis de ser adotadas em dez grandes atividades econômicas, segmentadas em 21 regiões do mundo. Elas teriam o potencial de reduzir em 35% as emissões de GEE (em comparação com os níveis de 1990) e em 70%, se forem levadas em conta as emissões previstas para 2030, caso nenhuma dessas medidas seja implantada.

O relatório esclarece que os aportes feitos, sejam em eficiência energética, sejam em infraestrutura ou reflorestamento, têm efeito preventivo. “Basta imaginar se não é melhor gastar hoje 0,5% do PIB em energia limpa do que 3% desse mesmo PIB para construir diques de contenção



resultantes do aquecimento global num futuro próximo”, provoca Frank.

Subsidiar a expansão das energias renováveis é decisivo para estabilizar a temperatura, assim como investir no aumento da eficiência energética. Das fontes limpas (solar, eólica, biomassa e hidroeletricidade) à energia nuclear (que, apesar das ressalvas em relação à segurança, não emite GEE), passando pelas incipientes tecnologias CCS (sigla em inglês para Captura e Estoque de Dióxido de Carbono), que mandam o carbono para o fundo do mar ou da terra, são múltiplas as possibilidades de investimento.

Custo para o PIB mundial: 50 bilhões de euros (130 bilhões de reais) ao ano até 2015 e 150 bilhões de euros (390 bilhões de reais) depois disso até 2030. Mas qualquer iniciativa só funciona se contar com o apoio de três dos maiores consumidores de energia na produção industrial: Estados Unidos, China e Índia, responsáveis por 65% do potencial de corte nas emissões.

No setor de produção de petróleo e gás, o relatório estima ser possível reduzir em 14% das emissões registradas em 2005, com medidas como uso de CCS e redução dos desperdícios no refinamento. As medidas esbarram em três pontos: o conservadorismo do setor, a grande diferença no estágio tecnológico e na capacidade operacional entre as principais companhias de petróleo do mundo e a infraestrutura insuficiente dos países em desenvolvimento. Os valores estimados de investimento no setor estariam na casa dos 6 bilhões de euros ou 15,6 bilhões de reais até 2015, aumentando gradativamente até chegar a 18 bilhões de euros ou 46,8 bilhões de reais em 2030.

Na parte dedicada ao Brasil, o estudo destaca o perfil diferenciado das nossas emissões. Setores como energia e transporte, somados, representam 40% das emissões globais, mas apenas 13% das brasileiras. A boa performance, como



Controlar a emissão de gases sem abolir o crescimento custaria anualmente de 0,5% a 0,6% do PIB mundial, calcula a consultoria McKinsey

Vilão. A expansão da pecuária, principalmente Amazônia, é um dos graves problemas do Brasil

para esses dois setores, o Brasil estará fazendo bravatas em Copenhague. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, garante que teremos condições de cumprir as metas apresentadas na COP-15: um corte nas emissões de GEE entre 36,1% e 38,9% até 2020.

Segundo ela, o decréscimo de 80% no desmatamento da Amazônia resultará em 20,9% menos das emissões brasileiras previstas para daqui a 20 anos. A que custo? Não se sabe ao certo. Mas em estudo recente publicado na revista *Science*, cientistas brasileiros e americanos fazem uma estimativa. Calculam que serão necessários entre 6,5 bilhões e 18 bilhões de dólares, além do que já é investido hoje na região, para avançar ainda mais: zerar o desmatamento até 2020.

O custo é relativamente baixo em vista do ganho prometido: evitar de 2% a 5% das emissões globais de GEE ou uma média equivalente a 6,2 bilhões de toneladas de CO₂. Segundo o IPCC, o desmatamento e a degradação florestal contribuem com 17% das emissões mundiais, mais do que emite globalmente todo o setor de transporte (13%). O dinheiro viria de fundos ancorados no mecanismo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), criado para incentivar a manutenção da floresta em pé.

A McKinsey faz projeções anuais. Para que o Brasil reduza em 70% as emissões em 2030, seria necessário destinar 15 bilhões de reais ao ano só para a preservação da Floresta Amazônica. Somado a outras iniciativas, o investimento chegaria a 20,8 bilhões de reais ou 1% do PIB. Parte desse valor poderá ser compensada com a venda de créditos de carbono.

No Brasil, a análise mais complexa e recente envolveu um time de notáveis, composto de economistas, cientistas do

sabemos, deve-se à nossa matriz energética, essencialmente "limpa", porque é concentrada na geração hidrelétrica e no uso do etanol por boa parte da frota de veículos. Como já estamos bem nesses quesitos, as oportunidades de redução nesses setores é menor: de 4%.

O potencial de emissões a ser evitadas concentra-se, portanto, nos setores que mais poluem: agricultura, principalmente pela emissão de ácido nítrico dos fertilizantes, pecuária (um rebanho de 200 milhões de cabeças injetando metano na atmosfera) e florestas, pelo desmatamento. De acordo com a McKinsey, 85% das 120 oportunidades de redução de GEE listadas para o País residem nesses três setores, onde é possível combinar iniciativas de baixo custo de implementação com retorno rápido de investimento. "Por isso, o Brasil ocupa posição privilegiada em comparação a outros países", diz Frank.

Estrela do estudo, o setor florestal, que responde por 55% das emissões to-

tais brasileiras, também possui o maior potencial de redução dos GEE: 72% até o ano de 2030. Meta ambiciosa e que requer, segundo o estudo, investimentos socioeconômicos na região amazônica, principalmente nas áreas mais afetadas pelo desmatamento. Ou seja, gerar empregos e renda para a população, além de incentivos às práticas de manejo sustentável, cuidar da regularização fundiária, aumentar a presença do Estado no monitoramento florestal – iniciativas que os líderes da região, ambientalistas e governadores amazônicos defendem há bastante tempo.

Incentivos governamentais e uma legislação eficiente para dar suporte a essas mudanças são condições essenciais ao nosso ingresso na era do baixo carbono. Grandes vilões da história, agropecuária e desmatamento correm o risco de gerar 70% das emissões de CO₂ projetadas para 2030. Se não conseguirmos implantar políticas regulatórias

clima, pesquisadores das áreas de energia, agronomia, hidrologia, engenharia e várias outras disciplinas praticadas nas mais altas esferas acadêmicas. Da USP à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) à Fundação Oswaldo Cruz, são onze as instituições envolvidas neste ambicioso projeto chamado Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades. Ele consumiu cerca de dois anos de estudos e teve seu resumo executivo divulgado no fim de novembro. Concluiu que as regiões mais afetadas pelo aquecimento global serão a Norte e a Nordeste, e que o Brasil poderá perder 3,6 trilhões de reais, o equivalente a um ano de crescimento econômico no contexto dos próximos 40 anos até 2050, se nada for feito para conter os impactos das mudanças climáticas.

“O estudo não deve ser visto como ônus ou como bônus. Apontamos desafios que permitem migrar de uma política restritiva em relação à emissão de GEE para políticas de desenvolvimento”, explica o coordenador Marcovitch. “É a oportunidade de lançar mão de tecnologias inovadoras e de reestruturar os sistemas de impostos, por exemplo. Carros que poluem mais pagam uma taxa, depois distribuída aos atores sociais que se movimentam em direção à mudança que se quer implementar”, diz. O estudo, que tem entre os financiadores o governo britânico, terá continuidade.

Diminuir impactos do clima na agricultura, por exemplo, vai depender de investimentos em melhora genética das culturas de cerca de 1 bilhão de reais por ano. No setor energético, aumentar em 30% a oferta de geração alternativa – a partir do gás natural, bagaço de cana e energia eólica – deve custar 50 bilhões de reais.

Na zona costeira, os prejuízos podem chegar a de 136 bilhões a 207,5 bilhões de reais, segundo o levantamento. Melhor investir em políticas preventivas e de gestão, orçadas em 93 milhões de reais por ano ou 3,72 bilhões de reais até 2050. Bem menos que os 27 bilhões de reais de desoneração fiscal e outros incentivos anunciados neste ano pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira mundial.

Como costuma dizer Ignacy Sachs, economista polonês especialista em Brasil, o planeta dispõe do dinheiro e da tecnologia para evitar a tragédia. Mas será que queremos usá-los? ●

60 WWW.CARTACAPITAL.COM.BR



Os ricos têm grana, os pobres, pressa

DIPLOMACIA | A reunião de Copenhague é um teste da disposição real de mudanças

POR REINALDO CANTO, DE COPENHAGUE*

OS MAIS DE 5 MIL jornalistas reunidos em Copenhague fazem o jogo previsível de amplificar vazamentos de informação em busca de manchetes.

É muito difícil, neste momento, saber o que os países realmente querem e o que estão levando apenas como moeda de

troca nas negociações. Em reuniões fechadas, pequenos grupos de diplomatas trabalham para construir propostas que agradem às nações desenvolvidas, que terão de pagar a conta, e os pobres, que já estão lidando com os impactos mais extremos das mudanças climáticas.

Além dos números financeiros, há outro que circula pelos corredores: 360 milhões de seres humanos vão morrer nas



Nações pobres contam com a comoção militante: 360 milhões de seres humanos podem morrer se o mundo ficar 2 graus Celsius mais quente

áreas de maior risco, caso a temperatura do planeta aumente apenas 2 graus, em média. São áreas localizadas em sua quase totalidade na Índia, Bangladesh, África e algumas regiões das Américas Central e do Sul. Não há maiores problemas para a América do Norte e Europa, que em alguns casos poderão até mesmo beneficiar-se com um pouco mais de calor.

Um sentimento também comum é de que o encontro possa terminar sem um acordo definitivo assinado pelos mais de cem chefes de Estado que prometem participar da reunião. É muito poder junto, principalmente se lembrarmos que na COP-13, na Indonésia, o único chefe de Estado presente era o anfitrião. Segundo o embaixador Luís Alberto Figueiredo, um dos principais negociadores da delegação brasileira, “o processo é longo e mesmo pontos consensuais ainda passarão por negociações detalhadas para a sua implementação”.

Um desses casos é o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), não previsto pelo

Protocolo de Kyoto, de 1997. O Redd é antes de tudo um projeto que vai apoiar financeiramente a preservação de florestas e áreas degradadas. Para o Brasil, esta é uma aposta importante, e que entrou na agenda oficial apenas nos últimos meses. De acordo com o embaixador brasileiro, não se discute mais se o mecanismo de compensação entra ou não no acordo final. “Sem o Redd não existe acordo.”

A afirmação de Luís Alberto Figueiredo agradou aos brasileiros da Amazônia. O secretário de Meio Ambiente de Manaus, Marcelo Dutra, defensor firme da implantação do mecanismo, afirma que o apoio ao Redd é essencial para os povos do bioma. “A floresta passa a ser vista como aliada do desenvolvimento e não como um entrave”, diz. Outra voz a favor é a de Virgílio Viana, da Fundação Amazonas Sustentável, que aposta no mecanismo não apenas para manter a floresta em pé, mas “para melhorar a qualidade de vida e erradicar a pobreza na região”. Da perspectiva do Brasil, que já assumiu o compromisso de redução do desmatamento na Amazônia em

80% até 2020, o Redd é muito importante, pois o Estado não tem capacidade de cumprir essas metas sem o apoio de projetos de governos locais, empresas e ONGs.

Diante da pressão dos países mais frágeis às mudanças climáticas, há um certo pessimismo em relação ao sucesso de Copenhague. Não existe por parte das economias que vão doar recursos o senso de urgência necessário e apontado pelos mais pobres. Bangladesh, por exemplo, estima que 20% de sua população terá de ser deslocada nos próximos anos para áreas mais altas e seguras, em consequência do avanço do mar. Por conta disso, a delegação do país quer receber 15% da ajuda internacional, seja ela qual for. Terá de disputar com outras centenas de vítimas. Os protestos da comitiva de Tuvalu, estado da Polinésia ameaçado de desaparecer tragado pelo mar, foram tão intensos que chegaram a paralisar o evento em Copenhague.

O presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young, acredita que não chegaremos ao “acordo dos sonhos”, mas olha o horizonte com algum otimismo. “Não teremos retrocessos, haverá avanços, pois empatar ou perder, definitivamente, não é mais uma opção.” Mesmo com tantas dúvidas, a primeira semana da conferência é a mais amena. Em vez de discussões sérias, assistem-se a festas e eventos de conagraçamento de culturas, línguas e nacionalidades. Muitas das atenções estão voltadas para os estandes das ONGs que expõem seus trabalhos e explicam como será possível salvar o ser humano da extinção com ações diversas, do reflorestamento de extensas áreas ao redor do mundo à redução no consumo de carne, da utilização de energias limpas às mudanças nos padrões de produção e do consumo em direção a uma economia de baixo carbono.

A segunda semana da conferência promete ser bem mais contundente, com a chegada dos chefes de Estado e a conclusão das centenas de negociações paralelas. Entre afirmações e desmentidos, compromissos descartados e depois reassumidos, o clima não deverá ser tão ameno. O auge do aquecimento local será quando os principais protagonistas, Estados Unidos, Europa, China, Índia e Brasil, ocuparem seus assentos. Só então o jogo começa para valer. ●

**Reinaldo Canto é jornalista da equipe da Agência Envolverde*

CARTACAPITAL | 16 DE DEZEMBRO DE 2009 61

Copenhague e o desenvolvimento

CERCA DE 20 MIL cientistas, políticos e ambientalistas – segundo a correspondência enviada ao jornal *Valor Econômico* – deverão estar circulando por Copenhague durante “o maior evento climático da história da humanidade”, que começou na segunda-feira 7, dentre os quais 700 brasileiros (estimativa não muito segura, apenas uma aproximação...).

Diante de tão robustos números, lembrei-me da fala de um cientista no episódio da série *Stargate Atlantis*, se não me falha a memória, que assisti pela tevê a cabo, no fim de novembro. Acomodado confortavelmente a bordo de um superjato executivo a meio caminho entre Europa e Estados Unidos, convidado para um experimento científico que deveria contribuir para solucionar o problema do aquecimento da Terra, ele comenta, bem-humorado, com sua assistente na poltrona ao lado: “Você se dá conta de que o pessoal que nos enviou o jato talvez não perceba que este voo está liberando mais gases de efeito estufa do que a indústria sueca produz em um ano?”

Falando sério, a COP-15, como está sendo chamada a conferência de Copenhague, já produziu algumas definições interessantes que permitiram clarear um pouco a posição dos países que mais poluem e as condições que impõem para participar do esforço mundial antipolvente. Os EUA aceitaram voltar às discussões na posição confessa de que são os maiores consumidores de energia per capita e, portanto, um dos que mais contribuem individualmente para a emissão de CO₂ e dos outros gases irmãos siameses da produção do PIB (metano, óxido nitroso e clorofluor-carbono). Estão a meio caminho de aprovar no Congresso a Lei Waxman-Markey, propondo uma redução de 17% nas emissões de carbono. Uma versão foi aprovada na Câmara dos Representantes e enviada ao Senado em setembro.

O caso emblemático é o da China (o maior poluidor mundial), que espertamente se antecipou à cobrança universal e expôs as suas condicionalidades com simplicidade absoluta. A China não faz segredo de que trabalha para ser o grande império do século XXI e fez saber aos demais parceiros mundiais que não abre mão do crescimento de 9% anuais de seu PIB, nível abaixo do qual o Partido Comunista acredita que se criariam terríveis problemas sociais para seus súditos.

Com uma produção de energia altamente ineficiente e poluente (o carvão ainda é a principal fonte), ela também quer saber o quanto os países desenvolvidos, que já polui-

ram muito mais antes, vão subsidiar a conversão da matriz energética dos subdesenvolvidos.

A terceira condição apresentada pela China é daquelas com potencial de produzir o impasse, porque ela está exigindo a garantia de acesso livre à tecnologia desenvolvida nos EUA e na Comunidade Europeia para promover a substituição das fontes poluentes pela energia alternativa. Ora, essa é uma questão crítica, pois todos sabem que a menina dos olhos do desenvolvimento americano é a proteção da propriedade científica e intelectual.

Quanto à postura americana, aliás, é preciso corrigir a versão muito difundida de que eles não assinaram o Protocolo de Kyoto. Não é verdade, o presidente Bill Clinton assinou Kyoto, comprometendo-se a reduzir em 7% as emissões de CO₂, mas o que aconteceu depois é que o Congresso, soberanamente, rejeitou o protocolo, sob pressão dos fortíssimos lobbies industriais e de setores da agricultura.

A questão, que não estava colocada ainda com clareza, era a que hoje está na crista das discussões: quem vai bancar os enormes custos de substituição, na matriz energética, do desenvolvimento científico e da conversão tecnológica nos processos produtivos. Os EUA, hoje, com Obama, estão levando uma proposta de redução

de 17% das emissões dos gases estufa, mas tudo está condicionado ao problema dos custos da transformação da energia.

O Brasil é o país mais bem posicionado nessa história. Não só porque colocou em saia-justa Obama e Hu Jintao, que se preparavam para boicotar a reunião, como porque se apresenta com a matriz energética mais limpa do planeta. Temos 45% da matriz energética de fontes renováveis, enquanto este percentual gira em torno de 12% no resto do mundo.

A China propôs reduzir 45% na relação CO₂/PIB até 2020, condicionada ao piso de 9% de crescimento anual da economia. Espero que o Brasil tenha fixado a variável do seu ajuste num mínimo de 5% a 6% de crescimento do PIB. Não é nada fora de propósito, porque, partindo da matriz mais limpa, nosso esforço poderá ser maior do que o chinês. ●



O Brasil colocou em saia-justa Obama e Hu Jintao, mas espero que tenha fixado o esforço de redução de emissões de CO₂ ao crescimento da economia